

VALE DO JEQUITINHONHA

Desenvolvimento e Sustentabilidade



João Valdir Alves de Souza
Maria das Dores Pimentel Nogueira
Organizadores

VALE DO JEQUITINHONHA

Desenvolvimento e Sustentabilidade

Pró-Reitoria de
Extensão - PROEX



UFMG



Polo Jequitinhonha

U F M G

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEX
PROGRAMA POLO DE INTEGRAÇÃO DA UFMG NO VALE DO JEQUITINHONHA
BELO HORIZONTE, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Reitor: **Clélio Campolina Diniz**

Vice-Reitora: **Rocksane de Carvalho Norton**

Pró-Reitora de Extensão: **Efigênia Ferreira e Ferreira**

Pró-Reitora Adjunta de Extensão: **Maria das Dores Pimentel Nogueira**

Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha

Coordenadora: Maria das Dores Pimentel Nogueira

Projeto: Visões do Vale

Coordenador: João Valdir Alves de Souza

©2011

Este livro foi publicado com recursos da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG

V149 Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade / João Valdir Alves de Souza, Maria das Dores Pimentel Nogueira (Orgs.). – Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

ISBN: 978-85-88221-32-1

1. Desenvolvimento regional – Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Movimentos sociais. 4. Educação.

I. Souza, João Valdir Alves de. II. Nogueira, Maria das Dores Pimentel. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Extensão.

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Produção editorial: **Gaia Cultural**

Produção executiva: **Roseli Raquel de Aguiar e Lílian de Oliveira**

Assistente de produção: **Dulcinéa Teixeira Magalhães**

Revisão e normalização de texto: **Lílian de Oliveira**

Projeto gráfico: **Andréa Estanislau**

Editoração eletrônica: **Andréa Estanislau, Mateus Sá e Nathália Rocha**

Fotografia capa: **Arquivos GESTA/UFMG**

Fotografia miolo: **Arquivos Visões do Vale e GESTA/UFMG**

Gráfica: **Imprensa Universitária da UFMG**

SUMÁRIO

7 Introdução

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

- 32** Desenvolvimento: tentativa de conceptualização
João Antonio de Paula
- 51** *Afinidades eletivas* entre participação e desenvolvimento socioeconômico
Claudia Feres Faria
- 65** Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”
Marcos Lobato Martins
- 102** Projetos estratégicos de base territorial
Rogério Delamare Ruas

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- 126** Educação e desenvolvimento regional sustentável
João Valdir Alves de Souza
- 145** Princípios norteadores das EFAs: potencialidades e desafios para o funcionamento no Vale do Jequitinhonha
Mônica Alves Gonçalves e Maria Aparecida da Silva
- 165** A UFMG e a educação a distância no Vale do Jequitinhonha
João Valdir Alves de Souza e Eliane Silva Novato

MOVIMENTOS SOCIAIS

- 182** Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha
Klemens Laschefski e Andréa Zhouri
- 213** Jequitinhonha em movimento
Conceição Aparecida Luciano e Viviane Guimarães Pereira
- 229** A voz de lideranças
Boaventura Soares de Castro
Decanor Nunes dos Santos
Geralda Chaves Soares

Apresentação

Em junho de 2010, foi realizada a quinta edição do projeto *Visões do Vale*, um dentre os vários que têm sido realizados pelo Programa Polo de Integração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Vale do Jequitinhonha em seus mais de quinze anos de atuação na região. Do mesmo modo que fizemos uma publicação¹ com base no evento realizado no ano anterior, pretendemos agora ampliar o alcance dos debates realizados no *Visões do Vale V* com este livro, que põe em foco as temáticas do desenvolvimento e da sustentabilidade. Assim como o próprio nome indica, o *Visões do Vale* pretende pôr em debate as múltiplas faces do Jequitinhonha e os diversos modos como têm sido feitas suas leituras.

Ambos são temas complexos, tanto pelo que propõem realizar na prática quanto pela amplitude de significados que a eles são atribuídos. Apesar de seu uso relativamente recente no campo das ciências humanas e sociais, sobretudo na Política e na Economia, o termo *desenvolvimento* adquiriu logo tamanha amplitude que passou a exigir um complemento a fim de que seu uso não caísse no vazio. Dessa forma, emergiram referências ao desenvolvimento econômico, ao desenvolvimento social, ao desenvolvimento político, ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento sustentável. Quando o adjetivo pareceu não ser suficiente para lhe garantir uma significação, foi a própria lógica do desenvolvimento que passou a ser questionada. Emergiram referências críticas ao desenvolvimento do subdesenvolvimento, ao subdesenvolvimento do desenvolvimento, à insustentabilidade do desenvolvimento sustentável etc.

1 - SOUZA, João Valdir Alves; HENRIQUES, Márcio Simeone. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

Algo semelhante aconteceu com o termo *sustentabilidade*, que é de uso ainda mais recente. Não apenas ampliou-se a significação do que vem a ser sustentabilidade, como a banalização do conceito fez dele um quase tudo que não quer dizer quase nada. Como acontece com todos os conceitos que se tornam demasiadamente elásticos, o de sustentabilidade passou a comportar desde as referências mais vigorosas e radicais da crítica aos efeitos ambientais do empreendedorismo capitalista até as mais aparentemente inocentes campanhas publicitárias que tentam justificar como sustentáveis as ações dessas mesmas empresas que sempre se pautaram pela lógica da acumulação.

O fato de a questão da sustentabilidade ter sido banalizada por obra e graça das grandes e pequenas mídias não significa que não haja acúmulo de conhecimento sistemático sobre ela. E o fato de essa alta visibilidade ter sido adquirida somente em anos recentes não significa que ela não tenha sido objeto de muito debate sério nas últimas quatro décadas. Fazendo jus ao *slogan* corrente de que é preciso pensar globalmente e agir localmente, quisemos trazer a lume alguns dos modos específicos como esse debate – e as ações que dele derivam – têm acontecido no Vale. E entre os vários elementos que saltam à vista podemos dizer que não apenas há sérios movimentos sociais engajados na luta por sustentabilidade na região, como essa luta já vem acontecendo muito tempo antes de a questão adquirir a atual visibilidade na mídia.

É sobre algumas das questões que situam o Vale nas temáticas do desenvolvimento e da sustentabilidade que se debruçaram os autores dos textos a seguir. Além dos autores que escreveram sobre essas questões, tentamos dar voz a alguns dos atores dos movimentos sociais locais, cuja luta militante nas causas ambientais faz deles legítimos representantes da luta global por sustentabilidade. Por se tratar de debate inesgotável, reconhece-se aqui que ainda estamos na fase embrionária e que muito há que ser feito, tanto em termos teóricos quanto em termos práticos, para ampliar nossa compreensão do seu real significado.

Antes, porém, de apontar algumas referências para uma melhor compreensão das temáticas do desenvolvimento e da sustentabili-

dade, vamos recuperar alguns elementos relativos à formação histórica do Vale do Jequitinhonha. Apesar de ter sido objeto de discussão em outras publicações,² o propósito dessa abordagem é tanto situar o leitor em relação à especificidade dessa formação histórica regional quanto confrontar essa configuração específica do quadro regional com os temas do debate. É à luz da configuração desse quadro regional que devem ser lidas as possibilidades e os limites na ação desses movimentos sociais e dos demais agentes que lá atuam.

Elementos da formação histórica

O Vale do Jequitinhonha está situado no nordeste do estado de Minas Gerais e extremo sul da Bahia. A área que aqui nos interessa é a que está localizada em território mineiro, de aproximadamente 85 mil quilômetros quadrados e com uma população em torno de 1 milhão de pessoas. Apesar dos diversos recortes regionais, podem ser identificados nessa região 80 municípios, agrupados em sete microrregiões geográficas: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Grão Mogol, Pedra Azul e Salinas. Essa é uma região de relevante significado histórico, uma vez que o Alto-Médio Jequitinhonha pode ser considerado o ponto de encontro de duas frentes de ocupação do território nacional: a mineração e a pecuária. Esse processo aconteceu no início do século XVIII, época em que a mineração se estabeleceu como a principal atividade econômica da colônia.³

2 - SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural do médio Jequitinhonha mineiro*. São Paulo: PUC/SP, 2000. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação); SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. *Unimontes Científica*. Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 107-120, 2003; SOUZA, João Valdir Alves; HENRIQUES, Márcio Simeone. (Org.) *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

3 - Apesar das várias referências às entradas de exploradores que teriam passado pela região desde meados do século XVI, não há qualquer indício de que tenham deixado alguma base de ocupação do território. Essa ocupação somente começou a ocorrer a partir do final do século XVII e, nessa época, apenas no Alto Jequitinhonha. O Baixo Jequitinhonha, como se verá, somente começou a ser ocupado a partir do início do século XIX. Um estudo detalhado dessas primeiras rotas pode ser encontrado em RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1, p. 9-137.

A expansão que teve foco na atividade mineradora, naquilo que levou o nome genérico de “minas dos matos gerais”, foi rápida e o processo de ocupação dela derivado foi intenso. Várias foram as vilas criadas imediatamente após a descoberta de áreas de mineração, inclusive a Vila do Príncipe, atual Serro, em 1714, e Minas Novas, em 1730. Apesar da pouca visibilidade na historiografia mineira, Minas Novas é o centro histórico de todo o atual Norte de Minas, situado à margem direita do São Francisco. A “Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí” ou “Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado” foi criada apenas três anos após Sebastião Leme do Prado ter encontrado ouro nas margens do ribeirão que passou a ter nome de Bom Sucesso, próximo à sua confluência com o Rio Fanado e com o Rio Araçuaí. Em torno da Vila foram estabelecidos vários pontos de mineração, mas nenhum que ultrapassasse um raio de 50 km. Entre a vila e o Distrito Diamantino, alguns lugarejos começaram a se transformar em entreposto comercial, a exemplo de Piedade (Turmalina), Barreiras (Carbonita) e Rio Manso (Couto de Magalhães de Minas).

Ao mesmo tempo que se consolidava essa atividade mineradora no Alto Jequitinhonha, expandia-se lentamente a pecuária a partir das margens do Rio São Francisco. Essa atividade já havia atingido o Norte do atual estado de Minas ao final do século XVII, tanto pelas fazendas de gado implantadas por Matias Cardoso quanto pelas que subiam o rio partindo do litoral nordestino. Ao longo de todo o século XVIII, a criação de gado e as lavouras se expandem em direção ao Nordeste do estado, alcançando a região onde atualmente está Pedra Azul, no Médio Jequitinhonha, em meados do século XIX. Na mesma ocasião em que a atividade mineradora em Minas Novas atingia seu auge, no final da terceira década do século XVIII, a região que está na confluência dos rios Araçuaí e Jequitinhonha foi partilhada em sesmarias. Mas somente um século depois Araçuaí desponta e se constitui como núcleo urbano que se transforma em entreposto comercial, ligando todo o Norte de Minas com o litoral baiano pelo Rio Jequitinhonha.

Se a mineração de ouro e diamante havia feito a fama do Distrito Diamantino, no século XVIII, foi somente a partir do início do século XIX

que o Rio Jequitinhonha entrou em cena, ao se constituir como grande via de ocupação regional. Pode até ser que ele tenha sido transposto por algumas das expedições que, desde meados do século XVI, tentaram conquistar o interior a partir do litoral baiano e capixaba. Mas, somente com a implantação de destacamentos militares, com a finalidade de civilizar índios, garantir a colonização e guarnecer o rio contra o contrabando de diamantes que essa ocupação se deu de fato. As atuais cidades de Salto da Divisa, Almenara e Jequitinhonha têm origem nesses destacamentos militares, instalados a partir de 1811, quando Julião Fernandes Leão foi mandado para a região. Essa história da ocupação do Baixo Jequitinhonha, cujo início acaba de completar 200 anos, é a história da devastação de amplas áreas de mata atlântica e dizimação das populações indígenas que as habitavam.

Essa pequena área mineradora do grande termo de Minas Novas passou por um rápido processo de povoamento no período inicial de sua ocupação, no segundo quartel do século XVIII. Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. À diminuição gradativa da exploração mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Desde o início, caracterizou-se como atividade de subsistência, consolidando, ao longo do tempo, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação das grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra.

Essas chapadas, no entanto, ficaram como reserva natural, lugar de uso comum do qual lançavam mão todos os que se interessavam pela coleta de frutos silvestres e que criavam gado “na larga”, solto, sem a preocupação com cercas e pastagens cultivadas artificialmente. Eram terras sem dono, mas de todos ao mesmo tempo, e esse tipo de exploração coletiva durou até o terceiro quartel do século XX, quando o eucalipto entrou definitivamente na paisagem regional, substituindo a mata nativa e sendo apresentado como a grande alternativa para o desenvolvimento da região. O Baixo Jequitinhonha, diferentemente,

desde os primórdios da ocupação, no início do século XIX, estruturou sua economia a partir da criação de gado em grandes fazendas.⁴

Após essa partição original da terra em imensas sesmarias, foi se desencadeando um sucessivo processo de repartição entre meeiros, agregados, herdeiros etc., até estabilizar-se, ao longo do século XX, um conjunto de relações sociais que consistiam, genericamente, no seguinte: grandes extensões de terras, sobretudo nas chapadas, que funcionavam como propriedade coletiva; grande quantidade de pequenos e médios proprietários de terra que haviam se fixado nas grotas e nelas trabalhavam com a família e/ou na base do sistema camarada pago ou dia trocado;⁵ grandes fazendas de gado que foram, por muito tempo, o ponto de sustentação de uma vasta estirpe de coronéis de patentes variadas e de diversos tipos de poder de mando; vasta rede de agregados que trabalhavam a terra de outros em função do pagamento por produto ou simplesmente para domar terras virgens para o plantio de pastagens. Entre eles, uma vasta rede de solidariedade social que se fundava nas relações de parentesco, vizinhança e/ou apadrinhamento. Aqui e ali pequenos aglomerados urbanos, ora surgidos diretamente da atividade mineradora, ora surgidos em apoio a ela. Todos eles se formaram ao redor de uma igreja, cujos terrenos e construção geralmente eram doação do devoto de um santo a quem se instituía como orago. Não possuíam configuração propriamente urbana, mas funcionavam como centro comercial, em decorrência das feiras e da vida social, fundada invariavelmente no elemento religioso.

Isso faz do Vale do Jequitinhonha uma região bastante diversificada internamente, destacando-se pelo menos quatro sub-regiões bastante diferenciadas entre si. Essa diversificação resulta de características

4 - Consultar, por exemplo: RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Vaqueiros, bois e boiadas: trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro*. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 135-163, abr. 1998.

5 - Camarada pago diz respeito à remuneração em espécie ou em dinheiro ao trabalhador por seu serviço. É livre quando as despesas de alimentação correm por conta de quem contrata. É cativo quando essa despesa é por conta do contratado. Dia trocado se refere à permuta de trabalho por trabalho em tempos iguais. A vantagem dessa permuta é que o trabalho é realizado por coletivos de trabalhadores, ora na lavoura de um ora na lavoura do outro. Ver AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura). 3 v.

geográficas, de atividades predominantes em cada etapa do processo de ocupação, do longo período em que essa ocupação se deu etc. O Alto Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Itacambira, Turmalina, Minas Novas, Itamarandiba, Capelinha) está na região de mais antiga ocupação cuja fisionomia, exceto esses últimos municípios, foi moldada pelas atividades da mineração. O Baixo Jequitinhonha (Salto da Divisa, Almenara, Jequitinhonha, Rubim, Joáima) é a região de ocupação mais recente e que ainda tem na pecuária sua principal atividade econômica. Há uma parte da região que se situa no Norte do estado de Minas Gerais (Salinas, Taiobeiras, Águas Vermelhas, São João do Paraíso) e que, em decorrência de suas características climáticas, compõe parte da área mineira do semiárido. E há, finalmente, a área que constitui o Médio Jequitinhonha propriamente dito (Araçuaí, Itinga, Itaobim, Padre Paraíso, Novo Cruzeiro), que é intermediária a todas essas três sub-regiões e se caracteriza por um misto de atividades de agricultura de subsistência, pecuária e mineração.

Apesar dessa diversidade regional interna, resultado de diferentes atividades desenvolvidas ao longo de três séculos, o Vale tem sido reiteradamente mostrado pelo conjunto de características unificadoras do tema da pobreza, do abandono e da estagnação. A visibilidade que a região adquiriu nos últimos tempos tem atraído grande número de instituições e entidades de pesquisa e intervenção, públicas e privadas, governamentais e não governamentais, que configurou um novo modo de ler a realidade local: uma intensa contradição entre a pobreza material da maior parte da sua população e notável riqueza de suas manifestações culturais, expressa em ampla gama de produção artesanal (da cachaça aos produtos de cerâmica, tecelagem, couro e cestaria), grande número de grupos folclóricos e festas, muitas festas, e alguns festivais. É essa configuração socioeconômica e cultural que está a exigir um olhar ao mesmo tempo crítico e propositivo acerca dos temas do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Desenvolvimento e sustentabilidade: dois temas controversos

No campo das ciências sociais e humanas, poucos conceitos são tão controversos como o de desenvolvimento, tema da primeira parte deste livro. Em grande medida, essa controvérsia se deve ao fato de autores diferentes tratarem de modo diferente uma mesma questão, derivando disso múltiplos entendimentos do seu significado ou múltiplas teorias que tentam explicar uma determinada realidade. Mas parte significativa dessa controvérsia deriva da complexidade própria da temática do desenvolvimento e, principalmente, na efetivação prática dessas proposições teóricas. Sintomático desse emblema é o modo como os recursos naturais têm sido analisados e apontados como fator de desenvolvimento. Para alguns autores, abundância de recursos naturais e meios adequados de extraí-los nos garantiriam esperanças de um futuro sem escassez, enquanto, para outros, não há abundância que nos livre do subdesenvolvimento se não houver uma mudança nos modos como interagimos com a natureza. Entre as promessas de futuro abundante e a maldição da escassez situam-se complexas relações de poder que deslocam sempre para o lado mais fraco o peso mais elevado das contas a pagar.

Se na filosofia e nas ciências da vida o termo desenvolvimento vem sendo utilizado desde pelo menos o século XIX, nas ciências humanas e sociais ele tem pouco mais de meio século. Em Biologia, desenvolvimento quer dizer processo de modificação orgânica que transforma um embrião em um ser vivo plenamente realizado. Desenvolver é passar da fase embrionária, na qual cada ser vivo se constitui apenas como potência, à fase adulta, na qual o organismo funciona na sua plenitude. Desenvolvido é o ser que rompeu as barreiras que o envolvia e limitava, saiu do seu invólucro e ganhou o mundo em condições de reproduzir-se em outro ser semelhante. Desenvolvimento não deve ser confundido com evolução, que é uma palavra reservada para se referir a processos de interação entre seres vivos e meio ambiente, numa escala de tempo que ultrapassa em muito a vida de uma geração.

Nas ciências humanas e sociais, constituídas a partir do final do século XIX, o termo adotado para expressar essas mudanças era progresso. Assim, o progresso social e econômico não só era desejado, mas conseguido em decorrência de um tipo particular de ação no mundo própria da modernidade. Essa ação deveria ser orientada cada vez mais pelo conhecimento científico da realidade e assentada no protagonismo humano, cuja centralidade já havia sido destacada desde o início da era moderna. Na versão liberal, o progresso deveria ser a expressão mesma do resultado do empreendedorismo individual, na ordem econômica, desde que asseguradas, pelo Estado, na ordem política, determinadas garantias das liberdades individuais. Na versão positivista (a despeito dos vários positivismos), esse progresso deveria ser alcançado pela forte intervenção do Estado, uma vez que, submetida ao *laissez faire*, a realidade produziria necessariamente ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. O Estado deveria ser, enfim, o mediador dos conflitos derivados das relações desequilibradas entre capital e trabalho.

A reflexão sobre os problemas do desenvolvimento e sua recente reivindicação de sustentabilidade implica, pois, necessariamente voltar às origens do capitalismo e ao debate estabelecido em torno da ciência e da racionalidade modernas, isto é, implica retomar as questões relativas ao projeto civilizatório da modernidade. Em linhas bastante gerais, pode-se dizer que a partir do século XVII foi crescente o entendimento de que a ciência deveria estar a serviço do domínio humano sobre a natureza e que razão e ciência, planejamento e cálculo, empreendedorismo e bom uso da liberdade comporiam os pilares de uma fé inabalável no progresso a humanidade.

Essa concepção antropocêntrica ganhou fôlego nos séculos XVIII e XIX, passando a ser severamente questionada, sobretudo a partir de meados do século XX, quando foi se tornando cada vez mais claro que a um extraordinário crescimento do capitalismo global não necessariamente correspondeu o desenvolvimento humano desejado. Crescimento e desenvolvimento passaram, então, a constituir campo de intenso debate, tanto na dimensão teórica quanto na dimensão prática, exigindo um amplo exercício de interpretação que pudesse dar conta das suas

especificidades. Foi ficando cada vez mais claro, contudo, que enquanto o crescimento expressa uma mudança de volume, de capacidade, de quantidade, o desenvolvimento expressa uma mudança qualitativa. Na dimensão econômica, crescimento é a “expansão da renda bruta que uma dada e determinada economia pode gerar”. No contexto do capitalismo, é a “maior produção de mercadorias e uma maior circulação de capital”,⁶ e essa é uma visão corrente de fácil entendimento.

Não há o mesmo consenso, entretanto, quando o termo do debate é o desenvolvimento ou o seu correspondente anterior denominado progresso. Por muito tempo, ele foi pensado como um componente de natureza político-social voltado para a distribuição de benefícios no contexto do capitalismo. No entanto, desde o século XIX, três correntes teóricas pelo menos (liberalismo, malthusianismo e marxismo) travam intenso debate na tentativa tanto de esclarecer a questão quanto de imprimir um novo rumo ao processo. A ideia de desenvolvimento resulta de múltiplos fatores, o que exige sua referência a um campo específico (econômico, social, político ou cultural), como meio de qualificar melhor seus indicadores, ao mesmo tempo que ficam claros os limites das explicações de disciplinas específicas, como a Economia, a Política ou a Sociologia.

O liberalismo consiste na defesa da livre iniciativa, do indivíduo empreendedor e da livre concorrência. Essa “liberação” do indivíduo, tanto na dimensão econômica quanto na dimensão política, foi condição necessária à existência do próprio capitalismo. Para os liberais, eram inesgotáveis não só os recursos naturais como as formas de explorar e dominar a natureza. Mãos à obra, portanto, porque o mundo deve ser conquistado. Realizar o progresso era criar condições para a livre ação desse indivíduo empreendedor.

Os malthusianos, pelo contrário, compreendem que há uma incompatibilidade entre recursos naturais e pressão demográfica. Como se sabe, Thomas Malthus (1766-1834) formulou uma teoria extremamente pessimista em relação ao futuro da humanidade. Segun-

6 - MATOS, Ralfo. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999. v. 1, p. 2-25.

do ele, enquanto a população crescia em uma progressão geométrica (2, 4, 8, 16, ...), os meios de subsistência cresciam em uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, ...). O resultado seria a catástrofe inevitável no futuro caso não se encontrasse uma forma de diminuir o ritmo de crescimento demográfico.

Os marxistas, por sua vez, contestam a própria lógica da organização do modo capitalista de produção. A exploração desenfreada dos recursos naturais e a apropriação privada por um décimo da população era a exata condição de exclusão dos outros nove décimos. Para Marx, o capitalismo pôs em curso um ritmo frenético de exploração, mobilizando forças ocultas e transformando o mundo. As forças produtivas do capitalismo eram extraordinariamente revolucionárias, o que expressava sua grande capacidade de crescimento e expansão. Esse sistema era, porém, como um feiticeiro cujo feitiço se voltaria contra ele próprio.

O crescimento remete, pois, a um fator quantitativo. Sua principal unidade de medida é o PIB (Produto Interno Bruto), que é a medida quantitativa de todos os bens e serviços produzidos em um país, um estado ou um município. O PIB é um indicador quase universal, que hierarquiza os países e as regiões de acordo com o volume da riqueza produzida. Quanto mais avança no tempo, mais dinâmico o capitalismo se torna, aumentando a produção e a circulação de mercadorias, inclusive com forte incremento do conhecimento científico e tecnológico.

Entretanto, mesmo sendo um forte indicador de riqueza de um país, o crescimento econômico, por si só, não diz tudo. É preciso, pois, considerar que o desenvolvimento tem uma dimensão qualitativa que não está presente no crescimento. O desenvolvimento econômico, ainda que tenha como suporte o crescimento, exige algo mais. Só se pode falar em desenvolvimento econômico e social quando é possível avaliar alguns fatores de natureza qualitativa, como a distribuição da renda, a qualidade de vida, o acesso às políticas de saúde, a expectativa de vida ao nascer, os indicadores de escolarização etc. Pode ser que um país tenha um elevado PIB, apresente elevado crescimento em determinado período, mas não tenha conseguido promover a distribuição da renda e resolver problemas graves relativos à qualidade de vida da maioria

da população. Foi com base nesses indicadores que a ONU criou e que vem sendo adotada, desde 1990, mesmo não sendo consensual, uma terminologia que aponta para um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ao escrever sobre o tema no *Dicionário do pensamento social do século XX*, Henry Bernstein afirma que

O crescimento econômico é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para o progresso social, representado pela satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde e habitação adequadas (superação da pobreza absoluta), ao que se podem acrescentar ainda outras condições de uma existência humana plena, tais como o acesso universal à educação, liberdades civis e participação política (superação da pobreza ou privação relativa).⁷

No sentido em que passou a ser adotado pelas ciências humanas e sociais contemporâneas, o termo desenvolvimento é bem datado. Ele teria adquirido o sentido em que é entendido atualmente a partir de 1949, quando, em seu discurso de posse no governo dos Estados Unidos, o então presidente Harry Truman se referiu a países subdesenvolvidos em contraposição ao seu próprio, que seria, então, desenvolvido.⁸ Essa condição de pobreza das áreas subdesenvolvidas deveria merecer a atenção dos governos de modo a promover-lhes o desenvolvimento. Foi, também, por essa época que se construiu a distinção entre países do Primeiro Mundo, os ricos e desenvolvidos; os do Segundo Mundo, das experiências revolucionárias socialistas; e os do Terceiro Mundo, todos aqueles que compunham as grandes periferias do capitalismo.

De igual modo, esse raciocínio foi utilizado para classificar regiões internas a um mesmo país. Foi nesse contexto que o Nordeste emergiu

7 - BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996. p. 197.

8 - ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

como área subdesenvolvida no Brasil e o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Em outras palavras, o Nordeste estava para o Brasil assim como o Jequitinhonha para Minas. E para demonstrar essa situação de desigualdade de condições nada melhor do que dados estatísticos que poderiam conferir a esse quadro uma dimensão de análise científica da realidade. Emergia e se consolidava a era dos diagnósticos. Todos eles esquadriavam a realidade na tentativa de caracterizá-la, apontar os elementos que a mantinham “enredadas” em teias de subdesenvolvimento e as condições necessárias à promoção do seu desenvolvimento.

Esses diagnósticos, de modo geral, tinham o propósito de orientar planos e ações governamentais, cujo resultado deveria ser um algo a mais que atestasse um crescimento econômico e promovesse o desenvolvimento. No nível nacional, desde o início dos anos 1970 foram estabelecidos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), aos quais corresponderam, em Minas, vários Planos Mineiros de Desenvolvimento, de Desenvolvimento Econômico e Social, de Desenvolvimento Integrado etc. Logo após ser criada, em 1964, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) começou a produzir diagnósticos e planos de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha,⁹ cujos desdobramentos ainda estão a merecer

9 - CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*: v. 1: o espaço físico e a realidade infra-estrutural; v. 2: setores básicos da atividade humana. Belo Horizonte: Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, 1967. (mimeo)
CODEVALE. *Recursos minerais do Vale do Jequitinhonha*: considerações e estudos. Belo Horizonte: CODEVALE, 1967. (mimeo)
CODEVALE. *Estratégias para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha*: metas prioritárias. 1971-75. Belo Horizonte: CODEVALE, 1970. (mimeo)
CODEVALE. *Levantamentos básicos preliminares do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1973. (mimeo)
CODEVALE. *Levantamento da estrutura fundiária e agrária do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1975. 3 v. (mimeo)
CODEVALE. *Plano de emergência para atendimento ao Vale do Jequitinhonha*: 1975/1976. Belo Horizonte: CODEVALE, 1975. (mimeo)
CODEVALE. *Programa integrado de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1976. (mimeo)
CODEVALE. *Programa de desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha – PLANRURAL*. Belo Horizonte: CODEVALE/SEPLAN, 1979.
CODEVALE. *Vale do Jequitinhonha*: informações básicas. Belo Horizonte: CODEVALE, 1986.
CODEVALE. *Levantamento de áreas críticas de mineração no rio Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1989. (mimeo)
CODEVALE. *Breve caracterização sócio-econômica do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CODEVALE, 1991. (mimeo)

estudo criterioso. Como entidade voltada para o desenvolvimento regional, a CODEVALE teve o mérito de projetar nacionalmente o artesanato do Vale do Jequitinhonha. No entanto, desde o início dos anos 1980, ela começou a entrar em total descrédito, o que levou à criação do adágio popular segundo o qual ela “nem acode nem vale”. Amplamente acusada de ter se transformado em cabide de emprego e de ter mais funcionários em seu escritório em Belo Horizonte do que técnicos em campo, ela foi se esvaziando até ser extinta nos anos 1990. Em seu lugar foi criado o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais (IDENE), ampliando a área de abrangência.

Antes mesmo da criação do IDENE, contudo, a Fundação João Pinheiro substituiu a CODEVALE na produção de diagnósticos e na elaboração de planos e programas de desenvolvimento para o Vale.¹⁰ Mas essa fundação, também, foi esvaziada do seu papel original de elaboração de estudos que fundamentassem políticas de planejamento para o estado de Minas. Do mesmo modo que os planos e programas anteriores, da CODEVALE, os da Fundação João Pinheiro, para o Vale do Jequitinhonha, também estão à espera de estudos criteriosos da sua

10 - FJP (Fundação João Pinheiro). *Diagnóstico preliminar do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975.

FJP. *Araçuaí – Vale do Jequitinhonha*: programa de desenvolvimento rural integrado da área: caracterização e diretrizes. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1976.

FJP. *Plano de desenvolvimento regional integrado da região nordeste de Minas Gerais – PRODEVALE – fase 3*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1979. 4 v.

FJP. *Projeto Nordeste – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*: região mineira do nordeste. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1985. 10 v.

FJP. *Plano diretor para o Jequitinhonha*: versão condensada. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988. 132 p.

FJP. *Programa Novo Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/GEVALE, 1988.

FJP. *A colonização alemã no Vale do Mucuri*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais / Fundação João Pinheiro, 1993.

FJP. *Fórum da região norte de Minas Gerais*: Agenda 2000. Documento síntese sobre potencialidades, estrangulamentos e propostas, elaboradas a partir dos minifóruns realizados em Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Janaúba e Salinas, com vistas ao estabelecimento de uma agenda de ações na região até o ano 2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

FJP. *Programa de melhoria da oferta de água no semi-árido mineiro*: projeto de pequenas barragens nos vales dos rios Jequitinhonha, Pardo e Mucuri. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FJP. *Programa de melhoria da oferta de água no semi-árido mineiro*: avaliação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 3 v.

FJP. *Vale do Jequitinhonha*: documento para discussão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FJP. *Programa de irrigação da região mineira do Nordeste*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FJP. *Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do pólo turístico do Vale do Jequitinhonha – resumo executivo*. Belo Horizonte: CEES/FJP, 2004.

abrangência e alcance. Nas últimas duas décadas, o que se observa é que o Vale entrou na rota das pesquisas acadêmicas, tendo sido produzida até o momento enorme quantidade de monografias, dissertações, teses e relatórios de pesquisa.

Se esse conhecimento não necessariamente orienta ações mais ordenadas, pelo menos tem permitido a significativa ampliação das visões sobre a região.

Os anos 1980 testemunharam o esvaziamento das agências públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional, o que pode ser explicado pela crise econômica que assolou o país por anos a fio, pelo recrudescimento da desigualdade social produzida por um processo de modernização excludente, pelo enfraquecimento do Estado enquanto agência reguladora, entre outros fatores. Do mesmo modo que, no plano nacional, constituíram-se movimentos sociais e associações sindicais que passaram a lutar por causas diversas, também no Vale do Jequitinhonha foram diversos os movimentos sociais, culturais e sindicais que se constituíram e ganharam força.¹¹ A partir dos anos 1990, o termo sustentável passou a ser uma referência importante na orientação dessa militância. Todos eles, em maior ou menor escala, questionavam o tipo de intervenção do Estado, a natureza dos empreendimentos modernizadores e desenvolvimentistas destinados à região e os desastrosos resultados ambientais que passaram a ficar cada vez mais evidentes. Emergia e se constituía regionalmente um conjunto de movimentos sociais de forte apelo ambiental que punha no centro do debate a questão do desenvolvimento sustentável, conforme abordado na terceira parte deste livro.

Se o debate sobre a questão do desenvolvimento constitui um exercício desafiador, maior desafio, ainda, é acrescentar a ele a temática da sustentabilidade. Uma das dificuldades reside no fato de que, ainda que a luta cotidiana seja travada em torno de problemas locais, o que está em causa é a discussão sobre o futuro do planeta, a grande casa

11 - RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, João Valdir Alves; HENRIQUES, Márcio Simeone. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

que habitamos. Outra dificuldade está no entendimento e na tradução, na prática, da própria concepção de desenvolvimento que reivindica sustentabilidade. Já são muitos os autores que questionam o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, pois, entendem eles, sendo o desenvolvimento um termo tão colado ao capitalismo e sendo o capitalismo um modo de produção essencialmente insustentável, não passaria de contrassenso falar em desenvolvimento sustentável.¹²

Na tentativa, então, de fugir a esse contrassenso adquirem visibilidade outros termos, como sustentabilidade, sociedades sustentáveis etc. Contudo, esses termos, também, parecem não resolver o problema, porque o que está em jogo não é apenas a nomenclatura, mas a dimensão prática que ela pode orientar ou a nova ética que ela deve construir. É na tentativa de situar os leitores nesse debate que se assentam os propósitos dos parágrafos seguintes.¹³ Essa é uma discussão importante, porque parte-se aqui também do pressuposto de que as novas gerações precisam necessariamente incorporar essa importante dimensão do desenvolvimento e é a isso que se deve a importância que esse debate tem para a educação, tema da segunda parte deste livro.

Tomando como referência a exaustiva discussão feita num consistente estudo sobre desigualdades regionais e desenvolvimento sustentável relativo ao Vale do Jequitinhonha, será esboçado a seguir o que o autor apresenta como importantes dimensões do desenvolvimento regional sustentável.¹⁴ Segundo Ralfo Matos, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser disseminado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada

12 - DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva* n. 6, v. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992. MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

13 - Essa discussão será feita com base no texto elaborado como material instrucional para educação a distância dos cursos de Química e Ciências Biológicas da UFMG. Ver SOUZA, João Valdir Alves de. *Educação e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 56-61.

14 - MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*.

em Estocolmo, em 1972. Um dos pontos altos dessa conferência foi o debate sobre a “necessidade de se estabelecer mecanismos de proteção ambiental para correção de problemas decorrentes do desenvolvimento econômico, e reverter a intensidade do crescimento demográfico com vistas a se atingir uma população estável”,¹⁵ o que evidencia o peso das concepções malthusianas.

Essa conferência, no entanto, apenas destacava os termos de um debate que começava a ganhar visibilidade à época, que trazia de volta as preocupações de Thomas Malthus sobre a incompatibilidade entre crescimento populacional e finitude dos recursos naturais. Começavam a ganhar corpo as preocupações com o esgotamento das reservas minerais, a degradação dos ecossistemas, o aumento da poluição industrial e, principalmente, a explosão demográfica, sobretudo, nos países em desenvolvimento. Nessa mesma ocasião foi introduzido o conceito de ecodesenvolvimento “como estratégia de desenvolvimento negadora de um crescimento econômico que implicasse na degradação dos recursos naturais”.¹⁶

Se o debate da época manifestava claramente uma posição de tomar os pobres como responsáveis pelo subdesenvolvimento, ele ao menos teve o mérito de chamar a atenção para os problemas ambientais decorrentes de um modo de produção cujos empreendedores não estavam acostumados a ver limites nos seus empreendimentos. A partir de então, os problemas do subdesenvolvimento foram amplamente debatidos em eventos internacionais e vários foram os trabalhos que chamaram a atenção para os efeitos globais do modelo de crescimento adotado. Dentre esses, destaca-se o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulado *Nosso Futuro Comum* – popularmente conhecido como Relatório Brundtland – de 1987, que dissemina definitivamente o conceito de desenvolvimento sustentável. Citando outros autores, Matos afirma que:

15 - MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-12.

16 - DIEGUES. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis*, p. 25.

(...) a favorável acolhida ao Relatório Brundtland dá ao conceito de desenvolvimento sustentável um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento nunca teve, mas outorgou-lhe também um caráter polissêmico, em função da atração simultânea de economistas, planejadores em desenvolvimento, agências internacionais, acadêmicos, ambientalistas, ONGs, políticos e público em geral.¹⁷

Em outras palavras, isso significa dizer que esse conceito começou a se tornar demasiadamente elástico e que todo o mundo começou a compartilhar das ideias propostas para o desenvolvimento sustentável, ainda que, claro, na prática as coisas continuassem como antes. A ideia central do Relatório Brundtland é a de que o desenvolvimento sustentável é a tentativa de harmonizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção do meio ambiente, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem as suas. Ele contém dois conceitos-chave: o de necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio atual da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente.¹⁸

Entre as medidas a serem adotadas pelos governos estavam: a limitação do crescimento demográfico; a garantia da alimentação; a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; o aumento da produção industrial nos países subdesenvolvidos a partir de tecnologias ecologicamente adaptadas; o controle do vertiginoso processo de urbanização e integração entre o campo e cidades menores; a satisfação das necessidades básicas da população. Essas medidas deveriam ser adotadas em função do entendimento de que o desenvolvimento sustentável pressupõe a garantia de que os pobres

17 - VIOLA E LEIS *apud* MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-12.

18 - DIEGUES. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis*, p. 26; MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-13.

possam ter acesso a “condições de vida seguras e duradouras, que minimizem a degradação dos recursos materiais e do meio ambiente, a desestruturação cultural e a instabilidade social”.¹⁹

Em consonância com essas medidas, as estratégias de planejamento devem levar em conta cinco dimensões de sustentabilidade, ou seja, quais são os elementos que sustentam o desenvolvimento sustentável? Quais são os princípios norteadores das estratégias de planejamento fundadas na perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável?

Citando Ignacy Sachs, uma das maiores referências internacionais no debate sobre a questão, Matos indica cinco dessas dimensões. São elas:

1. sustentabilidade social: diz respeito à maior equidade na distribuição de bens e renda, reduzindo a diferença entre padrões de vida de ricos e pobres;
2. sustentabilidade econômica: diz respeito à eficiência no rendimento, independentemente de serem grandes ou pequenos empreendimentos, avaliado em termos macrossociais, pressupondo alocação e gerenciamento eficiente de recursos humanos e financeiros, tanto em investimentos públicos quanto privados;
3. sustentabilidade ecológica: diz respeito ao conjunto de medidas adotadas para reduzir o consumo de recursos não renováveis, diminuir o volume de resíduos e de poluição, aumentar a capacidade de recuperação ambiental, definir normas de proteção do ambiente, intensificar pesquisas de novas tecnologias etc.
4. sustentabilidade espacial: diz respeito à obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

19 - MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-14.

5. sustentabilidade cultural: diz respeito à promoção socioeconômica de modo a preservar a identidade cultural, com soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e o território.²⁰

Além dessas dimensões da sustentabilidade, que dizem respeito ao *modus operandi*, isto é, às operações concretas postas em prática, é preciso levar em conta os tipos preponderantes de operações e as respectivas estratégias de planejamento que colocam em prática determinadas formas de gerenciamento ambiental. Isso implica considerar graus diferenciados de intervenção e controle das relações entre homem e natureza, constituindo o que pode ser chamado de paradigma. Ralfo Matos identifica cinco “paradigmas” que têm orientado essas estratégias de planejamento e intervenção, ao longo do tempo: economia de fronteira, proteção ambiental, gerenciamento de recursos, ecodesenvolvimento e ecologia radical.

Segundo ele, o paradigma da *economia de fronteira* tem forte cunho antropocêntrico, corresponde à experiência histórica de formação do capitalismo nos países industrializados e baseia-se na noção de progresso e na ideia de um crescimento econômico infinito, pelo uso ilimitado dos recursos naturais. Ele está sintonizado com a dinâmica da modernidade ocidental, com o estatuto racional e científico da produção de conhecimento, com a transformação desse conhecimento em tecnologia e sua apropriação pelo modo capitalista de produzir mercadorias.

Em contraposição a esse paradigma está o da *ecologia radical*, o exato oposto da lógica capitalista de produção de mercadorias. A ecologia radical se baseia em conceitos como biorregião, democracia entre as espécies, restrição ao crescimento demográfico e urbano, retorno à natureza, um ideal de “bem comum” em substituição ao individualismo próprio do capitalismo etc. Se é criticado por certo saudosismo e por ser arredo à incorporação dos avanços tecnológicos, políticos ou comportamentais da sociedade urbano-industrial, o paradigma da ecologia radical tem a virtude de trazer à tona outra ética na rela-

20 - MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-16.

ção com a natureza, ao mesmo tempo que tenta pensar a totalidade, e não a fragmentação.

Os outros três paradigmas, diz Ralfo Matos, correspondem a uma progressiva incorporação da dimensão ambiental nas esferas da produção e da gestão dos recursos. O paradigma identificado como *proteção ambiental* tem caráter “eminente remediativo” e, entre suas propostas, busca introduzir mecanismos de controle das atividades poluentes. Ele parte do pressuposto de que a poluição é inevitável, já que é constitutiva do processo produtivo, mas é possível interferir para minimizar seus efeitos. Tem caráter remediativo porque atua nas consequências do processo – o efeito poluidor da produção –, e não na prevenção, que poderia minimizar seus impactos.

O outro, denominado *gerenciamento de recursos*, reconhece a existência de interdependência entre Ecologia e Economia, considerando as avaliações de impacto ambiental como elementos importantes no gerenciamento dos empreendimentos. Dependendo do impacto ambiental que um empreendimento pode gerar, tanto pode haver um reconhecimento da sua inviabilidade quanto o esforço para garantir compensações aos atingidos. De modo geral, ainda que as avaliações de impacto ambiental sejam de responsabilidade do empreendedor, as compensações por perdas resultam da capacidade de mobilização dos que sofrem seus efeitos.

Finalmente, segundo o autor tomado aqui como referência, o paradigma considerado desejável é o denominado *ecodesenvolvimento*. Ele propõe uma nova ética na relação com a natureza e, ciente dos limites dos recursos naturais, aponta para a necessidade de se utilizá-los de maneira parcimoniosa. O *ecodesenvolvimento*

(...) busca uma redefinição de papéis nas esferas pública e privada. Tem caráter preventivo, considera, simultaneamente, mudanças globais e a necessidade de uma tecnologia que incorpore critérios sociais, econômicos e ecológicos. Trata-se do paradigma que corresponderia

mais de perto à noção de desenvolvimento sustentável que se pretendeu discutir.²¹

Em resumo, os Planos e Programas de Desenvolvimento pautados na perspectiva da sustentabilidade e focados na dimensão regional devem considerar as especificidades da formação histórica de cada localidade, sua diversificada configuração interna, a caracterização socioeconômica e cultural, seu quadro natural e humano. Apesar dos elementos universais que perpassam a busca pelo desenvolvimento, pensar em sustentabilidade para o Vale do Jequitinhonha implica necessariamente considerar a diferenciação interna ao quadro regional, como foi apontado anteriormente.

A integração e o desenvolvimento regional, não só para o Vale, mas para qualquer outra região considerada, postulam exigências associadas à melhoria da qualidade de vida, à qualificação do trabalho, ao desenvolvimento científico e tecnológico e, principalmente, ao respeito à diversidade cultural e espacial, conferindo legitimidade à busca de equidade social. Foram algumas dessas questões que os textos a seguir tentaram abordar. Se esse debate, apesar dos esforços para bem realizá-lo, ainda se revela incipiente, pelo menos há a consciência de que ele não tem sido negligenciado.

João Valdir Alves de Souza

21 - MATOS. *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*, p. 2-24.







CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento: tentativa de conceptualização

João Antonio de Paula

Introdução

Desde os anos 1950 o tema do *desenvolvimento* tem frequentado as ciências sociais. Primeiramente com os economistas, que lhe adicionaram o complemento “econômico”, o tema foi objeto de apropriação por sociólogos, politicólogos, que buscaram ampliar o que parecia um reducionismo: “o economicismo”. Velha de séculos, já era usada no século XV, a palavra *desenvolvimento* tem linhagem mais antiga que a das ciências sociais, tendo sido usada por Hegel, por exemplo, que lhe deu significado que vale a pena reter por enriquecer, ainda mais, os mais acreditados usos que lhe têm dado as ciências sociais contemporâneas.

Para Hegel, o conceito de *desenvolvimento* seria a explicitação, o pôr-se no mundo do que está contido no ser, como possibilidade, e que precisa apresentar-se para se realizar. Há, nesse sentido, uma implicação decisiva para as ciências sociais decorrente do conceito de desenvolvimento de Hegel, que é o fato de ele remeter à ideia de que o desenvolvimento, para ser legítimo, tem que mobilizar e valorizar as potencialidades emancipatórias, contidas em todas as realidades. Isto é, o desenvolvimento é a realização do melhor do que todo ser é dotado pela valorização do que em cada um, é convocação de transcendência, de liberdade, é transformação emancipatória, que, sendo o termo da caminhada para o mais elevado, deve começar pelo local, pelo imediato, pelo contingente, pela valorização do que em cada um, em sua particularidade, convoca a liberdade. De tal modo que será inteiramente descabido um desenvolvimento que seja pura mimetização, que todo processo de desenvolvimento, para ser legítimo e efetivamente emancipatório, tem que mobilizar o que

no local, no regional, no nacional é constitutivo do que é a melhor realização do humano.¹

Trata-se, neste texto, de buscar apresentar o itinerário da construção do conceito de *desenvolvimento*, como resultado das determinações, mutuamente relacionadas, decorrentes tanto do avanço da pesquisa quanto das exigências das transformações sociais. De fato, desde os anos 1950, o conceito de desenvolvimento transitou de uma primeira acepção, que o reduzia a desenvolvimento econômico, para desdobrar-se em desenvolvimento social, político, cultural, regional, a que se agrega, hoje, fortemente, a exigência de sustentabilidade.

Ao lado dessa significativa ampliação de seus conteúdos, a realidade do desenvolvimento, por essas mesmas razões, tem experimentado transformações importantes no referente às variáveis capazes de expressá-lo e aos métodos de mensuração, factíveis e adequados, para efeitos de comparação inter-regional e intertemporal.

Questão, aparentemente, adscrita à realidade dos países “pobres”, “atrasados”, “estagnados”, com relação aos países “ricos” e “dinâmicos” do mundo capitalista, a questão do *desenvolvimento* sempre envolveu o conjunto do sistema capitalista: seja pelas inequívocas interações entre as diversas partes do sistema e suas determinações recíprocas, seja pelo peso político, social, populacional, cultural e ambiental das regiões não desenvolvidas.

Com efeito, é possível dizer que a questão do desenvolvimento está sempre sendo redefinida histórica e espacialmente, assumindo, a cada período e em cada local, peculiaridades, que, em última análise, refletem as condições concretas da dominação capitalista, as condições concretas da luta de classes, em suas múltiplas dimensões.

Considerada em conjunto, a questão do desenvolvimento envolve variadas escalas, que vão do local-regional ao global-planetário, abrangendo variados sujeitos e instituições, instrumentos e formas de atuação, interesses e objetivos.

1 - Cf. HEGEL, G. W. F. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 341-343. (Os Pensadores.)

Palavra que em certos momentos pareceu conformista e apaziguadora, tanto a palavra quanto os possíveis desdobramentos do *desenvolvimento* nunca ficaram imunes de certa suspeita, que levou a que, no início dos anos 1960, os Estados Unidos, para se contraporem às iniciativas “desenvolvimentistas” latino-americanas, usassem a palavra *progresso: Aliança para o Progresso*. É também sintomático que o pensamento social hegemônico, perfeitamente representado pela *Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais*, organizada por David Sills, não tenha um verbete *desenvolvimento econômico*, havendo referência ao desenvolvimento econômico no verbe *crescimento econômico*, o qual, ali, é considerado sinônimo perfeito de *desenvolvimento econômico*. Essa questão toca num ponto essencial para a construção do conceito de *desenvolvimento econômico*, que é o reconhecimento de que ele não se confunde com *crescimento econômico*, que ele é mais que uma categoria quantitativa, que ele é, centralmente, uma categoria qualitativa, que, tomando o crescimento da renda e da riqueza como um pressuposto do desenvolvimento econômico, remete, sobretudo, às formas de produção e distribuição da renda e da riqueza, as quais são determinadas por um dado conjunto de *relações sociais de produção* (relações de propriedade e relações de apropriação real) e por um dado conjunto de forças produtivas.²

Com efeito, o que se viu aqui, nesta última passagem, é a extraordinária capacidade do conceito de *desenvolvimento econômico* de sintetizar, de amalgamar realidades múltiplas e complexas, remetendo, no caso em tela, ao se falar em *relações sociais de produção e forças produtivas*, ao conceito de *modo de produção*. Essa mesma capacidade fica ainda mais evidenciada se se aproximar o conceito de *desenvolvimento* ao conceito de *fato social total* tal como definido por Marcel Mauss. Para Mauss, alguns fatos sociais, como a dádiva, eram capazes de atravessar, de fazer interagir todo o complexo social, do

2 - BALIBAR, Etienne. Acerca de los conceptos fundamentales del Materialismo Histórico. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. *Para leer El Capital*. 11. ed. Buenos Aires: Siglo XXI. p. 233; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 49-50.

individual ao coletivo, do sincrônico ao diacrônico. É esse papel nuclear e imantador, como *fato social total*, que se quer ver no conceito de *desenvolvimento*, que para se realizar, efetivamente, tem que ser a um só tempo social, econômico, político, cultural, o institucional.

Desenvolvimento como fato social total

Marcel Mauss, grande nome fundador da antropologia contemporânea, cunhou a expressão e a viu encarnada no fenômeno da *dádiva*, em sua capacidade de integrar tanto aspectos sincrônicos quanto diacrônicos quanto por encarnar também aspectos individuais. Nas palavras de Lévi-Strauss, “o fato social total apresenta-se, pois, com um caráter tridimensional. Deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica, e, finalmente, a dimensão fisio-psicológica”.³

Se são essas as características, os componentes e o âmbito de abrangência do conceito de *fato social total*, então não será forçada a atribuição que se quer fazer da realidade do *desenvolvimento* como *fato social total* no sentido de que, por mais qualificativos que se lhe aponham — desenvolvimento... econômico, social, político, cultural, institucional, ambiental — restará sempre um déficit de conteúdo não explicitado e que só se resolverá se se remeter à ideia de que o *desenvolvimento*, para ser pleno, para realizar tudo o que promete, como veículo emancipatório, terá que ser a realização de suas múltiplas dimensões, isto é, ser *fato social total*.

Mais que centenária, a palavra *desenvolvimento* foi adquirindo, durante o século XX, diversas acepções que expressaram a emergência de novas exigências e atributos num movimento de progressivo reconhecimento de sujeitos, direitos e realidades até então obliterados pela hipertrofia dos interesses econômicos hegemônicos.

3 - LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. p. 14.

Assim de um momento, nos anos 1950/60, em que *desenvolvimento* se igualava a crescimento e era medido pela renda *per capita*, transitou-se para a sucessiva adição de outros atributos ao desenvolvimento, que para ser legitimado, ao lado da dimensão econômica, não poderia prescindir de agregar os qualificativos social, político, cultural, ambiental, etc., sob pena de reducionismo inaceitável. Essa tendência, de fato, refletia, mais que um aperfeiçoamento teórico-conceitual, a constatação das limitações de um objetivo — o desenvolvimento econômico — se a ele não se dirigissem questões importantes referentes à distribuição dos frutos do crescimento econômico, à sustentabilidade, à garantia das liberdades democráticas, à garantia da diversidade cultural.

Não há qualquer dúvida quanto ao significativo avanço, do ponto de vista dos melhores valores civilizatórios, representado pela substituição da medida anterior de desenvolvimento/crescimento, renda *per capita*, pela medida Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mesmo reconhecendo-se as limitações desse indicador. O IDH está longe de ser um indicador ideal, por continuar ignorando a questão da sustentabilidade, por não ser capaz, efetivamente, de captar seja a qualidade da vida humana, seja a qualidade de sua vida política e cultural. Essas insuficiências, é claro, decorrem da ausência de sistema de informações confiáveis e universalizáveis, o que, em si mesmo, já é parte da explicação que se busca: qual a razão para que estejamos tão atrasados na construção de instrumentos capazes de aferir, acompanhar, monitorar indicadores de qualidade de vida humana, para além do estabelecimento de relações de causalidade fracas e parciais?

Com efeito, o que está em jogo neste caso é tanto o aperfeiçoamento de metodologias qualitativas e quantitativas de produção de indicadores efetivos de qualidade de vida humana, isto é, de indicadores capazes de aferir o fenômeno *desenvolvimento* como *fato social total*, quanto de reconhecer o decisivo conteúdo político desses instrumentos ao possibilitar o acompanhamento e a avaliação do conjunto das ações públicas e privadas, que impactam a vida social em suas múltiplas dimensões. Trata-se, aqui, mais do que aferir a eficácia e a qualidade das políticas públicas, de também captar os impactos de ações dos diversos

agentes privados sobre a qualidade da vida social em seu conjunto medido: pela emissão de gases; pela produção de lixo e resíduos; pelo tamanho das áreas verdes; pelo grau de impermeabilização do solo; pelo tamanho e pela acessibilidade aos espaços públicos; pela qualidade de sistemas de trânsito e transporte; pelo grau de biodiversidade; pelo grau de desertificação; pela qualidade e quantidade dos aquíferos e fontes de abastecimento de água; pelo grau de acessibilidade e resolubilidade dos serviços de saúde; pelo grau de acessibilidade aos bens e serviços culturais; pelo grau de acessibilidade às novas tecnologias de informação e comunicação; pelo grau de acessibilidade ao ensino público e gratuito de boa qualidade em todos os níveis; pelo grau de acessibilidade à proteção jurídica rápida e eficaz; pelo grau de acessibilidade aos serviços públicos; pelo grau de transparência e controle social sobre o aparelho do Estado; pelo grau de garantia dos direitos das mulheres; pelo grau de garantia dos direitos étnicos; pelo grau de garantia de liberdades religiosas e sexuais, entre outros direitos e reivindicações.

Essa lista está longe de esgotar as exigências, que cada vez mais se reconhecem como inerentes ao pleno desenvolvimento da sociedade. Foi Claude Lefort quem disse que a democracia abre caminho para a invenção permanente de direitos. É disso que se trata quando se vê a rápida ampliação da pauta de reivindicações dos chamados “movimentos sociais contemporâneos”. É isso que está na base do conceito de *esfera pública*, criado por Habermas para designar a emergência e a expansão de uma instância intermediária entre o privado e o estatal em que se plasmariam interesses, valores, símbolos coletivos, que, ultrapassando a esfera dos interesses privados imediatos, seriam instrumentos de contraposição relativa ao poder centralizado do Estado. A esfera pública é, inicialmente, diz Habermas:

(...) regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente

privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.⁴

O conceito de esfera pública traduz, de fato, uma realidade que na história do direito tem se manifestado como ampliação da abrangência dos direitos que, de exclusivamente individuais e privatistas, passaram a incluir direitos sociais, a partir do exemplo pioneiro da Constituição Mexicana, de 1917, falando-se, hoje, de direitos de terceira e mesmo de quarta geração, de direitos difusos, cuja titularidade é exercida por coletividade, que extrapolam as jurisdições tradicionais.

Por todas essas razões, a legitimidade efetiva do conceito de desenvolvimento implica considerá-lo algo que diz respeito à sociedade, tomada como totalidade complexa e historicamente determinada.

Desenvolvimento como processo histórico

O fato de ter se colocado como “problema” apenas nos anos 1950 e, ainda mais decisivamente, o fato de parecer uma condição natural dos países capitalistas centrais, isto é, uma outra maneira de caracterizar o modo típico de funcionamento do capitalismo exitoso, talvez explique a recorrente tendência a se ignorar que o sucesso capitalista dos países centrais não é um atributo natural, que o desenvolvimento desses países também precisa ser explicado como *processo histórico*.

De fato, trata-se de reconhecer que os países capitalistas centrais tornaram-se “desenvolvidos” pela experimentação de transformações sociomateriais, que no caso dos países capitalistas centrais, dominantes durante grande parte do século XX, podem ser agrupados em três grandes caminhos: as *revoluções democrático-burguesas*, chamadas por Lênin de *via clássica*, que marcaram a imposição do capitalismo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos; a *via prussiana*, expressão cunhada

4 - HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42.

por Lênin e que explicaria o desenvolvimento do capitalismo, com suas especificidades, na Alemanha e no Japão; e a *revolução passiva*, conceito tomado de Gramsci, que explicaria o desenvolvimento do capitalismo na Itália.

Os três processos históricos considerados aqui não podem ser vistos como equivalentes funcionais de *tipos ideais*, não são “modelos” capazes de ser copiados. Cada uma das modalidades que o desenvolvimento capitalista assumiu reflete determinações histórico-culturais singulares. Uma síntese precisa desses processos nos é dada por Carlos Nelson Coutinho:

A via “clássica” implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas, fundadas na coerção extra-econômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as formas econômicas em que ela se apoiava e de cuja reprodução dependia a sua própria reprodução como classe. Diverso é o caso da “via prussiana”: aqui, a velha propriedade rural, conservando sua grande dimensão, vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro de manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extra-econômica, em vínculos de dependência ou subordinação que se situam fora das relações “impessoais” de mercado, e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador. É evidente que isso permite a conservação (ou mesmo o fortalecimento) do poder político do velho tipo de proprietário rural, que continua a ocupar partes privilegiadas no aparelho do Estado da nova ordem capitalista. (...) Gramsci elaborou o conceito de “revolução passiva”, vista como processo de modernização oposto à revolução popular “ativa” de tipo jacobino:

enquanto este ocorre quando uma classe ou bloco de classes conquista a hegemonia, mobilizando efetivamente as massas populares, conduzindo-as a uma eliminação radical da velha ordem, a “revolução passiva” consiste numa sequência de manobras “pelo alto”, de conciliações entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a “revolução passiva” opera mudanças necessárias ao “processo”, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos, econômicos da velha ordem.⁵

Com efeito, as três vias discutidas produziram resultados equivalentes no sentido em que Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Alemanha e Itália, desde pelo menos meados do século XX, situam-se entre os países chamados “desenvolvidos”, apesar das significativas diferenças dos processos de desenvolvimento, seja no referente ao caráter mais ou menos incluyente dos processos de desenvolvimento, seja no referente ao caráter mais ou menos democrático dos processos, seja no referente à abrangência dos processos de distribuição da renda e da riqueza. De fato, as três vias consideradas aqui estão longe de resultar nas mesmas instituições, nas mesmas condições de exercício da hegemonia. No caso das vias clássicas, a dominação burguesa tem se dado com grande estabilidade e considerável grau de consentimento resultantes do considerável grau de atendimento de direitos sociais básicos à luz de perspectiva liberal, privatista e individualista. No caso da via prussiana, que tipifica, em grandes linhas, o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, é forte a presença do Estado como instrumento decisivo do desenvolvimento, Estado autoritário, burocrático e centralizador. Como está na análise de Parsons:

5 - COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense/SECSP/EUNESP, 1989. p. 118, 122 e 123.

Así pues, los estudiosos competentes desde hace mucho vieron con claridad que existe una marcada diferencia entre el Estado alemán e inglés o norteamericano. Esta diferencia puede caracterizarse fundamentalmente en términos de rasgos “feudales”, militaristas, burocráticos y autoritarios, que se relacionan los unos con los otros.⁶

Não por acaso, tanto Alemanha quanto Japão experimentaram regimes fascistas, cuja existência deve ser explicada pela natureza mesma dos processos de desenvolvimento capitalista nesses países, isto é, modalidades de “modernização conservadora”, como disse Barrington Moore, em que a mão forte do Estado, *manu militari*, criou as condições para a vigência da dominação capitalista, produziu, disse Marx, os produtores... No caso italiano, a *revolução passiva*, ao não generalizar os frutos e as conquistas da modernidade, ao manter consideráveis níveis de exclusão e marginalização social, também abriu caminho para o fascismo.

Alexander Gerschenkron, em seu livro clássico sobre as industrializações retardatárias, chamou a atenção para a existência de certas características básicas presentes nas industrializações retardatárias, isto é, aquelas que ocorreram depois da Revolução Industrial Inglesa, a saber: a intervenção estatal; o sistema bancário; a cartelização, a concentração e a centralização do capital.⁷

É certo que se se incluir, entre os casos de industrializações retardatárias, os Estados Unidos, haverá que se qualificarem diferenças importantes com relação aos casos do Japão e da Alemanha, por exemplo, seja pelo peso menor, ainda que de nenhum modo irrelevante, do papel do Estado, seja pelo peso menor que o sistema bancário norte-americano teve no desenvolvimento do capitalismo naquele país, na mesma medida em que foram decisivos ali o mercado acionário e

6 - PARSONS, Talcott. *Ensayos de teoría sociológica*. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 93.

7 - GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968. cap. I.

a Bolsa de Valores, como instrumentos do financiamento do desenvolvimento capitalista.

As três vias do desenvolvimento capitalista discutidas aqui não esgotam o rol de experiências concretas de desenvolvimento capitalista, seja das experiências bem-sucedidas, isto é, das experiências que resultaram em levar os países que as adotaram à condição de “desenvolvidos”; seja das experiências de desenvolvimento capitalista, que resultaram no fenômeno do “subdesenvolvimento”, entendido como processo, como modo determinado que o desenvolvimento capitalista assumiu como desdobramento da inserção colonial, subalterna, dependente de certos países nos quadros da imposição do capitalismo em escala mundial.

Discuta-se a situação do desenvolvimento capitalista na América Latina. No século XIX, a vitória da Revolução Industrial, a plena consolidação do modo de produção especificamente capitalista, a concentração e a centralização do capital, a emergência do capital monopolista e do imperialismo vão determinar uma nova ordem capitalista mundial hierarquicamente estruturada, baseada em relações assimétricas de poder econômico, político, tecnológico e militar entre os países. Assim, é a partir do século XIX, que se vai configurar a divisão entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, entre países centrais e países periféricos, entre países ricos e países pobres.

A constatação dessa situação, a tomada de consciência dos déficits econômicos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos da realidade latino-americana, com relação ao prevacente nos países capitalistas centrais, são fenômenos do século XIX e geraram três modalidades básicas de processos de desenvolvimento, a saber: a perspectiva liberal; a perspectiva estatista e a perspectiva nacional-popular. Na primeira perspectiva, alinhem-se os nomes dos argentinos Juan Bautista Alberdi (1810-1884) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), dos brasileiros Teófilo Ottoni (1807-1869) e Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), entre outros. A perspectiva estatista apresentou-se, exemplarmente, na experiência do *porfiriato* no México (1876-1910), matriz de uma série de iniciativas, que têm sido chamadas de *desenvolvimentistas*, que, sob vários

aspectos, têm em comum o apelo ao protagonismo do Estado. Finalmente, a perspectiva nacional-popular na América Latina tem nas experiências da Revolução Mexicana, de 1910, e da Revolução Cubana, de 1959, seus momentos emblemáticos.

Com efeito, as três perspectivas consideradas aqui expressam, no plano latino-americano, à luz de suas peculiaridades histórico-culturais, as mesmas tensões e questões, que mobilizaram os países centrais e as respostas que deram ao desafio do desenvolvimento capitalista. Trata-se, no caso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, de considerar os constrangimentos estruturais decorrentes tanto da herança colonial quanto da dominação imperialista, de que resultará o *subdesenvolvimento*, que não é senão um outro nome para designar o desenvolvimento capitalista em países em que a condição periférica impõe a concentração da renda e da riqueza e, daí, uma série de desdobramentos negativos sobre a produtividade do trabalho, sobre o desenvolvimento tecnológico, sobre a inserção no mercado internacional.

É de exatos duzentos anos o início do processo de descolonização da América Latina. No decorrer desse período, experimentaram-se três modalidades básicas de vias para o desenvolvimento capitalista: a *liberal*, que, inspirada no espetacular exemplo norte-americano, foi incapaz de entender que o caminho norte-americano não estava franqueado a todos, que seu êxito se deveu, decisivamente, ao fato de se ter precocemente autonomizado, isto é, de funcionar, do ponto de vista econômico e social, como se nação soberana fosse desde o século XVII, integrando seu mercado interno, desenvolvendo atividades manufatureiras e comerciais típicas de países da fronteira do desenvolvimento capitalista. Essa perspectiva liberal não conseguiu hegemonizar o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina, aparecendo no Brasil em projetos como os de Teófilo Otoni e Tavares Bastos. Mais recorrentes foram as tentativas inspiradas no positivismo, na construção de uma República forte e intervencionista, que está na base tanto do *porfiriato* quanto do primeiro republicanismo brasileiro, com Benjamin Constant, com Silva Jardim, com Júlio de Castilhos, com João Pinheiro, quanto

das diversas experiências *desenvolvimentistas* que marcaram a realidade brasileira entre 1930 e 1980.

Por certo, tanto as perspectivas liberais quanto as estatistas contribuíram para significativos surtos de crescimento econômico, para a *modernização* da América Latina, sem que isso tenha significado, efetivamente, a superação da condição periférica, a superação do subdesenvolvimento. Nesses últimos duzentos anos da história do desenvolvimento da América Latina, a experiência da Revolução Mexicana, de 1910, destacou-se tanto por sua extraordinária dimensão nacional-popular quanto pelo seu igualmente extraordinário deletério processo de degeneração, de “transformismo” perverso, para adaptar expressão de Gramsci. Nesse contexto, a Revolução Cubana seria a expressão mais acabada da constatação da perspectiva que entende que a superação da condição dependente, subdesenvolvida do capitalismo latino-americano, passa pela superação do capitalismo. Que essa experiência, como se sabe, enfrente variadas e complexas contradições não invalida o sentido geral de sua proposta, que Florestan Fernandes entendeu também dizer respeito à realidade brasileira, e que pode ser sintetizada na ideia de que o caráter dependente do capitalismo brasileiro só será superado quando for superado o capitalismo.⁸

Desde meados do século XIX o Brasil vem experimentando considerável processo de modernização, econômica, política, social e institucional. A Lei de Terras, de 1850; a Lei Eusébio de Queiroz, também de 1850, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos; o Código Comercial, igualmente de 1850, a Lei de Locação de Serviços, de 1879, que regulamentou o regime de trabalho de parceria; a Abolição, em 1888, a República, 1889, e a Constituição de 1891, bem como o Código Civil, de 1916, são os marcos visíveis de uma urdidura cuja trama resultou na imposição da ordem social burguesa no Brasil, de suas instituições características no campo das relações de trabalho, das garantias jurídicas dos direitos de propriedade e da vigência dos contratos. A essas instituições, que

8 - FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

tipificam o ordenamento jurídico burguês, somem-se, a partir dos anos 1930, um amplo e complexo dispositivo comandado pelo que, desde então, tornou-se o grande protagonista do desenvolvimento capitalista no Brasil mediante uma variada gama de instrumentos estudados por vários autores: Octávio Ianni, Luciano Martins, Alberto Venâncio Filho, Sônia Draibe, entre outros.⁹ Todos os que têm estudado o processo têm reconhecido a centralidade da atuação do Estado, que, atuando como agência normativa, planejador e gestor, não se eximiu também de produzir, consumir, investir, dirigir, enfim, a acumulação de capital no Brasil, com resultados expressivos. Entre 1930 e 1980, a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 7% ao ano, uma das maiores do mundo capitalista no período, a partir de configurações distintas no que diz respeito às participações do capital nacional e estrangeiro e a partir de regimes políticos com variados graus de participação democrática.

Esses dois atributos, controle do capital e o conteúdo democrático das diversas etapas que compreendem o chamado “desenvolvimentismo brasileiro”, acabaram por dar nome às etapas que foram chamadas: 1930-1945 — desenvolvimento nacional-autoritário; 1946-1950 — interregno liberal; 1951-1954 — desenvolvimento nacional-trabalhista; 1955-1958 — desenvolvimento associado, interdependente; 1961-1964 — desenvolvimento nacional-reformista; 1964-1985 — desenvolvimento associado-autoritário. Cinquenta anos de decidida intervenção estatal, cinquenta anos de rápido crescimento econômico, cinquenta anos em que o país industrializou-se, modernizou-se, urbanizou-se e, no entanto, tudo isso não significou a superação do subdesenvolvimento. Por quê?

A busca dessa explicação mobilizou economistas e pensadores de várias partes do mundo. Celso Furtado, um dos maiores nomes das ciências sociais contemporâneas, em livro de 1992, utilizando-se do conceito criado por Amartya Sen, estabeleceu um pressuposto de qualquer processo efetivo de desenvolvimento. Esse pressuposto seria a

9 - IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

distribuição primária da renda entendida como distribuição tanto da terra urbana quanto da terra rural e quanto, decisivamente, da distribuição de *habilitações*, distribuição de capacitação que permita a inserção qualificada das maiorias excluídas no sistema produtivo, pelo domínio dos códigos, das linguagens e das tecnologias contemporâneas.¹⁰

É preciso não esquecer que a Revolução Francesa foi, também, uma Reforma Agrária, ensejou uma reforma do sistema educacional, com a implantação da escola pública, laica e republicana, constituindo-se, em toda a linha, como processo de distribuição primária da renda, instrumento decisivo do desenvolvimento do capitalismo na França. De fato, todos os países que ostentam hoje a condição de desenvolvidos viveram, cada qual à sua maneira, processos de distribuição primária da renda.

Para uma perspectiva contemporânea de desenvolvimento

A afirmação de uma perspectiva aberta, crítica e abrangente de desenvolvimento não tem sido fácil. Num primeiro momento, os que buscavam construir uma teoria do desenvolvimento, e por consequência também do subdesenvolvimento, tiveram que enfrentar o dogmatismo liberal espontaneísta, à moda de W. W. Rostow, que em seu livro *Etapas do desenvolvimento econômico* promete a todos os países, suficientemente pacientes, o máximo da caminhada civilizatória que seria... a Era do Consumo de Massa!¹¹ Não há propósito aqui em discutir essa tese inepta. Do mesmo campo da tese de Rostow são os chamados *modelos de crescimento*, que os economistas desde Harrod e Domar, nos anos 1940, a partir da dinamização do modelo keynesiano, têm construído, com variados graus de irrelevância, por ignorarem as determinações efetivas do processo de desenvolvimento que são, sobretudo, histórico-culturais. Sobre esses chamados “modelos de crescimento”, diga-se que, se o desenvolvimento, de fato, pressupõe o crescimento da renda e da riqueza,

10 - FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 55

11 - ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

de nenhum modelo devem ser tomados como sinônimos *crescimento e desenvolvimento*, que esta última realidade significa transformações estruturais, enquanto o crescimento econômico pode ser alcançado sem qualquer modificação qualitativa.

Mais consequentes foram as teses, a partir dos estudos de Raúl Prebisch para a CEPAL, que buscaram apreender as especificidades históricas do processo de desenvolvimento. Livros como *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, de Gunnar Myrdal (1968); *Estratégia do desenvolvimento econômico*, de Albert Hirschman;¹² *Teoria del desarrollo económico*, de W. Arthur Lewis (1964); vieram se somar às decisivas contribuições de Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, entre outros nomes, na construção de uma teoria do desenvolvimento analiticamente consistente e politicamente engajada.

Ao mesmo tempo que o pensamento econômico crítico buscava superar o esquematismo empobrecedor da dominante teoria neoclássica, que nem mesmo é capaz de tematizar a matéria, a sociologia funcionalista apresentou teoria, a da *modernização*, que compartilha certas teses com Rostow ao conceber “o desenvolvimento como uma sequência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas que podem observar-se na evolução dos países atualmente desenvolvidos”.¹³

Nascida com os primeiros estudos de Prebisch, a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento buscou incorporar outras dimensões, além da econômica, ao processo de desenvolvimento. Em Celso Furtado essa ampliação do conceito de desenvolvimento vem desde os anos 1970. Em livros como *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978; *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, de 1984; o tema do desenvolvimento passou a não se separar mais da questão cultural, da questão política, das exigências éticas, ao lado das questões ambientais.

12 - HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [s.d.].

13 - SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México/Argentina/Espanha: Siglo XXI, 1970. p. 33.

Quando em um de seus últimos livros, de 1998, Celso Furtado buscou apresentar o desenvolvimento para o século XXI, disse ele:

Os objetivos estratégicos são claros: a) preservar o patrimônio natural, cuja dilapidação atualmente em curso conduzirá inexoravelmente ao declínio e ao colapso de nossa civilização; e b) liberar a criatividade da lógica dos meios (...) a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento dos seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis.¹⁴

Ou ainda, neste outro texto:

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício de liberdades e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens nos anos do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posta ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das economias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e de ação solidária.¹⁵

14 - FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 66.

15 - FURTADO. *Brasil: a construção interrompida*, p. 77.

Eis a nova configuração do processo do desenvolvimento, sua efetiva presentificação como fato social total, como fato de uma economia colocada a serviço da plena emancipação humana; como fato estético e pedagógico; como fato ético e ecológico.

É também com antropólogo que vamos nos despedir. Se Mauss deu-nos o conceito de *fato social total* e em sua abrangência ele permitiu que se apreendesse o conceito de desenvolvimento, Eduardo Viveiros de Castro é ainda mais decisivo e revelador. Diz ele:

(...) o capitalismo é um sistema político-religioso cujo princípio consiste em tirar das pessoas o que elas têm e fazê-las desejar o que não têm — sempre. Outro nome desse princípio é “desenvolvimento econômico”. Estamos aqui em plena teologia da falta e da queda, da insaciabilidade infinita do desejo humano perante os meios materiais finitos de satisfazê-los. A noção recente de “desenvolvimento sustentável” é, no fundo, apenas um modo de tornar sustentável a noção de desenvolvimento, a qual já deveria ter ido para a usina de reciclagem de ideias. Contra o desenvolvimento sustentável, é preciso fazer valer o conceito de suficiência antropológica. Não se trata de auto-suficiência, visto que a vida é diferença, relação com a alteridade, abertura para o exterior em vista da interiorização perpétua (...). Mas se trata sim de auto-determinação, da capacidade de determinar para si mesmo, como projeto político, uma vida que seja boa o bastante.

(...) Contra a teologia da necessidade, uma pragmática da suficiência. Contra a aceleração do crescimento, a

aceleração das transferências de riqueza, ou circulação livre das diferenças (...).¹⁶

Não poderia ser melhor dito.

João Antonio de Paula é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR). Foi pró-reitor de Extensão e Cultura da UFMG (2010-11). Atualmente, é pró-reitor de Planejamento da Universidade.

16 - CASTRO, Eduardo Viveiros de. Diversidade socioambiental. In: RICARDO, Beto; CAMPANILLI, Mauro (Org.). *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007. p. 11.

***Afinidades eletivas* entre participação e desenvolvimento socioeconômico**

Claudia Feres Faria

O conceito de *afinidade eletiva*, tal qual Weber o utilizou para relacionar a ética protestante e o espírito do capitalismo, orienta a discussão aqui proposta sobre participação e desenvolvimento. Parafraseando Paula, podemos definir *afinidade eletiva* como um tipo particular de relação que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou “influência” no sentido tradicional. Em Weber, esse conceito permite justificar processos de interação que não dependem nem da causalidade direta, nem da relação “expressiva” entre forma e conteúdo, como por exemplo, a forma religiosa como expressão de um conteúdo político ou social.¹ Se, por um lado, tal conceito nos ajuda a estabelecer os termos do debate entre os conceitos de participação e de desenvolvimento, por outro, a história desse debate não é linear. Nas próximas seções deste artigo, buscaremos mostrar as mudanças ocorridas na agenda teórica sobre o tema, bem como mapear as variáveis que podem incidir sobre uma interação virtuosa entre participação e desenvolvimento por meio de uma política real da *influência, da inclusão e da reforma*.²

1 - LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13 (grifos no original) *apud* PAULA, João Antônio de. Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 111, p. 70-90, 2005.

2 - COHEN, J. L.; ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1989.

A teoria democrática dos anos 1950 e a relação causal entre desenvolvimento e participação

Pode-se entender a participação como um elemento da democracia representativa que se faz presente por meio da prática do sufrágio universal, da ideia de proporcionalidade do sistema eleitoral, da construção de partidos políticos de massas ou da atividade de diferentes grupos de interesse na sociedade. Nesse sentido, a participação e o desenvolvimento econômico encontram, na literatura sobre *desenvolvimento político* dos anos 1950, mais do que afinidade eletiva, uma vez que desenvolvimento socioeconômico era considerado por diferentes autores³ um pré-requisito para o desenvolvimento político e, simultaneamente, para a democracia representativa liberal.⁴

Como se sabe, em sua tipologia sobre a propensão de certos países à democracia, Barrington Moore vinculava a democracia à presença ou não de certas condições estruturais, tais como o papel do Estado na modernização de um dado país, sua relação com o setor agrário, a relação deste com o setor urbano e o nível de ruptura do campesinato no processo de modernização. Almond, por sua vez, afirmava que sistemas políticos pré-industriais eram caracterizados por um grau relativamente baixo de diferenciação estrutural e por um grau alto de mudanças de papéis, o que refletia na instabilidade e na fragmentação dos partidos, em burocracias pouco estruturadas e em uma forte tendência à ação política espontânea e violenta. Robert Dahl, um dos maiores expoentes do pluralismo americano, ao definir as bases de sua poliarquia – o governo das múltiplas minorias –, ressaltava igualmente a importância

3 - Por exemplo: MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; ALMOND, Gabriel A. Comparative Political Systems. *The Journal of Politics*, v. 18, p. 391-409, 1956; e DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

4 - Segundo Cammack, o projeto da teoria do desenvolvimento político consistia no estabelecimento, no mundo, de regimes capitalistas estáveis em que as elites governantes gozassem de autoridade suficiente para garantir um grau de participação das massas sem correr o risco de perder o controle sobre as características fundamentais do sistema capitalista no período da Guerra Fria. Cf. CAMMACK, Paul. *Capitalism and democracy in the third world: The doctrine for political development*. London and Washington: Leicester University Press, 1997.

das bases econômica e social para o desenvolvimento dessa forma de governo. Níveis de renda e escolaridade seriam, assim, determinantes para a presença de um governo caracterizado pela universalização do voto e pela contestação dos grupos.

A proliferação da democracia liberal representativa a partir da segunda metade do século XX para diversos países, com diferentes características econômicas, sociais e culturais, conformando aquilo que Huntington denominou de *terceira onda da democracia*, colocou em xeque essa relação causal entre desenvolvimento socioeconômico e democracia eleitoral. Como mostrou Souza Santos e Avritzer, um dos autores que mais celebrou a perda de causalidade dessa relação foi Amartya Sen ao defender que a questão não é saber se um país está preparado ou não para a democracia, mas, sim, perceber que qualquer país se prepara [para o desenvolvimento] através da democracia.⁵

Considerando a proposta de Se, ou seja, de que desenvolvimento e democracia não necessariamente precisam assumir uma relação direta de causalidade, mas, ao contrário, podem se relacionar de forma a se reforçarem mutuamente, a questão que emerge diz respeito *a qual democracia*. O próprio Sen pode nos ajudar a introduzir os termos dessa outra fase do debate sobre participação e desenvolvimento, uma vez que chama a atenção para a centralidade das instituições *deliberativas* para qualquer conceituação de desenvolvimento. Tais instituições tornam-se vitais para esse processo ao possibilitarem o exercício autêntico da escolha social.⁶

As contribuições de Sen acerca da relação entre participação-deliberação e desenvolvimento inauguram um novo momento no debate aludido. Tal como em outros momentos da história do pensamento democrático, fatos sociais como a diminuição progressiva da participação eleitoral, o aumento da apatia política, o descrédito das instituições das democracias ocidentais, a perda da capacidade dos partidos de mobilizar seu eleitorado e, conseqüentemente, a perda de seu caráter

5 - Cf. SOUZA SANTOS; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

6 - SEN, A. Democracy and development. *Journal of Democracy*, 1999.

representativo, o papel dúbio da mídia, bem como o declínio das políticas sociais a partir dos anos 1980 colocam em xeque a hegemonia de uma visão particular da democracia, qual seja, a democracia fortemente centrada no voto, ganhando proeminência a discussão sobre participação para além do momento eleitoral. Tal discussão está assentada também na percepção de que, concomitantemente à expansão da democracia eleitoral para diversos países do mundo, assiste-se também, como mostram os fatos aludidos, à degradação de suas práticas.⁷

É fato que esse debate não é novo, estando presente em diversas obras dos pensadores liberais do século XIX, como as de Tocqueville e as de Mill, ambos imersos em um contexto em que o próprio sufrágio era limitado.⁸ A mudança desse cenário coloca novos desafios. Autores de diferentes filiações teóricas⁹ buscam superá-los sem, contudo, perder de vista a centralidade da participação cívica na ampliação e no fortalecimento das democracias, embora não estabeleçam uma causalidade tão direta entre essa e desenvolvimento. Vejamos.

A teoria democrática contemporânea e a afinidade eletiva entre participação e desenvolvimento

Putnam, seguindo os passos de Tocqueville, postula que, quando os cidadãos adquirem capacidades para agir coletivamente, eles passam a monitorar, participar e pressionar os governos, tornando-os mais democráticos.¹⁰ A participação em associações civis pode apresentar, portanto, efeitos democráticos, visto que fortalece os mecanismos

7 - SOUZA SANTOS; AVRITZER. *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. Disponível em: <www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

8 - TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. MILL, J. S. *O governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

9 - Como PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; HABERMAS, J. *Between Facts and Norms*. London: Polity Press, 1996; COHEN, J.; ROGERS, J. *Associations and Democracy*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *The Real Utopias Project*. London; New York: Verso, 1995. v. 1; entre outros.

10 - PUTNAM. *Comunidade e democracia*.

representativos e induz o cultivo das habilidades organizacionais e das virtudes cívicas. Mais, Putnam, em seu trabalho sobre associações cívicas na Itália, estabelece uma relação de causalidade direta entre participação e desenvolvimento ao chamar a atenção para o fato de que as associações, ao promoverem relações horizontais e reforçarem laços de solidariedade e confiança, impactam positivamente não só as instituições políticas, mas também as econômicas. Putnam, portanto, reconecta sociedade civil, política e economia, mostrando os benefícios do não insulamento dessas esferas sociais.

Em outro espectro teórico que não aquele estritamente liberal, Habermas, mediante o conceito de esfera pública,¹¹ reforça essa mesma reconexão ao chamar a atenção para a importância da participação das associações voluntárias e dos movimentos sociais no fortalecimento da democracia. O autor acredita que a tematização e a apresentação em público de novas questões têm um duplo efeito: renovam os potenciais críticos oriundos do mundo da vida e ampliam os limites do sistema político e sua pauta de discussão mediante fluxos comunicativos que atingirão os centros decisórios, influenciarão os tomadores de decisões e conferirão legitimidade às decisões tomadas.

A esfera pública habermasiana constitui, assim, um espaço onde ocorre primeiramente a constituição de uma opinião e de uma vontade democrática. Sua base social é formada por uma sociedade civil composta por associações, organizações e movimentos sintonizados com a ressonância dos problemas societários nas esferas da vida privada que deverão ser transmitidos para a esfera pública. Essas organizações da sociedade civil influenciam a definição dos problemas que serão tematizados via esfera pública. Uma vez publicizados, tais problemas podem ser tratados

11 - Habermas, em sua obra *Transformação estrutural da esfera pública*, analisa a emergência, no século XVII, de uma esfera pública esclarecida e politizada e seu gradual desenvolvimento no capitalismo. Se, na sociedade feudal, o público representava passivamente uma ordem política pré-ordenada, com a emergência do capitalismo, um espaço público, formado por cidadãos privados, vai se consolidando. Esses sujeitos passam a ter a possibilidade de julgar coletivamente a autoridade do Estado, cuja legitimidade se torna dependente dessa opinião discursivamente formada. Habermas ressalta a importância desse espaço na promoção da autodeterminação democrática e da responsabilidade pública. Cf. HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; HABERMAS. *Between Facts and Norms*.

pelo sistema político-administrativo.¹² A esfera pública estabelece, portanto, uma mediação entre, de um lado, a sociedade civil e, do outro, o sistema político-administrativo.¹³

Autores como Cohen e Rogers, Bohamn, Fung,¹⁴ em diálogo com as elaborações habermasianas, buscam ir além delas, ao analisarem formatos participativos que poderão promover tanto o debate público – indutor da formação de consensos e/ou cooperação pública – quanto decisões efetivas, posto que asseguradas institucionalmente a partir de fóruns deliberativos.¹⁵

O padrão democrático de uma sociedade passa, portanto, a ser avaliado não só (1) pelas condições estruturais da sua sociedade; (2) pela densidade cívica de sua sociedade civil ou pela força de sua esfera pública, mas também (3) pela pluralidade de formas participativas institucionalizadas capazes de inserir novos atores no processo decisório dessas mesmas sociedades. Acredita-se, com isso, que os atores societários deverão não só tematizar situações problemáticas e buscar influenciar os centros decisórios, mas também assumir funções mais ofensivas via fóruns de deliberação pública. Com isso, rompe-se não só

12 - HABERMAS. *Between Facts and Norms*, p. 363.

13 - Esse modelo de esfera pública oferecido por Habermas se diferencia do modelo bipolar de relação Estado e sociedade civil oferecido pelo “paradigma” toquevilliano. Essa diferença tem, por sua vez, implicações teóricas e empíricas importantes para o sentido – ou os sentidos – da participação. Ver WARREN, M. E. *Democracy and Association*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2001; COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, 1997.

14 - COHEN; ROGERS. Associations and Democracy; BOHMANN, J. Survey Article: The coming age of deliberative democracy. *The Journal of Political Philosophy*, v. 6, n. 4, 1998; FUNG, A. Associations and Democracy. Between theories, hopes, and realities. *Annual Review of Sociology*, v. 29, 2003.

15 - Ciente dos problemas oriundos do processo de complexificação das sociedades modernas, Habermas assegura tanto à esfera pública quanto às organizações da sociedade civil um papel limitado. Temendo a força dos códigos sistêmicos (dinheiro e poder) sobre as organizações dos atores da sociedade civil, bem como o processo de burocratização dessas organizações, Habermas reserva a elas as funções de preservar e ampliar a infraestrutura do mundo da vida e dar visibilidade aos problemas societários sem, contudo, resolvê-los. Esse caráter defensivo e pouco deliberativo imputado aos atores da sociedade civil torna passível de críticas a elaboração habermasiana acerca da importância das associações secundárias, organizações e movimentos sociais para a promoção e o fortalecimento da democracia. Habermas é acusado de negligenciar as possibilidades de ampliação dos mecanismos institucionalizados de formação da vontade política que conferiria poderes efetivos aos públicos deliberativos (Para uma análise crítica destas proposições ver FARIA. *Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman*. *Revista Lua Nova*, n. 49, 2000. AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004.

com a visão elitista de democracia que insistia em dissociar sociedade política de espaço público ao imputar racionalidade apenas à primeira, como também com a visão anti-institucionalista, muito presente nas análises sobre participação e movimentos sociais dos anos 1970.

Tal mudança possibilita a defesa de uma política da “influência, da inclusão e da reforma” estabelecida entre as associações da sociedade civil, as organizações burocráticas e as organizações econômicas. Assim é que autores como Cohen e Arato¹⁶ passam a defender a possibilidade de essas relações provocarem mudanças na organização do Estado, redundando em inovações institucionais que impulsionem formas mais democráticas e igualitárias de relação entre atores sociais e políticos. Ao apostarem nessas possibilidades, tais autores minimizam o impacto da complexidade administrativa sobre a ação dos atores da sociedade civil e apontam locais em que o potencial inovador das ações dos atores societários não precisa ser, necessariamente, colonizado pela lógica sistêmica da administração e da economia, como teme Habermas,¹⁷ mas, ao contrário, poderia tornar-se um catalisador para a mudança e para a inovação organizacional.¹⁸

Partindo dessa premissa, ou seja, de que as práticas democratizantes no nível da sociedade, quando confrontadas com a lógica sistêmica, não necessariamente precisam sucumbir aos seus imperativos, uma nova agenda de pesquisa surge apostando na capacidade renovadora dos *arranjos institucionais intermediários* que dão estabilidade às práticas societárias e influenciam práticas de desenvolvimento político, econômico e social.

Cohen, por exemplo, sugeriu formas institucionalizadas de participação dos cidadãos no nível local para resolver *diretamente* problemas que dizem respeito às suas diferentes realidades social, política e cultural.¹⁹

16 - COHEN; ARATO. *Civil Society and Political Theory*.

17 - HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1987. v. 1 e 2.

18 - AVRITZER, L. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

19 - COHEN, J. Deliberation and Democratic Legitimacy. In: HAMLIN, A.; PETTIT, P. (Ed.). *The Good Polity*. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

Esse autor sugere a constituição de unidades deliberativas, em diversos níveis de uma federação, que sejam sensíveis às experiências locais. Para tal, propõe mudanças no interior do sistema político via implementação de desenhos institucionais deliberativos que não apenas reflita a extensão dos problemas políticos, sociais e culturais debatidos na esfera pública, mas se esforce para solucioná-los no âmbito sistêmico. Acredita-se que tais instituições sejam capazes de minorar os dilemas organizativos (falta de recursos materiais e organizacionais, por exemplo) com os quais os atores societários lidam cotidianamente, além de democratizar as estruturas do Estado a partir da inclusão política e social de novas vozes.

Assim como Cohen, autores que fazem parte da tradição do *empowered deliberative democracy* passaram a enfatizar a necessidade de arranjos institucionais que garantam “justiça e eficiência às estruturas deliberativas”.²⁰ Essa agenda pode ser definida pela busca de desenhos institucionais que “empoderem” as unidades locais a tomar decisões de forma deliberativa, ou seja, decisões precedidas de debates, que permitem tanto a reversão de preferências e interesses dos cidadãos como a justificação pública dos mesmos.

O que tais propostas revelam é a emergência de *uma nova agenda* de pesquisa caracterizada não só pela defesa da institucionalização de novos arranjos participativos, que abriguem atores sociais e políticos, como também pela análise das variáveis necessárias para tornar tais inovações participativas catalisadoras de relações mais democráticas e justas.

A análise dessas variáveis visa precisar as melhores formas e contextos através dos quais a participação dos cidadãos comuns e/ou seus representantes produzirão, no interior desses arranjos, uma distribuição mais equitativa de poder e bens públicos.

20 - BAIOCCHI, G. Participation, Activism, and Politics: the Porto Alegre experiment and deliberative democracy theory. *Politics & Society*, v. 29, n. 43, p. 44, 2001.

Nesse sentido, mapear tais variáveis se justifica para que sejamos capazes de identificar quais são as situações mais propícias a uma política real de *influência, inclusão e reforma*.²¹

A variável *desenho institucional*

Esta variável tornou-se central nas discussões sobre instituições participativas. Fung e Wright, particularmente, insistem na sua importância para a efetividade, a equidade e a extensão da participação no interior das instituições, uma vez que oferece os parâmetros – regras e procedimentos – para a sua atuação.²² Dado que os desenhos não são neutros, suas escolhas e variações incidem diretamente nessa atuação, produzindo, assim, uma série de consequências para os resultados da participação.

Nesse sentido, é possível afirmar que o desenho escolhido pode incidir (1) no caráter da participação em termos de quantidade, vieses e qualidade da deliberação; (2) na capacidade de informar os representantes, os cidadãos e de fomentar as habilidades da cidadania; (3) na relação com o Estado em termos de controle público, justiça das políticas e sua eficácia, bem como (4) na capacidade de mobilização popular.²³ Aspectos tais como quem participa, como são recrutados, que temas discutem e decidem, quando o fazem e com que recorrência podem

21 - Dryzek, por exemplo, aborda esse mesmo problema colocando em questão qualquer predisposição à inclusão política patrocinada pelo Estado em contextos marcados pelo processo de democratização. Para o autor, essa estratégia só será benéfica se critérios justos forem encontrados, caso contrário, as tentativas de inclusão, para além das fronteiras do Estado, serão mais apropriadas. Embora não explique quais seriam tais critérios, sua tese é de que os grupos só terão ganhos se seus interesses estiverem conectados diretamente aos imperativos do Estado. Se houver uma coincidência entre tais imperativos e os interesses dos grupos, estes poderão obter ganhos reais no sentido de determinarem, ou pelo menos influenciarem, o conteúdo da política pública. Caso contrário, a inclusão ocorrerá mediante cooptação e/ou oferecimento de prêmios simbólicos. Nesse caso, a inclusão ocorrerá vis-à-vis uma restrição da relação democrática na esfera pública. Cf. DRYZEK, J. S. *Deliberative Democracy and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

22 - FUNG, A.; WRIGHT, E. O. *Deepening Democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London; New York: Verso, 2003.

23 - De acordo com FUNG, A. *Empowered Participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

todos vir a ser controlados pelo desenho, impactando, assim, a prática participativa e deliberativa no interior dessas instituições.

As variáveis contextuais: associativismo civil; situação financeira e administrativa dos lugares que abrigam tais instituições e natureza da política pública

Inúmeros estudos sobre o tema em questão afirmam que, para além da variável “engenharia institucional”, a efetividade deliberativa e redistributiva das instituições participativas depende também de variáveis “contextuais”, ou seja, aquelas relativas aos contextos em que tais instituições vigoram. Sendo assim, ganham destaques variáveis relativas ao associativismo civil, às condições financeiras e administrativas do local onde tais instituições são instaladas, assim como a própria natureza das políticas públicas vinculadas a tais instituições.²⁴

No que concerne ao associativismo civil, acredita-se, desde Tocqueville,²⁵ que sua presença indica uma comunidade com maior habilidade cívica que, por sua vez, redundando em efeitos democráticos advindos do desdobramento dessas habilidades em capacidades políticas, tais como as de pressionar e monitorar os governos. Assim como os clássicos, autores como Warren e Armony também enfatizam a importância do associativismo civil para a qualidade das democracias contemporâneas, embora chamem a atenção para a heterogeneidade

24 - WARREN, M. *Democracy and Association*; AVRITZER. *Democracy and the Public Space in Latin America*; AVRITZER, L. *Participatory Institutions in Democratized Brazil*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009; SILVA, M. K. A expansão do Orçamento Participativo na região metropolitana de Porto Alegre: condicionantes e resultados. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003; MARQUETTI, A. A. Participação e redistribuição: o Orçamento Participativo em Porto Alegre. In: AVRITZER; NAVARRO (Org.). *A inovação democrática no Brasil*; CORTES, S. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, C. *et al.* (Org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005; LÜCHMANN, L. H. L. Os sentidos e desafios da participação. Trabalho apresentado no GT 01 Cidades: transformações, governança e participação. *XII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)*. FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2005 (Mimeo.); TEIXEIRA, A. C.; TABAGIBA, L. Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção de políticas públicas. *Paper apresentado no 6º Encontro da ABCP*. Unicamp, Campinas, 2008.

25 - TOCQUEVILLE. *A democracia na América*.

dos tipos de associações e seus impactos nas práticas democráticas.²⁶ Tendo isto em mente, é possível esperar que ambientes sociais com maior propensão associativa tenderão a tornar as instituições participativas mais *accountable*, uma vez que elas não só contarão com mais participação, mas, também, poderão ser mais capazes de assumir responsabilidades e cobrar dos representantes do governo que também o façam.

No que diz respeito à situação financeira e administrativa de um determinado município ou região, que abriga essas instituições, Silva e Marquetti, com base em estudos sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre, garantem, empiricamente, a relevância de tais variáveis para consolidação e reprodução das mesmas.²⁷ Segundo Silva, “é a capacidade de investimento que determina a eficácia da participação e, em função disso, grande parte de sua credibilidade, [uma vez que] este aspecto define a possibilidade objetiva de responder às demandas e interesses resultantes do processo participativo”.²⁸

O que os autores enfatizam é que, para tornarem-se legítimas, tais instituições precisam apresentar condições de efetivar as decisões tomadas em seu interior, transformando-as em bens públicos concretos, e não só simbólicos. Para tal, os lugares que as abrigam necessitam, como nos casos mais bem-sucedidos de OP, estar financeira e administrativamente aptos para tal.

Vinculada a essas questões, torna-se relevante também analisar as características setoriais da política a qual a instituição participativa está vinculada.²⁹ Nesse caso, a análise do processo de descentralização de tal política pública passa a ser um aspecto importante, uma vez

26 - WARREN. *Democracy and Association*; e ARMONY, C. G. *The dubious link: civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

27 - SILVA. A expansão do Orçamento Participativo na região metropolitana de Porto Alegre; MARQUETTI. *Participação e redistribuição*.

28 - SILVA. A expansão do Orçamento Participativo na região metropolitana de Porto Alegre, p. 167.

29 - TEIXEIRA, A. C.; TABAGIBA, L. Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção de políticas públicas.

que aponta as condições em que elas se encontram nos distintos níveis da federação.³⁰

A variável política

Fung e Wright apontam a “constelação de forças sociais em torno das instituições participativas” como mais uma das variáveis importantes na determinação do sucesso (ou fracasso) dessas instituições. Segundo os autores, onde as forças sociais colaboram entre si e compartilham o poder decisório, os desenhos de tipo *botton up* terão mais chances de vingar.³¹

Em Avritzer, essa constelação de forças sociais assume outro caráter. Esse autor sustenta que o sucesso das instituições participativas depende de um tipo específico de interação entre sociedade civil e sociedade política, a saber, “uma interação específica entre vontade política para iniciar um processo participativo e a capacidade dos atores da sociedade civil em apoiar tais instituições”. Nessa medida, insiste Avritzer, “a disposição para introduzir um desenho mais participativo não é suficiente para assegurar seu sucesso”, propriedades culturais e políticas são igualmente determinantes.³²

Valendo-se dessa premissa, Avritzer, com base na análise de um conjunto de arranjos participativos em contextos sociais diferentes, elabora uma teoria das instituições participativas em que a interação entre práticas associativas e políticas ganha lugar de destaque na determinação não só do sucesso delas, mas, também, no próprio desenho institucional que elas assumem. Assim, em que pese a relevância do desenho para a efetividade democrática e distributiva dessas instituições, a tese do autor é de que as variáveis culturais e políticas têm maior

30 - ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

31 - FUNG; WRIGHT. *Deepening Democracy*.

32 - AVRITZER. *Participatory Institutions in Democratiz Brazil*, p. 13. Tradução da autora.

relevância, uma vez que influenciam a escolha do próprio desenho institucional.

Em Dagnino *et al.*, os efeitos democratizantes e distributivos desses espaços participativos decorrem de um outro aspecto da variável política: a “coincidência entre o projeto político dos representantes do estado e da sociedade civil”.³³ Em um contexto marcado por aquilo que a autora denominou “confluência perversa”,³⁴ tais espaços só apresentarão resultados positivos na presença de uma coincidência entre os projetos políticos daqueles que neles atuam, notadamente representantes do governo e da sociedade civil. A presença ou a ausência dessa coincidência entre os projetos políticos, que guiam representantes do governo e da sociedade civil, constitui o principal preditor do desempenho democrático dessas instituições. “Na ausência desta correspondência de projetos, (...) outra possibilidade de ação conjunta instalar-se-á: (...) uma opção mais instrumental [ou] tipos de ação como o boicote, a pressão e o confronto serão assumidos”.³⁵

Notas conclusivas

A revisão da literatura realizada nos possibilita perceber a importância de um conjunto de variáveis explicativas das possibilidades inclusivas das instituições participativas e, simultaneamente, precisar as melhores formas e contextos que tornarão tais instituições propulsoras de relações mais democráticas e justas e, assim, espaços reais de *influência, inclusão e reforma*. Nesse sentido, a análise passa a se basear em múltiplas determinações, com ênfase maior ou menor em cada uma delas.

33 - A variável *projeto político* é definida como “um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. Cf. DAGNINO, E. *et al.* (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.p. 38.

34 - DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, v. 1, n. 5, 2004.

35 - DAGNINO. Construção democrática, neoliberalismo e participação.

Esta agenda de pesquisa visa também incidir, mesmo que de forma indireta, na ideia de desenvolvimento de um dado país, estado ou cidade, uma vez que busca identificar atores, a natureza de suas práticas, seus projetos políticos, bem como seus impactos nas práticas políticas e econômicas vigentes nesses mesmos espaços.

Acredita-se, ademais, que a relação entre essas variáveis incidirá igualmente na qualidade do desenvolvimento, uma vez que este não pode ser pensado de forma insulada das outras práticas sociais.

Claudia Feres Faria é graduada em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política e doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora adjunta do Departamento de Ciência Política dessa instituição.

Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”

Marcos Lobato Martins

“Mas que céu pode satisfazer teu sonho de céu?”

(Manuel Bandeira. *A Morte Absoluta*)

As décadas finais do século XIX foram marcadas por transformações importantes. A perspectiva de extinção da escravidão, o desgaste do regime monárquico e o avanço da propaganda republicana, a expansão da cafeicultura nas terras do Sudeste brasileiro, a modernização dos transportes e das cidades nas áreas mais dinâmicas do país, o início da maciça imigração europeia, os impactos da nova divisão internacional do trabalho nos quadros do triunfante capitalismo monopolista, a difusão e a assimilação de novas ideias científicas concorreram para desencadear, no seio das elites letradas, movimento de formulação de projetos para “refundar” o Brasil. A geração de 1870 tornou-se famosa pela quantidade e diversidade de propostas que apresentou visando orientar o desenvolvimento futuro da sociedade brasileira.¹ No plano das províncias (depois de 1891, estados), também surgiram personalidades destacadas envolvidas com a construção de projetos de modernização e desenvolvimento, cuja repercussão na imprensa e nos parlamentos alcançou certa intensidade.

Em Minas Gerais, região de enorme importância na segunda metade do século XIX, as preocupações com o futuro, a modernização e o desenvolvimento adquiriram relevo considerável. Lideranças

1 - Sobre a geração de 1870, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

políticas, empresariais e intelectuais lançaram-se no debate sobre as potencialidades regionais, arrolaram os entraves ao crescimento provincial e alinhavaram propostas de ação objetivando acelerar e direcionar o crescimento mineiro. José Murilo de Carvalho, em um pequeno ensaio, afirma existir na história das Minas Gerais três vozes bem nítidas, referentes a tipos distintos de economia e sociedade, que vocalizavam projetos regionais diferentes: as vozes do ouro, da terra e do ferro.² A voz do ouro, predominante no século XVIII e na primeira metade do século XIX, falava de liberdade, liberdade do país, liberdade individual, representação livre dos cidadãos. Seria a voz do americanismo. A voz da terra, que comandou a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, enfatizaria a tradição, a ordem social estável, a valorização da família, o paroquialismo, o gradualismo da ação política, a preeminência do Estado. Aversa ao conflito e à competição, a voz da terra seria a voz do iberismo. A voz do ferro, vigorosa desde os anos 1940, estaria visceralmente comprometida com a busca do progresso, da modernização econômica. Conforme José Murilo de Carvalho, “cada uma teve seus representantes típicos. Felipe dos Santos, Tiradentes e Teófilo Otoni foram os portadores da primeira; Silviano Brandão e Bias Fortes, da segunda; Israel Pinheiro e Juscelino, da terceira”.³ E João Pinheiro teria sido a ponte entre a voz da tradição e a voz do progresso, na virada do século XIX para o século XX.

Esses debates sobre o desenho político, econômico e social das Minas Gerais também ocorreram na joia urbana do Alto Jequitinhonha, o antigo arraial do Tejuco, depois vila (1831) e cidade de Diamantina (1838). De início, abafados como um cochicho, no tempo do intendente Câmara,⁴

2 - CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

3 - CARVALHO. Ouro, terra e ferro, p. 56.

4 - O ilustrado Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, intendente geral das Minas e dos Diamantes de 1800 a 1822, realizou tentativas de recuperar a mineração, fomentar a agricultura e implantar a siderurgia no entorno do Tejuco. Para mais detalhes, ver MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Brasiliense, 301). E também VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 150-175, 2007.

depois, bastante audíveis como uma conversa de muitas vozes firmes e eloquentes, na passagem da Monarquia para a República, protagonizados pelos Felício dos Santos, pelos Matta Machado, pelos bispos Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza. Debates que reverberaram mais ao norte, na distante Araçuaí, envolvendo o político e professor Leopoldo Pereira. Cada um desses interlocutores apresentou estratégias de desenvolvimento do Norte de Minas para a apreciação dos seus contemporâneos, empregando as páginas dos periódicos diamantinienses como meio de divulgação de suas ideias.

O objetivo deste artigo é passar em revista os projetos propostos por esses homens norte-mineiros, apontar as semelhanças e as diferenças entre eles, bem como avaliar o que, neles, se mantém atual e pode ser tomado em conta pelos que discutem, hoje, o problema do desenvolvimento local e regional no Vale do Jequitinhonha.

O cenário do Norte de Minas na segunda metade do Oitocentos

Por volta de 1850, o vasto “Norte de Minas” incluía a maior parte do território da antiga Comarca de Sabará e toda a área sob jurisdição da antiga Comarca do Serro Frio. O “Norte de Minas”, portanto, abrangia áreas das bacias do São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri, chegando às fronteiras da Bahia, de Goiás e Espírito Santo. Embora bastante heterogênea nas suas paisagens naturais e nos aspectos históricos, pode-se caracterizar essa “região” como espaço agropecuário e mercantil. Com base na regionalização proposta por Clotilde Paiva, o “Norte de Minas” compreendia as regiões de Paracatu, Extremo Noroeste, Sertão, Diamantina, Vale do Alto-Médio São Francisco, Minas Novas e partes do Médio-Baixo Rio das Velhas e Sertão do Rio Doce.⁵

Na região de Paracatu, a mineração de ouro ainda possuía alguma expressão, mas a pecuária já se tornara a principal atividade econômica.

5 - PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

As unidades produtivas rurais também se dedicavam à produção de mantimentos, embora em menor escala. No Extremo Noroeste, compreendendo as terras banhadas pelas sub-bacias do Urucu e do Carinhanha, a pecuária se destacava, o povoamento ainda era diminuto, muito reduzida a presença de escravos. No Vale do Alto-Médio São Francisco, a pecuária aproveitava os pastos naturais e as jazidas de sal-gema. Havia significativo movimento comercial ao longo da calha do rio, destacando-se os entrepostos de São Romão e Januária. A lavoura de algodão e a produção doméstica de panos também se faziam notar. O Sertão, caracterizado por populações dispersas e relativamente reduzidas, escravarias modestas e grande proporção de trabalho livre de vaqueiros e agregados, abrigava o arraial de Formigas (atual Montes Claros). As grandes fazendas pecuaristas dominavam o cenário no Sertão, mas a lavoura de algodão era relevante, bem como as roças de mantimentos que, além de garantir a subsistência dos moradores, geravam excedentes comercializáveis. Tropas do Sertão dirigiam-se frequentemente para Diamantina e cidades da antiga área central-mineradora.

As porções leste da região de Minas Novas e noroeste do Sertão do Rio Doce (a sub-bacia do Rio Suaçuí) constituíam áreas de fronteira agrícola, domínio da exuberante Mata Atlântica, percorrido por tribos indígenas. Ao redor da Serra do Gavião e da cidade de Minas Novas, havia alguma mineração de ouro e diamante, expressiva produção de mantimentos, algodão, panos rústicos e forte presença de populações camponesas. Ao redor de Salinas, Rio Pardo e Taiobeiras, as terras da caatinga receberam criação extensiva de gado e posses voltadas à economia de subsistência. A região de Minas Novas, que Clotilde Paiva classifica como de “baixo desenvolvimento”, possuía rede urbana menos densa, populações dispersas e menor escravaria. Já a região de Diamantina possuía alto dinamismo em função das atividades mineradoras e mercantis, sendo polarizada pelo eixo Serro-Diamantina. Seus caminhos e núcleos urbanos se mostravam bem movimentados, havia grande presença de escravos e fortunas consideráveis acumuladas nas lavras e no comércio. Clotilde Paiva classificou-a como de “alto desenvolvimento”, ao lado, por exemplo, da região mineradora Central-

-Oeste (onde se situava Ouro Preto) e Sudeste (onde se situava São João del-Rei).

Entre as décadas de 1830 e 1860, ocorreu enorme frenesi na mineração na região de Diamantina, graças ao desimpedimento das lavras e aos novos descobertos de São João da Chapada e do Caeté-Mirim. Aproveitando o fim da Real Extração, mineradores e garimpeiros se estabeleceram por toda parte e, nas palavras de Joaquim Felício dos Santos, “assentaram fábricas, construíram casas de vivenda, fizeram benfeitorias de valor, e à mineração ajuntaram a agricultura”. Ainda segundo Joaquim Felício dos Santos, nesse período os garimpeiros extraíram em poucos anos mais diamantes do que a Real Extração havia conseguido no espaço de setenta anos. Conforme o memorialista diamantinense, na década de 1850 uma população estimada em cerca de 150 mil habitantes vivia direta ou indiretamente da exploração de diamantes. O município de Diamantina consumia a produção agrícola do município do Serro e parte das exportações dos municípios de Formigas, Curvelo e Minas Novas.⁶

Todavia, a região de Diamantina sofreria baque violento a partir de 1870. A euforia dos grandes mineradores e das turmas de garimpeiros ce-deu lugar ao pessimismo. Sobreveio uma crise dramática que se estendeu até os anos 1890. A descoberta dos diamantes da África do Sul provocou alteração profunda no mercado mundial de gemas. Verificou-se variação muito negativa nos preços do diamante, de modo que a economia da região de Diamantina foi afetada significativamente. Os serviços de lavra refluíram, o comércio decaiu, muitos mineradores e comerciantes faliram, a renda disponível contraiu, de modo que também artífices e lavradores das áreas circunvizinhas foram duramente afetados.⁷

Diante da crise da economia do diamante, alguns grandes mineradores e diamantários (negociantes de pedras preciosas) investiram na indústria de lapidação, tentando agregar valor ao produto das lavras.

6 - SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 377-406.

7 - Uma análise da crise da mineração diamantífera entre as décadas de 1870 e 1890 é encontrada em MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, 2008.

Um punhado de outros homens caminhou no sentido de fundar negócios novos: indústrias têxteis e companhias agrícolas, de comércio e navegação. No diminuto rol de empresários diamantinenses, destacaram-se os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos, João, Álvaro e Pedro da Matta Machado, Josefino Vieira Machado (barão de Guaicuí), Francisco Joaquim de Menezes (barão de Araçuaí), Antônio Moreira da Costa (barão de Paraúna) e Quintiliano Alves Ferreira (barão de São Roberto).⁸ Ao estimular algumas famílias de Diamantina a construir novos tipos de negócios, a crise da mineração no período 1870-1890 contribuiu para gerar, pelo menos temporariamente, maior diferenciação de setores econômicos no Alto Jequitinhonha, processo que resultou, também, na clivagem de interesses no seio das elites regionais. Surgiram, dessa forma, pontos de vista e projetos diferenciados. Levadas para as redações dos jornais da cidade, essas diferentes visões da região e de seu futuro tornaram-se assunto de debate na opinião pública regional, alcançando, inclusive, lugares distantes do Norte de Minas. Algo natural, dada a preeminência de Diamantina no cenário norte-mineiro dessa época.

No mesmo período 1870-1890, o município de Minas Novas experimentava os primeiros sinais perturbadores do fenômeno das migrações sazonais. As terras camponesas de distritos como Água Suja (atual Berilo), Sucuriú (Francisco Badaró) e Chapada (Chapada do Norte) começavam a se esgotar, a antiga “fartura” deixava de existir, forçando as famílias a espalhar seus filhos pelas fazendas vizinhas e/ou colocá-los em marcha, engrossando correntes de migrações definitivas (rumo à mata do Leste mineiro) ou migrações temporárias (em direção às regiões cafeeiras).⁹ A dimensão do problema aparece impresso nos jornais de Diamantina, como exemplifica a notícia seguinte, publicada em 1902:

8 - Ver MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

9 - Há estudiosos que sugerem que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre na Zona da Mata mineira foi possível graças às migrações sazonais de trabalhadores do Jequitinhonha. Ver LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

É alarmante a saída de trabalhadores do distrito de Mercês de Arassuahy [hoje Senador Modestino Gonçalves], promovida pelos chamados turmeiros, rumo a fazendas do estado do Rio de Janeiro, atraídos pelos salários de quinhentos réis diários que lhes são oferecidos, além do sustento de cada indivíduo a cargo dos proprietários das fazendas. Somente nos primeiros anos do século, cerca de mil pessoas deixaram a região da freguesia em direção ao Rio.¹⁰

Dele também dá conta, em 1893, a chamada *Enquete Campista* – pesquisa organizada por David Campista, na Secretaria de Agricultura, para investigar a situação rural de Minas Gerais –, que foi respondida em tom quase apocalíptico pela Câmara de Minas Novas: as terras estariam liquidadas pelo uso contínuo, pela partilha sucessiva entre os pequenos lavradores, e a produção estaria declinando justamente quando as primeiras secas se abatiam sobre a região.¹¹

Por sua vez, a cidade de Araçuaí e seus distritos mais próximos também transitavam de uma fase de auge para uma fase de declínio. A Freguesia do Calhau, elevada a Vila de Araçuaí em 1857, e tornada cidade em 1871, possuía nessa época considerável movimento mercantil. Suas exportações de gado, carne seca, mantimentos e panos concorriam para o abastecimento da costa da Bahia, graças à navegação do Jequitinhonha. Conforme Leopoldo Pereira:

A cidade de Araçuaí era um grande entreposto de comércio. De todos os municípios vizinhos, num raio de mais de 50 léguas, convergiam para ali tropas. A mata do Peçanha mandava-lhe o toucinho, a carne de porco e o café; Minas Novas, o açúcar; Serro e Ferros, os seus cereais e o café; São João Batista (atual Itamarandiba), o

10 - Jornal *A Idéia Nova*, n. 137, p. 1. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

11 - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Questionário enviado aos municípios mineiros com respostas manuscritas*, 1893.

ferro; e todo o Norte de Minas, suas variadas produções. (...) Ali os armazéns abarrotados de sal e outros produtos de beira-mar esperavam tropas para com elas cambiá-los pelos produtos da lavoura. Não havia no Norte de Minas tropeiro que não conhecesse a estrada do Calhau. Esse movimento comercial tocou o seu auge de 1880 a 1885, quando o descoberto do Salobo, à margem do Rio Pardo, fez confluir para ali e para Canavieiras e Belmonte uma enorme imigração de aventureiros que lá iam explorar a extração dos diamantes e o comércio. (...) Nunca essa praça vendeu tanto para Minas como então.¹²

O dinamismo agrícola e mercantil de Araçuaí, no entanto, refluíu a partir de meados dos anos 1880. As estradas de ferro Bahia a Minas, no Vale do Mucuri, e Dom Pedro II, na região do Rio das Velhas, fizeram as tropas de muares mudarem de rumo: já não iam para o norte, em direção a Araçuaí, mas buscavam as estações mais próximas. Assim, fugiram da antiga Calhau os produtos da mata de Peçanha, de Ferros e Guanhões; as canoas que subiam e desciam o Jequitinhonha perderam espaço para as composições da Bahia a Minas, que corriam de Ponta de Areia (distrito de Caravelas, no litoral baiano) até Teófilo Otoni; logo em seguida, por volta de 1908, a estrada de São Miguel do Jequitinhonha a Urucu (atual Carlos Chagas) desviou o comércio da porção oriental do vale para a ferrovia. Com isso, o comércio de Araçuaí foi decaindo. E a região da mata do Leste (incluindo espaços baianos e capixabas), de terras virgens, começou a atrair toda a imigração de baianos e mineiros, em prejuízo das zonas de caatinga, cujo centro era Araçuaí. Por isso, talvez num momento de desalento, em 1911, Leopoldo Pereira sentenciou: “Araçuaí (...), apesar de seus recursos, nunca será uma grande cidade, pelo menos uma cidade moderna. Faltam-lhe para isso os principais elementos”.¹³

12 - PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. p. 81-83.

13 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 95.

Portanto, na virada do século XIX para o século XX, não bastasse a influência dos debates de Diamantina, a “Atenas do Norte”, as elites de Araçuaí também enfrentaram a sua crise econômica, fato que as impelia a entrar na discussão sobre o futuro do “Norte de Minas” e participar da formulação de projetos de desenvolvimento regional.

O projeto liberal e industrialista: Antônio e Joaquim Felício dos Santos

Um projeto influente de desenvolvimento regional surgiu ao redor dos integrantes da família Felício dos Santos, a partir dos anos 1860. O principal formulador desse projeto foi o dr. Joaquim Felício dos Santos (1828-1895). Diplomado em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1850, o jovem bacharel retornou a Diamantina e foi, durante alguns anos, advogado dos estratos mais pobres da população da cidade.¹⁴ Filiado ao Partido Liberal, Joaquim Felício destacou-se como republicano ativo e redator do periódico *O Jequitinhonha*. Na política, elegeu-se deputado geral (1864-1866) e senador (1889), mas seu nome foi preterido por Dom Pedro II. Em 1879, tomara parte no lançamento de um manifesto republicano em Diamantina e, em 1888, organizou o Clube Republicano da cidade. Notabilizou-se também como jurista, desenvolvendo trabalho de reformador constitucional – seu projeto de Código Civil, bastante avançado, foi bloqueado pela cúpula imperial. Com os irmãos Antônio e João Antônio (primeiro bispo de Diamantina), fundou, em 1876, a Fábrica de Tecidos de Biribiri, distante aproximadamente 12 quilômetros da cidade. Proclamada a República, o Governo Provisório designou Joaquim Felício para integrar a comissão que redigiria a lei eleitoral. Seu parecer, no entanto, foi rejeitado devido às franquias liberais que continha. O tribuno diamantinense elegeu-se senador constituinte

14 - As informações sobre a vida de Joaquim Felício dos Santos foram retiradas do verbete específico de MONTEIRO, Norma Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. v. 2.

federal, tendo sido escolhido, por aclamação, presidente dos trabalhos da Constituinte até a eleição do presidente efetivo. Joaquim Felício acompanhou a elaboração da Constituição de 1891, mas não a subscreveu. Em fins de 1893, amargando problemas de saúde, Joaquim Felício deixou o Senado e se recolheu em Biribiri, onde faleceu, dois anos depois.

As bases do projeto de desenvolvimento de Joaquim Felício dos Santos, inspirado no ideal “liberal-republicano”, ficaram expostas nas *Memórias do Distrito Diamantino*, que vieram a público numa série de artigos n’*O Jequitinhonha* em 1862.¹⁵ Levantamento factual minucioso, abarcando o tempo decorrido entre os períodos iniciais de povoamento do Tejuco e a década de 1850, as *Memórias* fornecem amplo painel da história política da Demarcação Diamantina. Mais do que narração dos fatos do passado, Joaquim Felício utiliza os eventos que arrola para debater a natureza das relações entre o Estado – colonial-português e monárquico-nacional – e o povo, simbolizado pelas populações do Alto Jequitinhonha. A história de Diamantina serve como argumento em favor da adoção de determinada solução para o problema geral das relações entre governo e nação, além de sugerir iniciativas econômicas destinadas a promover o desenvolvimento regional.

Joaquim Felício não deixa escapar uma oportunidade sequer para criticar os privilégios estamentais que caracterizavam a sociedade brasileira. Descreve e denuncia o “espírito frívolo” dos membros das elites brasileiras; refere-se negativamente ao luxo perdulário, ao comportamento mesquinho, à ganância e vaidade que dominavam os governantes; abomina a discriminação, que excluía negros e mulatos até mesmo da frequência a igrejas. Essas situações eram sinais da permanência, no Brasil, de sociedade dividida entre nobres e plebeus, na qual apaniguados e protegidos do governo oprimiam imensas maiorias de gente pobre. A lei estaria a serviço das minorias e descolada dos interesses da população, constituindo espaço para a prática contumaz de casuísmos. A ordem legal

15 - Discussão mais aprofundada sobre as posições políticas, a visão da história regional e das propostas de Joaquim Felício dos Santos pode ser encontrada em MARTINS, Marcos Lobato. Joaquim Felício dos Santos e a modernização republicana. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

brasileira seria ilegítima e eivada de distorções, por isso mesmo instável, não possuindo as qualidades da impessoalidade e da universalidade.

Por outro lado, Joaquim Felício considerava inteiramente prejudicial à nação a maneira de agir do governo. O redator d’*O Jequitinhonha* não aprovava a intervenção do Estado na vida das pessoas, nem os rigores do Fisco, cuja voracidade ele denunciou veementemente. Conforme suas palavras, referentes ao período colonial, “a sorte dos povos era indiferente ao governo, quando se tratava dos interesses da fazenda. Devia-se deixar ao povo os únicos meios de subsistência: o mais se lhe tomava a bem da metrópole”.¹⁶ O Fisco, transformado em símbolo do Estado intervencionista, prolixo em regulamentações, taxações e iniciativas empresariais, conduzia, na maioria das vezes, à “miséria pública”. Joaquim Felício não perdoava as “vistas acanhadas do governo” que tentou, ao longo de toda a história da Demarcação Diamantina, substituir a iniciativa privada dos mineiros pela exploração estatal do diamante, com resultados precários. Era preciso reagir a isso, fazer guerra aos excessos do Estado, abrir espaço para a iniciativa privada.

As *Memórias* trazem grande número de considerações a respeito dos vícios e resultados funestos produzidos pela centralização administrativa. Joaquim Felício ressaltava a imensidão territorial brasileira e a diversidade das regiões e dos municípios do país, fatores que jogavam por terra a possibilidade de, por meio de disposições gerais, prover “a todos os interesses variados e muitas vezes contrários, que pedem providências particulares”.¹⁷ Nesse sentido, ele julgava ser necessário buscar o equilíbrio entre o que chamava de “governo representativo” e a “atividade local”. Os municípios deveriam gozar de maior autonomia, pois, “trabalhando livre e desembaraçadamente para o progresso e desenvolvimento parcial, muito teriam coadjuvado o progresso e desenvolvimento geral”.

Ao tocar na questão das municipalidades, é clara a intenção de Joaquim Felício: criticar a acachapante centralidade do Rio de Janeiro,

16 - SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 135.

17 - Esta e a citação imediatamente seguinte foram extraídas da página 151 de SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*.

que se arvorara na direção monopolística da vida política, econômica e cultural do país. Nessa crítica, o senador diamantinense perfilou-se a tradição presente no Serro e na Diamantina desde a década de 1830, quando teve início a carreira política de Teófilo Otoni. Tratava-se de visão específica sobre o desenvolvimento do Brasil que ganhou corpo entre políticos e homens de negócio da região, favorável à maior autonomia perante o Rio de Janeiro, que conformaria economias regionais diferenciadas, embora articuladas. Para isso, os negócios do vasto “Norte mineiro” não poderiam continuar rigidamente subordinados ao “monopólio carioca”, convindo explorar as possibilidades abertas pela navegação no Rio São Francisco e pela construção de uma ligação com o litoral baiano pelo Vale do Mucuri, de modo a dotar o “Norte” de seu porto marítimo.¹⁸

Vale, a propósito, transcrever as palavras de Joaquim Felício sobre o peso descomunal do Rio de Janeiro na organização política do país:

Bem sabemos que um poder fracionado perde muito a sua força e torna-se mais ou menos inábil para promover os interesses gerais; mas não é isso razão para se conferir ao centro uma força exagerada, exorbitante, em prejuízo da atividade local. O governo representativo ainda é um ensaio de organização social, que fizemos ao sair do despotismo da monarquia; cumpre que não nos iludamos preconizando-o como a forma definitiva, o ideal dos governos.¹⁹

O tribuno republicano diamantinense parece preconizar certa disposição para o experimentalismo político. Para o âmbito do município, a adoção de fórmulas institucionais que privilegiassem mecanismos de

18 - Ver SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993.

19 - SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 151.

democracia direta; quanto ao governo central, Joaquim Felício recomenda submetê-lo a controles que emanassem dos níveis locais de governo, dos cidadãos livremente organizados nas cidades, a começar pela eleição direta.

No plano econômico, as *Memórias* preconizavam: a) a reforma completa dos impostos, que deveriam ser gerais e proporcionais às posses de cada um; b) o investimento na preparação profissional dos trabalhadores, incluindo os mineradores e os agricultores; c) a adoção e o desenvolvimento de tecnologias para aumentar a produtividade e os lucros na economia; d) a melhoria dos meios de transporte e comunicação, pois que as “localidades [estavam] quase que isoladas umas das outras e do centro geral”; e e) o apoio regional decidido aos setores industriais (têxtil e siderúrgico). Assim, por exemplo, Joaquim Felício referiu-se aos maus resultados da exploração da lavra da Grupiara, ponto mais elevado da vertente oriental do Morro de Santo Antônio, rica jazida de ouro, nos seguintes termos:

(...) Por falta de recursos e conhecimento do sistema de mineração por meio de minas e galerias subterrâneas, seus veios nunca foram explorados. Dr. José Vieira Couto, encarregado pela Rainha D. Maria de fazer exames mineralógicos e metalúrgicos na Capitania de Minas Gerais em 1796, lastimava com justa razão a ignorância dos mineiros, incapazes de fazer qualquer trabalho importante. O que ele então dizia é aplicável ao nosso estado atual; porque nossa ignorância, nossos erros infelizmente ainda são os mesmos, e nenhum passo temos dado no conhecimento da mineralogia e na arte de minerar.²⁰

Joaquim Felício chamava a atenção de seus concidadãos para o fato de que faltava à economia regional capacidade de agregação de valor,

20 - SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 142-143.

de alongamento das cadeias produtivas, o que não se conseguiria sem domínio e desenvolvimento de determinadas tecnologias. Mais uma vez, ele recorreu à mineração diamantífera para ilustrar seu ponto de vista, como mostra o trecho abaixo das *Memórias*:

(...) No tempo dos contratadores, quando as remessas [de diamantes] montavam de cinco a dez mil oitavas (anualmente), nem assim, estes deixavam em Portugal a utilidade que deviam deixar. Eles iam sustentar e enriquecer centenas de oficiais estrangeiros como lapidários, ourives, cravadores e outros muitos, que se ocupavam em preparar máquinas e mais instrumentos precisos à labutação desta manufatura, enquanto os portugueses, mortos de fome, conservavam-se ociosos.²¹

A ênfase na indústria é ainda maior no pensamento de Antônio Felício dos Santos, grande minerador, empresário e político, que a imprimiu no *Manifesto da Associação Industrial*, publicado no ano de 1881. Antônio Felício foi o primeiro presidente dessa associação nacional, sediada no Rio de Janeiro, sinal de seu prestígio na corte. O referido manifesto principiava pela crítica do livre-cambismo e da voragem fiscal do governo.²² Sua preocupação central era a de derrotar a ideia de que o Brasil estaria fadado a ser exclusivamente agrícola e apelava aos dirigentes nacionais para que criassem ambiente propício para a cultura industrial. Para tanto, seria preciso adotar o regime protetor da indústria, moralizar as classes pobres pelo trabalho e pela educação industrial, atrair e assimilar imigração perene de operários e pequenos capitalistas, favorecer o desenvolvimento das cidades. Na companhia do irmão Joaquim, ao participar de iniciativas de fundação de fábricas e

21 - SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 106.

22 - O manifesto pode ser encontrado em BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 2, p. 723-726.

escolas no município de Diamantina, Antônio Felício dos Santos tentou aplicar a proposta contida no manifesto na região do “Norte mineiro”.²³

O projeto de desenvolvimento regional proposto pelos irmãos Felício dos Santos era industrialista, de base urbana, preocupado essencialmente com a diversificação da produção econômica, pois considerava terríveis as consequências que resultavam das baixas no valor ou na produção do quase exclusivo gênero de exportação brasileiro – o café –, ou regional – o diamante. Também exigia a renovação completa das práticas políticas e a transformação social, necessárias para que se lograsse repor “a pirâmide social em equilíbrio estável, apoiando-se sobre a base e não sobre o vértice”.²⁴ Desconcentração da riqueza, democratização das instituições, encorajamento do exercício da liberdade individual, apoio ao ensino e à ciência, proteção da manufatura: esses eram os principais meios que os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos julgavam adequados para o país e a região norte-mineira avançarem.

O projeto agrarista: irmãos Matta Machado e Leopoldo Pereira

Outro projeto para o desenvolvimento regional surgiu da experiência adquirida pela família Matta Machado com empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria vinícola, fábrica de tecidos e exploração florestal (madeiras e borracha de manga-beira).²⁵ O principal formulador dessa segunda proposta foi o dr. Pedro da Matta Machado (1865-1944), promotor de Justiça, político, professor, industrial (fundador e gerente da Fábrica de Tecidos Santa Bárbara, localizada no distrito de Curimataí, hoje pertencente ao município de Augusto

23 - Assinale-se, de passagem, o parentesco da proposta de Antônio e Joaquim Felício dos Santos com as ideias do secretário da Fazenda dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, com seu *Reports on Manufactures*, de 1791, à base do argumento da “indústria nascente”, viabilizadas em 1816 pelo Tariff Act.

24 - Editorial do jornal *O Jequitinhonha*, do dia 29 de novembro de 1869.

25 - Uma análise dos negócios e das empresas dos Matta Machado encontra-se em MARTINS, Marcos Lobato. Os Matta Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: *XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais eletrônicos...* Diamantina, 2008. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008.

de Lima). As linhas mestras do projeto foram sistematizadas e amplamente divulgadas na carta distribuída aos eleitores do 6º Distrito de Minas Gerais, em outubro de 1894.²⁶ Nesse documento, o então candidato ao Senado estadual elencou as prioridades que norteariam sua ação política: educação profissional, acesso facilitado ao crédito, imigração, transporte ferroviário e agilização da Justiça.

No campo da educação escolar, Pedro da Matta Machado pleiteava o fortalecimento do ensino primário e a criação de uma rede de escolas profissionais, que difundiriam os “métodos científicos da agricultura e da criação”. Esses institutos profissionais e técnicos facilitariam o aproveitamento das imensas riquezas naturais do Norte de Minas. As próprias escolas primárias, que deveriam ser bastante multiplicadas para atender as necessidades da população regional, deveriam combinar o ensino das primeiras letras com rudimentos de agricultura e pecuária e, para o dr. Pedro da Matta Machado, conviria ajustar o calendário dessas escolas com a faina agrícola das famílias norte-mineiras. Para enfrentar o problema da falta de crédito, que impedia o crescimento dos agricultores e pecuaristas, Pedro da Matta Machado sugeria “a criação de pequenos bancos que facilitem o crédito e a aquisição de instrumentos indispensáveis à lavoura”.²⁷ Neste ponto da carta aos eleitores, o industrial diamantinense expõe suas simpatias pelo cooperativismo e se compromete a defender as iniciativas de implantação de cooperativas de crédito e de produção no território do distrito eleitoral. Pedro da Matta Machado propunha ainda, para acelerar a modernização da agropecuária regional, a “urgente e indispensável promoção da imigração facilitada pelo Estado”.²⁸ Não se tratava de indisposição ou preconceito contra o trabalhador nacional, mas da crença de que o imigrante europeu seria peça importante na introdução de novos produtos, técnicas e valores culturais que contribuiriam para a modernização do

26 - Ver *O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais*. Diamantina: Oficinas Tipográficas da Cidade Diamantina, 1894. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

27 - *O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais*, 1894, p. 7-8.

28 - *O Dr. Pedro da Matta Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais*, 1894, p. 8.

campo norte-mineiro. O candidato diamantinense ao Senado estadual acreditava no papel de estímulo da economia que os projetos de colonização, especialmente quando conduzidos pela iniciativa privada, poderiam desempenhar.

Mas, para isto, cumpria atacar o problema da interligação das cidades da região e colocá-las em contato direto com as áreas dinâmicas do Centro-Sul do país. O que implicava o esforço de melhorar os meios de transporte no Norte de Minas, com o desenvolvimento da viação férrea e fluvial. Pedro da Matta Machado se juntava, assim, aos políticos e homens de negócio que lutavam pelo ramal ferroviário de Diamantina e pelo avanço dos trilhos da Central do Brasil rumo ao Vale do São Francisco e da fronteira baiana. Por fim, a economia regional necessitava, segundo Pedro da Matta Machado, da agilização da Justiça porque os negócios não poderiam prosperar num ambiente em que as pendências só são resolvidas a muito longo prazo. O futuro senador comprometia-se a lutar pela criação de novas Relações (tribunais de segunda instância) no Norte e no Sul do estado.

O programa do dr. Pedro da Matta Machado, exposto nos jornais *A Idéa Nova* e *Cidade Diamantina*, era francamente agrarista e criticava de forma aberta a industrialização brasileira. Ele dizia que a República repetia o erro do Império, ao prosseguir na “cópia servil das brilhantes civilizações industriais”. Segundo o parlamentar diamantinense, a República agravava os problemas econômicos e sociais brasileiros ao procurar:

Criar, por meio de tarifas proibitivas, a nação industrial. O protecionismo que copiamos, hipertrofiando-o, teve êxito relativo na América do Norte e em algumas nações da Europa porque esses países reuniam condições do estádio industrial – densidade de população, acúmulo de capitais, abundância de matéria-prima, facilidade de transporte, largo consumo – e possuíam já uma indústria própria. A esse organismo, naturalmente criado, foi que a tarifa procurou beneficiar. Esta não faz o milagre de transformar

uma nação agrícola em industrial, mas tem o funestíssimo poder de obstar o surto natural da agricultura e de aniquilar as indústrias legítimas, coetâneas do período agrícola. Absorvendo grandes capitais e impondo enormes sacrifícios ao consumidor, as indústrias fictícias elevam artificialmente os salários e os capitais circulantes, e desviam recursos destinados à lavoura, à pecuária, à fiação e tecelagem e indústrias congêneres que desabrocham com a agricultura.²⁹

Neste ponto, encontra-se a diferença essencial entre as propostas de desenvolvimento formuladas por Pedro da Matta Machado e os irmãos Felício dos Santos. Para o primeiro, desenvolver o Norte de Minas significava potencializar sua agropecuária, diversificar a produção primária, aumentar a produtividade nas fazendas e nos sítios, tanto pelo concurso do trabalho imigrante quanto pela melhoria profissional do agricultor nacional. A promoção da agricultura comercial na região, voltada para o abastecimento de Minas e do Brasil, era a opção estratégica preferida por Pedro da Matta Machado. Escolha que revela sua afinidade com o pensamento de João Pinheiro da Silva, que fora presidente de Minas Gerais em 1890 e se destacara na organização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Como se sabe, a ênfase na diversificação e modernização da agropecuária mineira foi o centro da ação governamental nas primeiras décadas do século XX.³⁰

29 - MATTA MACHADO, Pedro da. *Civilização artificial*, obra dedicada ao Ex. Sr. Dr. Wenceslau Braz. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914, p. 6-7. Note-se que, nos anos 1940, posição similar seria adotada pelo prof. Eugênio Gudín, num artigo intitulado "Industrialização panaceia": "A industrialização per se não assegura de forma alguma um aumento da renda real *per capita*... Mas se a industrialização se processa com mão de obra que se tornou supérflua no setor agrícola, por melhoria de sua produtividade, e se ela dispõe da capacidade técnica e administrativa para uma produção eficiente, não há dúvida de que ela representa um excelente elemento de reforço estrutural da economia e dos países de produção primária". GUDÍN, Eugênio. *Análise de problemas brasileiros*, 1958/1964. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1965.

30 - Para mais informações sobre João Pinheiro e o Congresso Agrícola, ver DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Cerca de 50 léguas ao norte, na confluência do Ribeirão do Calhau com o Rio Araçuaí, o debate que agitava Diamantina reverberou na cidade que havia sido fundada por meretrizes e canoeiros em terras de Luciana Teixeira.³¹ No meio das *catingas*, Araçuaí também entrou na conversa sobre o futuro do Norte de Minas, por meio da voz de Leopoldo Pereira (1868-19?). Professor, latinista, colaborador dos jornais *Itambé* (Diamantina) e *Mucury* (Teófilo Otoni), agente executivo municipal da cidade no fim dos anos 1890 e início dos anos 1900, Leopoldo Pereira apostava que o desenvolvimento regional dependeria da agropecuária e da mineração. Mas o progresso e a civilização somente seriam alcançados se três obstáculos fossem rapidamente removidos: a) a carência de estradas e transportes modernos; b) o descaso do Estado com a região; e c) a utilização predatória pelo sertanejo dos recursos fornecidos pelo ambiente. É o que se depreende da leitura da corografia redigida pelo político e professor em 1911.

Para Leopoldo Pereira, o território do vastíssimo município de Araçuaí prestava-se especialmente para a lavoura e a criação de gado, bem como para a indústria mineradora. A pecuária estava fadada a ser uma das principais riquezas da economia regional. O gado de corte criado em todos os distritos de Araçuaí competiria com vantagens na Bahia e em Minas Gerais. A lavoura de algodão, de bom rendimento nas terras cobertas pelas *catingas*, teria mercado futuro garantido, em função da expansão da indústria têxtil mineira e nacional, inclusive nos municípios vizinhos de Curvelo e Diamantina. Até mesmo a tradicional produção doméstica de panos grossos de algodão – os afamados “cobertores de Minas Novas”, característicos do distrito de São Domingos (atual Virgem da Lapa) – deveria ser incentivada, uma vez que esses tecidos fabricados em rocas e teares, pelo trabalho alegre e dedicado de mulheres em *serões*,

31 - Esta versão lendária da fundação de Araçuaí é atribuída a uma interpretação de passagem do relato de viagem de Auguste de Saint-Hilaire pela área, em 1817, e é reproduzida pelo próprio Leopoldo Pereira. Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

eram bem recebidos nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.³² A produção de mantimentos nas terras da *mata*, correspondentes às porções orientais do Vale do Jequitinhonha, deveria ser estimulada com vistas ao abastecimento de Minas e da Bahia. Justamente na *mata*, nos distritos de São Miguel (atual Jequitinhonha), Vigia (atual Almenara) e Salto, o extrativismo florestal também se apresentava, conforme Leopoldo Pereira, como fator de desenvolvimento: as madeiras, a borracha de mangabeira, o óleo de copaíba e a poaia poderiam gerar bom movimento em diversas partes da região. E a mineração teria muito a contribuir para o crescimento da economia do Norte de Minas, já que haveria jazidas expressivas praticamente inexploradas: grafite, ouro, diamante, pedras preciosas.

Todavia, o projeto de fazer do Médio Jequitinhonha celeiro destacado para o abastecimento mineiro e baiano exigiria reforma das técnicas agropecuárias, substancial e modernizadora. Leopoldo Pereira considerava inadequados os métodos empregados pela lavoura e criação tradicionais. No caso da pecuária, os fazendeiros da região “não tiram dela senão metade de seu proveito. Não utilizam o leite para coisa alguma. Apenas algumas pessoas o aproveitam em pequena parte, para fabricar requeijões. O que eles querem é a novilha para criar e o novilho para a engorda e comércio”.³³ Relativamente ao extrativismo florestal, o agente executivo de Araçuaí estava preocupado com a dilapidação dos recursos, decorrente da lógica imediatista que presidia a exploração. Nas palavras de Leopoldo Pereira:

A maneira irracional (...) de obter o óleo de uma [copaíba] e o leite de outra [mangabeira] será razão para que dentro de algum tempo se esgotem estas duas fontes de riqueza. Não se faz ali cultura de planta alguma que forneça a borracha: o sertanejo está exaurindo primeiro as fontes naturais.

32 - Para descrição de um *serão* em São Domingos, ver PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 100-102.

33 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 70.

(...) Uma grande riqueza seriam futuramente as madeiras, que os habitantes estão destruindo despiudadamente.³⁴

Analogamente, a mineração de ouro, diamante e pedras preciosas estaria limitada pelo apego à bateia, ao almocafre e ao carumbé. Seria necessário empregar instrumentos e técnicas mais modernos, bem como organizar serviços de lavra em bases mais empresariais. Já a agricultura regional, além de diversificar-se, teria de alterar completamente seus métodos. Substituir a coivara pelos manejos preservadores do solo e da vegetação natural. Leopoldo Pereira é enfático na denúncia da desertificação do Norte de Minas, cujos efeitos econômicos e sociais seriam sobejamente negativos. O sertanejo estaria inviabilizando a reprodução da sociedade regional, no tempo e no espaço. As palavras do agente executivo a esse propósito são duras:

(...) O vasto planalto do Norte de Minas é formado de chapadas áridas, secas, quase nuas, porque sua vegetação (...) pode-se considerar nula. Só os vales dos rios são ensombrados por florestas; porém estas o sertanejo bárbaro tem destruído a ferro e fogo; e a sua obra de devastação vai já tão adiantada que talvez apenas um décimo das matas reste ainda. (...) Parece que o interior do Brasil está fadado a tornar-se um deserto, talvez não tanto, porém aproximadamente como o Saara. É um imenso maciço, não penetrado por mares, como a África; já de natureza coberto de campos gerais e chapadas, e cada vez mais assolado e desnudado pela devastação das florestas. (...) O machado do lavrador e o fogo das queimadas estão

34 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 67-68.

esterilizando o Norte de Minas, ou aliás, todo o País. Eu denuncio o fato e peço providências. despidadamente.³⁵

Para lograr a melhoria dos padrões da agricultura, da pecuária, da mineração e do extrativismo florestal, Leopoldo Pereira não via outro caminho senão a paciente educação do “caboclo rústico e incendiário”. Ensino primário ajustado às necessidades das dispersas comunidades rurais, argumentava ele, era o meio de atenuar os problemas da economia regional. Também não poderia faltar maior presença do Estado, visando acelerar as transformações que o desenvolvimento regional requeria. Conforme suas palavras:

Em um século (pode-se dizer que menos) aquela região [o município de Araçuaí] se povoou e se civilizou até o ponto em que se acha, entregue a seus próprios recursos, quase sem auxílio e proteção dos poderes públicos: neste século que tão bem agourado vai entrando, bafejada por eles, que já lançam para lá os olhos, aquela rica e vasta região fará honra ao Estado de Minas.³⁶

Para Leopoldo Pereira, a primeira ação do governo deveria ser dotar a região de estradas, rompendo seu isolamento dos mercados e aproximando as povoações sertanejas. As poucas e péssimas estradas, inadequadas até para o trânsito de tropas de muares, prejudicavam os produtores e os comerciantes, rebaixavam as capacidades locais. Nas palavras de Pereira:

35 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 55-56. A posição de Leopoldo Pereira filia-se à longa tradição do conservacionismo de ilustrados luso-brasileiros e brasileiros dos séculos XVIII e XIX. Ver PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Para visão crítica das relações entre agricultura, população e ambiente ver RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (Org.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

36 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 112. Esta exortação à ação do Estado na promoção do desenvolvimento do Médio Jequitinhonha é ponto que distingue o projeto do agente executivo de Araçuaí daqueles formulados pelos diamantinenses Felício dos Santos e Matta Machado, que priorizavam a iniciativa privada.

O Município de Araçuaí é agrícola e pastoril, e está esperando vias de comunicação e transporte (...) para ostentar a seus pares os grandes recursos que possui. (...) O sertanejo desconfiado e retraído não aventura seus capitais em empresas de indústria. Cultiva como pode suas terras, cria seu gado, negocia na estreiteza de seus recursos, mas numa região quase deserta, sem vias de comunicação, não pode nem deseja fazer mais.³⁷

Esse problema seria mais grave na *catinga*, porção mais distante do litoral, que ficara insulada, produzindo para si e, portanto, vivendo processo de relativo declínio.³⁸ Era preciso ligar a *catinga* aos eixos ferroviários que avançavam nos vales dos rios Doce e São Francisco, à maneira do que ocorria na área da *mata* com a construção da Estrada de Ferro Bahia a Minas. Vale ressaltar que Leopoldo Pereira vislumbrava a progressiva consolidação de novos polos comerciais no Nordeste mineiro (São Miguel do Jequitinhonha, Teófilo Otoni), os quais formariam com Araçuaí uma rede de suporte para a vida operosa das populações rurais dispersas em pequenas e numerosas comunidades.

As estradas também seriam cruciais para enfrentar as oscilações de alta e baixa da produção regional, inevitáveis uma vez que grande parte do Norte de Minas sofria com as secas. Leopoldo Pereira traz o problema das estiagens para o debate sobre o desenvolvimento. Segundo ele:

Nos anos chuvosos, a produção é enorme, talvez proporcionalmente maior do que nos melhores terrenos da mata, e com a vantagem de ser mais rápida a evolução das plantas. (...) Se, porém, corre mal o tempo, está tudo perdido, não há colheita. O solo ressequido nada produz.

37 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 89.

38 - "Não há vias de comunicação para escoamento do excesso em tempo de abundância e importação em época de carestia. O mercado pode-se dizer único num raio de mais de 20 léguas é a cidade, mas esse mercado é insuficiente e facilmente abarrotável." In: PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 84-85.

(...) O mantimento sobe a preços fabulosos, a população sofre, a carestia assume proporções de verdadeira fome. (...) Morre gente pelas estradas, o sol é de fogo, e a terra abrasada queima os pés descalços dos emigrantes. Depois de dois ou três anos de estiagem, vêm outros tantos de bom tempo e extraordinária fartura.³⁹

As estradas e a preparação dos homens do campo possibilitariam escapar ao ciclo natural de tempos chuvosos e tempos secos, ou ao menos minimizar os impactos negativos da alternância de estações boas e más. Seria preciso adaptar as culturas e as criações, as técnicas e os manejos ao ambiente regional, aos diversos tipos de solos e climas que existem no Norte de Minas. Em linguagem moderna, pode-se dizer que Leopoldo Pereira lançava o desafio da convivência com o semiárido.

Os elementos anteriormente delineados mostram similaridades entre a proposta de desenvolvimento regional dos Matta Machado e o projeto acalentado por Leopoldo Pereira – uma espécie de utopia jeffersoniana, baseada em agricultura de abastecimento diversificada, ajustada às condições ambientais da *catanga* e da mata, praticada por comunidades de pequenos e médios proprietários *empoderados*, articuladas em torno de umas poucas cidades dotadas de comércio e serviços mais pujantes.

O projeto da “cidade católica”

Frente ao avanço dos ideais republicanos, do positivismo e da maçonaria, o clero da Diocese de Diamantina, instalada em 1864, e os intelectuais ligados à Igreja delinearam seu próprio projeto de desenvolvimento regional. Projeto que foi divulgado nas paróquias, nas escolas, nas sociedades beneficentes, na imprensa, na direção da indústria têxtil norte-mineira, notadamente em Diamantina. No plano

39 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 65-67.

econômico, o projeto da Igreja do Norte de Minas, sob a direção de Dom João Antônio dos Santos, era bastante similar ao formulado pelos Matta Machado. Agrarista, benevolente, moderadamente reformador. No plano social e político, entretanto, a Igreja lutava contra os “excessos liberais-republicanos” da proposta de Antônio e Joaquim Felício dos Santos, ironicamente irmãos do primeiro bispo de Diamantina. Os intelectuais católicos da “Atenas do Norte” combatiam certas novidades trazidas pela República: o individualismo, a laicização da educação e dos costumes, os valores liberais, a educação técnico-científica, o afã de modernização. Essas novidades eles reputavam nefastas, pois concorreriam para a busca exacerbada do lucro fácil e rápido, para a especulação, para a corrupção dos padrões da vida familiar, para o achincalhe das tradições, para o afastamento do povo da tutela da Igreja Católica. Assim pensavam José Augusto Neves, padre José Carolino de Menezes e cônego Severiano de Campos Rocha, entre outros, cujas vozes tinham considerável alcance e influência.⁴⁰

José Augusto Neves (1875-1955), professor, jornalista, funcionário dos Correios e fundador do Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio (1902), expôs os fundamentos econômicos do projeto católico no livro *Chorographia do Município de Diamantina*. A obra, impressa no Rio de Janeiro em 1899, foi amplamente utilizada nas escolas da cidade. Nesse compêndio de geografia física, política e econômica de Diamantina, José Augusto Neves indica a agricultura como setor de atividade capaz de garantir a continuidade e a expansão da riqueza no Norte de Minas. O professor assevera que “não há terreno estéril e esgotado no município, o solo conserva a sua uberdade primitiva e se presta para todos os ramos de lavoura”.⁴¹ Lamentava, contudo, o fato de que o trabalho agrícola estava reduzido à plantação de víveres para o consumo local, empregando-se ordinariamente processos rotineiros. O uso do arado e

40 - Informações sobre a Diocese de Diamantina, as escolas e jornais católicos da cidade no fim do século XIX e na primeira metade do século XX podem ser obtidas em COSTA, Dom José Pedro. *Vanguardeiros*. Diamantina: Gráfica EPIL, 1993.

41 - NEVES, José Augusto. *Chorographia do município de Diamantina*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1899. p. 159.

da irrigação era ainda restrito. Quanto à pecuária, José Neves criticava o apego dos criadores aos pastos naturais e a pouca atenção dispensada ao melhoramento das raças. Esses defeitos seriam eliminados por esforços sistemáticos de educação prática do agricultor, coadjuvados pela assistência técnica a cargo de profissionais pagos pelo governo. A agropecuária regional precisava, portanto, modernizar-se para cumprir seu destino de promover o crescimento econômico do Norte de Minas.

José Neves alertava, entretanto, que o fomento da agropecuária e da agroindústria de nada serviria se permanecessem as dificuldades para a produção e o comércio decorrentes da precariedade das vias de comunicação do município e da região. A carência de boas estradas era, conforme o benfeitor católico, o “[melhoramento] que tem tolhido o seu desenvolvimento industrial e agrícola”.⁴² O futuro econômico de Diamantina e do Norte de Minas dependeria da integração da região na malha ferroviária do país. Sem a estrada de ferro, o “movimento mercantil” de Diamantina permaneceria lento.

Dom Joaquim Silvério de Souza, preocupado com a difusão do conhecimento técnico e com a carência de capitais entre os homens do campo, tentou semear práticas associativistas nas paróquias. Durante a realização do Segundo Sínodo Diocesano (1913), o bispo lembrou aos párocos da região que eles tinham o dever de colocar a população a par dos problemas da agricultura:

Não percam os M. Rev^{dos} párocos ocasião de falar sobre a agricultura, mostrando que dela depende a riqueza e prosperidade do país; e procurem afastar os agricultores do sistema rotineiro de cultura, aconselhando o emprego de processos e meios mais eficazes para aumentar a produção. Para se atingir esse fim será de grande vantagem que façam larga propaganda, entre os agricultores das suas freguesias, das revistas agrícolas existentes no

42 - NEVES. *Chorographia do município de Diamantina*, p. 162.

Brasil, bem como do Boletim do Ministério da Agricultura e dos avulsos sobre o plantio de diversos gêneros distribuídos pelo mesmo Ministério.⁴³

Para enfrentar a escassez de crédito rural, a solução adotada pela Diocese de Diamantina foi a criação de Caixas Rurais. Com o objetivo de divulgar essa prática associativista, foi trazido à cidade o dr. Plácido de Mello,⁴⁴ responsável pela instalação de várias Caixas Rurais no estado do Rio de Janeiro. Uma das deliberações do Sínodo citado foi a de que “os párocos envidem esforços no sentido de fundarem, em suas paróquias, Caixas Reiffesen e outros estabelecimentos de crédito compatíveis com os recursos dos lugares”.⁴⁵ Assim, em Mercês de Araçuaí (distrito de Diamantina, hoje Senador Modestino Gonçalves), no ano de 1917, instalou-se a Caixa Rural de Nossa Senhora das Mercês de Araçuaí, com sede na igreja da paróquia, presidida pelo padre Leopoldo da Silveira Seabra. Essa associação, que funcionou até meados da década de 1920, ofereceu pequeno montante de capitais para iniciativas modestas de agricultores e comerciantes do distrito. Todavia, as Caixas Rurais não alcançaram nem o êxito nem a difusão que delas esperava a Mitra de Diamantina.

Mais do que questões econômicas, o projeto da “cidade católica” formulado pela Diocese de Diamantina para o vasto Norte mineiro assentava-se numa palavra de ordem: a reforma da cultura popular em nome da “ilustração teológica” e do Código do Direito Canônico, a “moralização dos costumes” em toda a região. As ações de Dom João Antônio dos Santos (período 1864-1905) e de seu sucessor, Dom Joaquim

43 - ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. Atas e Estatutos do Segundo Sínodo da Diocese de Diamantina, p. 58.

44 - *A Estrela Polar*, n. 7, 27 de abril de 1917, p. 4. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

45 - ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. Atas e Estatutos do Segundo Sínodo da Diocese de Diamantina, p. 59.

Silvério de Souza (1905-1933), perseguiram esse fim denodadamente.⁴⁶ Cabe recapitular algumas delas para elucidar este ponto.

Além dos educandários – Seminário Sagrado Coração de Jesus, dirigido por lazaristas franceses, e Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido por Irmãs Vicentinas, fundados em 1866-67 –, Dom João Antônio dos Santos criou, em 1875, a Associação Católica Diamantinense. No ano seguinte, criou a Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus, emulando a Guarda Nacional. As procissões passaram a evitar a rua onde se situava a sede da maçonaria, e as bandas de música que participaram de festas maçônicas foram impedidas de tocar em cerimônias religiosas. Em 1897, a União Operária Beneficente de Diamantina, que fora fundada em 1891 sob influência da maçonaria, aderiu às doutrinas de valorização do trabalho de Dom Bosco, daí resultando o estreitamento de suas relações com a Diocese norte-mineira.⁴⁷ Em 1903, o então bispo coadjutor Dom Joaquim Silvério de Souza fundou o jornal *A Estrela Polar*, órgão noticioso oficial do clero diamantinense. Em 1906, foi a vez de vir a público o jornal militantemente católico *O Pão de Santo Antônio*, fundado e dirigido por José Augusto Neves. Poucos anos depois, a Diocese fundou a Sociedade Beneficente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, entidade de ajuda mútua que reunia trabalhadores da cidade. Em seguida, Dom Joaquim Silvério de Souza fundou e difundiu as Associações de São José, que reuniam comunidades com o fim de sustentar seminaristas pobres.⁴⁸

Nas fábricas e oficinas de Diamantina, a Igreja procurou ditar os rumos da organização do trabalho. A Fábrica de Tecidos de Biribiri

46 - Sobre as intenções e ações dos primeiros bispos de Diamantina, ver FERNANDES, Antônio Carlos. *Entre o turbúlo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

47 - A abrangência da Diocese de Diamantina era enorme, pois incluía a região do Rio Doce (Peçanha e Porto de Figueiras, atual Governador Valadares), do Vale do Jequitinhonha, Curvelo, Sete Lagoas, Montes Claros e grande parte do Norte de Minas. Com a criação, em 1910, da Diocese de Montes Claros, começou o processo de redução da jurisdição da Mitra de Diamantina. Em 1917, ocorreu a elevação de Diamantina a cabeça de Arquidiocese.

48 - Para detalhes sobre entidades e jornais católicos diamantinenses, ver COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. 2. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.

apresentou-se, sob a influência de Dom João, como lugar emblemático de vida comunitária cristã. Nela, as moças operárias, sempre em grupo, iam do “convento” (dormitório) para o refeitório, para a fábrica, para a igreja, para o largo. Entre as operárias, a emulação era de prestígio, não monetária. O bom comportamento garantia a ascensão funcional, expressa por meio de fitas azuis, roxas, vermelhas e verdes. Os moradores de Diamantina eram incentivados a visitar Biribiri e observar seu funcionamento.⁴⁹ Dessa forma, a doutrinação era dirigida no sentido de afirmar os princípios católicos como base segura para a organização da convivência social em todo o Norte de Minas.

Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza difundiram as missões diocesanas, multiplicaram as visitas pastorais, trouxeram ordens religiosas para o cuidado de hospitais, colégios e orfanatos que funcionavam em diversas cidades da diocese/arquidiocese. Realizaram três Sínodos Diocesanos (1903, 1913 e 1927), por meio dos quais transmitiram aos padres e líderes católicos da região as diretrizes da Mitra de Diamantina, especialmente suas preocupações com a família, a moralidade, as migrações de trabalhadores rurais e a situação da agropecuária no Norte de Minas. Nos seus sermões, documentos e cartas pastorais, os dois chefes da Igreja de Diamantina defenderam o ensino religioso nos educandários públicos. Dom Silvério foi conselheiro do dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o presidente do estado que restabeleceu, em 1928, o ensino religioso nas escolas mineiras.⁵⁰

O clero diamantinense e os intelectuais católicos do antigo Tejuco atuaram, portanto, como impulsionadores da recristianização de instituições leigas, defendendo a influência que a Igreja exercia sobre a sociedade regional e o Estado. Engajados no combate contra o projeto liberal-republicano, esses atores fizeram o que estava ao seu alcance para o povo norte-mineiro, isto é, “concordar com a Igreja” (*sentire cum Ecclesia*) e “consultar Pedro e seus sucessores” (*videre Petrum*). Nas palavras de José

49 - LOPES, Júnia Maria; MARTINS, Marcos Lobato. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 11-19, jun. 1993.

50 - COSTA. *Vanguardeiros*, p. 32.

Augusto Neves, no manuscrito *O passado de Diamantina – reminiscência do seu centenário*, de 1938:

O homem moderno só pensa no presente e faz apenas meras conjecturas sobre o futuro, cogitando unicamente dos prazeres da vida terrena (...). O homem do passado admira as maravilhas do presente, mas considera ao mesmo tempo, a impotência da ciência para desfazer os mistérios divinos! Olha o passado e contempla o presente enganador, o presente de sua geração que caminha, descuidada, para os horrores de uma vida de dissolução, de lágrimas e de dores!⁵¹

Dessa forma, fica evidente que, para José Augusto Neves e os bispos Dom João Antônio dos Santos e Joaquim Silvério de Souza, o passado e a religião poderiam fornecer aos norte-mineiros a finalidade para a vida individual e coletiva, assentada sobre a lida com a terra, o trabalho disciplinado e cooperativo.

Considerações finais

É hora de fazer um balanço dos projetos oitocentistas para o desenvolvimento do Norte de Minas formulados pelas elites letradas de Diamantina e Araçuaí. Essas propostas tomaram parte num debate mais amplo, que envolvia políticos, intelectuais e técnicos em muitas cidades brasileiras, repercutindo nas páginas dos jornais, nas tribunas dos parlamentos, nas poucas escolas superiores existentes na virada do século XIX para o século XX. As vozes de Diamantina e Araçuaí estavam bem informadas, afinadas mesmo com pontos de vistas que ganharam força no período. Tomaram partido nas polêmicas do início da República,

51 - NEVES, José Augusto. *O passado de Diamantina – reminiscências do seu centenário*, 1938, p. 46. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

que se seguiram ao encilhamento e ao *funding-loan*, instrumento primordial do ajuste recessivo e ortodoxo conduzido pelo ministro Joaquim Murinho.⁵² Metalistas e papelistas, agraristas e industrialistas, livre-cambistas e protecionistas: todas essas correntes encontraram lugar entre os que, nas duas urbes do Norte, elaboraram propostas para a economia regional.

Os projetos compartilharam um mesmo diagnóstico da economia regional. De um lado, perceberam as oportunidades que o aprofundamento da integração ao mercado interno (mineiro e brasileiro) poderia propiciar aos produtores e comerciantes do Norte. Os projetos também apontaram, acertadamente, a diversificação produtiva como pilar do desenvolvimento regional, uma vez que era necessário superar a dependência excessiva do diamante, do algodão e do gado bovino que caracterizava as sub-regiões do Norte de Minas. O contraste com o modelo da Companhia do Mucuri, criada por Teófilo Otoni em 1847, é marcante. O projeto do líder serrano, inovador nos aspectos organizacionais, focava a exportação de madeira e café para o estrangeiro, bem como a implantação de colônias de imigrantes europeus.⁵³ Os Felício dos Santos e os Matta Machado apostavam nos extensos e capilares circuitos do comércio interno, na riqueza gerada pela produção destinada ao abastecimento – mantimentos e manufaturas demandados pela população brasileira e pela agricultura. Para trabalhar nos sítios, fazendas, oficinas e fábricas, ambos preferiram o homem sertanejo, que desejavam transformar pela educação profissional ministrada em escolas e locais de trabalho.⁵⁴

O tema da educação era central. Em todos os projetos oitocentistas discutidos pelas elites letradas norte-mineiras, a educação surgia como

52 - Sobre as controvérsias econômicas na Primeira República, ver ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

53 - Sobre a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, ver CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni ministro do povo*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

54 - O conselheiro João da Matta Machado Júnior, em opúsculo publicado no Rio de Janeiro em 1885, intitulado *Fábrica de tecidos de algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)*, escreveu que uma das vantagens do Norte de Minas era possuir “grande massa de povo moralizado e trabalhador”. Ver MACHADO, Fernando da Mata (Org.). *A Companhia de Santa Bárbara: um caso de indústria têxtil em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

elemento crucial para se obter a modernização da região, especialmente para sustentar o crescimento econômico via aumento da produtividade do trabalho. No caso dos Matta Machado, a referência à educação era instrumental. Para os primeiros bispos e os intelectuais católicos de Diamantina, pesava mais a relação entre educação e moralização dos costumes, concebida em viés nitidamente conservador. Para Joaquim Felício dos Santos, mais que incremento da produtividade, o esforço educacional pavimentaria o caminho do Norte de Minas rumo a futuro mais cidadão e democrático. Essas diferenças de ênfase – e suas consequências sobre as políticas públicas – ainda estão na ordem do dia. Continuam a exigir reflexão cuidadosa. De qualquer forma, a preocupação com a educação constitui ponto forte dos projetos oitocentistas para o Norte de Minas, elaborados em Diamantina e Araçuaí.

Por outro lado, os referidos projetos insistiram na questão dos transportes – a carência de boas estradas e de meios de transporte modernos. Este seria o grande limitador da expansão da economia regional; portanto, reivindicavam-se a interligação dos núcleos urbanos sertanejos por rodovias e a ligação ferroviária com o litoral e o centro de Minas. A solução do problema do transporte seria condição necessária para alavancar o “movimento mercantil” das cidades norte-mineiras. Isto faz sentido, mas é preciso, sabe-se hoje, qualificar a questão. Não há dúvida de que o investimento em estradas e comunicações é importante para o desenvolvimento regional, produzindo efeitos locais positivos no curto prazo. Todavia, na ausência de outras políticas articuladas, a melhoria da rede de transportes tende a gerar concentração espacial dos recursos, beneficiando as maiores cidades e as metrópoles, e, por conseguinte, o declínio das áreas menos competitivas.⁵⁵ Como mostrou a história do século XX, o Norte de Minas, uma vez atravessado por ferrovias e rodovias, enfrentaria dificuldades para resistir aos produtores e comerciantes dos centros econômicos mais dinâmicos do país.

55 - O conselheiro Matta Machado intuiu este problema ao escrever: existe uma “circunstância que protege a indústria da fiação naquela zona. Trata-se do custo elevado do transporte de cargas para o Norte de Minas, causador de sobrelevação de preço do pano importado do Rio de Janeiro em pelo menos 15% a 20%”. *Fábrica de tecidos de algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)*, 1885, p. 12.

A atenção que Joaquim Felício dos Santos e Pedro da Matta Machado dedicaram aos aspectos institucionais é, também, elemento dos projetos oitocentistas que conserva atualidade. Eles almejavam uma sociedade aberta e de economia dinâmica, preconizavam governo eficiente, racional, livre do controle oligárquico e dos pecados do clientelismo e da corrupção. Eles apontavam para a necessidade de boas leis e de Justiça expedita, bem como para a existência de estímulos adequados para os agentes econômicos – por isso, falaram sobre regulamentações e impostos, criticando as muitas distorções que existiam no Brasil da virada do século XIX para o XX. Joaquim Felício dos Santos batia na tecla da gestão governamental descentralizada, do fortalecimento dos municípios e, dentro deles, da construção de mecanismos de “democracia direta”. Pedro da Matta Machado, Leopoldo Pereira e a Mitra de Diamantina valorizaram o associativismo. Na literatura contemporânea sobre desenvolvimento econômico, esses temas relacionam-se com o “ambiente de negócios” e o “capital social”, variáveis decisivas para impulsionar processos virtuosos de expansão econômica.⁵⁶

Os Felício dos Santos e os Matta Machado compartilhavam uma visão estratégica que se tornou influente no decurso do século XX: garantir infraestrutura e recursos para empresários inovadores, estimular a incorporação de mudanças técnicas, perseguir o crescimento capaz de aumentar a demanda por mão de obra e, por conseguinte, elevar o nível dos salários e os padrões de vida regionais. Eles falavam da substituição de uma economia tradicional por outra, de caráter moderno, apoiada em vantagens comparativas representadas por recursos naturais abundantes, terras baratas, força de trabalho subvalorizada. De certo modo, este foi o caminho da “modernização dolorosa” do campo brasileiro a partir dos anos 1970.⁵⁷ Leopoldo Pereira inclinava-se ligeiramente numa direção distinta, influenciado pela experiência de convívio com migrantes e

56 - Para discussão sucinta da literatura sobre desenvolvimento regional, ver REIS, Cristina Frões de Borja. Para pensar nas implicações da produção de recursos naturais no desenvolvimento econômico. *Boletim de informações da FIPÉ*, São Paulo, n. 355, p. 24-27, abr. 2010.

57 - SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade)

camponeses no Médio Jequitinhonha. Pensava em transformar as próprias atividades tradicionais para alcançar o desenvolvimento regional, por meio de mudanças técnicas ao alcance das famílias pobres e de investimentos estatais em infraestrutura. Assim, esperava o agente executivo de Araçuaí, haveria aumento da ocupação e da renda. O fortalecimento do tecido econômico local possibilitaria melhorar as condições de vida. Estratégia que nada tem de espetacular, mas que hoje está em evidência nos debates sobre a luta contra a pobreza rural.⁵⁸

Retomando José Murilo de Carvalho, pode-se dizer que os irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos construíram uma síntese das vozes do ouro – a da liberdade – e do ferro – a do progresso. *Avant la lettre*, a bem da verdade. A voz da terra – a da tradição, fisiocrata – foi entoada no Norte de Minas pelos dois primeiros bispos de Diamantina e pelo séquito de intelectuais católicos que conquistaram posições de prestígio nos colégios da região. Por sua vez, os varões da família Matta Machado e Leopoldo Pereira jogaram papel semelhante ao do dr. João Pinheiro da Silva: tentaram conciliar o processo de modernização do Norte de Minas com os padrões da política e da cultura tradicionais. Sem o radicalismo de Joaquim Felício dos Santos, “americanista” convicto, os Matta Machado e Leopoldo Pereira acenaram para a Igreja, compuseram com os “coronéis” fazendeiros, acomodaram-se na política oligárquica.⁵⁹

Mas houve um projeto vencedor – a voz da terra, embutida no projeto da “cidade católica”. Na primeira metade do século XX, a maioria da população de Diamantina, de Araçuaí e do Norte de Minas resistiu a aceitar inteiramente o individualismo, o laicismo, a lógica de mercado, os valores da modernidade. Ao contrário, as famílias e as comunidades dispersas pela região preferiram colocar as interações sociais, a ordem

58 - Uma visão do debate nacional pode ser encontrada em “Dossiê Desenvolvimento Rural”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set.-dez. 2001.

59 - Para Gramsci, o americanismo compreendia o desenvolvimento, nos Estados Unidos, de uma sociedade baseada na atividade industrial, com formas moderníssimas de produção, racionalização da produção e do trabalho, sem a presença de grupos sociais “parasitários” (massas de mandriões e inúteis), vivendo num ambiente de livre iniciativa e individualismo econômico, nos quadros institucionais-legais do Estado Liberal. GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

política e as trocas econômicas sob controle das noções tradicionais de amizade, hierarquia, fidelidade, retribuição, serviço, etc. A resultante do embate entre os projetos liberais (radical e moderado) e católico assumiu componentes nitidamente conservadores. As elites de Diamantina e do Norte de Minas abandonaram as proposições mais progressistas características do discurso de Joaquim Felício dos Santos: a crítica da representação, a denúncia do parasitismo dos estamentos burocráticos incrustados no Estado, a condenação dos atravessadores e rentistas urbanos, a defesa da educação técnica e científica, a priorização da indústria, a ampliação da cidadania por meio da difusão da propriedade. A vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural.

Essa vitória do projeto da “cidade católica” foi favorecida pelo fracasso da maioria das empresas industriais (fábricas de tecidos, lapidações) e de serviços (transportes e casas bancárias) que mobilizaram a energia dos Felício dos Santos, dos Matta Machado, dos barões de Paraúna e São Roberto, do coronel José Neves Sobrinho. A falência desses empreendimentos modernizantes trouxe água para o moinho dos homens de negócio tradicionais do Norte de Minas, que preferiram a adaptação gradual às mudanças infinitesimais do “fluxo circular” da economia regional, aos riscos de “conduzir os meios de produção para novos canais”.⁶⁰ Por outro lado, a melhora do mercado do diamante, com a entrada dos compradores norte-americanos e os investimentos das companhias estrangeiras (a partir de 1897), abriu boas perspectivas para os grandes mineradores e diamantários, arrefecendo ainda mais a busca de alternativas econômicas para a região.⁶¹ O mesmo ocorreu no Médio Jequitinhonha e no Mucuri, pois a pecuária extensiva e a extração de madeira, impulsionadas pela subida dos preços em decorrência da

60 - Aqui, a referência é a caracterização do empresário proposta por SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas)

61 - Conforme MARTINS. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG...*

Primeira Guerra Mundial, encastelaram “coronéis” na direção autocrática e conservadora das cidades do Nordeste mineiro.

Para finalizar, convém destacar uma dimensão que perpassava alguns dos projetos examinados, visível nas formulações de Leopoldo Pereira. Trata-se da ambiguidade que muitos integrantes das elites norte-mineiras mostravam diante do *desideratum* do “progresso” e da “civilização”. Esse estado de alma Leopoldo Pereira expressou, em carta endereçada ao dr. Vicente Paulino, de Teófilo Otoni, datada de novembro de 1907, nos seguintes termos:

A civilização está nos batendo às portas, e com ela virá a estrada de ferro, o bonde elétrico, a máquina a vapor, o gatuno, o espartilho, o creme e o pó de arroz. A elegante sertaneja perderá as rosas das faces e a airosa curvatura do colo opulento, o povo perderá a inocência, e as chapadas perderão as suas emas e as suas perdizes (...). Então os jacintos da cidade virão conhecer o Norte de Minas, de cujos encantos só a literatura lhes terá dado notícia; mas, coitados! Não comerão a sólida feijoada do tropeiro nem essa admirável carne-seca que robustece o sertanejo, não tomarão o seu café num cuitzinho de coco bem lavado (...) Como é triste pensar que havemos de perder tudo isso, não é? (...) Os nossos descendentes ouvirão contar do nosso tempo e terão dó de nós, pobres diabos, cuja vida se passou quase na barbaria. Eles, porém, não serão tão livres e altivos como nós outros, e nem terão a rija musculatura de seus avós.⁶²

Salta aos olhos a nostalgia do texto. Mas também há nele uma tentativa, talvez ingênua, simplória, até mesmo envergonhada, de relativizar os processos de modernização em curso no país. O agente executivo de

62 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 136-137.

Araçuaí parece querer dizer que os “jacintos da cidade” teriam muito a aprender com o “povo bom e hospitaleiro do sertão” quando o que está em jogo é o futuro. Que, com boa vontade, poder-se-ia discernir nas comunidades rurais sertanejas um tipo de “república” despreocupada, relativamente farta, livre, franca, ativa, virtuosa, feliz.⁶³ O modo de vida, os valores, os conhecimentos, as aspirações, as relações com a natureza, enfim, a cultura camponesa do sertão teria contribuições decisivas a oferecer para a formulação de projetos regionais de desenvolvimento. Esse sentimento – ou intuição – de Leopoldo Pereira sinaliza para o que, atualmente, refere-se ao debate sobre a sociodiversidade e sua relação com o desenvolvimento.

Não é este um imperativo dos dias de hoje? Os sonhos de liberdade, fartura e alegria das comunidades rurais do Norte de Minas estarão, em surdina, ganhando força para nos surpreender? Teremos capacidade para ouvir estas vozes, de ontem e de hoje, e com elas formar consensos sobre alternativas de desenvolvimento local?

Marcos Lobato Martins é graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

62 - PEREIRA. *O município de Araçuaí*, p. 136-137.

63 - Algo que remete a lugares rurais de alto IDH no Norte da Itália, Sul da Alemanha e no Sul do Brasil, como a cidade de Feliz, na serra gaúcha, a 87 km de Porto Alegre, o mais alto IDH brasileiro em 1995. Sobre desenvolvimento rural, ver: VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Projetos estratégicos de base territorial

Rogério Delamare Ruas

Introdução

Um projeto estratégico de base territorial é uma intervenção (social, produtiva, cultural ou educacional) planejada coletivamente pelo poder público e pela sociedade civil, cujo diagnóstico seja fruto do processo de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e que, dados seu caráter frequente, sua capacidade de interagir, incluir, estruturar e integrar, articula-se com outras ações promovendo o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Portanto, está intimamente relacionado aos princípios e fundamentos da gestão social.

Território, de identidade ou cidadania, refere-se ao espaço de identidade para articulação e integração de políticas públicas, de acordo com a visão da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Portanto, é uma estratégia de desenvolvimento rural, sustentável e solidário que teve suas proposições e diretrizes aprovadas na Conferência Nacional de 2008.¹

A questão é que na prática a estratégia territorial passou a ser um programa de repasse dos recursos de investimento e custeio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), o que limita as potencialidades da estratégia e, por consequência, o desenvolvimento rural numa perspectiva participativa. Um projeto de base territorial não conseguirá subsistir como proposta

1 - CONDRAF. *Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: Por um Brasil Rural com Gente*. Brasília, 2008.

sociopolítica se não conseguir estabelecer a integração entre governos e sociedade no território, buscando o equilíbrio de participação dos entes federativos e das organizações locais e regionais da sociedade civil.

Marco Aurélio Nogueira, em *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos para a gestão democrática*, afirma que não pode haver Estado democrático sem cidadania ativa e sem participação.² Segundo o autor, o social não basta a si próprio: na ausência de um Estado, reduz-se a território de caça do mercado e desvincula-se da ideia republicana, ou seja, converte-se num espaço de interesses autonomizados, mas não de direitos.

Pensar em projetos de base territorial em regiões com a cultura sociopolítica como as do Vale do Jequitinhonha requer pensar que o Estado não prescinde da sociedade civil e a sociedade civil é parte inerente ao Estado.

Nesse sentido, a abordagem territorial adotada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) da SDT/MDA se propõe a ser um caminho para interpretar e compreender a realidade de forma coletiva, na interação entre governos e sociedade civil, realidade esta complexa cuja ruralidade se expressa nas múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável e solidário, que valoriza saberes, práticas e costumes da ruralidade e tem como objetivo contribuir para instituir um novo modo de gestão do desenvolvimento rural fundado na multissetorialidade, na sustentabilidade e na diversidade.

Estabelecendo conexões nas esferas micro, meso e macro

Pensar em projetos estratégicos de base territorial é pensar em múltiplas escalas de interpretação e de implementação das propostas que podem alterar uma realidade positivamente, especialmente das

2 - NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

famílias que historicamente foram excluídas do acesso a bens e serviços públicos.

A escala micro, neste caso compreendida como a escala municipal, geralmente apresenta algumas limitações importantes, especialmente quanto à presença de institucionalidades capazes de aprofundar a participação social e o desenvolvimento da cooperação, como forma de organizar iniciativas abrangentes, assim como escalas suficientes para a articulação de projetos estruturantes de base territorial e que sejam capazes de alterar substancialmente as condições propícias ao desenvolvimento sustentável.

Especialmente nas regiões menos dinâmicas, consideradas prioritárias pela política, agrupamentos municipais, mesmo nem sempre homogêneos, seriam capazes de reunir maior capacidade de empreender ações coletivas mais abrangentes e propor projetos, com maior escala de atuação, que facilitariam a negociação, a gestão e a viabilização econômica.

Isso seria especialmente verdadeiro nas regiões mais distantes dos centros urbanos, nos territórios rurais, justamente onde, segundo se avalia, mais se necessita de investimentos para enfrentar as questões que constroem o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Considerando que as instâncias de controle social (CMDRS) na sua maioria estão fragilizadas pela ausência de estrutura física³ e maior suporte da gestão municipal, essa instância dificilmente conseguiria fazer o controle social de um projeto de base territorial, que normalmente tem entre 10 a 20 municípios participantes.

A forma encontrada para garantir a participação social nos projetos de desenvolvimento está expressa na figura a seguir, em que se visualiza a síntese da gestão social e suas funções.⁴

3 - RUAS, Rogério Delamare. Sistematização dos cadastros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios com adesão ao Programa Garantia Safra no estado de Minas Gerais. 2010. Documento não publicado.

4 - MDA-SDT. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Guia para o planejamento territorial. Documento de apoio 02. 2. ed. Brasília, 2006.



Figura 1: Ciclo da gestão social

Razões para a estratégia territorial

Algumas questões são destacadas como razões e justificativas para a adoção do enfoque territorial proposto: (i) ordenar a ação e a governança de políticas públicas, articulando diversas agências nacionais, estaduais e municipais; (ii) incentivar a participação social na gestão pública; (iii) adaptar políticas públicas às demandas e condições locais/territoriais; (iv) gerar processos sustentáveis de desenvolvimento; (v) reduzir as desigualdades (sociais/regionais), a pobreza e ampliar a inclusão social e o acesso a direitos.

Para viabilizar a proposta de estratégia territorial, a SDT oferece, por meio do PRONAT, vários instrumentos, entre eles o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), documento elaborado com o apoio de outras duas importantes ferramentas: Estudo de Potencialidades

Econômicas (EPE) e Plano Safra Territorial (PST). Neste artigo, será analisado de forma mais detalhada somente o PTDRS.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável é a principal ferramenta para a gestão social do território. Ele orienta o processo de tomada de decisões dos atores sociais em conjunto com os atores públicos, com o propósito de viabilizar o desenvolvimento territorial sustentável. Seu conteúdo expressa a síntese da realidade do território e as diretrizes e estratégias que norteiam os rumos do desenvolvimento sustentável. Sua elaboração se fundamenta nos seguintes princípios: *ascendência, participação, universalidade, unidade e flexibilidade*.

O PTDRS busca garantir os preceitos básicos do desenvolvimento sustentável, contemplando ações que envolvem múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o futuro do território: *a dimensão econômica, a dimensão sociocultural-educacional, a dimensão político-institucional e a dimensão ambiental*.

O PTDRS é o instrumento que prepara o terreno para a formulação do projeto de desenvolvimento de base territorial. Para isso, é fundamental que não seja somente um espelho de um setor mais organizado da sociedade ou dos gestores públicos, mas um instrumento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território, que contemple todos os atores territoriais e seus respectivos projetos. Da sua elaboração devem participar todos os membros do colegiado e demais atores sociais dos municípios que compõem o território, todos imbuídos de uma postura crítica e criativa que reflita de forma precisa a realidade territorial.

A elaboração do PTDRS, conforme Guia de elaboração⁵ da SDT, segue uma cadeia de etapas relacionadas entre si, consideradas essenciais para o alcance dos resultados esperados:

- *Organização da institucionalidade territorial*: o colegiado territorial deve ser organizado e fortalecido para assegurar que o PTDRS

5 - MDA-SDT. Documentos de apoio 02. *Guia para o Planejamento Territorial*. Brasília, 2010.

seja construído com a participação da diversidade de atores e contemple o universo de interesses sociais, culturais, políticos e econômicos do território.

- *Elaboração do diagnóstico territorial*: levantamento e leitura de dados e informações sobre a realidade econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, com o propósito de fundamentar o estabelecimento de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável do território.
- *Estabelecimento da visão de futuro*: quadro descritivo do sonho acalentado pelos sujeitos que fazem parte do território que resulta da análise sobre a situação atual e define um ideal a ser alcançado num futuro esperado.
- *Definição dos objetivos estratégicos*: grandes anseios e expectativas dos atores territoriais estabelecidos em relação a uma condição futura ideal, para os quais deve ser especificado o conjunto de meios que conduzam ao sucesso na consecução dos resultados almejados.
- *Definição de valores e princípios*: características, atributos, convicções que orientam o comportamento dos atores territoriais e que servem como uma declaração pública de como esperam que todos se comportem na construção e condução do projeto territorial de desenvolvimento rural sustentável.
- *Estabelecimento de diretrizes*: conjunto estruturado e interativo das grandes linhas mestras que orientam o processo de desenvolvimento sustentável, representado por objetivos, estratégias e políticas que devem ser desenvolvidos pelos atores territoriais.
- *Definição dos eixos de desenvolvimento*: conjuntos de atividades que norteiam o desenvolvimento sustentável do território,

organizados segundo as dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental) e que permitem definir e priorizar os projetos a serem desenvolvidos.

- *Elaboração de programas territoriais*: conjuntos de projetos interdependentes organizados segundo a natureza dimensional ou multidimensional dos eixos de desenvolvimento que visam produzir os resultados almejados pelos atores territoriais.
- *Elaboração de projetos de base territoriais*: conjunto de ações (sociais, produtivas, culturais, educacionais, etc.) inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivo e gerar os resultados esperados pelos atores territoriais, dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo.
- *Construção do sistema de gestão do plano*: conjunto de processos destinados a buscar, selecionar, organizar e interpretar informações que permitem comparar o que foi planejado com o que está sendo executado, de modo a identificar e orientar a correção de possíveis desvios de conduta.

O PTDRS fornece o entendimento da complexidade e da diversidade que caracteriza o ambiente rural do território, considerando tratar-se de sociedades compostas por categorias, camadas e classes sociais que mantêm relações entre si, o que significa que o comportamento de cada um depende do comportamento dos outros, influenciados que são pelo que ocorre no entorno econômico, social, político, cultural e ambiental do território.

A construção do PTDRS se desdobra em três etapas. Na primeira etapa, é realizada a análise das recomendações contidas no Estudo de

Potencialidades Econômicas (EPE)⁶ e no Plano Safra Territorial (PST) *vis-à-vis* as demandas formuladas pelos atores sociais expressas no Diagnóstico Territorial. Esses são os instrumentos que dão conformidade ao desenho do Plano. Nessa fase são abordados conteúdos relacionados a configuração espacial, aspectos históricos, aspectos geoambientais, população, organização social, estrutura agrária, aspectos econômicos, serviços sociais e de apoio à produção, infraestrutura social e produtiva, cultura e lazer, instituições existentes.

Na segunda etapa, é discutido o futuro desejado para o território com base nas reflexões feitas sobre a realidade e são definidos os eixos aglutinadores das ações – econômico, político-institucional, sociocultural, ambiental – e as diretrizes que orientarão o processo de desenvolvimento sustentável do território. É o momento de definir os objetivos que se quer alcançar e os resultados que se espera obter com a execução do plano, num horizonte de tempo e recursos definido.

Na terceira etapa, com base nos eixos aglutinadores, são formuladas as estratégias, atentando para a necessidade de reduzir os entraves sociais, ambientais e competitivos regionais com potencial de expansão, identificando os principais fatores a ser dinamizados. As intervenções visam maximizar os resultados por meio da adoção de medidas seletivas e o estabelecimento de escalas de prioridades. Na sequência, os atores sociais e o Estado, em sintonia com a situação e a problemática diagnosticada, definem os projetos específicos que compõem o PTDRS, atentando para que sejam exequíveis e estejam de acordo com os requerimentos das fontes de financiamento.

Os benefícios proporcionados pelo PTRDS podem ser medidos em dois sentidos: para dentro e para fora das fronteiras do espaço territorial. No primeiro caso, o PTDRS contribui para o fortalecimento das pessoas e das organizações; fortalece os laços de identidade territorial; das capacidades do capital social; constrói estratégias

6 - Sobre EPE, ver mais em: EPE Território da Cidadania do Baixo Jequitinhonha. SILVA, Márcio Gomes da; ALCANTARA FILHO, José Luiz. *Estudo de potencialidade econômica (EPE)*. 2008. Disponível em: www.aptabr.org.br. Acesso em: 10 de junho de 2011.

sustentáveis pela crítica contínua ao modelo adotado; instrumentaliza a gestão participativa; permite o controle social sobre os rumos do desenvolvimento territorial e orienta os investimentos. No segundo caso, confere visibilidade ao território como unidade de desenvolvimento; a identidade territorial funciona como marca diferenciadora e facilitadora de relações de cooperação; fortalece a competitividade do território; atrai investidores e articula políticas públicas e orçamentos de fora dos territórios.

O processo de elaboração do PTDRS visa sensibilizar e mobilizar os atores territoriais para a organização e o funcionamento do colegiado territorial; desenvolver uma leitura aprofundada da realidade a partir da elaboração do diagnóstico territorial; construir uma visão de futuro que oriente a definição de programas, projetos e ações estratégicos; criar um sistema de gestão que busque a implementação qualificada de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável; aprofundar a formação e a capacitação dos atores territoriais voltadas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do capital social local; possibilitar o fortalecimento e a preservação das expressões culturais do território; e fortalecer e manter a coesão das marcas de identidade territorial.

Em relação ao colegiado territorial, lugar de coesão e conflito, portanto espaço com potencial de lugar das vozes e visões estratégicas para o desenvolvimento sustentável e solidário, o mesmo tem baixa institucionalidade, pela rotatividade e informalidade das participações, tanto da sociedade civil quanto do poder público, o que foi maximizado a partir da implementação do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Como o PTDRS se baseia na visão de futuro construída pelos atores territoriais, trata-se de um plano estratégico orientado numa perspectiva de médio prazo que visa combater os aspectos da realidade local que dificultam ou impedem a materialização do desenvolvimento sustentável e solidário do território. Considerando que a realidade está em permanente reconstrução, influenciada por mudanças endógenas e exógenas, o PTDRS deve ser periodicamente ajustado aos cenários que se apresentam. Em outras palavras, precisa passar por um processo de

qualificação que possibilite: (i) avaliar, revisar e atualizar o diagnóstico territorial, considerando as dimensões do desenvolvimento sustentável; (ii) avaliar e atualizar a visão de futuro do território, os objetivos estratégicos e os programas; (iii) identificar os projetos estratégicos e a forma de gestão; (iv) fortalecer o papel dos colegiados na gestão do plano; (vi) fortalecer as formas de expressão das marcas da identidade territorial.

A seguir, apresenta-se uma análise sobre a natureza desses projetos e suas possibilidades como instrumento público de orientação de políticas e instrumento para a gestão social do território. Para isto, **é necessário dispor de informações sobre os aspectos-chave desses projetos: sua vinculação com o território e sua prioridade como bem público.**

a) Território como objeto de políticas

Nesse contexto, o território é entendido como a expressão institucional e política do espaço rural em suas múltiplas dimensões (histórica, econômica, social, política, ambiental, cultural), com os diversos setores econômicos e com a unidade territorial (urbana e rural).

Ao considerar o território como foco das políticas, estabelece-se uma diferença substantiva com os modelos tradicionais de políticas públicas de desenvolvimento rural, no sentido de superar a segmentação dos objetivos econômicos (produtores), sociais (grupos) e políticos (pessoas), para oferecer a possibilidade de um tratamento integral. Em essência, é uma estratégia que busca sinergias entre ações setoriais, em resposta à visão transversal do desenvolvimento.

No processo de construção e implementação de projetos de base territorial, a integração é um dos principais desafios. Esse desafio tem sua origem na forma como está estruturado o orçamento público e sua matriz fragmentada, segmentada, setorializada e que vai de encontro à estratégia de desenvolvimento territorial. Ressalta-se o fato de que a descentralização dos recursos, de forma bem-intencionada, vinculou o repasse de recursos à criação de conselhos e fundos municipais, porém,

não é o suficiente para superar os desafios da integração dos recursos públicos territoriais.

b) Bens públicos nos investimentos públicos

Produto da mencionada segmentação, além de outros fatores políticos e de gestão de políticas públicas, os investimentos em recursos do Estado nos processos de desenvolvimento recebem uma significativa pressão por transferências para bens privados. Quando o foco da política está localizado num determinado tipo de produtores, seus requerimentos particulares serão os orientadores dos investimentos públicos, tal como ocorre nas políticas por produto, sejam estes grandes ou pequenos produtores. Isso determina uma tendência natural no privilégio do financiamento de bens privados com recursos públicos.

Esse tipo de intervenção de política pública é necessário e justifica-se plenamente. Casos como o financiamento de ativos produtivos (terra, capital), subsídios sociais, incentivos para promover atividades econômicas de interesse social, entre outros, são exemplos desse tipo de investimento, que tem como destino uma apropriação privada direta.

Porém, existem outros tipos de investimentos públicos que não são apropriados: trata-se dos bens públicos de interesse geral. Nesse caso, os investimentos não ingressam nas contas privadas de nenhum ator social. Os bens públicos clássicos no setor rural cobrem a infraestrutura, o conhecimento, as instituições e os serviços sociais.

Diversas análises realizadas para a avaliação da política de desenvolvimento rural, reeditadas pela FAO, estabelecem que há um déficit de investimento em bens públicos, comparativamente aos investimentos em iniciativas privadas. Os estudos indicam que o impacto das políticas de desenvolvimento rural depende, mais que do seu valor, da distribuição dos recursos entre bens públicos e privados. Os países que destinam maior proporção de investimento aos bens públicos têm, consistentemente, maiores impactos. Um exemplo de fator limitante para que esses impactos ocorram é a ausência de estrutura dos entes federativos locais

e sua dependência dos governos estadual e federal para implementar projetos de base territorial. Esse aspecto ganha mais relevância quando associado à ausência de institucionalidades territoriais (consórcios de interesse público, por exemplo).

Um dos aportes importantes do enfoque territorial é o de abordar a integralidade do mundo rural, que, portanto, está mais próximo de visualizar as demandas por bens públicos. Isso ocorre porque a abordagem integral pressiona para que se produzam acordos e consensos em seu interior que beneficiem o maior número de atores, ou seja, privilegia os benefícios coletivos no lugar dos benefícios individuais. Os benefícios coletivos coincidem exatamente com os bens públicos.

c) Planejamento territorial

A gestão social dos territórios e seu componente de planejamento participativo são os eixos da estratégia territorial assumida pela SDT. O planejamento territorial, que tem caráter mais geral, diferencia-se do planejamento econômico produtivo, que conduz a planos estáticos e é estéril à participação cidadã.

O território é uma instituição política que envolve processos políticos, o que faz o planejamento territorial caracterizar-se mais por um processo político, estratégico, com suporte em ferramentas técnicas. No modelo de gestão social do território, o planejamento territorial constitui-se no cenário da negociação, da busca de consensos entre os atores sociais, da conciliação de interesses e de acordos com os agentes públicos para a articulação da oferta de políticas públicas.

O consenso referido deve ser resultado do acordo entre atores de diferentes agendas, que, sem negar outros atores e suas agendas específicas e os respectivos conflitos entre elas, constroem um pacto suficiente para delinear diretrizes para a formulação de um projeto estratégico de base territorial. Isso lhe dá o sentido estratégico que se manifesta na formulação de **visões integrais** e de **longo prazo** sobre o território.

Outra questão importante a se destacar é que o planejamento realizado nos Territórios de Identidade é voltado para o conjunto territorial, para os atores públicos, sociais e privados. Isso faz com que se diferencie do planejamento que fazem as instituições públicas, que se restringem às suas próprias ações e investimentos, que conduz a projetos de investimentos públicos. O plano territorial não conduz necessariamente a investimentos públicos, mas sim a muito mais, ao incluir os compromissos dos atores sociais, e não só dos atores públicos, especialmente aqueles que historicamente estiveram excluídos do acesso a bens e serviços públicos e que não participaram dos benefícios do desenvolvimento.

d) Projetos estratégicos de base territorial

Os projetos estratégicos de base territorial são estruturas de gestão para o desenvolvimento sustentável e solidário que conquistaram um claro espaço nos gastos públicos, constituindo-se na unidade operativa dos investimentos. E não apenas isto; **os projetos estratégicos se aplicam para além dos investimentos públicos, sendo aplicáveis às ações e aos compromissos público-privados, que se originam no planejamento territorial.**

Os projetos vinculados aos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) são o ponto de chegada, onde se concretiza a gestão social do território, no modelo implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) na sua estratégia de territórios rurais.

Os projetos, com algumas diferenças de cunho terminológico, possuem estruturas básicas que compreendem: justificativa; marco zero (ponto de partida); objetivos; metas; descrição das ações; recursos envolvidos; forma de execução; indicadores de resultados e impactos; plano de execução; pressupostos dos investimentos e identificação das fontes de recursos – tudo isso a depender do referencial metodológico e da terminologia mais utilizada. Dentro dessas estruturas, é possível diferenciar os tipos de projetos, de acordo com os alcances e objetivos.

Principalmente, é importante diferenciar entre os projetos pontuais, setoriais e os projetos estratégicos territoriais. Por exemplo, um projeto territorial para Formação em Educação do Campo e que tenha como área de ação 15 municípios terá sua amplitude regional, mas inexoravelmente não poderá abdicar de mobilizar cada município para que tenha na associação gestora da escola o comprometimento necessário, bem como participantes – alunos(as) – de cada município participando.

O projeto estratégico articula o local e o territorial. A água, por exemplo, por se tratar de um bem comum e direito do cidadão, requer uma abordagem de base territorial. Os cuidados (manejo sustentável) de nascentes em um município influenciam diretamente a bacia de outras comunidades pertencentes a outros municípios, portanto, somente uma intervenção intermunicipal e/ou territorial produzirá efeitos mais duradouros na intervenção feita.

Nesse contexto, essa classificação (setoriais, estratégicos e territoriais) é de significativa importância porque é justamente o momento no qual se fazem realidade as virtudes do modelo de gestão do desenvolvimento rural por meio dos modelos de gestão social do território, tal como estabelecida a política de desenvolvimento rural que está sendo impulsionada no momento pelo governo federal. A existência de projetos pontuais setoriais é necessária, mas, se não existem projetos estratégicos, não será cumprida a meta de gestão integral que promove o enfoque territorial para o desenvolvimento rural sustentável. O equilíbrio entre os dois tipos de projetos é o ideal do modelo de gestão social do território, porque, ao mesmo tempo que cria bases de participação local, incide sobre problemas estruturais do território.

A partir do processo de planejamento territorial, acima já descrito pelos instrumentos de PTDRS, EPEs, PSTs, estabelecem-se os eixos prioritários, que determinam as principais áreas nas quais se devem dar ênfase. Os eixos estratégicos normalmente se estabelecem de forma transversal, cobrindo o conjunto de necessidades de um território para alcançar os objetivos. Na prática, percebe-se uma forte tendência para que os eixos estratégicos constituam apenas enunciados no PTDRS para validação do acesso aos recursos.

Os projetos estratégicos são aqueles que se orientam com base nas prioridades estabelecidas nos eixos definidos no plano. Sua característica mais importante é que nascem do processo de planejamento territorial, a partir da base social do território, reforçando que a construção coletiva do PTDRS pode delinear pontos-base e/ou geradores de projetos estratégicos de base territorial.

Os conteúdos de um projeto territorial têm como base as demandas do território em seu conjunto (poder público e sociedade civil), de forma que seus efeitos sejam apreciados como processo que contribui ao alcance das metas do desenvolvimento territorial. **O projeto deve garantir a geração de efeitos positivos no conjunto do território, e não apenas a um grupo, a um município ou a um setor**, sem que haja extensão de seus efeitos dentro de um marco estratégico. Um projeto estratégico de base territorial deve ser capaz de gerar impactos positivos às famílias de agricultores e à sociedade no entorno.

Uma característica desses projetos estratégicos é que normalmente estão centrados em bens públicos ou estão orientados à superação de barreiras que limitam o desenvolvimento das potencialidades territoriais. Podem ser projetos produtivos, sociais, ambientais ou institucionais, mas o importante é que garantam laços territoriais e que contribuam explicitamente para o alcance das metas globais do desenvolvimento territorial.

Esses projetos geralmente requerem a participação de várias instituições públicas, níveis territoriais e atores sociais, estruturando-se sobre a base de um conjunto de fontes de financiamento, com possíveis esquemas de cofinanciamento, que incluem o aporte direto dos beneficiários.

Um projeto estratégico territorial é produto da demanda de políticas, e não de sua oferta, característica esta que vai de encontro à proposta do Programa Territórios da Cidadania, que tem na matriz de ações oferta de bens e serviços aos territórios. Não nasce para aproveitar uma possível fonte de recursos nem se ajusta às prioridades da política pública com o propósito de acessar a um financiamento, mas se determina a partir do processo de planejamento. E estes se diferenciam daqueles projetos

que são definidos a partir da oferta, que são ofertas públicas ou que se formulam internamente com o propósito de acessar os recursos disponíveis. Resta aqui o desafio de romper a cultura de acesso a recursos instaurado pelo PRONAF Infraestrutura⁷ ao longo dos anos 1990.

Os projetos estratégicos geram processos dinamizadores de um conjunto de atividades territoriais, convertendo-se em estruturantes das redes ou dinâmicas do território e contribuindo à consolidação do território, da sua unidade, da sua razão de ser. Obras de infraestrutura que sirvam a um conjunto de setores econômicos ou ao estabelecimento de redes sociais que permitam a integração de áreas isoladas do território são exemplos desse tipo.

Os projetos estratégicos têm a virtude de dar ordenamento a um conjunto de projetos pontuais setoriais, cuja característica é a de estarem orientados a atender ações de setores específicos: sociais, econômicos ou ambientais, entre outros. Em geral, esses projetos se encontram orientados a acessar fundos públicos destinados ao apoio de ações em campos predefinidos, orientados principalmente por políticas públicas. Esses projetos caracterizam a aplicação das políticas setoriais de diversos tipos. Respondem a necessidades pontuais de grupos particulares dentro do território. São típicos de projetos que têm cobertura restrita, muitas vezes de caráter submunicipal ou de comunidade, que têm legitimidade, mas que, ante a carência de um projeto estratégico estruturante, terminam contribuindo para a dispersão de recursos.

Os projetos estratégicos ou estruturantes têm um atributo adicional importante: a possibilidade de gerar controle social e de ser exigente na redução dos custos. São projetos que afetam o conjunto social, e não um grupo reduzido, razão pela qual se fazem mais visíveis e despertam interesse mais amplo.

7 - Antes da criação da política territorial, os recursos eram repassados diretamente as prefeituras, sem passar pelas instancias de controle social dos colegiados territoriais.

e) Fontes e recursos dos projetos

Finalmente, uma reflexão importante sobre os projetos estratégicos territoriais se refere à estrutura dos programas públicos e dos fundos de financiamento, os quais normalmente não estimulam esses tipos de projetos. A diferença está na essência da gestão territorial, que se baseia em modelos de demanda (de baixo para cima), em contraste com as estratégias predominantes, de modelos de inversões de oferta (de cima para baixo).

A forma predominante é de fundos específicos, com regras de acesso predefinidas, com foco estabelecido no planejamento central. Tudo isso favorece a formulação de projetos pontuais setoriais que se ajustam às fontes financiadoras, e não ao plano territorial. Esse instrumento, que seja capaz de acessar recursos públicos ao território e que seja aberto juridicamente ao controle social, é um dos principais desafios aos territórios. Se estes quiserem aumentar a viabilidade de projetos estratégicos e de base territorial, precisam se articular para constituírem instrumentos que sejam capazes de dar estrutura à estratégia territorial. Isso significa aumentar a governabilidade do território enquanto espaço de articulação e integração de políticas públicas.

Os projetos de caráter territorial destinados a estruturar o desenvolvimento do conjunto requerem uma cesta de financiamento, exigente em sua negociação, ou fundos de desenvolvimento territorial, que podem financiar globalmente planos e projetos integrais territoriais.

Uma das vantagens encontradas em países como o México tem sido a de promover projetos territoriais de maior tamanho que os setoriais pontuais tradicionais. Menos projetos de maior alcance e maior tamanho é o objetivo que deve acompanhar os processos de planejamento territorial.

Considerações finais

A seguir, com base em quadro organizado por Echeverry, é feita uma comparação das principais características dos projetos pontuais setoriais e os estratégicos territoriais. É necessário insistir em que não deve haver concorrência entre uns e outros, mas devem ser vistos como complementares. A inércia institucional conduzirá sempre à existência dos primeiros (setoriais). Uma ação deliberada de aprofundamento da gestão social e territorial conduzirá à existência dos segundos (estratégicos) e a um adequado equilíbrio entre os dois.

Quadro 1

Projetos setoriais x Projetos de base territorial

(continua)

Projetos pontuais setoriais	Projetos estratégicos de base territorial
Cobre uma comunidade ou um município	Cobre vários municípios
Destina-se a um setor específico	Destina-se a vários setores [pode articular mais de um projeto pontual setorial]
Envolve uma fonte de financiamento	Envolve várias fontes de financiamento
Determinado pela oferta de programas públicos	Determinado pelo processo de planejamento territorial (demanda)
Predominam bens privados	Predominam bens públicos
Predomina curto prazo	Predomina longo prazo
Controle social centrado nos beneficiários diretos	Controle social por parte do conjunto de atores territoriais
Impactos restringidos a participantes do projeto	Impactos medidos no conjunto do território
Desenvolvimento de um componente do desenvolvimento territorial	Estruturante de vários componentes do desenvolvimento territorial
Negociado com um grupo de interesse ou comunidade	Negociado com conjunto amplo de atores sociais do território
Atende às demandas de grupos particulares	Atende às necessidades estratégicas do conjunto territorial

Quadro 1

Projetos setoriais x Projetos de base territorial

(conclusão)

Projetos pontuais setoriais	Projetos estratégicos de base territorial
Exemplos: Escola Apoio a uma associação de produtores Recuperação de uma microbacia Bolsa-família Criação de uma cooperativa Entrega de insumos para produção Oficinas de capacitação	Exemplos: Integração viária do território Centro de formação especializada de cobertura territorial Rede de apoio à comercialização Desenvolvimento de arranjos produtivos Fortalecimento da institucionalidade territorial Pesquisa e desenvolvimento tecnológico para processos de setor estratégico no território

Fonte: ECHEVERRY, Rafael. *IICA*. Brasília, 2006. (Mimeo.)

Ao analisar o quadro e referenciá-lo à realidade territorial e à proposta de desenvolvimento territorial e seu marco conceitual, podem-se apontar algumas pistas para qualificação da estratégia territorial e, por consequência, propostas de projetos estratégicos de base territorial. A seguir, alguns enunciados para reflexão:

1. O ente federativo local é frágil na sua estrutura de apoio às políticas de desenvolvimento rural e há poucos municípios que possuem ou secretaria e/ou departamento de agricultura, sendo que, nos casos em que existe, a secretaria não tem dotação orçamentária suficiente;
2. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, de acordo com o município, são fragmentados, pois não articulam as políticas básicas de saúde, educação, alimentação, por exemplo, estão em um contexto de forte controle do Executivo, sem estrutura para exercer o controle social com autonomia;

- 3.** A cultura do “comunitarismo”,⁸ em que cada comunidade e/ou município se sente contemplada em ter seu próprio equipamento. É fato que há municípios com mais de 100 associações comunitárias e que consideram essa quantidade algo positivo;⁹
- 4.** A inexistência de experiências coletivas e de abrangência territorial bem-sucedidas e com sustentabilidade;
- 5.** A baixa cultura associativa da sociedade, forjada na perspectiva liberal e no individualismo, leva a não se acreditar em propostas coletivas e de médio prazo;
- 6.** A emergência dos projetos pontuais e setoriais em áreas de abastecimento de água, alimentação básica;
- 7.** Há necessidade de qualificação técnico-política dos atores envolvidos, tanto dos governos como da sociedade, para a prática da gestão social, da gestão compartilhada nos conteúdos e instrumentos atuais da gestão pública em interação com a sociedade civil;
- 8.** A política territorial, especialmente Territórios da Cidadania, não dispõe de instrumento que compartilhe de forma integral a gestão em todas as suas dimensões, planejamento, monitoramento, direção e controle. A proposta apresentada de consórcio de interesse público exclui a sociedade civil da gestão, cabendo a esta somente o papel de controle social das políticas públicas;

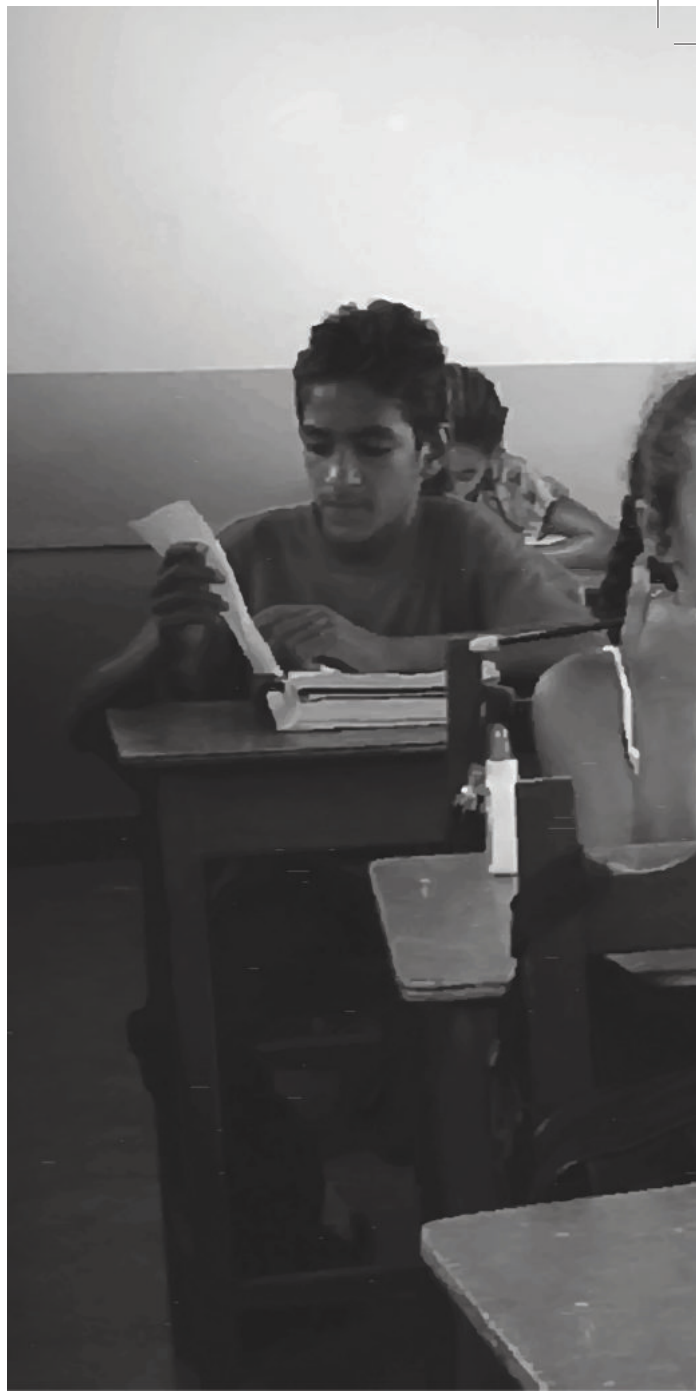
8 -É comum os municípios estruturarem suas ações a partir de associações comunitárias, sendo que em alguns casos é pré-requisito a pessoa jurídica, que na larga maioria são associações.

9 - RUAS, Rogério Delamare. Atores socioeconômicos e territórios: uma outra economia acontece – territórios, participação e controle social. CAA, 2007. Disponível em: <<http://aptabr.org.br/novo/index/Edital/atoessocioeconomico.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.

9. O atual marco legal que dá sustentação aos territórios, tendo os projetos provenientes do PROINF geridos formalmente por prefeituras, vai de encontro à perspectiva do território se tornar espaço de ampliação da democracia participativa;
10. É necessária maior aproximação entre saberes formais e tradicionais, entre agricultores familiares, suas lideranças e juventudes como forma de ampliar a compreensão da sociedade atual e sua complexidade em temas que são multidisciplinares e que estão na agenda territorial, porém, sem aprofundamento, tais como: agroenergia, agrobiodiversidade, aquecimento global, bioética, os complexos rurais e agroindustriais, a mineração e seus impactos.

Rogério Delamare Ruas é graduado em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa, com especialização em Gestão de Políticas Sociais pela PUC Minas e em Instituições, Organizações e Estratégias pelo CPDA/UFRRJ. É professor de Gestão de Organizações Sociais da Faculdade Arnaldo e consultor da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) para o Programa Garantia Safra (MG).







EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Educação e desenvolvimento regional sustentável

João Valdir Alves de Souza

*Todo mundo “pensando” em deixar um planeta melhor para nossos filhos...
Quando é que “pensarão” em deixar filhos melhores para o nosso planeta?*

Introdução

Este texto resulta de uma pesquisa realizada em 2009¹ cujo objetivo geral era analisar a relação entre processos de escolarização e desenvolvimento regional sustentável, tomando como referência a região mineira do semiárido. Além desse objetivo geral, dois outros objetivos específicos compunham seu escopo. O primeiro era analisar concepções de desenvolvimento regional sustentável debatidas nos fóruns de organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais que atuam na região. O segundo consistia em analisar matrizes curriculares de cursos de graduação que formam profissionais com atuação potencial na região, visando obter informações sobre a relação entre essas matrizes e os debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável.

Quanto ao primeiro desses objetivos, a despeito da amplitude das possibilidades de abordagem, o foco pretendido era refletir sobre práticas sociais concretas que animam a ação dos participantes dos fóruns de ONGs e movimentos sociais que militam em prol de questões ambientais no semiárido, em particular, e inscritas no debate geral sobre desenvolvimento sustentável. Na realidade, esses fóruns de

1 - Pesquisa realizada com bolsa de pós-doutorado do CNPq, no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UNB), no período de novembro de 2008 a outubro de 2009.

ONGs e movimentos sociais abrigam ampla gama de participantes, em virtude de sua atuação no semiárido mineiro desde o início dos anos 1980, o que lhes permitiu acumular amplo repertório e grande experiência no debate sobre a questão da sustentabilidade. As principais agências locais articuladoras desse debate são: o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), sediado em Montes Claros; o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares (CAMPO), sediado em Minas Novas; o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), sediado em Turmalina; as Cáritas diocesanas, sediadas em Araçuaí e Almenara; sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias diversas. No conjunto, compõem a Articulação do Semiárido em Minas Gerais (ASA/Minas), cujos espaços de debate são o Fórum do Norte de Minas e o Fórum do Vale do Jequitinhonha, representantes mineiros da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA/Brasil). Em 2009, a ASA/Minas completou dez anos de atuação na região.

Quanto ao segundo desses objetivos, também a despeito da amplitude das possibilidades de abordagem, o foco recaiu sobre a análise da configuração curricular de alguns cursos de graduação, conforme se verá. Como salta à vista, a partir de rápida observação, nessa porção centro-norte do estado, onde se situa o semiárido mineiro, ainda é muito precária a oferta de ensino superior. A quase totalidade das instituições públicas de ensino superior mineiras está localizada na porção centro-sul do estado, a mesma região que concentra a oferta de ensino superior privado. As únicas instituições públicas de ensino superior com oferta regular na região são a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

A UFMG é uma instituição federal de ensino superior (IFES) nacionalmente reconhecida pela excelência do seu ensino de graduação e pós-graduação, pelo volume da pesquisa produzida e pela amplitude de seus programas e projetos de extensão, inclusive o Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, com mais de quinze anos de atuação. Ela tem em Montes Claros o Instituto de Ciências Agrárias, que conta com cinco cursos na área das Ciências da Terra, um curso de

mestrado em Ciências Agrárias, com concentração em Agroecologia e forte inserção regional. Mais recentemente, passou a oferecer, na modalidade a distância, cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Química, Matemática e Pedagogia, sendo que três dos seus diversos polos no interior do estado se situam na região do semiárido: Montes Claros, Araçuaí e Teófilo Otoni. Além desses cursos, começou a oferecer, em caráter excepcional, um curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI) e um curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), cujo público é predominantemente dessa região em foco. Em função do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), esses cursos foram institucionalizados e passaram a compor o quadro geral da oferta regular da universidade.

A UFVJM é de criação recente, 2005, apesar de se constituir a partir de faculdades já existentes, inclusive a tradicional Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina, a FAFEOD, dos anos 1960. Dividida em dois *campi*, Diamantina e Teófilo Otoni, sua oferta de ensino superior e suas pesquisas ainda estão em fase de consolidação, enfrentando principalmente o desafio de abrir-se para a universalidade que o ensino superior requer e atender a demandas de caráter estritamente regional, recrutar e manter em seus dois *campi* o quadro de professores de que necessita, avançar para o ensino de pós-graduação e se consolidar também no campo da pesquisa. Sua oferta mais consolidada está nos cursos da área das ciências da saúde e, somente a partir de inovações recentes, abre-se para a oferta de cursos nas áreas de engenharias e de formação de professores.

A UNIMONTES é uma universidade estadual de forte inserção regional, tanto pelo público a que atende num raio de aproximadamente 200 km de Montes Claros quanto pela oferta *multicampi* de muitos de seus cursos nas principais cidades do centro-norte de Minas Gerais. Esses cursos são principalmente aqueles de mais “fácil” oferta, como os de formação de professores, cuja demanda na região é facilmente reconhecível pelo alto índice de professores sem a formação adequada ao exercício do ensino nos diversos níveis da educação básica e pela precariedade dos indicadores da educação básica na comparação com as demais regiões

do estado. Dentre seus poucos programas de pós-graduação, está o de Desenvolvimento Social, cujo foco é proporcionar, como seu nome indica, o conhecimento sobre as condições do desenvolvimento regional.

O que este artigo traz a debate, portanto, é a relação entre a organização do conhecimento escolar expressa em currículos de ensino superior e as demandas sociais não apenas por escolarização, mas por um sentido da escolarização. Partindo-se do pressuposto de que as instituições, os sujeitos e os artefatos culturais tanto configuram o espaço escolar quanto são por ele influenciados e que a educação escolar deve ser lida como resultado das dinâmicas interativas entre o extra e o intraescolar, o propósito principal da pesquisa era entender como os currículos dos cursos de graduação dessas universidades com inserção regional (UFMG, UNIMONTES, UFVJM) contemplam ou não a questão da sustentabilidade, há tempos pautada como questão central em diversos espaços sociais, como empresas, mídia, ONGs e movimentos sociais.

Se se pode dizer que a forma escolar moderna se assenta na sistematização e organização do conhecimento científico moderno, sobretudo naquilo que ele incorpora o domínio da *ratio*, parece ser possível sustentar que é urgente uma mudança de paradigma na organização desse conhecimento escolar de modo que, mais que conhecer para dominar a natureza e extrair dela os recursos que promovam o desenvolvimento, é preciso conhecer para garantir melhores condições de existência da nossa geração sem comprometer as condições de existência das gerações futuras.

Desenvolvimento sustentável: uma questão controversa

Nunca se falou tanto em desenvolvimento sustentável. Nos dias atuais o tema transborda na mídia. Jornais, revistas, televisão e rádio ocupam amplos espaços da sua programação diária para falar do assunto. Empresas de áreas diversas já se apropriaram amplamente dele como peça publicitária. Notícias dão conta de campanhas educativas para salvar o planeta da catástrofe anunciada. Ao que parece, a velha educação ambiental adotou nova fisionomia e se apresenta ao mundo

com a reivindicação de que o futuro estará por um fio se não forem adotadas medidas urgentes em nome da sustentabilidade do planeta.²

Apesar de toda a visibilidade que o tema adquiriu com o bombástico relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – um grupo que reúne grande número de cientistas de diversas áreas do conhecimento, de todas as partes do planeta –, amplamente divulgado a partir de fevereiro de 2007, o tema não é novo, nem é novo o tom de preocupação com que tem ocupado lugar no noticiário. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 – a *Rio-92* ou *Eco-92* – não teve apelo midiático nas mesmas proporções, mas temas que, até então, eram vistos como preocupação limitada a militantes de “movimentos alternativos” passaram a ser levados a sério como política de Estado. O encontro de líderes de governos mundiais no Rio de Janeiro naquele ano começou a apontar na direção de que cabe ao Estado o planejamento de políticas públicas que efetivamente mudem os paradigmas de desenvolvimento até então prevalentes. A Agenda 21, que resultou da conferência, “está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século”.³

Assim como a *Rio-92* parece ter caído no esquecimento – talvez porque o Protocolo de Kyoto (1997) tenha ocupado seu lugar, ou porque quase 20 anos já se passaram desde então, ou porque outros itens mais contundentes ocuparam a pauta dos noticiários –, nada garante que os debates sobre desenvolvimento sustentável mantenham a atenção por muito tempo, a menos que fatos efetivamente mais graves ocupem o foco.⁴ E a grande visibilidade do tema da moda se arrefece, para

2 - Cf. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 135-153, 1999. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação e sustentabilidade: possibilidades e falácias de um discurso*. Anais do I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Nov. de 2002, Indaiatuba/SP. SANTOS, Edvalter Souza. Educação e sustentabilidade. *Revista da FAEEBA*. Salvador, v. 11, n. 18, p. 259 -280, jul./dez. 2002. JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, março de 2003.

3 -BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13.

4 - Para 2012, está prevista a realização da Conferência Rio + 20.

que outro tema entre em erupção e assim sucessivamente, até que, visto de longe, ele possa ser analisado pelos seus aspectos realmente relevantes e duradouros.

Mas se a questão do desenvolvimento sustentável – ou da sustentabilidade – ocupa lugar central nas preocupações atuais, em diversos setores da sociedade, não parece tão evidente que ela tenha sido amplamente incorporada ao debate naquele setor de onde mais se espera estar à frente dos debates dos grandes e relevantes temas sociais: a escola, sobretudo a de nível superior. Em outros termos, se a questão da sustentabilidade entrou definitivamente na pauta da educação, não necessariamente nossas escolas se deram conta de que é necessário organizar o conhecimento escolar em conformidade com essas novas demandas, nem mesmo nas Faculdades de Educação ou nos eventos que a têm como foco. Exemplo disso é o fato de a Faculdade de Educação onde trabalha o autor deste artigo, uma das mais bem conceituadas do país, ter adotado o sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis – um dos mais evidentes e elementares componentes da sustentabilidade – somente em passado recente, não por iniciativa própria, mas por exigência do Governo Federal para todas as instituições públicas do país. Outro exemplo é o fato de a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), o maior e mais significativo evento que reúne pesquisadores em educação no Brasil, ainda não ter adotado coleta seletiva da enorme quantidade de resíduos que gera em cada uma de suas edições anuais e ainda utilizar o plástico na confecção das sacolas que distribui aos seus participantes.

Fica cada vez mais claro que estamos diante de uma questão controversa, a começar pelo conceito de desenvolvimento. Se o desenvolvimento era visto, até recentemente, como o conjunto dos componentes que permitem melhorar as condições de vida das diversas populações do planeta, a ponto de a ONU criar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atualmente é o próprio conceito que está em xeque, uma vez que ficam cada vez mais claros os limites dos recursos naturais disponíveis, a incompatibilidade entre totalidade da população e acesso ampliado a bens de consumo, a moldagem da concepção de

desenvolvimento pelo modo capitalista de organizar a produção e a distribuição de mercadorias, etc. Nessa perspectiva, dizem alguns autores, é a própria noção de desenvolvimento que não se sustenta, sendo irremediavelmente inconciliáveis as ideias de desenvolvimento e de sustentabilidade.⁵

Mas se se avança da noção de “desenvolvimento sustentável” para “sustentabilidade”, isso também não resolve o problema porque, ainda que tenhamos em mente sociedades sustentáveis, a equação básica do seu funcionamento ainda é dada pelo lema que consagrou os debates sobre o tema, isto é, que a lógica da sustentabilidade deve se assentar em *projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos*. É possível tornar economicamente viáveis empreendimentos capazes de produzir os bens necessários ao conforto de populações cada vez mais numerosas sem agredir as condições ambientais de produção? É possível produzir em larga escala produtos “ecologicamente corretos”? É possível, como propõem Manzini e Vezzoli, não apenas “aplicar novas possibilidades tecnológicas ou produtivas específicas, mas promover novos critérios de qualidade que sejam ao mesmo tempo sustentáveis para o ambiente, socialmente aceitáveis e culturalmente atraentes”?⁶

Mesmo que isso seja possível, o que adquiriu visibilidade no debate recente é o enfrentamento entre membros do IPCC e os chamados “céticos” em torno dos temas do aquecimento global. Que o aquecimento global é fato, não parece haver dúvida, mas qual será efetivamente seu impacto futuro e se ele decorre da ação humana ou dos ciclos próprios da dinâmica terrestre é questão ainda em aberto. Há fortes evidências científicas de que seu impacto não apenas será desastroso – de proporções cataclísmicas, como advertem alguns mais alarmistas –, como também decorre diretamente do modo como a exploração dos

5 - Cf. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas alagadas: conflitos socio-ambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora Universidade Federal de Viçosa, 2008.

6 - MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 22.

recursos naturais tem se dado nas últimas décadas. Mas não deixa de ser sintomática a reação dos céticos na tentativa de desqualificar o alarme, como demonstrou amplamente a imprensa nos três primeiros meses de 2010, a partir de vazamento de informações confidenciais da alta cúpula do IPCC.

A despeito dessas controvérsias, no entanto, alguns temas trazidos pelo debate sobre sustentabilidade vieram para ficar definitivamente. Um deles é o que diz respeito ao caráter limitado dos recursos naturais do planeta, particularmente a água. Essa é uma questão relevante sobretudo em países como o Brasil, em que são amplas e bem consolidadas as representações sobre um “país abençoado por Deus e bonito por natureza”. Outro é o que põe na cena cotidiana a necessidade de termos em mente a *política dos três erres*: reduzir, reutilizar, reciclar. Pode parecer uma ideia simplista, mas não é tarefa fácil pôr em prática o entendimento cada vez mais universal de que devemos mudar nossa relação com o planeta que habitamos. Um terceiro tema é o que põe em evidência a necessidade de prever os efeitos deletérios dos empreendimentos e se antecipar a eles no planejamento de qualquer intervenção. É na confluência desses três temas que se situa a epígrafe deste texto, uma frase de autor não identificado, apenas informada em cartaz de divulgação da *I Semana do Meio Ambiente*, realizada na Escola de Engenharia da UFMG, em Belo Horizonte, de 17 a 21 de agosto de 2009, como “frase vendedora em Congresso sobre vida sustentável”: *Todo mundo “pensando” em deixar um planeta melhor para nossos filhos... Quando é que “pensarão” em deixar filhos melhores para o nosso planeta?* Essa frase toca fundo no *sentido da escolarização* que deverá presidir a organização do conhecimento escolar daqui por diante.

O sentido da escolarização na escola moderna

Perguntar pelo sentido da escolarização na escola moderna é perguntar pelos fundamentos históricos e sociológicos da organização do conhecimento escolar na modernidade. Em outras palavras, é perguntar

pelo modo como a escola passou a organizar o conhecimento a partir do século XVIII. A resposta a essa pergunta nos aponta para a urgente necessidade de mudança do paradigma que ordena esse conhecimento escolar em decorrência dos debates atuais sobre sustentabilidade. O que é necessário discutir é a própria lógica que orienta a organização do conhecimento escolar e, por extensão, a configuração curricular das escolas da educação básica aos nossos atuais cursos de graduação e de pós-graduação. O que está em jogo é a necessidade de mudança de paradigma na organização dos conhecimentos escolares e o entendimento dos motivos que orientam o ensino em nossas escolas. Como afirma Gregório Benfica: “O desenvolvimento sustentável exige um novo modelo educacional”.⁷ Uma das expressões desse novo modelo e das exigências postas para as escolas é o fato de a ONU ter estabelecido o período 2005-2014 como a Década Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Como se sabe, a escola moderna é contemporânea à ciência moderna e o propósito dos sistemas nacionais de ensino, constituídos no contexto dos estados nacionais modernos, é difundir o novo conhecimento produzido pela ciência. Em outras palavras, a forma escolar constituída na modernidade é totalmente solidária ao conhecimento científico moderno, sobretudo naquilo em que ele é mais dinâmico, isto é, na sua transformação em tecnologia. Se esse novo conhecimento consistia em conhecer para dominar o mundo e retirar dos recursos naturais tudo o que eles poderiam oferecer à vida humana, uma das principais tarefas atribuídas à escola foi exatamente a de difundir essa concepção de domínio da natureza.

Em *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer não só destacam essa nova perspectiva de conhecimento, como fazem severa

7 - BENFICA, Gregório. Sustentabilidade e educação. UNEB: *Seara* - Revista Virtual de Letras e Cultura, v. 3, p. 1, 2008. Disponível em: <http://www.seara.uneb.br/sumario.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

advertência ao modo como esse domínio da *ratio*⁸ efetivamente orientou os empreendimentos modernizadores a partir do início da era moderna. Dizem eles:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.⁹

Citando Francis Bacon, “o pai da filosofia experimental”, que viveu no século XVII, os autores apontam a origem dessa concepção de conhecimento e domínio da natureza: “Hoje”, escreve Bacon, citado por Adorno e Horkheimer, “apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se contudo nos deixássemos

8 - Para entender as diversas concepções de razão e o intrincado debate em torno do tema sugiro consultar CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. As teorias do conhecimento apontam para uma dupla origem da razão: inata ou adquirida. René Descartes é um dos postuladores do inatismo, segundo o qual “nascemos trazendo em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas ideias verdadeiras, que por isso são ideias inatas”. Seu contemporâneo Francis Bacon, por outro lado, é um dos postuladores do empirismo que, ao contrário do inatismo, “afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias, é adquirida por nós através da experiência”. (CHAUI. *Convite à Filosofia*, p. 69). A filosofia que se seguiu desdobrou-se em duas “escolas” principais. Na Inglaterra, o empirismo foi continuado por autores como John Locke, George Berkeley e David Hume. Na Alemanha, o inatismo desdobrou-se no idealismo filosófico alemão que teve em Leibniz, Immanuel Kant e George W. F. Hegel seus principais expoentes. Com Kant, o conceito de razão atinge elaboradíssima formulação. Para ele, “a razão é uma estrutura vazia, uma forma pura sem conteúdos. Essa estrutura (e não os conteúdos) é que é universal, a mesma para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. Essa estrutura é inata, isto é, não é adquirida por meio da experiência. Por ser inata e não depender da experiência para existir, a razão é, do ponto de vista do conhecimento, **anterior** à experiência. Ou, como escreve Kant, a estrutura da razão é a *priori* (vem **antes** da experiência e não depende dela). Porém, os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa, esses sim, dependem da experiência. Sem ela, a razão seria sempre vazia, inoperante, nada conhecendo. Assim, a experiência fornece a **matéria** (os conteúdos) do conhecimento para a razão e esta, por sua vez, fornece a **forma** (universal e necessária) do conhecimento. A matéria do conhecimento, por ser fornecida pela experiência, vem **depois** desta e por isso é, no dizer de Kant, a *posteriori*”. (CHAUI. *Convite à Filosofia*, p. 78). Há dois sentidos distintos para a palavra razão: um é o sentido que vem do latim *ratio* ou *rationis*, em que a razão é entendida como instrumento do cálculo, projeto, método; o outro é o sentido que vem do grego *logos*, que é uma proposição relativa ao conhecimento ou ao fundamento de todas as coisas. Cf. SOUZA, João Valdir Alves de. *Introdução à Sociologia da Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135.

9 - ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 19.

guiar por ela na invenção, nós a comandaríamos na prática”.¹⁰ Ora, não há dúvida de que os fundamentos históricos e sociológicos da organização do conhecimento escolar na modernidade estão assentados na perspectiva do domínio racional do mundo. O exercício levado a efeito pelos frankfurtianos é recuperar o sentido filosófico da razão que vem do grego *logos*, uma proposição relativa ao conhecimento ou ao fundamento de todas as coisas, com o objetivo de realizar a crítica racional da razão instrumental que presidiu a consolidação do modo de produção capitalista. Este, por sua vez, apropriou-se definitivamente da outra concepção de razão, isto é, aquela cujo sentido vem do latim *ratio* ou *rationis*, em que a razão é entendida como instrumento de cálculo, projeto, método.

Sustentando-se nessa concepção de razão, não apenas o conhecimento adquiriu novo estatuto – o estatuto do conhecimento científico, positivo, nomotético –, como a escola foi o espaço reivindicado para a sua difusão. Basta que nos lembremos que o nome próprio do ensino médio até recentemente era “Científico” e que essa denominação é uma construção do século XIX, em contraposição ao “Clássico”. Se o sentido do ensino “Clássico” era difundir um saber desinteressado, que não estivesse diretamente voltado para uma atividade prática, o “Científico” era por excelência o ensino que deveria proporcionar as bases da difusão científica e tecnológica. Seu sucedâneo lógico foi o ensino “Técnico”, cuja ênfase no saber instrumental nos legou o vocábulo tecnicismo. Como afirma Dermeval Saviani, “a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”, a pedagogia tecnicista “advoga a reorientação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional”.¹¹

Esse paradigma, no entanto, entrou em colapso na segunda metade do século XX. No entanto, a despeito da crítica cultural produzida em meados desse século pelos frankfurtianos e sua repercussão na crítica

10 - ADORNO; HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*, p. 19.

11 - SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 25. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. p. 23.

aos sistemas de ensino, sobretudo aquelas inscritas no paradigma da reprodução,¹² o sentido da escolarização continuou assentado na lógica do conhecer para dominar. Mesmo a Sociologia da Educação escolarizada nos cursos de formação de professores, que assimilou bem as críticas produzidas pelo paradigma da reprodução, parece não ter se dado conta de que a crítica a ser feita aos sistemas de ensino precisaria ser ainda mais radical. Como aponta Moacir Gadotti, após fazer um amplo mapa dos eventos internacionais que trataram da questão da sustentabilidade, a *Declaração de Ahmedabad*, Índia, que resultou da *IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental*, de novembro de 2007, é incisiva na necessidade de um “novo paradigma” para a educação escolar. Apesar de longa, vale a citação integral.

Nós não precisamos mais de recomendações para incrementar mudanças; nós precisamos de recomendações que ajudem a transformar nosso sistema econômico e produtivo, e apontem para [mudanças nas] maneiras de viver radicalmente. Nós precisamos de uma estrutura educacional que não só siga essas transformações radicais, mas também possa liderar esse processo. Isso demanda uma mudança de paradigma. Em todo o planeta, as raízes do nosso atual paradigma educacional remontam à época iluminista, que deu origem à ciência tal como a compreendemos hoje e influenciou todas as áreas do pensamento humano, bem como suas atividades e instituições. Esse paradigma iluminista está baseado na ideia de que o progresso está fundamentado na ciência e

12 - O paradigma da reprodução é um grande conjunto de teorias sociológicas elaboradas nos anos 1960 e 1970, que tinham em autores como Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Claude Passeron, Christian Baudelot, Roger Establet, Samuel Bowles e Herbert Gintis seus maiores expoentes. Ao contrário das expectativas otimistas e positivas que se tinha da escola como espaço de reconstrução social, esses autores a denunciam como espaço de reforço e reprodução das desigualdades sociais. Trata-se de uma crítica severa às instituições de ensino, o que invertia radicalmente a expectativa que se tinha delas. Em vez de ser um espaço de vivência democrática, dizem esses autores, a escola é um espaço de reprodução da ideologia dominante, de reprodução da cultura dominante, de reprodução das relações de classe e do modo de produção capitalista. Cf. SOUZA, João Valdir Alves de. *Educação e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

na razão, e que ciência e razão podem revelar os mistérios da natureza. Isto nos encoraja a “conhecer” a natureza ao invés de utilizá-la, a transformar e consumi-la para nossas necessidades insaciáveis.¹³

É esse sentido de urgência da mudança que nossa escola ainda não captou ou está captando de modo extremamente lento. Ao ler os projetos pedagógicos dos cursos de graduação das universidades citadas, notamos que são poucos os que já se orientam pela perspectiva da sustentabilidade. Mesmo sabendo das dificuldades cada vez maiores para o entendimento do termo – a explosão do objeto nos últimos anos, a ampliação dos usos do conceito tanto por movimentos sociais quanto por grandes empresas nacionais e multinacionais, a avalanche midiática em torno do tema –, não há dúvida de que a referência ao assunto nesses projetos pedagógicos já significa pelo menos a possibilidade de não tê-lo ignorado.

Sustentabilidade e escolarização no semiárido mineiro

Como já foi dito, o que orientou a realização da pesquisa foi a necessidade de se conhecer a complexa relação entre currículo e cultura, entendida como a dinâmica produzida pelo conhecimento que a escola organiza e difunde por meio do currículo e o que ele expressa como conjunto de demandas postas pela sociedade na qual estão inseridas as instituições de ensino. Tomando por referência as dinâmicas interativas entre o extra e o intraescolar e o entendimento de que as instituições, os sujeitos e os artefatos culturais tanto configuram o espaço escolar quanto são por ele influenciados, tentou-se responder a duas questões: 1) como tem sido abordada a questão do desenvolvimento sustentável numa região específica do estado de Minas que, bem longe dos holofotes

13 - GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. p. 86.

da mídia, já construiu significativa história de lutas? 2) como essa questão, que já alcançou largo debate em diversos espaços sociais, aparece ou não nas matrizes curriculares dos cursos que formam profissionais de nível superior, inclusive os futuros professores da educação básica, cujo destino ocupacional é exatamente esse ambiente que demanda desenvolvimento sustentável?

Ao tentar responder à primeira dessas questões, emerge um cenário bem diferente do que tem adquirido visibilidade na mídia. A despeito da visão ainda generalizada do semiárido como um lugar sem vida, marcado pela escassez de recursos naturais e assolado pela seca, há não apenas pulsantes movimentos que põem em curso novas práticas e tecnologias sociais, como uma enorme quantidade de material cujo tempo disponível para a pesquisa foi insuficiente para analisá-lo. Relativamente às concepções de desenvolvimento regional sustentável debatidas nos fóruns de ONGs e movimentos sociais, que se reúnem regularmente nos últimos anos, podem ser apontados os seguintes elementos:

1. Há uma rica experiência construída ao longo das duas últimas décadas que, efetivamente, desafiam uma análise crítica tanto do seu significado quanto do seu alcance. Essa experiência agrega, em torno do Fórum do Norte de Minas e do Fórum do Vale do Jequitinhonha, grande quantidade de organizações não governamentais e movimentos sociais muito diversificados em relação ao foco de atuação, aos objetivos propostos e ao entendimento do que seja a questão da sustentabilidade. Se a ASA Brasil reúne no Nordeste brasileiro em torno de 700 entidades da sociedade civil, no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha esse número passa de uma centena. Além disso, esse entendimento varia no tempo, em decorrência dos novos debates e da ampla difusão deles na mídia. Mesmo que haja um elemento norteador para esses movimentos, que é a articulação em torno dos problemas do semiárido, sua diversidade traz grande complexidade à análise, o que exige tempo mais longo para uma reflexão mais sistemática, sem correr o risco de conclusões apressadas.

2. Há regularidade na realização dos fóruns (regionais e nacionais) e significativa participação de representantes das diversas entidades que os constituem. No entanto, notou-se dificuldade na organização da memória do movimento, o que implica dificuldade no encaminhamento de significativas questões debatidas. Tanto a documentação está dispersa quanto a participação efetiva é dificultada em decorrência da rotatividade dos participantes. Não havendo uma memória compartilhada dos eventos anteriores, a cada encontro ou se ocupa muito tempo retomando questões debatidas anteriormente ou se realiza o debate sem a segurança exigida quando se trata de deliberar sustentando-se em informações consistentes.

3. Os dois fóruns (Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha), que compõem a ASA/Minas, se sustentam numa dupla dimensão: uma técnica e outra política. A *dimensão técnica* diz respeito às inovações produzidas no enfrentamento dos problemas do semi-árido. Essa dimensão é traduzida em termos de novas tecnologias sociais, a exemplo do *Programa um milhão de cisternas* (P1MC), que consiste em construir sistemas de captação e armazenamento da água da chuva que cai em telhados; o projeto barraginhas, que consiste na construção de bacias de contenção de enxurradas e represamento das águas da chuva; projetos de recuperação de nascentes, que consistem na tentativa de reter a água da chuva nas áreas de recarga; sistemas agroflorestais, que consistem na tentativa de promover a revegetação de áreas devastadas, e o projeto Escola Família Agrícola, que consiste na tentativa de organizar e difundir o conhecimento escolar por meio da pedagogia da alternância.

Esses fóruns se sustentam, também, numa *dimensão política*. Nesse caso, nota-se uma efervescente mobilização para o enfrentamento de empreendimentos diversos, vistos como impróprios à região, agressivos ao ambiente, inconsequentes quanto

aos resultados etc. Esses empreendimentos vão desde a construção de barragens (como as de Irapé e Itapebi, no Rio Jequitinhonha), a monocultura do eucalipto, em todo o Norte e Nordeste de Minas, Norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, e a mineração predatória, tanto a mineração tradicional realizada por grandes dragas no Alto Jequitinhonha, quanto a nova mineração de grafite, lítio e granito realizada no circuito Araçuaí, Pedra Azul, Medina.

Ao tentar responder à segunda questão, que consiste em analisar matrizes curriculares de cursos de graduação que formam profissionais com atuação potencial na região, visando obter informações sobre a relação entre essas matrizes e os debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável, também se pode dizer que muito mais há que ser pesquisado, escrito e publicado. Não se sabe, por exemplo, em que medida o currículo real se distingue do currículo formal por iniciativa de professores sensíveis à questão da sustentabilidade, ou dos próprios alunos, muitos deles militantes desses movimentos sociais que reivindicam práticas sustentáveis. Não se sabe, também, (a não ser, é claro, os próprios professores que os utilizam) como os livros didáticos, sobretudo os de Geografia e Biologia, duas disciplinas da educação básica especialmente dedicadas a questões ambientais, têm tratado do tema da sustentabilidade.

Essas matrizes curriculares foram agrupadas da seguinte forma: cursos cujo objeto está focado no ambiente (Geografia, Ciências Biológicas); cursos cujo objeto está focado no empreendedorismo (Economia, Administração); cursos cujo foco é a transformação de conhecimento em tecnologias (Arquitetura e engenharias); cursos que formam professores (todas as licenciaturas). A questão central que norteia essa análise é: que lógica orienta a configuração curricular dos cursos de graduação de três universidades (UFMG, UFVJM, UNIMONTES) que formam profissionais com atuação potencial na região em foco?

Essa questão é relevante porque o entendimento preponderante que o senso comum tem sobre o papel que as instituições escolares

deveriam exercer é o de transformar o mundo. No entanto, a esse propósito explícito e bem-intencionado contrapõe-se uma realidade bem menos perceptível: dependendo de como se organiza o sistema de ensino, a escola responde, mais rápida ou lentamente – mas, de modo geral, apenas responde – a determinadas demandas já presentes na sociedade como um todo.

No caso específico da questão da sustentabilidade, pode-se dizer que a escola básica tentou responder aos problemas ambientais com a “educação ambiental”. Não constituindo, no entanto, uma disciplina regular do currículo, a educação ambiental entrou na escola como um daqueles “temas transversais” que deveriam perpassar todas as disciplinas. Como se sabe, o que é de todas as disciplinas pode acabar ficando em lugar nenhum, e o destino da educação ambiental pode ser o mesmo de tantos outros temas que reivindicam um lugar na matriz curricular das nossas escolas: educação financeira, educação para o trânsito, educação moral, educação sexual.

Não é sob a perspectiva da educação ambiental, no entanto, que essa pesquisa se constituiu. Ainda que seja uma questão relevante, ela não pretendeu analisar modos particulares como a educação ambiental é trabalhada na escola ou o que resulta da ação pedagógica de educadores preocupados com o ambiente, independentemente de essa temática constituir ou não o currículo formal. A pesquisa pretendeu analisar o currículo escolar formal, constituído a partir de uma intencionalidade explícita, como expressão da necessidade de ordenar os conhecimentos necessários à formação de profissionais para o trabalho nos diversos campos da atuação humana. Mais particularmente, ainda, a pesquisa consistiu em analisar currículos de cursos de ensino superior e o modo como estão respondendo – ou não – aos amplos e intensos debates sobre sustentabilidade.

Dentre os agrupamentos apontados anteriormente, apenas os cursos de licenciatura tiveram seus projetos pedagógicos submetidos a análise mais rigorosa. Por isso mesmo, essa análise recaiu, nessa etapa da pesquisa, sobre os cursos da UFMG, ficando os projetos dos cursos das outras duas universidades – além dos outros cursos da própria UFMG –

para uma etapa posterior da pesquisa. E o que salta à vista na análise desses projetos é que os cursos convencionais de licenciatura da UFMG, uma das mais conceituadas universidades brasileiras, elaborados em 15 colegiados diferentes, em contexto de reforma curricular balizada pelas Resoluções 1/2002 e 2/2002, do Conselho Nacional de Educação, sequer tocam na questão da sustentabilidade. Nem mesmo o projeto do curso de Geografia, cuja unidade ofertante tem uma linha de pesquisa intitulada *Meio ambiente, paisagem e desenvolvimento sustentável*, explicita qualquer propósito relativamente à questão. O que esperar das futuras gerações se os seus formadores, de quem se espera decisiva atuação na formação de novas sensibilidades relativas aos modos de intervenção no ambiente, não estão sendo formados com essa intencionalidade explícita?

Talvez as inovações curriculares e um novo sentido para a escolarização sejam provocados pelos cursos criados recentemente, justamente os cursos que emergiram como demandas dos mesmos movimentos sociais que reivindicam sustentabilidade. Essas inovações podem ser lidas nos projetos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, ambos criados com o propósito de realizar uma oferta pontual, mas que, como foi dito, foram institucionalizados em decorrência do REUNI. Além desses, o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na modalidade a distância, também evoca de modo explícito e relevante a questão da sustentabilidade. Algo semelhante pode ser lido nos projetos dos cursos oferecidos no Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFMG), em Montes Claros, cuja inserção no semiárido parece responder mais prontamente às demandas pautadas pelos movimentos sociais locais. E essa resposta é tão mais clara quanto mais recente é a versão curricular dos cursos mais antigos.

Conclusão

O propósito deste artigo foi analisar a relação entre educação escolar e desenvolvimento sustentável. Um estudo mais metódico

dessa relação precisa se constituir com base em análises empíricas dos modos concretos como a escola não apenas organiza o conhecimento no currículo formal, mas, sobretudo, o modo concreto como os professores agem no cotidiano das práticas pedagógicas. Estudos dessa natureza ainda estão por serem feitos e é de se esperar que haja muito pesquisador interessado na questão.

O que este artigo tentou evidenciar é que as instituições públicas que oferecem ensino superior na região do semiárido mineiro estão apenas iniciando uma resposta às demandas por desenvolvimento sustentável. Tentou mostrar, também, que essa resposta é uma tentativa de atender a determinadas lutas dos movimentos sociais que, muito tempo antes de a questão ser evidenciada na mídia, já batalhavam na prática diária pela busca da sustentabilidade. Que fique claro, no entanto, que este texto não passa de apontamentos sobre uma relevante questão.

Esses apontamentos são apenas indicações de um percurso mais rigoroso ainda a ser feito, uma vez que não foi possível deter-me na totalidade de projetos pedagógicos dos cursos de graduação dessas três universidades. Além disso, destaca-se que essa leitura deverá ser ampliada para outras universidades do Nordeste do Brasil, a fim de captar o que seus currículos pretendem ensinar aos futuros profissionais a quem caberá a tarefa de tornar o semiárido não um local do qual se quer sair, mas um local no qual é perfeitamente possível viver dignamente de modo efetivamente sustentável, como reivindicam, em coro, sérios movimentos sociais que atuam na região.

João Valdir Alves de Souza é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Educação pela mesma instituição e doutor em Educação pela PUC-SP. É professor associado de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

Princípios norteadores das EFAs: potencialidades e desafios para o funcionamento no Vale do Jequitinhonha

**Mônica Alves Gonçalves
Maria Aparecida da Silva**

*Não vou sair do campo pra poder ir pra escola. Educação
do campo é direito, e não esmola.*

*O povo camponês, o homem e a mulher, o negro quilombola com seu canto de
afroxé, de cuna caeté, castanheiros, seringueiros, pescadores e posseiros,
com certeza estão de pé.*

*Cultura e produção, sujeitos da cultura, a nossa agricultura pro bem da
população. Construir uma nação, construir soberania, pra viver um novo
dia com mais humanização.*

(Trecho da música “Não vou sair do campo”, de Gilvan Santos)

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar quais são os desafios e as potencialidades para o funcionamento das Escolas Família Agrícolas – EFAs – na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Para analisar tal questão, é necessário compreender a origem e a expansão das EFAs, identificando os principais elementos norteadores que caracterizam essas escolas. Com base nesses elementos, indaga-se de que

modo as EFAs podem ou não contribuir para o desenvolvimento social e econômico do meio rural no Vale do Jequitinhonha.¹

O texto está estruturado em três partes. Na primeira, é resgatada a origem das EFAs, desde seu surgimento na França, em 1935, até a implantação das primeiras escolas no Brasil e em Minas Gerais. A segunda parte trata dos significados da Pedagogia da Alternância e dos princípios teóricos e metodológicos que norteiam o funcionamento da EFA. Já na terceira parte, é apresentada uma breve caracterização do Vale do Jequitinhonha e as principais potencialidades e os desafios que as EFAs encontram para se consolidarem na região.

A origem das Escolas Famílias Agrícolas

A Escola Família Agrícola (EFA) é uma associação de pais e pessoas afins. Ela foi criada com o objetivo de resolver questões sociais do campo usando, para tal, a escola como um centro de formação integral dos alunos, das famílias e de toda a comunidade rural.² A primeira EFA surgiu em 1935, na França, sob a influência de movimentos sociais do campo, já constituídos desde o final do século XIX.³ Esses movimentos tinham como objetivos discutir a organização profissional e os problemas enfrentados no meio rural, organizar os agricultores por meio de sindicatos e cooperativas e transformar as mentalidades por meio de um processo educativo permanente.

1 - Este trabalho está em diálogo, principalmente, com os seguintes autores: CALVÓ, P. P. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: UNEFAB. *Pedagogia da Alternância – alternância e desenvolvimento*. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999; SILVA, L. H. *As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?* Viçosa: UFV, 2003; e ALVES, M. S. C. *A precariedade do financiamento e os desafios: o caso de duas escolas Família Agrícolas em uma área de acentuada pobreza no Brasil*. Dissertação (Mestrado), Universidade Nova de Lisboa/Universidade François Rabelar/UNEFAB, Brasília: 2003. Disponível em: <http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/387/1/alves_2003.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.

2 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância.

3 - BEGNAMI, João Batista. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias: um estudo intensivo do processo formativo de cinco monitores*. Brasília: Universidade Nova de Lisboa/Universidade François Rabelar/UNEFAB, 2004, (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/391/1/begnami_2003.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

Segundo Begnami, os ideais desse movimento encontraram respaldo na Secretaria Central de Iniciativas Rurais (SCIR) – criada em 1920. A SCIR era ligada aos sindicatos agrícolas e acreditava que a aquisição de novas tecnologias para modernizar o campo podia contribuir para o fortalecimento econômico e cultural das classes camponesas. Por isso, apoiou iniciativas como a criação das Maisons Familiales Rurales (Casas Familiares Rurais) na França, em 1935, que deram origem às Escolas Famílias Agrícolas.⁴

As Maisons Familiales Rurales surgiram em um período difícil e complexo na França, pois o país enfrentava a destruição causada pela Primeira Guerra Mundial, passava por uma forte crise na agricultura familiar e, ainda, havia “uma efervescência de idéias liberais contra idéias nacionalistas, idéias socialistas contra as capitalistas”.⁵ Tudo isso acontecia em meio ao pensamento social cristão “conciliador”. É nesse contexto conflituoso e de insegurança, já que em 1939 é desencadeada a Segunda Guerra Mundial, que surge oficialmente, em 17 de novembro de 1935, em Lot-Eat Garron, comunidade de Lousan, no Sudoeste da França, as Maisons Familiales Rurales – MFRs.⁶

A implantação das MFRs é resultado de muitas discussões entre os sujeitos sociais do campo.⁷ Esses sujeitos tiveram como princípios orientadores para pensar na criação e expansão da MRFs a formação de uma associação de pais responsáveis em todos os pontos de vista pela MFR; a alternância de etapas dos jovens entre a escola e o trabalho na propriedade rural (sendo o ritmo da alternância o que se adéqua às necessidades de plantio, colheita, entre outros fatores agrícolas e culturais de cada região); a distribuição dos jovens em pequenos grupos (no mínimo doze e no máximo 20 alunos) e a formação religiosa dos jovens.

4 - BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias.*

5 - BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias.*

6- BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias*, p. 23.

7 - SILVA. *As experiências de formação de jovens do campo*

Os agricultores pioneiros que concretizaram a formação das Maisons Familiaes Rurales estavam preocupados em criar estratégias de desenvolvimento para sua região, ao mesmo tempo que almejavam um tipo de educação “diferente” para os jovens de seu vilarejo. Eles imaginaram um tipo de escola cujo ensino seus filhos não rejeitariam, porque este iria atender às reais necessidades dos jovens. Assim, eles pensaram em criar uma estrutura de formação que seria de responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, em que os conhecimentos a adquirir se encontrariam tanto na escola como, também, na vida cotidiana, no trabalho, na comunidade da vila.

Os pioneiros foram apoiados pelo padre Ablle Granereau, que também estava preocupado com a situação socioeconômica do campo, à época. Assim, em uma de suas reuniões para discutir a implantação das Casas Familiaes Rurais, pensaram em uma proposta de currículo para a formação profissional dos jovens, baseada nos seguintes princípios:

- A. Uma formação técnica e com aprendizagens práticas e muitas observações no terreno, o livro natural do campo;
- B. Uma formação geral para formar a personalidade, compreender as técnicas, por isso era importante estudar história, matemática e linguagem para se expressar por escrito e oralmente;
- C. Uma formação religiosa com a finalidade de preparar para a vida, para o sucesso profissional e realização humana: “o êxito material, só, não traz a felicidade”.⁸

Como se pode observar, apesar da notória contribuição do padre Ablle, que ajudou na sistematização, o currículo das Maisons Familiaes Rurais ou Escolas Familias Agrícolas não foi pensado por pedagogos ou intelectuais, mas pelos próprios agricultores. Segundo Begnami, esses pioneiros pensaram, intuitivamente, um tipo de formação que fosse

8 - Nove-Josserand *apud* BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Familias Agrícolas e alternâncias*, p. 25.

atender aos seus interesses e às necessidades de formação dos jovens.⁹ Também é importante salientar que, desde a época de implantação das EFAs, os agricultores já se preocupavam com o sucesso profissional e percebiam que o curso técnico deveria contemplar uma formação que fosse além do trabalho prático, seria uma formação para a vida, para a realização humana, como é citado acima.

A expansão das EFAs no mundo

Depois da elaboração do currículo pelos pioneiros, a primeira Maison Familiale começou a funcionar com quatro jovens, filhos de pequenos agricultores, dentro do salão paroquial de uma igreja católica. A proposta da escola passou a ser divulgada e dois anos depois já eram 40 alunos.¹⁰ A escola foi construída oficialmente em 1935, com empréstimo bancário feito pelos pais dos alunos, e foi batizada como Casa Familiar de Lauzan (nome da cidade onde foi implantada).

A experiência dessa escola foi divulgada pela França e se desenvolveu de forma mais acentuada após a segunda Guerra Mundial. A partir dessa expansão, surgiram os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFA¹¹ – onde se incluem as Escolas Famílias Agrícolas. Tais escolas tiveram seu reconhecimento legal em 1960 pelo Estado francês.¹² Com esse reconhecimento legal dos CEFFA na França e a divulgação das experiências dessas escolas, de 1960 a 1970 os CEFFA se estabeleceram em outros países europeus, tais como Itália, Espanha, Portugal, bem como no continente africano, na América do Sul, no Caribe, na Polinésia,

9 - Segundo BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias*.

10 - GIMONET, J. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e de Orientação. In: UNEFAB. *Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento*. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999. p. 40.

11- “Os CEFFA são escolas da região criadas e geradas pelas pessoas do lugar, para as pessoas do lugar.” Nos CEFFA, os pais, a comunidade e outras pessoas têm a oportunidade de assumir seus destinos e a educação de seus filhos. Cf. GIMONET. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo.

12 - SILVA. *As experiências de formação de jovens do campo*.

na Ásia e, em seguida, na América do Norte, na Província do Quebeque, no Canadá.¹³

A implantação das EFAs no Brasil

No Brasil, a primeira experiência educativa baseada nos CEFFA se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. O movimento das EFAs nesse estado surgiu sob influência das Escolas Famílias Agrícolas Italianas, sendo liderado pelo padre jesuíta Humberto Pietrogrande e pelo Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo – MEPES. O padre estava preocupado com a crise econômica e social por que passavam os agricultores do Sul do Espírito Santo, na década de 1960 e, por isso, incentivou a construção das EFAs no estado.¹⁴

As primeiras EFAs do Brasil eram caracterizadas como escolas informais, com cursos livres e de duração de dois anos.¹⁵ Tais escolas tinham como finalidades a formação técnica de agricultores, o incentivo à permanência dos alunos no campo, bem como o estímulo à aplicação das tecnologias aprendidas em seu meio. Além disso, essas escolas pioneiras do Brasil preocupavam-se com a formação humana e cidadã e com o engajamento social e político dos alunos nas comunidades e nos movimentos sociais.¹⁶

A consolidação do modelo das EFAs no Espírito Santo e a sua expansão para outros estados brasileiros aconteceu entre 1973 e 1987.¹⁷ Nesse tempo, as EFAs foram se expandindo para os estados da Bahia,

13 - GIMONET. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo, p. 42.

14 - SOUZA, João Valdir Alves de; GONÇALVES, Mônica Alves. Pedagogia da Alternância: uma alternativa consistente de escolarização rural? In: WILDHAGEN, Cid Dutra (Org.). *Diálogos sociais: reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IDENE, 2008. p. 225-249.

15 - BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias*, p.107.

16 - BEGNAMI. *Formação pedagógica dos monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias*.

17 - SILVA. *As experiências de formação de jovens do campo*, p. 69.

Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá, Goiás, Minas Gerais, entre outros.

A expansão das EFAs para outras regiões gerou a necessidade de criar uma instituição que as articulasse e discutisse seus problemas, a fim de fortalecê-las na proposta de formação em Alternância. Assim, foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, a UNEFAB, em 1982, na primeira Assembleia Geral das EFAs brasileiras.

Em 2006, de acordo com a UNEFAB, cerca de 200 EFAs estavam em funcionamento e outras 40 em implantação.¹⁸ Nessas EFAs trabalhavam cerca de 850 monitores e já foram formados mais de 50 mil jovens, dos quais mais de 65% permaneceram no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças. Ainda segundo a UNEFAB, os CEFFA já beneficiaram cerca de 20 mil alunos e 100 mil agricultores.

As Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais

O surgimento das Escolas Famílias Agrícolas em Minas Gerais, segundo a Associação Mineira das Escolas Famílias, AMEFA,¹⁹ esteve relacionado com o movimento social e eclesial de base da Igreja Católica, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nota-se que nessa época foram reestruturados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e vários outros movimentos de luta pela terra e organização dos agricultores familiares em Minas.²⁰

No final dos anos 1970, a escolarização rural em Minas, a agricultura familiar e os agricultores viviam em quase total esquecimento pelas políticas públicas do país.²¹ Nesse contexto, as EFAs de Minas

18 - Informações extraídas do site: www.undefab.org.br.

19 - RIBEIRO, S. S.; BEGNAMI J. B.; BARBOSA, W. Escola Família Agrícola Prazer em Conhecer Alegria em Conviver. *Coleção alternância educativa e desenvolvimento local*, Belo Horizonte, n. 1, 2002.

20 - RIBEIRO; BEGNAMI; BARBOSA. Escola Família Agrícola Prazer em Conhecer Alegria em Conviver.

21 - SANTOS, I. F.; FRANCA, M. J.; BEGNAMI, J. B. Escola Família Agrícola: construindo educação e cidadania no campo. *Coleção alternância educativa e desenvolvimento local*, Belo Horizonte, n. 2, p. 60, 2004.

Gerais foram sendo implantadas por iniciativas de grupos diversos que objetivavam promover o desenvolvimento do meio rural, por meio de alternativas de ensino e profissionalização dos filhos de agricultores familiares. Foi nesse contexto que surgiu a primeira Escola Família Agrícola de Minas Gerais, na cidade de Muriaé, em 1984, sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais sociais da Igreja Católica e do processo de redemocratização do país.

Em Minas Gerais, atualmente, a região onde se encontram mais unidades em funcionamento é o Vale do Jequitinhonha, podendo ser identificadas as EFAs de Virgem da Lapa, Araçuaí, Jacaré (Itinga), Bontempo (Itaobim), Comercinho, Ponto dos Volantes, Padre Paraíso e CEART, em Turmalina. Nas outras regiões do estado, encontram-se as EFAs de Natalândia, Paulo Freire (Acaica), Jequeri, Margarida Alves, Tabocal (São Francisco) e Camões (Sem Peixe).

Todas essas EFAs estão ligadas à AMEFA – Associação Mineira das Escolas Família Agrícolas. A AMEFA é uma entidade civil sem fins lucrativos, instituída em 24 de julho de 1993 com o objetivo de atender às reais necessidades da formação do quadro de monitores, diretores, das famílias e dos dirigentes das associações das EFAs, bem como para assessorar sua expansão em Minas Gerais e criar espaços de intercâmbio das escolas, a fim de que, juntas, pudessem resolver seus problemas e se fortalecer na experiência educativa pela Alternância. Sendo assim, a AMEFA tem como principal missão:

Ser um espaço de discussão, aprofundamento e promoção de propostas alternativas de aprimoramento da formação por alternância, para melhor atender as necessidades dos jovens e do seu meio, na perspectiva de um desenvolvimento integral e sustentável das pessoas e do meio rural, numa perspectiva de fortalecer a agricultura familiar, pro-

mover a inclusão social e melhorar as condições de vida no campo em Minas Gerais.²²

Com base nessa missão, a AMEFA vem desenvolvendo ações junto às EFAs para ajudá-las a enfrentar desafios, em busca da sua consolidação no estado.

A seguir, são apresentados os princípios filosóficos e metodológicos norteadores das EFAs. Depois, será feita uma breve reflexão sobre os principais desafios enfrentados pelas EFAs mineiras para se consolidarem como alternativa de ensino viável para os sujeitos sociais do campo. São apresentados, ainda, os principais potenciais transformadores que essas escolas podem representar para a realidade social do campo, especialmente para o Vale do Jequitinhonha.

Os princípios filosóficos e metodológicos norteadores das EFAs

Uma Escola Família Agrícola é uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar os problemas relacionados ao campo, por meio de atividades de formação de jovens e adultos.²³ Sendo assim, as EFAs têm quatro bases ou princípios que as caracterizam, bem como as “sustentam”: as associações da EFA, a Pedagogia da Alternância, a formação integral do aluno e o desenvolvimento sustentável do meio.

O primeiro desses pilares é a constituição de uma associação responsável pelas EFAs nos diversos aspectos: econômico, jurídico, administrativo. Essas associações consideram a EFA não só um fim por si mesma, mas um meio para alcançar o desenvolvimento local e coletivo.²⁴ Ou seja, por meio da Escola Família Agrícola, suas associações podem atuar em projetos e trabalhos que favoreçam o desenvolvimento local.

22 - SANTOS; FRANCA; BEGNAMI. Escola Família Agrícola, p. 70.

23 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância

24 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância.

Em outro sentido, as associações confirmam que, na metodologia da Alternância, o período dos alunos na escola não só permite uma educação, como também reforça a experiência e fortalece o elo com o meio em que eles vivem. Dessa forma, ambos os elementos da formação desses alunos (escola e meio) são complementares ao aprendizado dos sujeitos. Por esse aspecto, as associações das EFAs são de extrema relevância nessa experiência educativa, uma vez que atuam na formação dos alunos e na sua própria formação. Isso acontece por meio dos projetos e trabalhos coletivos desenvolvidos em parceria com escola e comunidade. As associações das EFAs, também, permitem que a aprendizagem dos alunos tenha a integração dos conhecimentos escolares com os conhecimentos do universo social e comunitário.

Outro princípio norteador das EFAs e um dos principais interesses das associações de pais em apoiar e trabalhar voluntariamente nessas escolas é o desenvolvimento sustentável do meio rural. Segundo Calvó,²⁵ as EFAs desenvolvem conhecimentos e compromissos do jovem com seu meio social agrícola. Esses compromissos ou ações que os jovens realizam no meio agrícola, junto com suas famílias, permitem que as EFAs se transformem em uma escola para a vida, que contribui para a formação da personalidade do jovem, capacitando-o para desenvolver e animar atividades no meio rural. Assim, podemos entender que “o meio” (espaço social agrícola) também faz parte da gestão e das atividades das EFAs, já que nessas escolas há uma dinâmica de integração entre as comunidades em que se situam, permitindo que o meio interfira e participe das ações e dos projetos da escola.

Assim, tendo como interesse a promoção do desenvolvimento sustentável do campo, utilizando a educação e a própria EFA para alcançar esse objetivo, as associações de pais podem se fortalecer a partir de uma organização local de base participativa, se integrando as comunidades, as instituições sociais locais, os profissionais do setor, bem como os promotores e as pessoas presentes no meio, comprometidas

25 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância.

ao projeto. A união e a integração da associação de pais com os demais sujeitos sociais do campo são responsáveis pela gestão e pelo desenvolvimento do meio rural.

Com base nessas considerações, entende-se que as associações não devem consistir apenas em associação de pais de alunos, criadas para dar apoio às atividades da escola, nem numa cooperativa escolar feita para promover o financiamento de um projeto específico da instituição. Ela deve consistir em uma associação de base democrática e participativa, composta por pais e outros atores comunitários (como já foi citado), que tenham como principal objetivo a promoção do desenvolvimento local, utilizando a escola como um dos meios possíveis para se atingir esse objetivo.

Um princípio que também caracteriza e sustenta uma EFA é a adoção de uma metodologia específica: a Pedagogia da Alternância. O sentido de Alternância tal como é praticada nas EFAs diferencia-se de outros sistemas educativos.²⁶ No sentido geral, Alternância significa um “conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional (seja na própria família ou na empresa) e a escola. Isto sempre dentro de uma interação educativa escola-meio”.²⁷

Essa definição, de Calvó, sobre a Alternância é compartilhada por Silva.²⁸ Esta autora entende Alternância como estratégias de escolarização que possibilitam aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural. Daí, então, a importância da EFA para os sujeitos envolvidos nela. Ela deve apresentar-se como alternativa de escolarização para o meio rural,²⁹ possibilitando ao aluno ter acesso à escola, ao mesmo

26 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Referências para uma política nacional de educação do campo*. Brasília, 2004.

27 - CALVÓ. *Centros Familiares de Formação em Alternância*, p. 17.

28 - SILVA. *As experiências de formação de jovens do campo*, p. 240.

29 - SOARES, E. A. S. Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. MEC/SECAD. *Resolução CNE/CEB Nº 1 - 3* de abril de 2002.

tempo que lhe permite permanecer junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas.

Para entender melhor os “sentidos” que a Alternância adquire nas EFAs, Pedro Puig Calvó distinguiu esses sentidos de acordo com a concepção de G. Malglaive e de Gil Bougeon. Com base nisso, o autor descreve a *falsa Alternância*, que não estabelece nenhuma relação entre a formação acadêmica e as atividades práticas.³⁰ Há também a *Alternância aproximada*, que tem organização didática que une os tempos e os espaços de formação, dando-lhes certa coerência. Contudo, nessa perspectiva de Alternância são utilizados modelos de observação e análise da realidade, na qual os jovens terão de trabalhar sem, para tanto, oferecer-lhes meios para atuar sobre ela. Já a *Alternância real* é aquela que almeja uma formação “teórica e prática global, permitindo que o formando construa o seu próprio projeto pedagógico, coloque-o em prática e efetue uma análise reflexiva sobre si mesmo”.³¹

A segunda investigação sobre o sentido da Alternância citada por Calvó é baseada na obra *Espaço temporal*, de Gil Bourgeon. As definições sobre Alternância citadas por esse autor são parecidas com as de G. Malglaive. Em síntese, Calvó as descreve: a *Alternância justaposta* intercala diferentes períodos entre as atividades e os diferentes lugares, o trabalho e o estudo, sem nenhuma relação aparente entre eles. Já a *Alternância associativa* associa formação profissional com a formação geral. As instituições que as constituem tentam organizar uma única formação nas atividades teóricas e práticas, dentro de um mesmo programa. Já na *Alternância copulativa*, acontece uma *compenetração* efetiva entre os meios de vida socioprofissional e escolar, em uma unidade de tempo formativo. Não consiste em uma sucessão de tempos chamados teóricos e outros chamados práticos – mesmo se estes se encontram no plano didático. Consiste, portanto, num processo de interação entre os momentos de atividades, pois nesse tipo de Alternância

30 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância, p.17.

31 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância, p. 19.

há uma estreita conexão entre todos os elementos do âmbito educativo, sejam eles pessoais, relacionais, didáticos ou institucionais.

A partir da análise desses dois autores, Calvó sugere uma conceituação diferente para o “verdadeiro” sentido da Alternância. Ele prefere chamar a *Alternância real* – entendida por Bourgeon – como *Alternância interativa*, pois nela

(...) existe uma verdadeira colaboração, co-gestão, co-habitação, co-ação, onde o meio profissional intervém na escola e esta intervém no meio, com intervenções na educação-formação do aluno pela alternância que não se limita a um ou dois atores, mas se estendem a toda a complexidade do mundo que envolve a vida do formando (família, amigos, trabalho, economia, cultura, escola, política).³²

Esse tipo de Alternância é o que o movimento das EFAs de Minas Gerais almeja, como se nota nas discussões em assembleias gerais da AMEFA,³³ mas que por diversas questões (como falta de financiamento, apoio governamental, formação em Pedagogia da Alternância – principalmente por parte dos monitores – como também dos diretores das EFAs, das associações de pais) dificultam que a verdadeira Alternância seja colocada em prática nas EFAs de Minas Gerais.

Como se percebe pela discussão dos autores, o sentido da Pedagogia da Alternância está sendo construído, já que essa experiência educativa é relativamente nova, considerando o ensino tradicional. Assim, as pesquisas e os contornos teóricos sobre esse tema ainda estão em emergência e análise, o que não impede que a Pedagogia da Alternância seja colocada em prática, pois ela dispõe de seus próprios instrumentos pedagógicos, tais como o Plano de Estudo (pesquisa que os alunos

32 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância, p. 56.

33 - Observação elaborada pela mestrandia em participação de eventos da AMEFA e EFAs no estado de Minas Gerais, nos anos de 2010 e 2011.

desenvolvem relacionada à área rural em que vivem), o Caderno da Realidade (material onde os alunos guardam e organizam os registros das pesquisas), a Colocação em Comum (dinâmica de apresentação das pesquisas e dos trabalhos realizados pelos alunos no meio socioprofissional), as visitas de estudo, os cursos técnicos, as matérias gerais, os cadernos didáticos ou fichas pedagógicas, entre outros. Ainda pelo que se entende em Calvó, esses instrumentos pedagógicos são aplicados de forma interligada aos temas transversais, escolhidos com base na realidade socioprofissional do aluno.³⁴

Sendo assim, pode-se entender que, dependendo do contexto, a Alternância adquire diversos significados. Por isso é preciso ter sensibilidade para analisar que tipo de Alternância uma EFA adota, pois, dependendo da forma com essas EFAs adéquam-se a Alternância, isto pode refletir positivamente ou negativamente na escola.

A formação integral dos alunos é mais um importante princípio norteador das ações pedagógicas e da organização curricular das EFAs. Essa formação integral, como se entende em Calvó, diz respeito a tudo aquilo que pode enriquecer a formação escolar do aluno. Por isso, envolve todos os aspectos que se referem à aprendizagem ou interferem nela, como o ensino na escola, a formação profissional, social e cidadã, o projeto de vida do aluno, a economia, a família, a sociedade, entre outros.

Nas EFAs, a formação do jovem com base na Alternância implica o seu envolvimento em tarefas de atividade produtivas, de maneira a relacionar suas ações com a reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas.³⁵ Ou seja, essa formação busca a interação entre as atividades práticas e a reflexão teórica sobre elas. Nessa perspectiva educativa, o jovem deve ser o protagonista de sua própria

34 - CALVÓ. Centros Familiares de Formação em Alternância.

35 - Cf. SILVA. *As experiências de formação de jovens do campo*.

formação. Ele deve analisar quais conteúdos e conhecimentos são relevantes para si mesmo.³⁶

A formação integral do aluno pela Alternância abrange mais elementos que as escolas convencionais.³⁷ Ela inclui: economia-família, trabalho-monitores, cultura local-capacidades dos alunos, escola-programa oficial, entre outros. A atenção personalizada é importante nesse processo de formação. A tutoria, o diálogo para revisão do caderno da realidade, as visitas às famílias e comunidades (onde os monitores/professores observam se os alunos colocam em prática o que é refletido e desenvolvido na escola) são algumas das didáticas utilizadas para se atingir o objetivo da formação integral do aluno.

Como foi descrito anteriormente, um dos princípios que caracterizam e sustentam uma EFA é a sua preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento local. A busca constante das EFAs em levar o desenvolvimento para as comunidades locais é uma das suas principais características, pois foi esse desejo de desenvolvimento local que fez as experiências educativas pautadas na Pedagogia da Alternância surgirem na França e, conseqüentemente, expandirem-se para outros países. Nos lugares onde se instala uma Escola Família Agrícola, encontra-se uma preocupação inicial com o desenvolvimento sustentável daquele meio.

O desenvolvimento do meio no qual está inserida uma EFA resulta da interação de diferentes sujeitos,³⁸ que é concretizada dentro de dimensões humanas, econômicas, sociais, culturais, ambientais, numa perspectiva global. Sendo assim, a partir da interação dos sujeitos, quando eles têm interesses individuais em comum, são conduzidas ações de desenvolvimento de competências, de atitudes, de comportamentos para um bem-estar econômico e social melhor para todos que vivem

36 - GIMONET, J. *A alternância na formação: método pedagógico ou novo sistema educativo?* Disponível em: <<http://www.undefab.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2005.

37 - BEGNAMI, João Batista. *Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil*. In: _____. *Pedagogia da alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável*. Brasília, UNEFAB, 2002.

38 - FORGEARD, G. *Alternância e desenvolvimento do meio*. In: UNEFAB. *Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento*. Primeiro Seminário Internacional, Salvador: Dupligráfica Editora, 1999. p. 64.

nesse meio.³⁹ Portanto, quando os sujeitos sociais de um determinado contexto compartilham interesses de desenvolvimento em comum, eles podem utilizar as EFAs como espaço de socialização de suas ideias e como lugar de partida para as ações e concretização dessas ideias.

Potencialidades e desafios no funcionamento das EFAs no Vale do Jequitinhonha

De modo bem sintético, os elementos citados anteriormente constituem os princípios norteadores das ações das EFAs. No entanto, há que se considerar algumas variáveis que se apresentam tanto como potencialidade quanto como desafios para as EFAs se consolidarem como propostas de ensino viável para os sujeitos sociais do campo. Neste artigo, procura-se verificar algumas das principais potencialidades e desafios no funcionamento das EFAs mineiras, em especial, as EFAs da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Para análise, parte-se da dissertação de mestrado de Alves⁴⁰ e da entrevista realizada com o secretário executivo da AMEFA em junho de 2010.

Alves analisa os principais desafios enfrentados pelas EFAs do Vale do Jequitinhonha – região de acentuada pobreza. A princípio, Alves faz uma caracterização socioeconômica da região do Vale do Jequitinhonha, identificando-a como uma região grande em extensão territorial, pois ocupa cerca de 11% da área de Minas Gerais, mas de economia frágil, já que o PIB (Produto Interno Bruto) da região não chegava aos 2% da arrecadação total do estado. Para compreender a raiz histórica desse problema econômico, Alves faz um resgate histórico, em que identifica que nem sempre a economia do Vale Jequitinhonha foi inexpressiva. Descreve que no início do século XVIII a extração mineral do ouro na região de Diamantina e Minas Novas representava

39 - FORGEARD. *Alternância e desenvolvimento do meio*, p. 65.

40 - ALVES. *A precariedade do financiamento e os desafios*.

uma das maiores fontes de renda para a Colônia. Contudo, essa atividade fez com que a Coroa portuguesa mantivesse um forte controle administrativo na região, em virtude da extração do ouro, o que dificultou sua independência administrativa e o desenvolvimento de outras atividades econômicas.⁴¹

Com o declínio da extração do ouro na região, já em meados do século XVIII, a região começa a fechar-se como um importante centro econômico do país, uma vez que não teve incentivos governamentais eficazes para desenvolver sua economia. A área agrícola, desde o início do século XVIII, devido ao solo árido e ao clima seco, fatores naturais que dificultam a atividade, apresenta-se como pouca possibilidade de desenvolvimento da região.⁴²

Retomando a discussão sobre o potencial e os desafios do funcionamento das EFAs em Minas com base nesse breve histórico, se considerarmos que as condições climáticas da região afetam negativamente o desenvolvimento da atividade agrícola no Vale, qual seria, então, o sentido de implantar e expandir as EFAs na região? Com base em Alves, pode-se dizer que as condições climáticas não são fatores determinantes para a falta de desenvolvimento agrícola na região, mas sobretudo a falta de incentivo governamental, como também de pesquisas em que se possam estabelecer técnicas e atividades agrícolas que se adaptem a região.

Nesse sentido, as EFAs apresentam-se como potencialidades para a região, porque podem possibilitar: i) a conscientização política dos sujeitos sociais do campo em defesa de projetos e ações que melhorem a qualidade de vida; ii) a parceria e discussão com instituições como universidades federais em busca de técnicas agrícolas que se adéquem à realidade da região; iii) a elaboração e o desenvolvimento de projetos da associação da EFA, em parceria com outras entidades que podem, a curto e médio prazo, favorecer a produção e a comercialização de produtos

41 - ALVES. *A precariedade do financiamento e os desafios*, p.14-15.

42 - ALVES. *A precariedade do financiamento e os desafios*, p.16.

agrícolas, incentivando outros agricultores, como também os técnicos formados por essas escolas, a trabalhar nessa atividade.

O Vale do Jequitinhonha, por ser uma região de forte presença de movimentos sociais, como os trabalhos das pastorais da Igreja Católica, o movimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, e a atuação de diversas organizações não governamentais (ONGs), apresenta-se como um terreno fértil para o desenvolvimento das ações das EFAs, pois, para que as ações dessas se concretizem, é preciso um ambiente social de trabalho cooperativo, participativo e democrático. Contudo, há desafios que o movimento das EFAs precisa superar para se consolidar como proposta de ensino viável para a região.

A pesquisa de Alves apontou que os maiores desafios para o funcionamento das EFAs do Vale do Jequitinhonha eram a precariedade do financiamento das escolas e da formação dos monitores. Essas duas realidades dificultavam a consolidação e a expansão das EFAs, já que não conseguiam manter satisfatoriamente suas funções e executar os princípios pedagógicos e metodológicos propostos pelos seus currículos. Na dissertação de Alves, são apresentados depoimentos de monitores em que eles revelam as dificuldades em cursar o Ensino Superior e de se manter trabalhando na EFA. Além disso, apontam problemas relativos aos baixos salários, à sobrecarga de trabalho, ao alto custo para o efetivo acompanhamento dos alunos em casa etc. Os monitores entrevistados pelo pesquisador demonstraram a dificuldade em constituir família e se estruturar na vida com o salário e tipo de trabalho que exerciam na EFA. O que animava os monitores era o trabalho coletivo na EFA, o engajamento com o movimento social do campo, a possibilidade de ver pessoas escolarizadas, que, de outro modo, não chegariam à escola.

Em entrevista realizada com o secretário executivo da AMEFA⁴³ em 2010, a questão de falta de financiamento foi apontada como o maior desafio a ser superado pelas EFAs de Minas Gerais na atualidade. Hoje, a formação dos monitores não preocupa tanto, mas a possibilidade

43 - Entrevista realizada em junho de 2010.

de oferecer-lhes proposta salarial e condições de trabalho melhores, garantindo a continuidade do seu trabalho nas EFAs, ainda é um desafio. O problema da formação é outro. Segundo o secretário executivo da AMEFA, o que se percebe é a evasão de monitores treinados, em busca de melhores condições de trabalho em outros locais. A busca de parcerias junto a órgãos públicos e privados tem sido apontada como importante fator para garantir o financiamento das EFAs, de forma a oferecer condições e melhores salários aos monitores, garantindo a continuidade do trabalho deles nas escolas.

Nota-se, pois, segundo a AMEFA, que a expansão das EFAs não depende apenas da vontade e do interesse da população do campo, mas, sobretudo, de incentivo governamental para o seu financiamento. Do ponto de vista legal, as EFAs são consideradas escolas privadas de caráter comunitário. Contudo, os pais dos alunos e a associação precisam de financiamento público para que as atividades funcionem, uma vez que esses pais geralmente são pobres, faltando-lhes recursos para arcar com os custos dos estudos dos filhos.

Observa-se, pois, que o funcionamento das EFAs no Vale do Jequitinhonha ainda precisa de muita discussão e de visibilidade, a fim de que essa alternativa de ensino possa consolidar-se na região, beneficiando os agricultores e contribuindo para o seu desenvolvimento. Afinal, não basta ter uma proposta pedagógica avançada se as condições da sua aplicação são bastante precárias.

Considerações finais

Criadas em 1935, na França, por agricultores que estavam envolvidos em movimentos sociais do campo e se preocupavam em melhorar a situação social, política e econômica por que passavam na época, as EFAs apresentam-se como proposta de ensino viável para a realidade social do Vale do Jequitinhonha e de Minas Gerais, de acordo com o que já foi exposto.

Contudo, mesmo apresentando um bom projeto pedagógico e uma eficiente metodologia de ensino, se os profissionais que animam a Pedagogia da Alternância e fazem a mediação entre a escola e as atividades sociais com as famílias dos alunos não tiverem o devido reconhecimento, serão limitadas as possibilidades de a escola efetivamente cumprir sua proposta, isto é, contribuir para o desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha. Urge superar o desafio da precariedade de financiamento, a fim de que a potencialidade pedagógica do projeto não se esvazie.

Mônica Alves Gonçalves é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestranda em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Maria Aparecida da Silva é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itajubá, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora do curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

A UFMG e a educação a distância no Vale do Jequitinhonha

João Valdir Alves de Souza
Eliane Novato Silva

Introdução

A implantação de cursos de graduação a distância da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Vale do Jequitinhonha vem ao encontro de uma demanda de vários municípios por formação de professores, principalmente nas áreas do ensino de Ciências da Natureza. A carência de professores para as séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio, um problema de dimensões nacionais, vem sendo apontada há muito tempo pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais como importante fator que limita uma expansão da oferta com qualidade.

Uma vez que tem sido limitada, também, a oferta de cursos superiores de formação de professores na região, a maioria dos que desejam realizá-los precisa se deslocar para outros centros urbanos, localizados principalmente na Região Centro-Sul do estado. A experiência tem nos mostrado que o deslocamento de jovens para estudar em outros centros resulta, na maioria das vezes, numa migração definitiva, sobretudo daqueles que buscam uma formação em áreas tecnológicas, que têm poucas perspectivas de emprego no seu retorno. Assim, historicamente, os municípios do Vale do Jequitinhonha têm sido fornecedores de profissionais para várias regiões do país.

A proposta de interiorizar suas ações, principalmente por meio da ampliação da oferta de cursos para a formação de professores, surgiu na UFMG como alternativa para que os estudantes realizem sua formação

em nível superior sem abandonar seu próprio meio. A interiorização da oferta de cursos de licenciatura visa atender tanto àqueles que já trabalham como professores, pois podem se qualificar sem abandonar a sala de aula, como os que pretendem ter a docência como profissão, aumentando as chances de que se formem e permaneçam nos seus municípios de origem após a conclusão do curso.

Nos últimos dez anos, a UFMG tem empreendido esforços no sentido de ampliar essa oferta utilizando-se da modalidade ensino a distância (EAD). As licenciaturas em Ciências Biológicas e Química foram os primeiros cursos de graduação ofertados e o polo de Araçuaí foi implantado desde o primeiro momento. Passaram a ser ofertados, na região, a seguir, os cursos de licenciatura em Pedagogia e Matemática, os cursos de Especialização em Ensino de Artes Visuais, Formação Pedagógica de Educação Profissional na Saúde: Enfermagem e Saúde da Família e cursos de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, Educação Integral e Integrada, Estatuto da Criança e do Adolescente e Produção de Material Didático para a Diversidade.

Além desses, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo e o curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas têm recrutado grande parte dos seus estudantes nas regiões Norte e Nordeste do estado de Minas, o que inclui o Vale do Jequitinhonha. Todos esses cursos têm grande abrangência e inserção regional, atendendo alunos de mais de 20 municípios das microrregiões de Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul, que ora são atendidos no polo de EAD de Araçuaí, ora nos polos de Teófilo Otoni ou de Montes Claros.

Todos os projetos pedagógicos foram elaborados tendo como dimensão norteadora a questão da sustentabilidade, visando, coerentemente com a política de mudança e desenvolvimento da educação superior para o século XXI proposta pela UNESCO, à formação de cidadãos inseridos no mundo contemporâneo, tanto no aspecto científico quanto cultural e tecnológico, responsáveis, proativos e capazes de atuar para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida no lugar que habitam e, por consequência, no planeta.

Notas sobre a modalidade *educação a distância* (EAD)

Nos últimos dez anos explodiu a oferta de educação a distância no Brasil.¹ Apesar de ainda ser vista com reservas por grande número de profissionais do ensino, pois se considera que educação e ensino devem se constituir necessariamente numa relação face a face, essa modalidade tem se consolidado cada vez mais como importante alternativa, no Brasil e no mundo, para aqueles que não têm a oportunidade de realizar um curso na modalidade presencial convencional. E há vários motivos para afirmar que essa modalidade de ensino veio para ficar e vai ampliar cada vez mais as possibilidades de acesso ao conhecimento escolar. A demanda cada vez maior por escolarização, os limites da capacidade de oferta presencial e a ampliação do alcance dos meios de comunicação parecem ser os principais elementos que sustentam essa afirmação.

Apesar de ser recente a ampliação dessa modalidade de ensino, o que lhe conferiu ampla visibilidade somente em anos mais recentes, a educação a distância já tem história pra mais de um século. Mesmo quem não sabe sobre ela mais que citar o nome deve se lembrar de alguns cursos por correspondência, já deve ter ouvido pelo rádio algum programa do Projeto Minerva ou do Instituto Universal Brasileiro ou, mais recentemente, já deve ter visto pela televisão algumas aulas assinadas pela Fundação Roberto Marinho.

Os primeiros cursos por correspondência apareceram nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX e tiveram nos Correios seu principal veículo de difusão. Ao longo do século XX o rádio amplificou as possibilidades da comunicação a distância e, por essa via, mais que difundir informação, ele permitiu efetivamente ampliar

1 - Apesar da importante distinção conceitual, os termos ensino e educação estão sendo utilizados, aqui, predominantemente, no modo mais usual "educação a distância". Durkheim, por exemplo, afirma que, "se o ensino científico não pudesse ser justificado de outra maneira, deveríamos resignar-nos a ver nele nada mais do que uma espécie de ensino inferior, mais ou menos desprovido de qualquer valor educativo. Não há dúvida, com efeito, que um ensino só é educativo na medida em que for de natureza a exercer sobre nós mesmos, sobre nosso pensamento, uma ação moral, isto é, se ele mudar alguma coisa no sistema de nossas idéias, nossas crenças, nossos sentimentos". Cf. DURKHEIM, Émile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 314.

possibilidades de formação. Os cursos a distância, nas últimas décadas, fizeram da televisão o seu principal instrumento e, nos nossos dias, as possibilidades planetárias da comunicação por satélite e pela Internet fazem com que a educação a distância fique cada vez menos distante da população.

Parafrazeando o poeta mineiro que diz que o artista vai aonde o povo está, podemos dizer que a educação a distância vai aonde o aluno está, principalmente aquele aluno com maior dificuldade de acesso à rede escolar convencional. Não se deve deduzir daí, no entanto, que isso torne mais fácil a oferta do ensino ou a vida do estudante. Pelo contrário, um bom curso na modalidade a distância pode ser mais oneroso e difícil tanto para a instituição que o oferece quanto para o aluno que o frequenta.

Pelo lado da oferta, além da infraestrutura (os meios de comunicação), é preciso considerar novas formas de comunicação (os processos pedagógicos adequados à modalidade). Apesar de avançar em ritmo veloz como item cada vez mais presente nas moradias brasileiras, o computador e a Internet banda larga ainda estão distantes do cotidiano exatamente daquela parcela da população que talvez mais necessite optar pela modalidade a distância como forma de acesso a um curso superior. Um polo de educação a distância instalado sem levar isso em consideração estará condenado a não cumprir seu propósito e condenando seus alunos à exclusão do sistema.

Na era dos *notebooks* e *tablets* muito se tem falado do fim do livro impresso, facilmente substituível por *e-books* nas telas de alta resolução. Ainda que considerássemos ser fácil o acesso a essas maravilhas tecnológicas, dificilmente eliminaríamos o texto impresso do conjunto dos recursos de interação professores/tutores/estudantes. Independentemente do suporte físico do texto, é preciso considerar a situação do estudante, que não terá todos os dias à sua disposição um professor a quem possa recorrer para lhe sanar as dúvidas. Qualquer texto a ser produzido para essa finalidade deve considerar a real possibilidade de o aluno desanimar-se ao final da leitura da primeira página.

Pelo lado do estudante, é preciso considerar que, além da aprendizagem relativa aos conteúdos do curso realizado, é preciso dominar pelo menos as operações básicas dos recursos tecnológicos que darão suporte à mediação. Aqueles para quem o *e-mail* já se tornou um meio cotidiano de troca de mensagens ou para quem a plataforma *moodle* é tão familiar como o feijão com arroz nosso de cada dia podem ficar incomodados com o fato de muitos dos alunos dos cursos a distância ainda não conseguirem dominar um mouse. Mas essa não só é uma realidade, como muitos desses alunos podem terminar um curso feito a distância sem ter um computador para chamar de seu.

Além disso, se não é fácil construir uma disciplina de estudos em um curso presencial, muito mais difícil é construir essa disciplina em um curso a distância. A isso se pode creditar grande parte da responsabilidade pelos altos índices de evasão nos cursos realizados a distância. Aqueles que não conseguiram construir essa disciplina de estudos dificilmente conseguirão sobreviver às exigências de um curso em que se estuda, na maior parte do tempo, sozinho. À exigência de disciplina de estudos devem ser somados: a necessidade de dedicar grande parte do tempo à garantia das condições materiais da vida, diga-se trabalho; o deslocamento a longas distâncias até o polo, muitas vezes por estradas quase intransitáveis em precário sistema de transporte; o alto custo do investimento, ainda que seja uma universidade pública e gratuita; as condições da vida doméstica, que pesa mais principalmente para as mulheres; a frágil trajetória de escolarização básica, feita majoritariamente em escolas precárias; os limites culturais do meio, ainda bastante fechado aos bens culturais de maior valor simbólico etc.

Em resumo, está bastante claro que são diferentes as condições da oferta de um curso presencial e um a distância, mesmo para uma instituição de ensino consolidada em 80 anos de história como a UFMG. Mas é de se esperar que uma instituição que construiu sua boa reputação na oferta de cursos presenciais garanta condições semelhantes na oferta de seus cursos a distância. Em outras palavras, boas universidades na oferta de ensino presencial tenderão a ser boas também no ensino a distância. Por extensão, universidades ou faculdades

sem tradição de um bom ensino presencial dificilmente se constituirão como referência no ensino a distância.

Algo semelhante pode ser dito em relação aos estudantes, e não vai aqui nenhum juízo de valor negativo desse público cujo esforço para superar dificuldades é amplamente reconhecido. Do mesmo modo que existem as condições da oferta, existe também a condição de estudante. Não é a mesma a situação entre estudantes que podem se dedicar em tempo integral ao curso, sem se preocupar com as condições materiais de existência, e aqueles para quem garantir alimentação e transporte até a escola ocupa o centro de suas preocupações. Não é a mesma a situação entre estudantes para quem a boa escola e o acesso aos recursos tecnológicos constituem uma extensão da sua vida cotidiana e aqueles para quem boa escola e alta tecnologia ainda são uma realidade distante. Nesse sentido, de fato a educação a distância está cada vez menos distante da população. No entanto, nosso histórico de desigualdades sociais ainda marca efetivamente as condições de acesso à escola e as trajetórias de escolarização, seja na modalidade presencial seja na modalidade a distância.

A UFMG e a oferta de cursos a distância

Apesar de existir há muito tempo como modalidade de ensino, somente nos últimos dez anos a UFMG está aderindo ao ensino a distância. Essa entrada na EAD não tem se dado de modo tranquilo, uma vez que, como foi dito, há amplos setores na universidade ainda bastante resistentes em admitir o ensino a distância como modalidade legítima, sobretudo quando se trata de formação inicial. Entre as principais alegações a essa resistência estão a perda da qualidade da oferta, a banalização do acesso ao diploma e a ruptura da própria natureza da atividade, que não é reconhecida senão na sua caracterização face a face.

Mesmo com algumas experiências pontuais de oferta em épocas anteriores, foi com a constituição de uma comissão para estudar a EAD, em 1997, que a universidade deu o primeiro passo para tratar dela

de modo institucional.² Uma das primeiras ações em decorrência do trabalho dessa comissão foi a criação, em 1998, da Cátedra da UNESCO para a Educação a Distância, sediada na Faculdade de Educação. A primeira experiência institucional em um curso na modalidade EAD foi a participação na oferta do *Veredas*, um projeto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que envolveu 17 agências formadoras, entre faculdades e universidades do estado de Minas Gerais, que titulou 14.700 professores com um diploma de curso normal superior.

A partir daí, várias outras experiências foram postas em curso, o que motivou a criação, em 2003, do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), com a “finalidade de implantar, estruturar e articular a Educação a Distância na UFMG” e oferecer “cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento e atualização”.³ Na graduação, excetuando-se o curso de Geografia, todos os outros (Ciências Biológicas, Química, Matemática, Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo e Formação Intercultural de Educadores Indígenas) são de formação de professores. Os de especialização ou são da área da Educação (Ensino de Artes Visuais; Ensino de Ciências por Investigação) ou são da Saúde (Formação Pedagógica de Educação Profissional na Saúde: Enfermagem; Atenção Básica em Saúde da Família).

Os cursos de graduação são ofertados em pelo menos três formatos distintos. Na realidade, apesar de serem todos definidos como “a distância”, podem ser considerados, também, como “semipresenciais”. Vejamos como aparece na página do CAED a descrição do curso de Química:

O curso de Licenciatura em Química, na modalidade a distância, do Departamento de Química da UFMG é ofertado na forma semipresencial, ou seja, com momentos a distância e presenciais. A parte presencial do curso consta de prá-

2 - UFMG. *Relatório da Comissão de Trabalho de UFMG – Educação a Distância*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

3 - Cf. <<http://www.caed.ufmg.br>>.

ticas de laboratórios, seminários, videoconferências e atividades avaliativas, todas de caráter obrigatório, além das atividades facultativas de tutoria, informática e assistência aos alunos.

Os encontros presenciais ocorrem nos polos de EAD do Estado de Minas Gerais de opção do aluno no processo de ingresso na UFMG. Dessa forma, o (futuro) aluno deve conjugar equilibradamente a distância espacial e temporal que separa seu domicílio da cidade-polo onde o curso de Licenciatura em Química, modalidade Ensino a Distância, é oferecido. A forma de ingresso no curso é via o processo de vestibular.⁴

A oferta de um curso a distância supõe, além da mediação pelos recursos tecnológicos, a participação efetiva de tutores.⁵ Os tutores presenciais são os que estabelecem uma relação mais direta com os alunos, pois são eles que estão nos polos tanto para as atividades presenciais quanto para os plantões de atendimento. Os tutores a distância são os que fazem a mediação entre a instituição e os polos, ainda que, nas ocasiões de encontros presenciais, podem também estabelecer contato direto com os estudantes. No entanto, o modo como se dão essas relações pode ser diferente entre os cursos, porque seus formatos podem ser bastante distintos.

Um desses formatos pouco difere da oferta presencial/convencional a não ser, é óbvio, pela distância que separa professores e alunos e a mediação feita pelos tutores. A responsabilidade pela oferta das disciplinas é dos mesmos professores que as oferecem na modalidade presencial, muitas vezes os próprios autores do material didático. Somente os professores podem elaborar as provas, responsabilizar-se pela

4 - Disponível em: <<http://www.caed.ufmg.br>>. Acesso em: 6 de junho de 2011.

5 - NEVES, Inajara de Salles; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. Tutor em educação a distância. *Presença Pedagógica*, v. 17, n. 98, p. 62-68, mar./abr. 2011.

oferta das disciplinas no sistema, lançar os resultados das avaliações e atestar a aprovação. Uma das vantagens dessa oferta é que os alunos têm a chance de ter, para cada disciplina, o próprio especialista da área. É assim que funcionam, por exemplo, os cursos de Ciências Biológicas e Química.

Um segundo formato é o que entrega toda a administração da oferta das disciplinas a um tutor, seja ele um professor dos quadros da universidade ou não. Esse tutor, a não ser que haja necessidade de substituição, acompanha um grupo de estudantes durante todo o seu percurso de formação, da entrada à saída da universidade. É ele quem dialoga com os estudantes nos encontros presenciais, discute com os alunos os conteúdos de todas as disciplinas e cuida da administração da oferta de todas as disciplinas. Tem a vantagem de acompanhar efetivamente a trajetória dos estudantes, mas precisaria se situar efetivamente acima das fronteiras disciplinares para conseguir acompanhar os estudantes em suas diferentes disciplinas. A organização precisa contar, então, com especialistas para tratar pelo menos das questões mais complexas de cada disciplina. Foi o caso do *Veredas* e continua sendo o formato da oferta do curso de Pedagogia.

Um terceiro formato é o dos cursos de formação por alternância. São organizados em dois tempos distintos, mas interligados e integrados, de formação: “tempo-escola” e “tempo-comunidade”. No tempo-escola, geralmente nos meses de férias escolares dos cursos presenciais, os alunos frequentam, em regime intensivo, as salas de aula da Faculdade de Educação, no *Campus Pampulha*, em Belo Horizonte. No tempo-comunidade, pelo contrário, são os professores ou os tutores que vão até o ambiente onde vivem os alunos para acompanhá-los em suas trajetórias de formação. Nesse formato se inscrevem o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) e o curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI).

A UFMG no Vale do Jequitinhonha

A universidade é uma instituição que reivindica que sua ação se oriente pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Já vem de longa data a experiência da UFMG, no Vale do Jequitinhonha, nessas três esferas, ainda que a oferta de cursos regulares de graduação seja recente.

A presença da UFMG no Vale tem se dado principalmente por meio de ações de extensão. Desde 1978, contudo, a Faculdade de Medicina realiza, em alguns municípios do Vale, o projeto do Internato Rural, que é parte importante das atividades de ensino dos futuros médicos. A partir de 1996, a implantação e a implementação do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha ampliou a ação extensionista, assentando sua ação em seis eixos: desenvolvimento regional; geração de ocupação e renda; educação; meio ambiente; saúde e cultura. A escolha dos polos para sediar a oferta dos cursos a distância foi orientada pela presença histórica da UFMG nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e no Norte de Minas, por meio de suas atividades de extensão junto às populações locais.

A ação extensionista da UFMG na região, bem consolidada ao longo das duas últimas décadas, conta com algumas dezenas de projetos desenvolvidos.⁶ Um dos projetos de maior alcance é o que consiste em realizar anualmente, na Praça de Serviços da UFMG, a Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha. Em 2011 foi realizada a 12ª edição da feira, com a exposição e a comercialização de produtos feitos por artesãos de 42 associações de 25 municípios do Vale.⁷

Essa presença tem se dado, também, de modo destacado, na pesquisa. Desde os anos 1960, quando o Vale emergiu para Minas Gerais assim como o Nordeste emergiu para o Brasil, suas carências têm sido

6 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Polo Jequitinhonha: 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2008.

7 - *Informativo eletrônico* n. 28 do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, 25 de maio de 2011.

objeto de constante e intenso debate. Do mesmo modo, foram pensados e postos em prática inúmeros planos e programas, de agências públicas e privadas, tanto no plano estadual quanto federal, todos eles assentados nas boas intenções de reverter essas carências e situar o Jequitinhonha no contexto da modernidade ocidental.

Se nos anos 1960/70 predominaram os diagnósticos realizados pela Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) e, nos anos 1980, os da Fundação João Pinheiro, nas duas últimas décadas um sem-número de estudos acadêmicos, de universidades brasileiras e estrangeiras, tentou esquadriñar o Vale e descrever seus modos de vida numa imensa variedade de relatórios de pesquisa, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A UFMG tem participado desse exercício não apenas com seus pesquisadores situados em diversos institutos, mas também organizando um encontro anual (*Visões do Vale*) para pôr em debate essas pesquisas. Do quarto encontro, realizado em 2009, resultou um livro que explorou a formação histórica da região, suas populações e a ação de vários dos seus movimentos sociais.⁸ Do quinto encontro, realizado em 2010, resultou este livro que o leitor tem em mãos. Do sexto encontro, que deverá ser realizado em 2011, pretende-se publicar mais um livro para ampliar essas possibilidades de leitura do quadro regional.

A oferta de cursos superiores de graduação plena na região amplia a inserção da UFMG no Vale do Jequitinhonha. Como pode ser lido no projeto do curso de Ciências Biológicas:

A promoção da inclusão social, em todos os seus aspectos, é preocupação constante da Universidade. Nesse sentido, a UFMG vem investindo em projetos de extensão universitária para a inclusão social e o desenvolvimento regional, principalmente no Vale do Jequitinhonha (...). A criação de Cursos de Licenciatura na modalidade a distância representa mais uma iniciativa da UFMG para

8 - SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone. *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e desenvolvimento*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

a interiorização do Ensino Superior no Estado de Minas Gerais e a formação de agentes multiplicadores que possam atuar no desenvolvimento regional sustentável. A criação dos cursos a distância também faz parte da política institucional de ampliação de vagas no Ensino Superior público de qualidade.⁹

Esses cursos foram estruturados visando oferecer uma consistente formação profissional sem perder de vista as características que situam a região no quadro da grande diversidade cultural que caracteriza o estado de Minas Gerais. A parte presencial do curso consta de práticas de laboratórios, aulas de campo, atendimento aos alunos por meio de tutorias, seminários, videoconferências, participação em fóruns e atividades avaliativas diversas. Todas as disciplinas contam com fascículos impressos, produzidos especialmente para os cursos.

O polo de Araçuaí conta com laboratórios temáticos muito bem equipados para atender à demanda de aulas práticas em Biologia, Química e Física e os alunos participam, quinzenalmente, de encontros presenciais com tutores presenciais e tutores a distância. O polo dispõe ainda de laboratório de informática e biblioteca. A UFMG produziu material didático original para os cursos, de forma a atender às necessidades dos estudantes, que requer deles muito mais autonomia e disciplina que nos cursos presenciais. Mais uma vez, vejamos o que diz projeto:

A organização de um curso na modalidade a distância é, às vezes, mais complexa que a de um curso presencial. Como o aluno não conta com a presença cotidiana e continuada dos professores, nem com o contato constante com seus colegas, torna-se necessário criar uma estrutura organizativa numa perspectiva sistêmica. O sistema deve

9 - UFMG. *Proposta de implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas, modalidade a distância*. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2005. p. 19.

ser considerado, simultaneamente, aberto e fechado. Estruturalmente fechado, para preservar sua organização, funcionalidade e identidade, mas aberto para permitir a flexibilidade, a plasticidade, a criatividade, a autonomia, a auto-organização.¹⁰

Os tutores desenvolvem papel fundamental no funcionamento dos cursos. Os tutores a distância são os executores das estratégias dos planos de estudo dos alunos. São professores de ensino superior e/ou alunos de mestrado ou doutorado das diversas áreas de conhecimento envolvidas na oferta. A tutoria presencial desempenha, também, um importante papel, uma vez que os tutores da região conhecem, melhor que ninguém, as dificuldades enfrentadas pelos alunos no dia a dia, sobretudo dos que precisam se deslocar até o polo, em situações, muitas vezes, precárias. A intermediação dos tutores presenciais ajuda a dimensionar os problemas e adequar as iniciativas de modo a facilitar a participação dos estudantes, motivá-los e tentar conter a evasão, principal consequência indesejável das dificuldades vividas pelos alunos.

Além disso, para os próprios tutores presenciais é uma oportunidade de crescimento e atualização, uma vez que eles podem contar com rico material de apoio, o que contribui para aprimorar sua própria atuação profissional, quase todos como professores da rede pública de ensino. O objetivo dos cursos ofertados pela UFMG é permitir a formação inicial de professores, mantendo a tradição de ensino de qualidade da UFMG, promovendo a inclusão social e a interiorização do atendimento aos alunos oriundos do ensino médio. O currículo desses cursos é pensado de modo a garantir, além daquilo que é próprio das áreas de conhecimento a que se referem, a discussão de temas regionais, visando contribuir para a busca de alternativas de desenvolvimento adequadas à localidade.

10 - UFMG. *Proposta de implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas, modalidade a distância*. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2005. p. 60.

Conclusão

Apesar das resistências internas iniciais, dos elevados custos financeiros operacionais e das dificuldades próprias de todo início de grandes empreendimentos, a UFMG criou e implantou cursos de graduação na modalidade a distância como parte da sua política de interiorização no estado de Minas Gerais. A maioria desses cursos é de licenciatura, uma vez que se percebe grande necessidade de ampliar as possibilidades de formação de professores, principalmente nas regiões do estado onde é menor a oferta de ensino superior.

No Vale do Jequitinhonha, o polo presencial de Araçuaí, além de ocupar um lugar geográfico central, que há muito tempo sedia atividades de ensino e extensão da UFMG, funciona como centro irradiador das iniciativas da universidade na região. Apesar das precárias condições de acesso, em decorrência das malconservadas estradas de terra que interligam a maioria das cidades, distritos e povoados, para lá é que se deslocam quinzenalmente, para as atividades presenciais, alunos situados num raio de até 100 km.

Este texto foi um primeiro exercício de reflexão sobre a oferta de cursos regulares de graduação oferecidos pela UFMG na região. Trata-se de texto apenas exploratório e tenta situar a Universidade no esforço de ampliar as possibilidades de formar professores, ainda que a modalidade a distância para a formação inicial seja vista com reservas por significativa parcela do corpo docente. Brevemente serão formadas as primeiras turmas que aderiram a essa proposta. A partir de então será possível analisar com maior profundidade o real alcance do empreendimento.

João Valdir Alves de Souza é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Educação pela mesma instituição e doutor em Educação pela PUC-SP. É professor associado de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

Eliane Novato Silva é mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Federal de São Paulo (1992) e pós-doutora pela Universidade de Barcelona. É professora associada do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.





MOVIMENTOS SOCIAIS

Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha

Klemens Laschefski

Andréa Zhouri

Introdução

Aos olhares distantes, o Vale do Jequitinhonha aparece como sinônimo de atraso e de pobreza, sendo frequente o uso da expressão “Vale da Miséria” para caracterizá-lo. Essa visão hegemônica por aqueles que lá não moram, e muitas vezes referendada pelas elites e pelos grupos locais, constitui a base norteadora de políticas públicas que visam ao desenvolvimento da região. Desenvolvimento é uma noção carregada de muitos sentidos, como se observa em expressões próprias ao léxico das políticas públicas: “inclusão social” à sociedade moderna, “criação de emprego”, “geração de renda” e “distribuição, para todos, das riquezas produzidas”. Quem não desejaria isso para o Vale de Jequitinhonha?

Entretanto, as propostas, os projetos ou programas concretos que visam ao alcance dessas metas (abstratas) nem sempre logram produzir os resultados esperados. Ao contrário, os anos dourados do crescimento no Brasil, décadas de 1950 e 1970, interrompidos por crises econômicas (por exemplo, crise do petróleo e do fordismo), foram acompanhados por crescente desigualdade social. Esta foi uma época caracterizada por enormes empreendimentos de infraestrutura necessários para a industrialização, tais como rodovias, hidrovias e uma rede de geração e de distribuição de energia para o país como um todo. Investiu-se na modernização da agricultura com vistas à produção de excedentes para alimentar a crescente população urbana, assim como os mercados no exterior para a obtenção de divisas com a venda de produtos agrícolas como *commodities*,

cujos lucros foram utilizados para combater o endividamento astronômico do Estado.

Estimulou-se a urbanização acelerada em torno dos polos industriais, os quais atraíram um contingente de pessoas muito além do que o mercado de trabalho conseguia, de fato, assimilar. A paisagem dita rural foi transformada em um mosaico de áreas “monoculturizadas”, onde prevalecem modos industrializados de produção de determinados produtos agrícolas destinados aos mercados de consumo nos centros urbanos internos e externos. Nesse cenário estão inseridas as hidrelétricas e as mineradoras, que resultam de uma concepção de determinados recortes espaciais como meros depósitos de recursos naturais específicos para a produção industrial. Com efeito, trata-se de uma visão que subordina a diversidade ecológica e cultural local ao potencial lucrativo dos referidos recursos (ouro, ferro e outros metais, materiais de construção, energia, entre outros), transformados em mercadorias. As consequências insustentáveis desse modo de apropriação do espaço se refletem no êxodo rural, na favelização e na transformação acelerada das condições naturais nas áreas objeto desse modelo de desenvolvimento.

No Vale do Jequitinhonha, a visão desenvolvimentista descrita acima materializou-se em extensas pastagens para a produção de leite e de carne destinados à crescente população urbana, nas monoculturas de *pinus spp.* e *eucalyptus spp.* para alimentar os fornos da indústria metalúrgica com carvão vegetal e em grandes barragens de perenização e de produção de energia elétrica. Vale igualmente lembrar que, desde a chegada dos bandeirantes na região, a partir do final do século XVII, foram intensas as atividades de mineração de ouro, diamantes, turmalina e outras pedras preciosas. A riqueza de pedras preciosas trouxe, no século XVIII, certa prosperidade testemunhada pelos centros urbanos fundados nessa época, com destaque para Serro e Diamantina. No século XIX, o Rio Jequitinhonha serviu como rota de escoamento de produtos

e mercadorias até as zonas costeiras no Sul de Bahia.¹ Mas, com a abertura de novos caminhos de transporte pelos vales dos rios Mucuri e Doce, no final do século XIX e início do XX, a região sofreu declínio econômico.² Hoje, porém, as antigas minas ainda garantem uma fonte de renda esporádica para a população local.

Cabe lembrar que há prospecções de minérios de ferro em andamento para preparar uma nova onda de exploração baseada em moderna tecnologia, que permite a exploração em larga escala de itabiritos com baixo teor de ferro. Sobretudo, a Serra do Espinhaço, entre Conceição do Mato Dentro e Serro, e a descoberta de jazidas em Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Salinas despontam como uma nova fronteira de mineração no estado.³ Nesse contexto, a proximidade de grandes áreas de reflorestamento de eucalipto no Vale do Jequitinhonha é destacada como fator interessante para investimentos na indústria de aço na região. Encontra-se em discussão ainda a construção de um mineroduto ou uma ferrovia para o escoamento da produção em direção ao Sul da Bahia.⁴ Todas essas atividades exigem uma base de infraestrutura energética adequada, algo que explica a intensificação de investimentos em hidrelétricas na região, tal como a mais alta barragem do Brasil: Irapé (Usina Presidente Juscelino Kubitschek), com 209 metros de altura, em funcionamento desde junho de 2006.

Não obstante todas as grandes transformações que os projetos desenvolvimentistas provocaram na paisagem da região, o Vale do

1 - GUERRERO, P. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, ano 5, n. 5, p. 81-100, maio de 2009.

2 - SOUZA, J. V. A. Luzes e sombras sobre a história e a cultura do Vale do Jequitinhonha. In: SANTOS, G. R. (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais*. Montes Claros/MG: Best Comunicação e Marketing, 1997. Para uma leitura histórica da diversificada ocupação do Vale do Jequitinhonha, consulte SOUZA, J. V. A. Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas. In: SOUZA, J. V. A.; HENRIQUES, M. S. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. p. 25-70.

3 - ROCHA, Leo. Descoberta mega-reserva de minério no Vale do Jequitinhonha. Em: *Diário do Jequi*, 26 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.diariodojequi.com.br/index.php?news=270> Acesso em: 06 maio de 2011.

4 - TOMAZ, Rafael. Mineração deverá ter vida longa no Estado. *Diário do Comércio*, 22 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.diariodocomercio.net/index.php?id=70&conteudoId=77282&edicaoId=760>. Acesso em: 6 de maio de 2011.

Jequitinhonha continua a ser considerado uma das regiões mais pobres do Brasil. Prova disso é que os municípios do Vale do Jequitinhonha figuram abaixo da média dos *rankings* de IDH dos municípios brasileiros.⁵ Além disso, a expansão da fronteira econômica resultou em uma dinâmica populacional que se reflete em significativo êxodo rural e em migrações sazonais, como mostram os ciclos migratórios de trabalhadores rurais que se deslocam aos canaviais e às plantações de laranjas na região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo.

Os dados permitem inferir que as riquezas produzidas no Vale do Jequitinhonha beneficiaram primordialmente outras regiões, uma vez que as transformações ali decorreram da industrialização e da expansão metropolitana em torno de Belo Horizonte. Dessa forma, podemos entender que o Vale do Jequitinhonha faz parte de um CAI (Complexo Agroindustrial)⁶ em um sentido mais amplo, que envolve as atividades agropecuárias e florestais como parte da cadeia produtiva das atividades industriais em torno da mineração, da siderurgia, da metalurgia, da indústria de maquinário, materiais de construção, fábricas de automóveis e outros setores que utilizam ferro/aço como matéria-prima.

Uma das motivações para este texto reside no fato de que, durante dez anos de pesquisa e de extensão no Vale do Jequitinhonha, encontramos pessoas e comunidades que não compartilham da visão dominante de desenvolvimento que fundamenta as políticas públicas para a região. São, sobretudo, grupos que se sentem ameaçados pelas obras de desenvolvimento e não querem uma transformação abrupta dos seus modos de vida, frequentemente enraizados e entrelaçados às condições ecológicas

5 - Índice do Desenvolvimento Humano: Grão Mogol - 0,67; Cornel Murta - 0,67; Virgem da Lapa - 0,664; Berilo - 0,6; Araçuaí - 0,69; Josenópolis - 0,61; Rio Pardo de Minas - 0,63; Jequitinhonha - 0,66. Minas Gerais tem média de 0,77; Belo Horizonte, de 0,79; e no Brasil a média é 0,7, seguindo dados do PNUD em 2000. Cf. PNUD, Atlas do Índice do Desenvolvimento Humano, 2000 Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso em 08 maio 2011.

6 - Utilizamos o termo CAI no sentido de Micro-CAI definido por SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, J. G. da (Org.). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia, 1996. p. 1-40. Esse sentido se refere às cadeias produtivas em relação a setores específicos. Anteriormente, o termo referiu-se a um único CAI, o macro-CAI, que descreveu a agricultura moderna e sua integração vertical e horizontal no setor industrial em geral. Cf. GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

do Vale. Eles não conhecem os benefícios prometidos pelos idealizadores desse tipo de desenvolvimento e temem que a alternativa real seja uma vida miserável, “debaixo da ponte” nos centros urbanos, experiência por muitos já vivida.⁷ No mesmo sentido, são grupos que não concordam com os critérios quantitativos que os estigmatizam como pobres⁸ – o que não significa que eles careçam de desejos, expectativas e concepções próprias de desenvolvimento. São essas possibilidades outras, erigidas a partir do lugar, que desejamos abordar neste texto.

Focalizamos, sobretudo, as comunidades ribeirinhas, que apresentam um modo particular de produção econômica e reprodução social e cultural que combina as atividades de mineração artesanal com a agricultura de vazantes e “tabuleiros”, as terras mais férteis nas proximidades dos rios Jequitinhonha e Salinas.⁹ Contudo, não podemos interpretar os costumes como expressão de uma dualidade antagônica entre a “modernidade” e a “tradição”. Trata-se, sobretudo, de relações complexas que “articularam processos e modalidades hegemônicas de apropriação do espaço às formas locais colonizadas de produção dos “territórios sociais”.¹⁰ Consequentemente, a sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, mas com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino.

Em um trabalho anterior, tentamos identificar problemas e conflitos que têm origem nas formas diferenciadas de apropriação do espaço de

7 - ZHOURE, A.; OLIVEIRA, R. S. T. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidroelétricos. In: ZHOURE, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 57.

8 - LASCHEFSKI, K. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. *Geografias*, v. 3, p. 38-53, 2007. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/130/96>. Acesso em: 6 de maio de 2011.

9 - Para um estudo mais aprofundado, cf. OLIVEIRA, R. S. T. *Dividir em comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha - MG*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-888FKH/1/disserta_o_raquel_oliveira_santos_teixeira.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2011.

10 - LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Série Antropologia, n. 322, 2002.

viver das populações locais. Descobrimos que categorias como território/ territorialidade, pobreza, bem público/comum, meio ambiente e, finalmente, o próprio termo desenvolvimento têm, aos olhos das comunidades rurais, significados distintos daqueles por nós articulados (Quadro 1).

Quadro 1
Racionalidades conflitantes nos processos de licenciamento da UHE-Irapé e da UHE Murta

Categoria	Racionalidade Hegemônica	Racionalidade das Comunidades locais
Território, territorialidade	A territorialidade do sistema urbano-industrial-capitalista	As territorialidades construídas a partir das práticas ambientais sociais em condições ambientais específicas
Pobreza/ Miséria	A pobreza abstrata, definida pela falta de renda monetária.	A pobreza concreta circunscrita pela falta de acesso a terra e aos recursos naturais
Bem público/comum	As necessidades como categoria distinta do meio social	O meio ambiente como categoria social
Meio Ambiente	A natureza como categoria distinta do meio social	O meio ambiente como categoria social
Desenvolvimento	A imposição de estabelecimentos industriais econômicos e, assim, o crescimento dos setores do comércio e dos serviços	O melhoramento das condições vida a partir das potencialidades culturais, sociais e ambientais no local

Fonte: LASCHEFSKI, K. A luta sobre o significado do espaço: o campesinato e o licenciamento ambiental. *Geografias*, v. 3, p. 38-53, 2007.

Um dado nos chamou especial atenção: a água, em múltiplas faces, ocupa lugar central em todos os conflitos vividos pelas populações locais, sobretudo nas dificuldades encontradas para realização dos seus próprios projetos de futuro. Neste trabalho, vamos retomar e ampliar alguns aspectos levantados anteriormente, refletindo sobre o papel da água nas diferentes visões acerca das potencialidades e das limitações do Vale

do Jequitinhonha. Entendemos que o deslocamento de significados desse bem natural é uma das causas mais profundas dos inúmeros conflitos oriundos da implementação do modelo hegemônico de desenvolvimento.

Os conflitos sobre a água, de modo geral, têm sido amplamente discutidos no que se refere aos serviços de distribuição de água potável e ao tratamento de esgoto, por exemplo, no contexto urbano.¹¹ Porto-Gonçalves aborda a questão em relação ao acesso dos territórios com disponibilidade de água e a *desordem ecológica*, criticando o “novo discurso da escassez” que sustenta uma racionalidade instrumental dos gestores da água, meramente especialistas da área da engenharia.¹² Para o autor, a alegada escassez de água seria o resultado da urbanização, do sistema elétrico baseado em hidroenergia, da agricultura irrigada ou, em outras palavras, resultado da forma de ocupação territorial da sociedade urbano-industrial-capitalista. Os conflitos em torno da água remeteriam, pois, a uma questão relativa à distribuição e à desigualdade social mais do que à escassez natural do recurso. Isso porque o consumo nos centros urbanos é bastante elevado em relação ao consumo das populações rurais, sobretudo, os grupos tradicionais. Segundo Porto-Gonçalves:

O ciclo da água não é externo à sociedade, ele a contém com todas as suas contradições. Assim, a crise ambiental, vista a partir da água, também revela o caráter de crise da sociedade, assim como de suas formas de conhecimento.

[Consequentemente,] (...) a água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza com todas as suas contradições implicadas

11 - CASTRO, E. J. O estudo interdisciplinar dos conflitos pela água no meio urbano: uma contribuição da Sociologia. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, Klemens. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 176-201; HELLER, L.; OLIVEIRA, A. P. B. V.; REZENDE, S. C. Políticas públicas de saneamento: por onde passam os conflitos? In: ZHOURI; LASCHEFSKI. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*, p. 302-328.

12 - PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém: a necessidade de ouvir outras vozes. Observatório Latino-americano de Geopolítica, 2008. Disponível em: http://www.geopolitica.ws/media_files/download/Wporto2.pdf. Acesso em: 6 de maio de 2011.

no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder.¹³

Diegues, numa linha semelhante de argumentação, chama a atenção para as diferentes representações culturais sobre as águas pelas comunidades tradicionais, contrapondo-as com os significados a partir da sociedade urbano-industrial, nas quais a “(...) água doce é um bem em grande parte domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição em alguns países pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se um bem de troca ou uma mercadoria”.¹⁴

A seguir, refletiremos sobre algumas das dimensões dos conflitos em torno da água com base nas nossas experiências de pesquisa e de extensão no Vale do Jequitinhonha.

Conflitos sobre a água em torno de projetos desenvolvimentistas

Muito se fala dos impactos ambientais das grandes obras. Contudo, merece ainda destaque o fato de que a disponibilidade de água é uma condição básica para a realização de qualquer política desenvolvimentista. Não surpreende, então, que barragens de perenização e hidrelétricas fizessem parte de qualquer política desenvolvimentista no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. As primeiras foram necessárias para a modernização da agricultura, cada vez mais baseada na irrigação, além do abastecimento de água nos centros urbanos. As hidrelétricas, fonte primordial de energia elétrica, não só no Vale, mas em todo o país, por sua vez, são consideradas a espinha dorsal para qualquer tipo de indústria, além de ser uma das bases fundamentais para a vida doméstica moderna.

13 - PORTO-GONÇALVES. *Água não se nega a ninguém*, p. 4.

14 - DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 16.

Obviamente, a construção de um reservatório apresenta-se como ameaça para aqueles que têm sua moradia no local de implementação da obra. Um temor é refletido no lema do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): “Águas para a vida e não para a morte”. Na visão hegemônica, entretanto, não haveria fundamentos para tal preocupação, uma vez que o processo de licenciamento ambiental prevê planos de reassentamento dos atingidos. Esses deveriam ser capazes de oferecer condições de vida iguais ou melhores relativamente ao lugar de origem das pessoas atingidas. Contudo, na prática, a realização dos reassentamentos é frequentemente difícil, entre outros motivos, porque o modo de vida local, a forma de organização social e os valores que lhes são próprios fogem à lógica quantificável em hectares e em números de produtividade das terras perdidas. Até porque, diante das centenas de barragens planejadas para o país, torna-se cada vez mais difícil encontrar terrenos semelhantes aos dos grupos ribeirinhos que possam, portanto, atender aos pressupostos do licenciamento ambiental.

Para além desse fato, o que a visão tecnicista negligencia são os múltiplos significados do rio que caracterizam a vida social das comunidades atingidas. Até mesmo para uma visão que separa dimensões materiais e simbólicas, é possível identificar os significados materiais associados, por exemplo, ao acesso à água para beber, banhar, faiscar, irrigar as lavouras nas vazantes, pescar, transportar etc. Mas à importância material para a produção e para a reprodução da vida à beira do rio se entrelaçam também as manifestações *strictu sensu* culturais e simbólicas, como em músicas e poemas. Lembremos apenas as lavadeiras do Rio Jequitinhonha, que, com suas cantigas, têm chamado a atenção da mídia em tempos recentes. Elas representam parte da cultura local aprendida e desenvolvida na prática da lavagem das roupas no rio, uma cultura específica das comunidades locais que é frequentemente caracterizada pelos laços de parentesco, transmitida do passado para o futuro, que regula o uso do rio e das terras de forma a vencer as dificuldades que o semiárido apresenta no cotidiano.

Como confirmam os estudos de Ribeiro e Galizoni, a água não pode ser negada a ninguém, pois é condição básica para os sistemas de

produção doméstica, por assegurarem o regadio da horta doméstica, o resfriamento do alambique, o giro da mó, a bebida dos animais.

A água não é percebida por eles como um bem mercantil, ao contrário dos produtos do trabalho e animais. Água é dom, e embora umas pessoas possam ter mais direitos a ela – aquelas em cujo terreno ela brota – são direitos relativos apenas à dosagem, pontos de captação e prioridade de abastecimento; nunca dão sustentação para negação de água a quem estiver necessitado na comunidade.¹⁵

São as águas de nascentes, córregos e rios, todas com seus significados e usos diferentes, que necessitam de um cuidado especial do coletivo, pois configuram a base da vida social e cultural.



Figura 1: Usos diversos do Rio Jequitinhonha pela população local

Fonte: Arquivo GESTA, 2006.

15 - RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 5 e 6, n. 1 e 2, p.129-146, 2003. p. 136-137.

De outro lado, os planejadores também afirmam que os reservatórios podem apresentar múltiplos usos: poder-se-ia nele pescar, fazer atividades de lazer, como *jet-ski*, e atrair o turismo, por exemplo. Porém, os moradores locais não são pescadores profissionais ou agentes de turismo. Para eles, em muitas situações, a “água barrada, impedida de circular, torna-se suja e sem serventia”.¹⁶ Esse sentido subjaz, sobretudo, no caso das “águas grandes”, em lagos ou reservatórios, que são utilizadas para o consumo humano apenas como último recurso em tempos de escassez. Cabe lembrar que pela legislação ambiental é obrigatório o estabelecimento de faixas marginais de até 100 metros ao redor dos reservatórios. Estas configuram-se em APPs (Áreas de Preservação Permanente), com restrições de uso, o que impos-sibilita determinadas atividades próprias das populações ribeirinhas. Assim, o suposto uso múltiplo do reservatório não corresponderia àqueles usos do rio realizados tradicionalmente. Além disso, muitas propostas apresentadas pelos construtores de barragens exigem certo empreendedorismo, com atividades direcionadas ao mercado (por exemplo, o turismo). Estas, em geral, demandam treinamento específico para que se possa lidar com a nova paisagem criada no âmbito do regulamento ambiental imposto pelo Estado. Por outro lado, as atividades das comunidades locais, em torno do rio – por exemplo, a agricultura nas vazantes – são consideradas degradantes para o meio ambiente, estando submetidas ao Código Florestal.¹⁷

Nesse contexto, observa-se uma contradição baseada em uma visão moderna de “natureza intocada”,¹⁸ refletida, por exemplo, no artigo 2 do Código Florestal, que define como áreas de preservação permanente (APPs) as beiras dos recursos hídricos. Com efeito, nessa perspectiva, as atividades tradicionais tornam-se ilegais, obrigando as populações ribeirinhas a realizarem atividades de lavoura em áreas fora

16 - RIBEIRO; GALIZONI. *Água, população rural e políticas de gestão*, p. 136.

17 - BRASIL. *Lei n. 4.771*, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Referimo-nos à situação antes da apresentação das propostas para mudanças significativas dessa lei, pois até a conclusão deste texto ainda não houve a votação na Câmara dos Deputados.

18 - DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São. Paulo: Hucitec, 1996.

dos terrenos anualmente inundados e, assim, naturalmente fertilizados. Conseqüentemente, nota-se uma crescente necessidade de utilização de adubos adicionais, muitas vezes químicos, que são adquiridos no mercado com recursos monetários.

Vale notar que na contracorrente existem propostas para implementação de técnicas agroecológicas que visam à conciliação da preservação das faixas ciliares com os métodos agrícolas locais, com o fito de reduzir a dependência dos insumos técnicos (agroquímicos, maquinário), os quais não podem ser reproduzidos pelos próprios agricultores. Dessa forma, pretende-se livrar os agricultores de uma dependência em relação aos créditos bancários para compra dos meios de produção necessários para o plantio. Inúmeros estudos mostram que esse tipo de “inserção no mercado” exige um conhecimento empresarial sobre investimento e reinvestimento dos lucros nos meios de produção para os plantios subsequentes, que muitos agricultores tradicionais não possuem. Um dos riscos que se apresentam é que aqueles menos preparados para esse modo de produção capitalista podem entrar num ciclo vicioso de dívidas do qual não consigam sair, uma vez que o Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF) não permite a concessão de novos créditos quando da existência de inadimplência.¹⁹

A ameaça das grandes monoculturas e das atividades de mineração

Nos trabalhos de campo, foi-nos possível observar que, além das hidrelétricas no Rio Jequitinhonha, as cabeceiras dos seus afluentes também são ameaçadas por projetos desenvolvimentistas que promovem a agricultura e o plantio de monoculturas de árvores em larga escala. Quando procuramos nascentes para realizar atividades de recuperação na comunidade de Mutuca (município de Coronel Murta), os moradores

19 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução n. 3.559*, de 28 de março de 2008. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Htms/Normativ/RESOLUCAO3559.pdf>. Acesso em: 7 de maio de 2011.

relataram que dois córregos haviam secado após o estabelecimento de grandes extensões de monoculturas de eucalipto nos morros e nas chapadas mais altas, um problema que causou também muita polêmica em outras áreas de monoculturas no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. Fato é que, nas áreas semiáridas do cerrado, o impacto no sistema hidrogeológico do plantio de espécies de árvores de crescimento rápido é significativo, como mostra a figura a seguir.

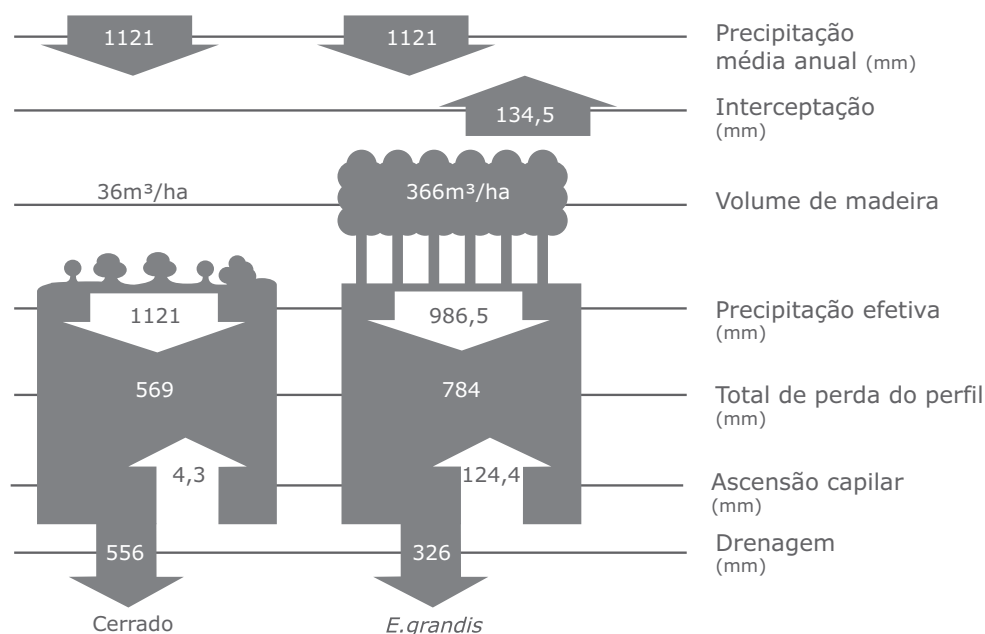


Figura 2: Representação esquemática dos componentes do balanço hídrico do solo em plantações de *Eucalyptus grandis* com idade de 5 anos e de parcela adjacente contendo vegetação de cerrado

Fonte: LIMA, W. de P. Indicadores hidrológicos de manejo sustentável de plantações de eucalipto. Conferência IUFRO sobre Silvicultura e Melhoramento de Eucaliptos. Colombo (Brazil). *Anais...* EMBRAPA, 1997. p. 14, modificado.

De acordo com a figura 2, sob a mesma precipitação média anual de 1.121 mm, a área eucaliptada provoca perdas hídricas por interceptação e transpiração de deflúvio de 556 mm a 326 mm, ou seja, 230 mm (41%).

Além disso, os moradores se queixam da poluição em épocas de corte raso, quando o solo fica exposto e as águas superficiais, durante a época chuvosa, ficam “cheias de barro”. Houve casos também de intoxicação de animais por causa do deslocamento de agrotóxicos aplicados nas plantações nos córregos que cruzam as terras das comunidades locais.²⁰

Em relação à mineração, os problemas e conflitos decorrentes dessa atividade são inúmeros em todo o Vale do Jequitinhonha.²¹ Lembraremos apenas a emergência de um conflito emblemático, em 2005, na comunidade Prechedes, município de Coronel Murta, quando foi retomada a mineração em escavações desativadas. Em decorrência do bombeamento, a água do subsolo foi desviada, o que resultou na secagem de uma nascente que abastecia justamente as áreas em que foram realizadas as técnicas agroecológicas no âmbito de um projeto de extensão do GESTA.²²

Todas essas atividades afetaram justamente aquelas águas consideradas as mais limpas na visão das populações tradicionais. Segundo Ribeiro e Galizoni:

No Jequitinhonha a água boa é reconhecida por todos os lavradores: é a água fina, que colocada na boca tem o sentido leve. Qualidade e sensibilidade são associadas também à captação, pois água fina é conseguida em cacimbas bem localizadas, em brotos, olhos d'água, nascentes preservadas, com bastante mato em volta, ou surge de debaixo de pedras, sempre com o sentido daquilo que

20 - LASCHEFSKI, K. O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade de políticas públicas: uma análise geográfica. In: Andréa Zhouri; Klemens Laschefski; Doralice Barros Perreira. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.245-285.

21 - ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. p. 209-236.

22 - Trata-se do projeto Gestão dos Recursos Naturais e Geração de Renda no Médio Vale do Jequitinhonha, financiado pelo CNPq, processo n. 506959/2004-0 (ver mais adiante).

é puro e intocado, revelado pela natureza, nascido da terra, renovado.²³

Assim, o investimento em projetos desenvolvimentistas em detrimento do cuidado com a água tem afetado profundamente as condições socioambientais de produção e de reprodução das comunidades locais. A consequência é a crescente dependência dos órgãos públicos, que tentam minimizar os impactos por meio de medidas emergenciais, como o abastecimento via caminhões-pipa. Contudo, tais medidas paliativas mostram-se insuficientes para assegurar a vida no campo.

Conflito sobre a avaliação da qualidade da água a jusante da barragem Irapé

A importância da água nas diferentes visões de desenvolvimento e, por conseguinte, nas diferentes percepções acerca da disponibilidade de água na região surgiu de forma expressiva e exemplar durante um conflito sobre a qualidade da água a jusante da barragem de Irapé, após o fechamento das comportas pela CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.), no final de 2005.

A população ao redor de Barra de Salinas, município de Coronel Murta, percebeu o impacto devido ao mau cheiro da água, às alergias na pele, às manchas de ferrugem na roupa após a lavagem e ao comportamento do gado, que se recusava a beber dessa água. Em fevereiro de 2006, o GESTA/UFMG, que desenvolvia projeto de pesquisa e de extensão na região desde 2002, por meio de demanda feita pelas comunidades locais, encaminhou à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) e à Procuradoria da República em Minas Gerais relatório sobre a situação no local, solicitando providências cabíveis

23 - RIBEIRO; GALIZONI. Água, população rural e políticas de gestão, p. 138.

no sentido da restauração e da garantia das condições ecológicas e ambientais adequadas à manutenção e à reprodução do modo de vida das comunidades.²⁴ Um inquérito foi instaurado. Os órgãos oficiais e a CEMIG, por sua vez, também reconheceram, por meio de análises químicas, uma mudança significativa na qualidade da água.

Contudo, para avaliar a gravidade do impacto, o perito judicial da defesa utilizou uma classificação da água baseada em critérios técnicos definidos pela Resolução CONAMA 357/05. Segundo a resolução, o Rio Jequitinhonha teria águas enquadradas na classe 2 (boa qualidade). Dessa forma, concluiu o perito, o impacto não seria grave, “vale ressaltar que a lei determina o tratamento convencional para fins de abastecimento doméstico”.²⁵ Não seriam necessários, portanto, outros métodos de tratamento da água além das técnicas convencionais utilizadas pela COPASA. Na perspectiva do perito judicial há o entendimento de que as questões levantadas pelas comunidades não seriam da competência da empresa, pois o Estado, “têm por obrigação zelar pelo uso múltiplo das águas e que a gestão dos recursos hídricos conte com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos”.²⁶ Porém, a denúncia das comunidades sem acesso à água tratada tomou como base a Portaria 518/0 do Ministério da Saúde, que define critérios químicos sobre as exigências em relação à qualidade da água potável. A argumentação foi compartilhada pelo Ministério Público Federal, ao entender que

(...) o perito judicial realizou seu trabalho com base em normas, não na realidade vivida pela população ribeirinha (...) O que importa são as alterações de vida, os

24 - Correspondência do GESTA/UFGM encaminhada à DIENI/DEAM e à Procuradoria da República em Minas Gerais no dia 6 de fevereiro de 2006.

25 - Correspondência encaminhada pela CEMIG ao relator da Comissão de Saúde da Câmara municipal de Virgem da Lapa, Minas Gerais, no dia 17 de julho de 2006.

26 - SPERLING, Eduardo von. *PERÍCIA Processo 2006.38.13.012165-7, Classe: 7100-Ação Civil Pública*. Requerente: Ministério Público Federal; Réu: Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG. (s.D.) fls 1393-1414.

impactos suportados por aquela população que, durante toda sua existência, consumiu água diretamente do Rio Jequitinhonha e, a partir da construção da UHE, não pôde mais fazê-lo.²⁷

Até a conclusão deste texto, não há uma decisão final sobre o caso, mas o conflito permite refletir sobre a inserção diferenciada dos atores sociais no mundo vivido, o que se reflete nas interpretações sobre os impactos ambientais e o meio ambiente em geral. Como a população do lugar nunca teve água da COPASA e sempre viveu diretamente em contato com o meio ambiente local, ela literalmente sentiu o impacto na “pele”. Os técnicos – a partir de métodos supostamente objetivos – vêm de um mundo urbano e, em sua maioria, de uma classe social para a qual a disponibilidade de água tratada é uma realidade cotidiana. A sua relação com o meio ambiente é mediada pela técnica. Os serviços de tratamento de água são apenas disponíveis para determinados segmentos da sociedade, notadamente aqueles com poder aquisitivo suficiente para solicitá-los, e que se encontram geralmente localizados em áreas urbanas que dispõem de infraestrutura completa. Para aqueles que foram socializados nessa parcela da sociedade, as queixas dos moradores do Vale não corresponderiam às provas técnicas reconhecidas por instituições “competentes” e, nessa ótica, não deveriam ser consideradas pelos órgãos ambientais. Assim, o conflito em torno da avaliação desse impacto reflete não apenas as desigualdades sociais, mas também as diferenças entre as percepções e as concepções de mundo dos sujeitos envolvidos – percepções e concepções construídas através do *habitus* de classe.²⁸

Em outras palavras, as mudanças das condições naturais oriundas de projetos desenvolvimentistas podem obrigar as famílias a saírem de

27 - Documento de intimação com referência ao processo n. 2006.38.012165-7, encaminhado, em março de 2011, pelo juiz federal da 1º Vara da subseção Judiciária de Governador Valadares-MG ao Ministério Público Federal e redirecionado ao GESTA.

28 - BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. London: Cambridge Press, 1993

seu território, fato que as obriga também, na maioria das vezes, a se integrar à economia formal, seja por meio da produção para o mercado, seja pelo assalariamento. Isso porque, na sociedade moderna, capitalista, o dinheiro tornou-se condição necessária para o usufruto da água de boa qualidade, antes livremente acessível. Ou seja, a água se transformou em uma mercadoria.

A água como território: o reassentamento da comunidade Peixe Cru

O exemplo discutido na seção anterior revela que os impactos na qualidade da água podem ser determinantes no sentido de uma “mudança social” compulsória. Portanto, não se trata apenas de um aspecto isolado, ou um dado da natureza externa à sociedade, pois implica toda a territorialidade da comunidade afetada, corroborando, assim, para as reflexões acerca da água como território, tal como feito por Porto-Gonçalves, citado anteriormente. A relação água-território pode ser refletida com mais profundidade a partir do exemplo provido pelo povoado de Peixe Cru, que se localizava à beira do Rio Jequitinhonha, a cerca de 50 km da sede do município de Turmalina, acessível apenas por meio de estradas não pavimentadas.

Devido à construção da barragem de Irapé, o povoado foi reassentado em meio a um eucaliptal, na Fazenda Campo Limpo, às margens da MG 116, próximo ao trevo com a BR 367, cerca de 30 km da sede do município de Turmalina. Fisicamente, a área é localizada na Chapada de São Domingos, que pertence ao domínio geológico da Serra do Espinhaço. O local encontra-se a 30 km do Rio Jequitinhonha e o córrego mais próximo, que serve ao abastecimento do reassentamento, encontra-se a 20 km de distância.²⁹

29 - COSTA, P. S. F. Impactos socioculturais provocados pela construção da UHE de Irapé em Peixe Cru - Turmalina -MG. Seminário Visões do Vale 4. Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, Belo Horizonte, 7 e 8 de maio 2009. *Anais...* Disponível em: http://www.ufmg.br/polojequitinhonha/arquivos/pdfs/impactos_socio_culturais.pdf. Acesso em: 8 de maio de 2011.

Já na época da primeira apresentação do reassentamento à Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, a nova localização gerou polêmica devido às condições físicas do terreno, pois, além da dificuldade de acesso à água, seria necessário corrigir o solo antes do plantio.³⁰ Após a realização do reassentamento, o acesso a água constituiu-se em um dos conflitos mais expressivos, já que a comunidade tinha disponível, em abundância, a água do Rio Jequitinhonha, próximo às suas casas. O abastecimento da “Nova Peixe Cru” foi inicialmente precário devido a problemas técnicos na instalação do sistema de água para o consumo doméstico e aos custos da energia elétrica utilizada para bombear a água do córrego até o povoado. Um agravante é que a manutenção do sistema de água, antes realizada pela prefeitura e pela própria comunidade, desde 2009 foi oficialmente transferida para a COPANORTE, uma subsidiária da COPASA,³¹ situação que também envolve custos que encarecem a vida no povoado.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se às condições das terras de chapada, que não são adubadas naturalmente pelas inundações periódicas, tal como as terras à beira do Rio Jequitinhonha. O reassentamento na chapada obrigou a população a adotar novas técnicas, que envolvem o uso de fertilizantes artificiais e maquinário agrícola, algo que, novamente, envolve investimentos financeiros que possibilitem o início da produção. Uma tal modernização compulsória da agricultura motivou alguns dos moradores a venderem as suas terras, seja para a compra de outras em áreas semelhantes ao seu lugar de origem, seja para se mudarem para a cidade à procura de emprego assalariado.³²

30 - ZUCARELLI, Marcos. *Estratégias de viabilização política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; LESTINGHI, M. D. *A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos: o caso da Usina Irapé (MG)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

31 - CEMIG. Peixe Cru tem o sistema de água assumido pela Copanor. *Informativo Usina Irapé*, ano 1, n. 3, março de 2009.

32 - COSTA. Impactos socioculturais provocados pela construção da UHE de Irapé em Peixe Cru; LESTINGHI. *A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos*. Matéria publicada no dia 22 de maio de 2011 pelo jornal *Hoje em Dia* revela a situação de vários assentamentos no tocante ao abastecimento e à qualidade da água. Em Nova Esperança, assentamento localizado na Fazenda Muquem, município de Janaúba, 12 das 29 famílias assentadas já deixaram o local. O motivo é a qualidade da água, com alta concentração de calcário.

Aqueles que ficaram estão, por um lado, praticando a agricultura para consumo próprio nos lotes próximos às suas casas. Por outro lado, muitos seguiram as recomendações da assistência técnica e plantaram eucalipto nas demais terras para fornecimento às carvoarias da região. Em visitas realizadas em novembro de 2010 e em maio de 2011, os moradores nos relataram que receberam todos os subsídios necessários para o plantio, tais como mudas, produtos químicos para combater as pragas, fertilizantes, entre outros, fornecidos por uma empresa do ramo. Segundo os moradores, a CEMIG estabeleceu também condições especiais em relação ao acesso à energia. Ainda não houve a primeira coleta de eucalipto, mas muitos manifestaram expectativas quanto à realização de um bom negócio. No entanto, vale mencionar, com base nos relatos, que, após a venda da primeira safra, os custos do novo plantio serão dos próprios plantadores. Ou seja, uma cultura do empreendedorismo deverá ser adotada para a plena realização desse modo de produção agrícola capitalista.

Do ponto de vista econômico, os agricultores podem ficar dependentes de suplementos e créditos bancários, enquanto a vida na antiga Peixe Cru, à beira do rio, permitia a produção e a reprodução social de forma mais autônoma. Segundo a classificação de Lamarche, podemos entender, então, que um dos objetivos dessa “modernização” induzida pelos planejadores do reassentamento é o de transformar os camponeses de subsistência da antiga Peixe Cru em agricultores empresariais.³³ O sucesso dessa estratégia, porém, somente poderá ser avaliado após alguns ciclos de plantio.

Fato é que, como visto em visitas em 2007, 2010 e 2011, os moradores mostraram-se satisfeitos em relação à disponibilidade de alguns serviços públicos, como posto de saúde, escolas e com a proximidade do núcleo urbano, que facilitou o acesso ao mercado de trabalho e ao consumo, algo apreciado, sobretudo, pelos mais jovens. Parece que a situação está melhorando no sentido dos indicadores convencionais de

33 - LAMARCHE, H. (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. v. 2.

desenvolvimento, contudo, sem considerações sobre as incertezas relativas aos riscos da inserção no mercado e a oscilação dos preços, que ainda não afetaram a comunidade. Entretanto, paradoxalmente, quando os moradores comparam a vida atual com a vida na “antiga” Peixe Cru, lembram-se do garimpo, da pesca, da terra mais produtiva, da pecuária e de características paisagísticas nas encostas do Rio Jequitinhonha, tais como as matas ciliares e frutíferas, aspectos que tornavam também o clima mais ameno. Reproduzimos um depoimento coletado por Costa:

(...) O que mais sinto falta da Velha Peixe Cru é da paisagem, principalmente do rio. O rio era tudo pra mim, o rio era nosso pai, nossa fonte de vida, nós precisava do rio pra tudo, pra lavá roupa, buscá água, tomá banho, e pra garimpar, pois, quando nós num tava trabalhando na roça, nós ia pro rio garimpá. O garimpo era uma fonte de renda pra nós. Agora acabou tudo, estamos aqui nesse chapadão cercado de eucalipto. Tudo aqui é mais difícil, a terra num é tão boa igual a de lá, a água tem que ser bombeada e num dá pra criar gado igual lá (...).³⁴

Durante a visita de 2011, encontramos moradores envolvidos em um projeto para melhoria da estrada que leva à antiga Peixe Cru (aproximadamente 16 km de distância), onde ainda vive uma família que não quis ser realocada. Eles nos contaram que frequentam as imediações do antigo lugar nos finais de semana, para visitar os que ficaram, para pescar e “matar a saudade” do lugar submerso pelas águas. Muitos falam do cemitério, das relações de vizinhança e da proximidade dos parentes que, depois da remoção, mudaram-se para lugares distantes.

Cabe lembrar que a CEMIG planejou o “novo” povoado de Peixe Cru com certo cuidado em relação a esses aspectos, pois fora pensado como um modelo demonstrativo da política social da empresa. Nesse

34 - Entrevista com a moradora Fátima Alves, Novo Peixe Cru, citada por COSTA. Impactos socioculturais provocados pela construção da UHE de Irapé em Peixe Cru, p. 14.

sentido, é digna de nota a reconstrução da Igreja de Bom Jesus, feita com o aproveitamento de parte dos materiais originais, tais como o telhado e o sino, realizando, assim, um desejo dos moradores. Contudo, segundo Costa, as manifestações culturais, algumas delas orientadas pelo calendário agrícola, e as festas religiosas, passam por grandes transformações. Ainda se celebra a festa principal da antiga comunidade, a Festa do Bom Jesus, no dia 6 de agosto. Porém, devido à proximidade com a cidade de Turmalina, essa festa é frequentada, cada vez mais, por pessoas que não têm vínculo com a antiga comunidade e trazem consigo os carros de som, o comércio ambulante, enfim, práticas que modificam o sentido original da celebração religiosa. De modo geral, são os idosos que valorizam a manutenção das tradições culturais, enquanto os mais jovens perdem o interesse.³⁵

Alguns moradores nos contaram sobre a dor que sentiam em relação ao lago. Mencionavam passeios de barco, durante os quais tentavam imaginar e identificar, abaixo do espelho d'água, os lugares da sua infância. Um morador do antigo Peixe Cru relatou que já visitara a barragem, mas não conseguira, nestes cinco anos, chegar até o ponto mais próximo do reservatório onde estava localizada a antiga Peixe Cru. O lugar onde ele morava tornara-se um “nada” – lamentando a impossibilidade de retornar e mostrar para os filhos como a vida era por lá. Assim, podemos constatar que a água barrada pela hidrelétrica não trouxe a morte para os atingidos, mas o cotidiano da vida social que existia naquele local, com suas especificidades culturais e socioambientais, foi certamente extinto.

Nesse contexto, observou-se uma curiosidade: enquanto nos primeiros anos o reassentamento era indicado nas placas com o nome “Novo Peixe Cru”, a sinalização atual indica simplesmente “Peixe Cru”, nome do antigo povoado. Sem o adjetivo “novo”, apaga-se da memória vestígios de referência simbólica à vida e ao local que antes existia.

35 - COSTA. Impactos socioculturais provocados pela construção da UHE de Irapê em Peixe Cru.

Mas o novo local, para muitos, não oferece as condições de reterritorialização que permita uma identificação dos moradores com o mesmo. Além dos aspectos físicos descritos acima, cabe lembrar que o povoado foi planejado de acordo com a lógica da produção capitalista do espaço,³⁶ em que o loteamento foi realizado com base no princípio da propriedade privada, avaliada a partir do valor de troca. Pesquisas adicionais poderiam mostrar em que sentido essa lógica já estava presente no local de origem ou em que grau as regras sobre o uso da terra seguiram a lógica do patrimônio, subordinada aos valores de uso – terras com história.

O novo local, (ainda) sem feições próprias, talvez seja substituível, como qualquer mercadoria. Já a escolha do local – situada numa área plantada por eucalipto, plana e homogênea – evidencia a concepção abstrata e simétrica dos planejadores das obras desenvolvimentistas. A vida rural foi reduzida à atividade agrícola e a qualidade da terra, ao entendimento moderno da aptidão agrícola, mensurável em indicadores sobre a fertilidade dos solos, o potencial de mecanização e o capital necessário para os agroquímicos, o maquinário e a irrigação, entre outros. Esses fatores determinam a escolha do que será plantado. Neste caso, parece ser primordialmente o eucalipto aquele que promete, segundo a assistência técnica dos reassentados, nas condições econômico-políticas atuais, um retorno lucrativo. A produção de alimentos como milho, mandioca, feijão e arroz é considerada pouco viável em termos de obtenção de lucro. Por isso, o seu cultivo é restrito às necessidades do autoconsumo básico das famílias, em que eventuais perdas são compensadas pelo trabalho familiar não capitalista adicional, ou por outras fontes de renda com o fito de se evitar desequilíbrios no orçamento monetário doméstico.

Lembrando Lefebvre, revela-se, assim, em tempos de produção urbano-industrial-capitalista do espaço, a tendência para a homogeneização do espaço por meio da sua subordinação ao valor de troca. Ao

36 - LEFÈBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992.

mesmo tempo, torna-se necessária a fragmentação do solo em parcelas que são tratadas como qualquer outra mercadoria.³⁷ É possível, então, compreender o desenvolvimento compulsoriamente trazido ao povoado Novo Peixe Cru como uma monoculturação, não apenas no sentido ecológico e econômico, mas também no sentido social e cultural.

Concepções alternativas de desenvolvimento para o semiárido brasileiro

Como discutido acima, o atual modelo de desenvolvimento, que parte de uma concepção abstrata do espaço urbano-industrial-capitalista, expressa-se num mosaico de paisagens “monoculturizadas”. No Vale do Jequitinhonha, as extensas áreas de plantações florestais e agrícolas, primordialmente localizadas nas chapadas, e as barragens de perenização ou para a produção de energia elétrica demandam cada vez mais os espaços que são justamente importantes para a vida dos camponeses. A luta das comunidades locais ameaçadas pelo avanço dessa forma de apropriação territorial é – em grande parte – uma luta pelo direito de escolher o seu próprio caminho – ou realizar seu próprio modo de produção do espaço, contudo, sem ficarem parados no tempo. Assim, os atingidos

(...) parecem mobilizar sentidos emancipadores e progressistas de lugar. O significado de localidade articulado por esses atores acentua seu caráter histórico – espaços de reprodução social que conectam o passado ao presente, esfera de pertencimento que tornam possível a construção de identidades no presente e que projetam perspectivas futuras de autonomia.³⁸

37 - LEFÉBVRE. *The production of space*.

38 - ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. S. T. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI; LASCHEFSKI. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*, v. 1, p. 456.

Com efeito, as populações rurais não são presas do passado ou do atraso. Ao contrário, elas reconhecem e desejam avançar e melhorar as suas condições de vida num processo autodeterminado de desenvolvimento. Esta foi uma demanda, inclusive, direcionada ao GESTA quando do trabalho de assessoria à participação das comunidades rurais no processo de licenciamento ambiental da UHE Murta.³⁹ Em 2004, a ACRAVAN (Associação Cooperativista Regional dos Agroextrativistas e Defensores do Meio Ambiente e da População do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas), que reunia os atingidos pela planejada barragem, enviaram ao GESTA-UFMG uma proposta para a implementação de um projeto de desenvolvimento alternativo que partisse da vida real das comunidades atingidas pelo empreendimento. O GESTA e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais transformaram as propostas dos moradores em um projeto intitulado Gestão dos Recursos Naturais e Geração de Renda no Médio Vale do Jequitinhonha, financiado pelo CNPq.⁴⁰

O maior dilema dos moradores no Médio Jequitinhonha, uma região semiárida, é a gestão dos recursos naturais tendo em vista a disponibilidade e a qualidade da água para as necessidades diárias e para a agricultura. O Médio Vale do Jequitinhonha é uma área de transição entre cerrado e caatinga, onde a distribuição de chuvas é bastante irregular durante o ano, com longos períodos de seca. O principal desafio é a manutenção e a recuperação das condições ambientais que garantam a produção e a reprodução do modo de vida na localidade.

A proposta para o desenvolvimento alternativo dos moradores baseou-se em demanda local e experiências realizadas por ONGs como o

39 - Desde 2001, o GESTA-UFMG realiza pesquisa e extensão sobre o licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas em Minas Gerais, com apoio do CNPq e da FAPEMIG para as pesquisas e da PROEX-UFMG para o trabalho de extensão. No caso em tela, eram cinco municípios do Médio Jequitinhonha atingidos pela UHE Murta, a saber: Coronel Murta, Berilo, Josenópolis, Grão Mogol e Virgem da Lapa. Ao todo eram 22 comunidades rurais ameaçadas: Barra do Salinas, Pachecos, Água Boa, Pedra de Amolar, Biquinhas, Mutuca de Cima, Mutuca de Baixo, Praxedes, Pianos, Córrego dos Veados, Vacaria, Retiro, Porto Mandacaru, Córrego dos Paulistas, Lagoinha, Santana, Marimbondo, Limoeiro, Canjuão, Justinos, Lavrinha e Sete Canais. Até a conclusão deste texto o processo se encontra em “sobrestado”, expressão utilizada pelo então secretário de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, José Carlos Carvalho, numa reunião com os atingidos, em fevereiro de 2005.

40 - Processo 506959/2004-0

CAA (Centro de Agricultura Alternativa), de Montes Claros, e o CAV (Centro de Agricultura Vicente Nica), em Turmalina, as quais oferecem, há mais de duas décadas, assistência técnica para os pequenos agricultores, promovendo métodos agroecológicos. O objetivo dessas iniciativas é melhorar os sistemas produtivos existentes, evitando ao máximo a descaracterização dos seus modos de apropriação do espaço. As atividades incluem também iniciativas de comercialização de produtos do cerrado e técnicas de captação de água da chuva para a “convivência com a seca”, divulgadas pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), ou Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido (PIMC). A iniciativa resultou de uma parceria entre a Cáritas e outras organizações não governamentais reunidas na ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro), sindicatos dos trabalhadores rurais e o governo federal. Em 2009, o P1MC venceu o Prêmio Sementes 2009, promovido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).⁴¹ O Programa compreendeu, de forma participativa, a elaboração e a execução de projetos de irrigação e captação de água de chuvas.⁴² Nessa mesma linha, o projeto da ACRAVAN e do GESTA, além das cisternas de captação de água da chuva, visou também à instalação de uma área experimental para divulgar métodos de agroecologia, recuperação de vegetação nativa em torno de nascentes e córregos, entre outras ações.⁴³

Na época, já se conhecia alguns problemas relativos à técnica de captação e à qualidade da água nas cisternas, como a exclusão de famílias cujos telhados eram mal conservados, o que impossibilitava o

41 - PALÁCIOS, M. P. Programa um milhão de cisternas vence prêmio sementes da ONU: Distinção é concedida a projetos com ONGs na área de sustentabilidade. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/programa-um-milhao-de-cisternas-vence-premio-sementes-da-onu-distincao-e-concedida-a-projetos-com-ongs-na-area-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 6 de maio de 2011.

42 - GNADLINGER, J. Captação e manejo de água de chuva e desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro: uma visão integrada. IV Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água da Chuva, 9 a 12 de julho de 2003. *Anais...* Juazeiro (BA), 2003.

43 - LASCHEFSKI, K. , FROES, L. T. M. , SANTOS, K. de O. , OLIVEIRA, R. S. T. Gestão dos recursos naturais e geração de renda no Vale de Jequitinhonha. In: VIII Congresso ibero-americano de Extensão Universitária, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...*, 2005, p. 382-387.

uso desses para a coleta de água da chuva.⁴⁴ Conseqüentemente, o projeto realizado pelo GESTA previa, além da divulgação das técnicas do P1MC, o aperfeiçoamento das caixas-d'água para o aproveitamento de sua própria superfície para a captação da chuva e a instalação de um novo sistema de filtros (Quadro 1). Os resultados foram publicados numa cartilha, divulgada entre as entidades da ASA.⁴⁵



Figura 3: Cisterna de captação de água das chuvas construída pelos moradores da comunidade Mutuca de Cima (município Coronel Murta) e pela equipe do GESTA

Fonte: Arquivo GESTA, 2006.

44 - AMORIM, M. C. C. Avaliação da qualidade bacteriológica das águas de cisternas: estudo de caso no município de Petrolina-PE. III Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água da Chuva, 21 a 23 de novembro de 2001. *Anais...* Campina Grande – Paraíba, 2001; PALMIER, L. R. Uso de técnicas de captação de água de chuva: causas de insucessos e tendências futuras. IV Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água da Chuva, 9 a 12 de julho de 2003. *Anais...* Juazeiro (BA), 2003.

45 - LASCHEFSKI, K.; ASSIS, W.; OLIVEIRA, K. de; BARBOSA, L. M. *Água na caixa e vida com a seca: aperfeiçoamento da construção de cisternas de placas para captar água da chuva.* 2006.

O projeto pretendia, então, contribuir para a soberania alimentar e a construção de condições para a produção agrícola de forma independente, que permitissem a contínua geração de renda das populações rurais no Médio Jequitinhonha. Não obstante essas iniciativas e programas de cunho inclusive nacional, as técnicas de convivência com a seca ainda não lograram êxito como soluções de fundo aos olhos do sistema político-estrutural mineiro e brasileiro, que beneficia os grandes produtores como vetores do desenvolvimento do país.

Antes de finalizar, cabe uma menção, ainda que ligeira, a outra iniciativa alternativa para o desenvolvimento no semiárido. Na primeira década do novo milênio foram renegociadas, em Minas Gerais, as concessões para as plantações de eucalipto em terras devolutas, as quais foram, na década de 1970, arrendadas pelo Estado para as empresas. Várias entidades e movimentos sociais na região perceberam essa situação como oportunidade inédita para a reapropriação social dessas áreas pelos pequenos produtores. Nesse contexto, destaca-se o projeto elaborado pelo STR de Rio Pardo de Minas, que prevê a “reconversão agroextrativista” das concessões. A proposta combina o reassentamento de famílias rurais, que perderam as suas terras em decorrência das mudanças no campo, com propostas para o manejo sustentável do cerrado e a recuperação da vegetação nativa. Segundo esse projeto, a área necessária para a reprodução de uma família rural seria de 100 hectares (20 hectares de reserva natural, 40 hectares para o extrativismo e 40 hectares para a agricultura).⁴⁶

Embora essas propostas de desenvolvimento alternativo não excluam a produção para o mercado, elas acabam por promover a produção de contraespaços, enfrentando o modelo capitalista em três sentidos: a) uma parte dos terrenos é dedicada à reserva natural, uma exigência da legislação; b) outra parte é dedicada a cultivos voltados para a soberania alimentar das famílias, em um sistema de

46 - STR - RIO PARDO DE MINAS. Reconversão agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrosilvopastoris - Proposta em discussão das comunidades dos Gerais de Rio Pardo de Minas aos poderes públicos municipal, estadual e federal. 2004 (mimeo).

produção não capitalista; c) e, finalmente, a produção para o mercado tampouco segue os princípios do capitalismo, pois a produção não deve ultrapassar a capacidade de reprodução natural dos produtos, algo que contraria o processo de acumulação através da exploração máxima dos recursos naturais.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos o significado da água no contexto da implementação de projetos desenvolvimentistas no Vale do Jequitinhonha, que abrangem principalmente a construção de hidrelétricas, a plantação de monoculturas de árvores de rápido crescimento e atividades de mineração. Esses projetos dependem da água como recurso e como meio de produção. Porém, também são causadores de profundos impactos que afetam a população local em vários sentidos:

- A água como ameaça, quando as comunidades ribeirinhas perdem os seus territórios em torno das terras férteis dos fundos de vales pela inundação decorrente da construção de barragens.
- O desvio e a poluição da água dos rios, córregos e nascentes, que prejudicam a produção e a reprodução social dos grupos sociais que ali vivem. Identificamos como causas desses problemas o avanço de empreendimentos agrícolas e florestais em larga escala, a mineração empresarial, assim como a influência de hidrelétricas sobre a qualidade da água em trechos dos rios a jusante dos empreendimentos.
- A dificuldade de se encontrar terras para o reassentamento de grupos removidos de forma compulsória. Constatamos que, em áreas ecologicamente distintas das margens do Rio Jequitinhonha, a reprodução da vida social e cultural torna-se quase impossível, uma vez que a água do rio não é apenas um recurso qualquer. O

rio é o fundamento de todas as relações sociais e socioambientais, compõe um território no que refere à identidade com o lugar, à base material da vida social e às relações de poder sobre um determinado recorte espacial.

Evidenciamos que, em todos os contextos analisados, as alterações relativas à utilização da água, assim como os impactos indesejáveis em relação à sua quantidade e qualidade, conduzem, em última instância, à transformação desse bem natural em uma mercadoria. O seu acesso se torna apenas possível com a mediação de serviços técnicos e do mercado, excluindo os grupos que não conseguem obter os recursos monetários para adquiri-los. Assim, os camponeses precisam produzir para o mercado ou assumir trabalho assalariado em detrimento da produção para o autoconsumo. Isso não significa que eles prefiram uma vida isolada dos mercados externos. A diferença é que em unidades familiares autônomas a soberania alimentar pode ser assegurada mesmo em tempos de escassez de renda monetária.

Na ausência da disponibilidade de bens naturais, seja por eventos naturais, tais como secas prolongadas, ou por mudanças nas formas de uso e de ocupação dos territórios, a renda monetária torna-se condição básica para a sobrevivência. Por isso, falamos, no último caso, de “modernização forçada”, ou compulsória, sem a possibilidade de escolha. Nem todos são preparados para uma cultura empresarial, necessária para o trato com as incertezas de mercado. Ao contrário, a implementação desse modelo acontece numa velocidade que muitos não conseguem acompanhar. Isso impõe, de forma conflituosa e violenta, uma mudança social para aquilo que chamamos de modernidade, dividindo a sociedade entre ganhadores e perdedores, o que agrava, em última instância, a desigualdade social no país.

Sem ignorar as árduas condições de vida no Vale do Jequitinhonha, procuramos demonstrar e argumentar que as populações locais apresentam visões e perspectivas próprias sobre o futuro para o local onde vivem. Um dos desafios que se coloca é a compreensão e o estranhamento necessário aos significados associados às noções de desenvolvimento que parecem tão consagrados, em geral, para os “modernos”, o que nos impede de visualizar outras maneiras e propostas possíveis. Apresentamos neste texto alguns exemplos de técnicas de convivência com a seca e métodos agroecológicos como meios para melhorar a qualidade de vida no campo, preservando a autonomia dos agricultores familiares. Ao mesmo tempo, essas medidas configuram elementos importantes num contexto maior de estratégias de reapropriação social dos territórios perdidos.

É, pois, tarefa gratificante para a extensão universitária, num processo de aprendizagem recíproca com os povos do lugar, a compreensão das diferentes visões sobre o Vale do Jequitinhonha que possibilitem ampliar a visibilidade das suas propostas e o enfrentamento da condição de subalternidade que o aparelho da hegemonia – consciente ou inconscientemente – lhes impõe.

Klemens Laschefski é doutor em Geografia pela Universidade Heidelberg, Alemanha, e professor de Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Andréa Zhouri é doutora em Sociologia pela University of Essex, Inglaterra. Professora associada do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da mesma instituição. Coordena o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) e é pesquisadora do CNPq.

Jequitinhonha em movimento

Conceição Aparecida Luciano
Viviane Guimarães Pereira

A partir da década de 1970, depois de longos anos de esquecimento, o poder público passou a se fazer presente no Jequitinhonha, primeiro demonstrando uma suspeita preocupação com a localidade, o que depois lhe serviu de justificativa para o avanço do modelo de desenvolvimento desenhado para a região.

Desconsiderando e desconhecendo a cultura camponesa local, o governo, por intermédio de suas agências representativas, passou a caracterizar a região como “Vale da Morte” ou “Vale da Miséria”, sendo divulgada a imagem de uma pobreza absoluta, falsificando a realidade com o propósito de justificar um projeto econômico-social para a região. Com esse discurso, as transformações implantadas por grandes empresas foram justificadas e amplamente subvencionadas pelos governos estadual e federal. Fizeram parte dessa lógica – a do grande capital – dois grandes projetos: 1) as monoculturas de eucalipto, implantadas nas áreas das chapadas, outrora usadas pelos lavradores da região como áreas comuns, e 2) mais recentemente a construção de grandes barragens, que afetou, sobremaneira, o modo de vida desses lavradores.

Se as áreas das chapadas foram o alvo na década de 1970, agora, o interesse está nas “terras de baixa”, nas grotas, nas terras mais férteis e úmidas, onde os lavradores constroem suas casas, tocam suas lavouras e costuram seu tecido social. Esse rico complexo “grotas-chapadas” foi apropriado pelos agricultores de forma criteriosa, determinando uma organização humana típica, que lhes assegurou, durante mais de um século, sua reprodução socioeconômica e cultural. Essas terras de cultura, de plantio do alimento, passam forçosamente a ceder lugar a barragens de perenização e barragens hidrelétricas. Assim, os lavradores que perderam primeiramente as áreas das chapadas, usadas para o

extrativismo e para a solta do gado, passaram a ser expropriados também das grotas, ou seja, de seus lugares de vida, trabalho e comunhão. Esse “complexo grotas-chapada”, que forma o elemento central da reprodução camponesa do Alto Jequitinhonha, é ameaçado, e junto a ele todo um ecossistema.

Manga, ninguém fazia, porque não havia manga (...) As roças é que eram cercadas. Os campos tinham que deixar para a criação (...) As criação andavam na terra de cultura tudo, a gente cercava só onde é que roçou, pra plantar. (...) Esse andrequicé aí, gado sumia aí até um ano, sem a gente ver ele. (Sô Antenor, Ribeirão Corrente)¹

O “progresso” chegou, num primeiro momento, nas áreas de chapada. Essas áreas consistem tradicionalmente em espaços de apropriação coletiva das terras planas e altas, onde se dá a colheita de frutos, a obtenção de carne de caça, madeiras para diversos fins, remédios que constituem a medicina caseira, e também espaço para a criação na época da seca.

É, os gerais as máquina derrubou tudo... Antes o povo usava para comer a mangaba, o pequi, a jabuticaba do mato, o coquinho, gabioba... Quem andava pelas chapadas não precisava levar nada no mês das frutas, época de novembro, dezembro até janeiro... A chapada aqui tinha muito conforto. Tinha remédio, também quina, dom bernardo, cena... Com o eucalipto, cabou tudo. (Dona Margarida – Comunidade do Alegre)²

1 - CAMPO-VALE. *O resgate do conhecimento popular na preservação e recuperação do cerrado*. Minas Novas – MG, 1999.

2 - CAMPO-VALE. *O resgate do conhecimento popular na preservação e recuperação do cerrado*. Minas Novas – MG, 1999.

Essas terras foram invadidas pela maior plantação contínua de eucalipto do mundo, que, segundo o poder público, geraria emprego, renda e fortaleceria as prefeituras locais. Foram longos anos da implementação do maciço florestal para que parte da população percebesse que havia sido lesada, principalmente os moradores das cidades, que, depois da derrubada das matas nativas e plantio das mudas, viam os empregos minguando à medida que as árvores de eucalipto se tornavam frondosas e iam se consolidando, demandando cada vez menos trabalho.

A implantação da monocultura de eucalipto na região foi seguida de grande resistência das populações locais. Em sua grande maioria foram batalhas travadas individualmente (ou no máximo familiar), pois parte dos municípios ainda não tinha Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs). Somando-se a isto, as distâncias a serem percorridas para se fazer uma denúncia junto ao Ministério Público, na comarca de Minas Novas, eram enormes, e isso em pleno período de ditadura militar. Apesar de tamanha dificuldade, são extensos os processos no Ministério Público, movidos pelos lavradores da região, por invasão de terras, contra a Acesita – hoje, Arcelor Mittal. Segundo denúncias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de agricultores da região, o programa do governo federal (MDA, INCRA e ITER) de titulação de terras, que teve Minas Novas como cidade piloto, só concedeu os documentos aos agricultores que retirassem as denúncias contra a Acesita no Ministério Público. De acordo com os representantes dos sindicatos, esse programa serviria mais para legitimar as divisas estabelecidas ilegalmente das terras pela Acesita/Arcelor Mittal do que para documentar os agricultores.

Após o período de implementação do maciço florestal, a redenção do Vale do Jequitinhonha, no final da década de 1980, chegou por meio de um novo projeto: a construção de grandes barragens. Segundo dados do Ministério das Minas e Energia, o plano para construção de barragens da Eletrobrás 2006/2015 prevê a construção de 496 barragens em Minas Gerais, sendo parte considerável destas na bacia do Rio Jequitinhonha.

Se o eucalipto destruiu as chapadas, agora são as grotas que são ameaçadas. São essas terras de baixa, onde os lavradores estabelecem

suas moradias, onde estão suas fontes de água, onde tocam suas lavouras de alimentos, que estão (e estarão) inundadas. Porém, todas essas formas de expropriação não avançaram sem resistência ou luta por parte daqueles que foram vitimizados por elas. Este será um novo momento da história da região. Findo o governo militar, e com o começo do processo de democratização da sociedade brasileira, surgem várias organizações populares no Brasil, e o Vale do Jequitinhonha também vive essa efervescência. Centenas de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) fundamentadas na teologia da libertação foram fundadas na região com o objetivo de fortalecer politicamente as comunidades e propiciar uma leitura crítica da realidade social aos povos oprimidos da América Latina.³

Paralelamente ao surgimento das CEBs, foram fundados vários STRs na região, e alguns, como os STRs de Minas Novas e Turmalina, foram resultado de um intenso processo de luta dos lavradores. O STR de Minas Novas foi retomado das mãos dos “poderosos locais” num processo eleitoral histórico na cidade. Foi montada uma chapa de oposição e, percebendo que não ganharia nas urnas, pois a eleição já estava toda articulada para a situação, a chapa opositora fez uma campanha pelo voto nulo, impugnando as eleições por total falta de quórum. Sendo assim, foi convocada uma junta governativa, que convocou novas eleições, um ano depois, tendo a oposição uma vitória esmagadora.

O STR de Turmalina nasceu das lutas dos posseiros das comunidades de Mato Grande, lideradas pelo agricultor Vicente Nica. Posteriormente, surgem na região várias organizações da sociedade civil – as organizações não governamentais – que passaram a ter um papel fundamental no apoio às lutas populares, tais como o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (CAMPO-VALE),

3 - No Brasil e em vários países da América Latina, os movimentos populares articulados por opositoristas ao regime militar “tinham base cristã, inspirados na Teologia da Libertação”. Cf. RIBEIRO Ricardo. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Cáritas Diocesanas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras.

É nesse contexto de luta e organização social que o Jequitinhonha se torna palco para as construções de grandes barragens no final da década de 1980. A primeira delas foi a usina hidroelétrica de Santa Rita, ao longo dos rios Araçuaí e Fanado, que em função da baixa viabilidade econômica não motivou interesse por parte dos governos estadual e federal. Esse projeto mobilizou grandes forças nas cidades de Turmalina e Minas Novas; agricultores atingidos se mobilizaram para dizer não à barragem, tendo o apoio da Igreja local e da CPT.

Em seguida vieram as barragens de perenização, no período do governo Newton Cardoso (1987-1991). Foram quatro barragens, implementadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Os atingidos pela barragem de Calhauzinho (Araçuaí) precisaram de três negociações com o empreendedor para obter níveis mínimos de indenização. Em Salinas (Barragem de Salinas) e Machado Mineiro (Barragens de Águas Vermelhas e São João do Paraíso), ocorreu o mesmo processo, com indenizações aquém dos direitos e com perdas das terras de agricultura, visto que parte considerável desses agricultores se estabeleceu em terras improdutivas.

Já a barragem de Setúbal, nos municípios de Chapada do Norte e Francisco Badaró, teve um processo mais acirrado de resistência por parte dos atingidos. Essa barragem foi construída nas terras mais férteis de toda a região do Alto Jequitinhonha, com um rio conhecido pelo seu grande volume de água, o Rio Setúbal. A CEMIG chegou a construir um terço da barragem, abandonando-a em função de denúncias de superfaturamento das obras. O eixo da barragem que já estava pronto desviou o curso normal do rio, prejudicando a população ribeirinha. Em função disso, os atingidos, homens, mulheres e crianças, famílias inteiras, acamparam no eixo da barragem por mais de dez dias e abriram, utilizando-se de picaretas, um canal no eixo de concreto, fazendo, assim, o rio voltar ao seu leito normal.

No total, essas barragens atingiram mais de 500 famílias de agricultores. Terminado esse processo, o governo do estado anunciou

a construção de um grande projeto para a região: a usina hidroelétrica de Irapé. Essa barragem atingiria, inicialmente, terras de cinco municípios, passando depois para sete (Cristália, Botumirim, Grão Mogol, Turmalina, Berilo, Leme do Prado e José Gonçalves de Minas), atingindo 1.200 famílias de lavradores de 51 comunidades, cerca de 5 mil pessoas expulsas de suas terras (RIMA da UHE Irapé). Esses lavradores viviam nas terras mais férteis dos vales – eram pequenos proprietários de terra, herdeiros, posseiros e meeiros – e entre eles o único quilombo reconhecido e titulado em Minas Gerais – Boa Sorte –, espalhados em comunidades da beira do Jequitinhonha e afluentes. A história da construção da barragem de Irapé iniciou-se em 1990 e o processo, que se arrastou por vários anos, causou um grande desgaste às famílias atingidas.

Esses lavradores ocupavam as melhores e mais férteis terras da região (as barrancas e fundos de vales), que foram inundadas pelas águas da barragem. Essas comunidades possuíam características de um campesinato tradicional. Trata-se de populações rurais tradicionais de cultura riquíssima, que souberam preservar 70% do cerrado nativo da região, com o uso de práticas agrícolas sustentáveis (sistema de pousio, adubação orgânica, criação de animais na “larga”, extrativismo de frutos do cerrado etc.)

Mas eles não têm ideia
Do que vão tampar com água
Conhece aqui só de invento
Por isso não têm nem mágoa.⁴

Esses lavradores têm características que os definem como agricultores tradicionais, tendo em vista que a agricultura tradicional possui aspectos bem marcados, tais como 1) existência de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, que

4 - ROCHA, Benjamin. *História do povo da beira dos rios*. Minas Novas: Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (CAMPO-VALE), 1996.

revelam a existência de um conhecimento complexo adquirido pela tradição herdada pelos mais velhos, por meio da oralidade; 2) noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; 3) moradia e ocupação desse território por várias gerações; 4) reduzida acumulação de capital; 5) importância dada às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; 6) tecnologia relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente, estão fortemente presentes nos lavradores do Alto Jequitinhonha.⁵

Desconsiderando toda essa complexidade nos modos de ser e viver desses lavradores, os técnicos contratados pelo empreendedor (CEMIG) para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) analisaram os agricultores sem conseguirem compreendê-los, sem aprofundarem-se neste que é o “outro”, sua natureza, suas relações, suas formas de produção e reprodução social. O estudo foi feito usando-se um referencial estritamente urbano, transformando os atingidos em “pobres rurais inespecíficos”; desconsiderando por completo seu meio e sua cultura e conseqüentemente comprometendo a proposta de intervenção, já que fecham os olhos para o “outro”.

(...) As relações sociais específicas daquele meio e população desapareceram, pois ficam reduzidas a números – áreas de terra, quantidade de animais criados, frequência percentual de viagens a São Paulo – sem que se permita perceber o que tais números representam naquele contexto. A um levantamento censitário das áreas de terras escapam a compreensão das áreas comuns; a incompreensão das áreas comuns impede compreender a

5 - DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP/CEC, 2008.

regulação comunitária, a força da família, dos costumes, da história.⁶

Se por um lado a empresa tentou homogeneizar essa população, por outro lado os lavradores se afirmaram enquanto uma população de saberes e de direitos. Antes e durante o processo de negociação dos direitos dos atingidos, houve um grande fortalecimento das formas de organização dessas famílias, que se mobilizaram por meio da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, formada sob assessoria do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO-VALE – e Comissão Pastoral da Terra – CPT –, cuja história de resistência se tornou referência no estado de Minas Gerais, no Brasil e na América Latina, sendo que o termo de acordo conquistado por meio dessa luta e resistência foi lido em assembleia das Nações Unidas e considerado o melhor do gênero na América Latina. Foi significativamente forte a sua mobilização pela garantia de seus direitos e, por intermédio da Comissão dos Atingidos, sua assessoria e parceiros institucionais, denunciou-se a situação de risco a que estavam sendo submetidos.

Depois de muita mobilização e organização das famílias atingidas, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi mediado pelo Ministério Público Federal e assinado em julho de 2002 e a empresa foi obrigada a assumir vários compromissos, sendo o principal deles o reassentamento viável de todas as famílias atingidas em novas terras.

Concluída a negociação, iniciou-se a etapa de execução do acordo. Embora a negociação tenha significado um avanço, ela, por si só, não garantiu sucesso no processo de reconstrução das vidas dos atingidos, pois a execução do acordo sofreu inúmeras interferências, sendo a principal delas a ineficiência do empreendedor, que fora descumprindo sistematicamente os termos firmados. Várias condicionantes do TAC foram violadas, além dos prazos não cumpridos, o que provocou conflitos entre o empreendedor e os atingidos. Foi feita uma série de campanhas

6 - SANTOS, Ana Flávia Moreira. *A comunidade de Porto Corís e os aspectos socioeconômicos do processo de licenciamento da Usina hidroelétrica de Irapé*. PR – MG. Belo Horizonte, 2001.

e ações judiciais junto a entidades nacionais, internacionais e Ministério Público Federal, para suspensão do licenciamento ambiental devido principalmente à ineficácia do empreendedor na aquisição de terras adequadas para os reassentamentos.

Apesar de toda a resistência e luta dos atingidos, e do descumprimento das condicionantes do TAC, em dezembro de 2005, a licença de operação foi concedida, mediante uma caução fiduciária mínima – uma espécie de garantia financeira para danos materiais. A licença foi concedida apesar também de o parecer do relatório técnico do órgão ambiental fiscalizador do estado (FEAM) indicar que o termo estava sendo violentamente descumprido. Em 2005, iniciaram-se as mudanças dos atingidos para os reassentamentos. A mudança compulsória impôs às famílias atingidas novas adequações aos seus modos de vida, que começaram a ser discutidas e denunciadas desde o início do empreendimento Irapé.

Essas famílias, que há mais de 200 anos viviam de forma harmoniosa com a natureza, com um conhecimento aprofundado da mesma, desenvolvendo uma tecnologia própria, simbologias, mitos e rituais ligados ao meio natural, agora se veem obrigadas a reconstruir suas vidas e recriar formas de sobrevivência e sustentação, num outro ambiente que já sofreu várias intervenções antrópicas, não tendo as mesmas condições socioculturais e naturais de seus locais de origem.

Desse processo, algumas vitórias podem ser comemoradas, todas elas reconhecidamente frutos de uma sólida organização da população atingida, consolidada por meio da Comissão dos Atingidos, em que a mobilização social desses atores se fez presente durante todo o processo de Irapé. Dentre esses ganhos, pode-se destacar o despontar de várias lideranças, a construção de moradias, a indenização pelos recursos da natureza, tais como barro, palmeiras, plantas medicinais, madeiras.

A questão de gênero também foi contemplada no TAC e pode ser considerada um ganho, na medida em que as filhas de agricultores solteiras, e com filhos, foram consideradas uma família, com direito a um módulo rural da região. A questão geracional também pode ser vista como uma conquista, pois os jovens foram contemplados com direito ao

assentamento. Além disso, herdeiros asseguraram sua participação, e também arrendatários e meeiros, todos com seus direitos reconhecidos.

Os ganhos são um lado da moeda, as perdas são o outro lado dela. O aumento significativo da quantidade de terras adquiridas com a negociação (40 ou 50 hectares cada lote) pode ser visto como ganho se analisado pela quantidade de terras que ocupavam anteriormente, que eram menores. Porém, a forma de ocupação desses lavradores nas terras do Alto Jequitinhonha era peculiar, numa nuance entre o uso coletivo e o uso privado; eis então o outro lado da moeda: as novas terras conquistadas, com seus lotes demarcados, muitas vezes em regiões bastante diferentes da de origem, rompem com essa forma tradicional de viver desses lavradores, obrigando-os a reconstruírem-se como lavradores (camponeses), adaptando-se a uma nova forma de viver, norteados por programas de desenvolvimento rural. É o refazer-se como lavradores diante de tantas mudanças impingidas a eles.

A inserção das famílias em políticas públicas e assistência técnica pode ser considerada também um ganho, uma conquista dos atingidos, porém, o que não se pode esquecer é que esses lavradores estabeleceram, ao longo de gerações, um modo de vida próprio, que lhes assegurou, durante mais de um século, sua reprodução social. Esses saberes foram extremamente eficientes na lida com a natureza, conhecimento por sua vez desconhecido por técnicos e atores externos – é o desconhecimento sobre a realidade do “outro”. E é nesse conhecimento local, construído por gerações, adaptado, transformado, útil, com significado, que os lavradores mais se apoiarão para adaptarem-se aos novos locais; é desse conhecimento que construirão suas novas bases de vivência. Como escreveu Brandão

Em suas comunidades, o campesinato preserva e reinventa tecnologias agrárias de trabalho sobre a natureza e de transformação dos frutos colhidos. Comunidades rurais criam e, quando necessário, revêem e atualizam códigos próprios de relações sociais dentro da classe e nos espaços de domínio entre ela e outra. Com uma rara e às vezes

nem sempre revelada sabedoria, codificam, legitimam e usam princípios e regras de trocas de ações de serviço com grupos mediadores de classe.⁷

Que seja dado, então, o peso devido ao saber desses lavradores, para que os agentes externos não sejam reconhecidos por um papel que definitivamente e historicamente não desempenham.

Se antes eles viviam em lugares com menos circulação de dinheiro, de forma menos monetizada, mas com fortes redes e laços de trocas dos excedentes da produção, laços de ajuda mútua e possibilidades de extrair da natureza recursos necessários, agora estão expostos à maior circulação da moeda, à dependência de diferentes necessidades econômicas, tributárias, necessitando de maiores excedentes de produção.

O que se vê na região é um conjunto vasto de formas de luta, resistência e permanência do campesinato. Para contrapor esse modelo de desenvolvimento – que é excludente socialmente e degradador ambientalmente – imposto ao Alto Jequitinhonha, as entidades, associações e STRs vêm, já há décadas, construindo um projeto de desenvolvimento que visa criar alternativas viáveis e próprias para a região. Tentando desconstruir conceitos e “pré-conceitos”, em 1999 foi criado o Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha, que congrega entidades de apoio e representação dos agricultores de vários perfis: STRs, entidades da Igreja Católica, movimentos ligados à questão agrícola, associações comunitárias, Cáritas, entidades ligadas ao Fundo Cristão, ONGs de desenvolvimento e universidades. O objetivo do Fórum do Vale é promover o debate sobre a pauta nacional dos principais movimentos sociais no Brasil e de projetos e programas de desenvolvimento, apontando alternativas sustentáveis para a região, baseadas principalmente na convivência com o semiárido, e não no combate à seca, conforme se pautou historicamente a política governamental.

7 - BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. *O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. Campinas: Papirus, 1983

Essa mudança de paradigma foi fundamental para pensar os projetos e reivindicar políticas públicas adaptadas à região. Não se trata de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma mais inteligente. É com essa concepção, já praticada sabiamente pelos agricultores ao longo da história, que o Fórum do Vale, espaço de articulação da sociedade civil, visa discutir os problemas regionais do Vale do Jequitinhonha e pautar todas as suas reivindicações.

É importante ressaltar que tanto o vale como o Norte de Minas construíram alianças que extrapolaram as barreiras geográficas do estado. Junto a nove estados do Nordeste, foi criada a Articulação do Semiárido Brasil. Essa entidade, com sede em Recife, congrega associações que atuam no semiárido brasileiro. Identidades ambientais e culturais fortaleceram essas alianças.

Mesmo com a diversidade que compõe esse semiárido, segundo dados oficiais do Ministério da Integração, “o semiárido brasileiro se estende por 975 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e parte do Maranhão” (Asa Brasil – Articulação no Semiárido Brasileiro). É o semiárido mais populoso do planeta. E o mais chuvoso, uma vez que existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma região para outra. O índice pode variar de 800 mm a 1.081 mm por ano. Se existe um déficit hídrico, isso não significa falta de chuvas ou água, mas tão somente que a evaporação dessa água é mais intensa que em outros biomas brasileiros.

Como disse Roberto Malvezzi, “o semi-árido não é apenas, clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política e história”.⁸ É processo social. Não se pode compreendê-lo de um só ponto de vista.

8 - MALVEZZI, Ricardo. *Semi-árido: uma visão holística*. Série Pensar o Brasil e construir o futuro da nação. Brasília: Confea, 2007

É nesse contexto que surgiram as chamadas tecnologias sociais de convivência para o bem de todos. Essas tecnologias tendem a ser simples e voltadas para os problemas básicos dos agricultores, manejáveis, facilmente replicáveis e controláveis pela população. A articulação do semi-árido (Asa) dispõe de um leque de aproximadamente 40 tecnologias sociais que estão sendo testadas e implementadas. Algumas já se transformaram em programas como a cisterna de placa para captação de água de chuva para abastecimento humano, no âmbito do projeto do P1MC e P1+2.⁹

Convivência com o semiárido, ao contrário vem se caracterizando como uma perspectiva cultural orientadora de um desenvolvimento cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnologias ambientalmente apropriadas.¹⁰

A Asa Minas é a grande implementadora desses programas sociais no estado. Ela congrega 170 organizações da sociedade civil do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas e tem como objetivo a luta pelo desenvolvimento econômico, social, político e cultural no semiárido mineiro.

O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) objetiva beneficiar cinco milhões de pessoas no semiárido brasileiro. Cada cisterna comporta 16 mil litros de água da chuva, a serem usadas no período seco do ano. É construída por pedreiros da própria localidade, formados e capacitados pelo P1MC. As famílias beneficiadas pelo programa executam o serviço de escavação como contrapartida, os pedreiros são remunerados. Se a água for usada para beber, cozinhar e escovar os dentes, dura aproximadamente oito meses.

9 - MALVEZZI. *Semi-árido: uma visão holística*.

10 - SILVA, Roberto Marinho Alves. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

O P1+2 é a utilização sustentável da terra e do manejo adequado dos recursos hídricos para a produção de alimentos (animal e vegetal), promovendo segurança alimentar e geração de renda. O número 2 desse programa tem como significado água potável para cada família do semiárido e água para a produção agropecuária. As cisternas de captação do programa retêm 50 mil litros de água da chuva. Essa tecnologia é simples, barata e eficiente e tem como seu principal objetivo irrigar um quintal produtivo de verduras, mudas e água para animais de pequeno porte.

A implementação dessas tecnologias é realizada pela sociedade civil das duas regiões. No Vale do Jequitinhonha, a unidade gestora é o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e tem como unidades executoras entidades em cada município da região. As famílias a serem beneficiadas pelas tecnologias são escolhidas num amplo processo de discussão nos municípios, em que participam as entidades locais, tendo critérios bem definidos de prioridades, tais como: acesso a água, número de filhos, organização etc. Como se percebe, o critério de carência é sempre o mais relevante. Essa forma de gestão se mostrou bastante eficiente e, mais que isso, o preço de uma cisterna de 16 mil litros de água sai pela metade do preço se comparadas às realizadas pelo poder público. Esse processo de gestão ficou famoso, inclusive, fora do Brasil pela sua eficiência e transparência.

Mesmo não tendo um canal de interlocução oficializado com os governos (estadual e federal), o Fórum de Convivência busca construir alternativas econômicas adaptáveis para o Vale e influenciar as políticas públicas, tendo como foco a agricultura familiar. O objetivo é a implementação de um desenvolvimento regional sustentável que priorize uma política de preservação das condições ambientais e de manutenção e ampliação do emprego na terra, bem como a consequente sustentação de renda às parcelas da população mais ameaçadas.

E assim o Vale se movimentou...

As intervenções do governo estadual no Vale do Jequitinhonha se pautaram por grandes projetos de “desenvolvimento” desconsiderando toda uma visão de mundo local. Com o *slogan* de redenção do Vale da miséria, reduziu a população da região a indigentes do estado. Chamou de miserável aquele que era pobre, de fraco aquele que tinha força, de atrasados os que eram sábios. Uma visão assentada em interesses unicamente políticos e econômicos.

Apesar da desqualificação a que foi submetida ao longo do tempo, a população do Jequi vem bravamente mostrando sua força, na luta para ser a protagonista de sua própria história.

Historicamente, vários movimentos firmaram-se pela coragem e pelo ineditismo de suas lutas. Podemos citar algumas dentre elas. Em Novo Cruzeiro, na década de 1980, ocorreu a primeira ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Minas Gerais, com a conquista da Fazenda Aruega. Os atingidos pela barragem de Setúbal abriram o eixo de concreto da barragem a picaretas, os atingidos pela barragem de Irapé foram o primeiro movimento a ocupar o prédio da CEMIG em Belo Horizonte, 250 atingidos estavam presentes, e construíram o melhor termo de acordo já firmado na América Latina. Fizeram reconhecer oficialmente a primeira comunidade quilombola de Minas Gerais.

Poder-se-ia seguir aqui relatando várias experiências de lutas e de vitórias, bem como de perdas e derrotas presentes na história do Vale, porque quem está na luta não se cansa de lutar, e é assim o povo do Vale. Opor-se aos grandes projetos “desenvolvimentistas” que o Estado tenta impingir na região é acima de tudo a luta pela permanência na terra e por um saber viver e fazer tecido por várias gerações ao longo dos anos.

É tudo lugar sadio
Onde nós fomos criados
Nascemos, crescemos, tamos
Desde o avô mais recuado

Os mandantes do governo
Em vez de trazer progresso
Traz medo, miséria e briga
Traz desconforto e fracasso

Mesmo sendo povo fraco
Que vive do ganho do dia
Nós todos temo direito
Queremos cidadania

Exigimos dos senhores
Gerentes, prestem atenção
Respeitem a terra da gente
Nossa roça e criação ¹¹

Conceição Aparecida Luciano é graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestranda em Educação pela mesma instituição (FaE/UFMG).

Viviane Guimarães Pereira é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestre em extensão rural pela mesma instituição e doutoranda em Administração (Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

11 - ROCHA. *História do povo da beira dos rios*.

A voz de lideranças

Boaventura Soares de Castro

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Turmalina

Boaventura Soares de Castro é natural de Tarabay, estado de São Paulo. Sua família é de origem mineira, mais precisamente do município de Turmalina, e foi na zona rural desse município que foi criado. Na comunidade de Boa Vista ele se fez trabalhador rural e liderança comunitária, quando teve oportunidade por meio das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), iniciativa da Igreja Católica, de passar por processos de formação para o enfrentamento das principais lutas que travaria ao longo de sua vida. No ano de 1989, ingressou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina (STR), onde chegou à presidência, e logo em seguida no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Mais tarde, em 1994, na busca por desenvolver iniciativas que favorecessem os agricultores e as agricultoras familiares, contribuiu efetivamente para a fundação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV. Desde então, deixou a diretoria do STR e passou a atuar pelo CAV, primeiramente como coordenador, entre os anos de 1994 e 1998, e posteriormente assumiu a responsabilidade de atuar como fomentador dos empreendimentos de Economia Popular Solidária da região de atuação da entidade. Além desse cargo, é representante oficial do CAV em espaços estratégicos de construção do conhecimento e proposição de políticas públicas, como o Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (CBH), entre outros.

Com a experiência acumulada em sua trajetória, tem no seu currículo a participação como palestrante em eventos diversos, como fóruns e seminários no Brasil e no exterior, inclusive em universidades, colaborando para a formação de acadêmicos.

A criação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) de Turmalina

A gente tem um trabalho que vem do movimento sindical que, com o passar do tempo, foi se desenvolvendo e deu origem à organização não governamental Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). Temos trabalhado em forma de rede, aprendendo e contribuindo com os outros setores organizados, trabalhando não só com ONGs, mas com outros segmentos de governo. É um trabalho que já tem mais de 20 anos e tem dado certo.

Eu era diretor do sindicato em uma região do Vale do Jequitinhonha que não tem empresa. Existem muitos agricultores que têm terra e, ao mesmo tempo, muitos migrantes. É um contraste, porque tem terra e o pessoal não fica no Vale. Então, começamos a fazer alguns estudos, algumas pesquisas para compreender esse descompasso. O CAV tem o objetivo de desenvolver alternativas de acordo com o local para influenciar as políticas públicas, baseado na proteção e na conservação da água e do solo e na geração de renda para trabalhar a questão do mercado. O produtor muitas vezes até consegue produzir, mas ele não sabe produzir em sintonia com a exigência do mercado, com essa economia globalizada. Porque o produto precisa ter um perfil que às vezes para o consumo próprio atende, mas quando você vai colocar no mercado ele não atende.

Então é preciso ter essa atenção, e eu acho muito bacana o trabalho que a gente vem desenvolvendo. Hoje já existem outros companheiros que estão na luta, e a gente está um pouco até cansado, mas a gente vem contrapondo com a proposta de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Nós temos que trabalhar o desenvolvimento das pessoas. A gente começa com os debates, e se você for ver o PIB do Vale do Jequitinhonha deve ter crescido mais do que da Região Sul do estado, com o eucalipto clonado, mais não sei o quê. E o povo? O povo se desenvolveu? Por isso a gente trabalha nessa logística de desenvolver com o sentimento do pertencimento do que você está realizando.

O impacto do eucalipto

No Vale do Jequitinhonha temos muita terra, temos água, mas temos um grande número de migrantes que saem para o corte de cana. Nessa relação há algo errado. Começamos a aprofundar o entendimento dessa política, que é desenvolvida e pensada muitas vezes no exterior e que o Brasil vai copiando. O planeta foi zoneado. Por exemplo, Minas Gerais. Na Região Noroeste é soja e feijão. Na região mais do Sul e Triângulo Mineiro é leite, gado de corte e mais uma coisinha ou outra. Volta para Belo Horizonte, que é o polo industrial e sobrou para o Jequitinhonha o eucalipto. E qual é o discurso? É dinheiro. Dá dinheiro, dá dinheiro, dá dinheiro, mas quem detém toda a tecnologia e o acesso do plantio e o beneficiamento são os mesmos grandes que receberam os benefícios. Para gerar emprego direto você tem que ter mais de cem hectares de eucalipto. Mas para hortifrutigranjeiros um hectare é capaz de gerar vários empregos.

Com essa política, a oportunidade de o agricultor familiar viver do que produz foi tirada. Por exemplo, qual é o tipo de óleo com o qual o pessoal fazia a comida? Era com toucinho. Eles produziam o toucinho e comiam. Como era produzido o milho? Eram produzidos o milho e a mandioca da roça do próprio agricultor, então tudo saía dali. Fazia o café com a rapadura. Então o que substituiu o toucinho? O óleo de soja, que veio de onde? Da indústria. O açúcar entrou no lugar da rapadura. Foi tirado o nosso produto, desvalorizado nosso produto, e não foi dada uma oportunidade para o nosso povo, que é um povo de baixa escolaridade. Por exemplo, eu, ao vivo e a cores. Eu não estudei, eu vou na raça, na ignorância. Já rodei o mundo inteiro, tive oportunidade de ir até para fora do Brasil, mas o lugar mais bacana que eu acho que tem para se viver é no Vale do Jequitinhonha.

Lógica da agricultura familiar

A gente tem que compreender a lógica da vida. Primeiro você tem que estar bem, estar feliz, tem que ter comida. Tem que ter um conforto

básico, e não seguir muito o embalo da mídia, carro novo, num sei o quê, mais num sei o quê. E na agricultura você pode ter tudo isso, mas não consegue da noite para o dia. Então, como é que nós começamos a trabalhar? Por exemplo, a primeira coisa que tem que ter na propriedade: água. Em vez de você falar que não tem água, é preciso se perguntar a razão de não ter água na propriedade. Já teve água aqui, não teve? Por que não está tendo? Você não precisa trazer nem um professor, nem um especialista de fora. É só fazer uma análise, perguntar para as pessoas mais antigas como era a propriedade antes, e a resposta está ali.

A própria natureza vai ensinar. Então você tem a água. Porque as terras estão mais fracas? Porque você está trabalhando ela demais. Como é que era antigamente? Eu roçava aqui três anos, mudava para lá, mais três anos, aí eu voltava, então você tinha espaço. Então você vai vendo as pessoas compreenderem toda a lógica da propriedade até que, no fim, elas compreendem que toda essa complicação foi criada por nós, pelo sistema, mas com contribuição. O maior fez uma porcentagem maior, o menor fez uma porcentagem menor, mas é culpa de todos nós. O coitadinho de Deus que está sendo surrado, ele já vai se livrar dessa. Aí você começa a produzir, e a gente começa discutindo que você tem que produzir para o seu sustento, porque resto ninguém compra. Agora o excedente de qualidade você tem que pôr ele de forma que seja interessante para o consumidor. Dentro das políticas que estamos trabalhando, acho que as duas mais impactantes são essas: a recuperação das nascentes, que engloba todo um conjunto, já que não basta você ir lá só no olho d'água, sendo necessário trabalhar todo o contexto; e o desenvolvimento das feiras livres.

A água

Se você analisar mesmo, nós moramos em uma terra abençoada, muito abençoada, que não tem problemas de enchente, não tem problemas de terremoto, não tem problema de guerra. Mas o que acontece é que as políticas não vêm ao encontro do potencial e das

necessidades do povo. Quando eu falo o povo não é meia dúzia de privilegiados que tira a sorte grande de ganhar terra do governo. Você pode ver que mesmo com a decadência das nascentes ainda tem uma barragem, um rio, que é o Jequitinhonha, que corta o Vale, você tem o Rio Araçuaí, um rio muito rico, e citando dois outros aqui de perto, o Itamarandiba e o Fanado.

Do jeito que está, ainda é possível fazer muita coisa e se a gente trabalhar a questão da consciência ainda pode recuperar. Por exemplo, uma grande parte das prefeituras tem a dificuldade de conseguir caminhão-pipa para poder abastecer as famílias. Mas os municípios ou as prefeituras não fazem um programa para recuperar uma nascente. Quanto custa para recuperar uma nascente? Quando ela está ali correndo meia polegada de água, que é o exemplo de uma nascente que pode ser recuperada, e que dê 10 mil litros de água por dia, quanto isso custaria para os cofres públicos? Isso era para as pessoas estarem preservando automaticamente, não só recuperando a água, mas estar recuperando a biodiversidade, recuperando o solo, e automaticamente estar recuperando a própria vida.

Nós temos experiências focando em algumas comunidades nas quais as pessoas estão retornando para esses locais. Se você tem água, estrada, energia e educação, você vai procurar o que na cidade?

Lógica de mercado e as feiras livres

Um grande problema do capitalismo é a ilusão de que para ser feliz é preciso ter muito dinheiro. E você vive a vida inteira, morre e não tem muito dinheiro e nem tem felicidade. Então, o que a gente tenta mostrar para as pessoas é que fazendo as coisas de forma sustentável é possível ser feliz e ter até um pouco de dinheiro. Nesse sentido, trabalhamos a questão das feiras livres. Se você trabalha a terra e a água, você produz. Se você produz, tem que vender. Se você vai vender e não tem competência de vender na feira, no mercadinho que você conhece – o mercado municipal – então o que vai fazer? Você não precisa levar para a

CEASA [Centrais de Abastecimento], você começa primeiro a encher sua barriga e depois vender ali no mercado. Hoje nós já temos exemplo de produtores que estão ocupando os supermercados. Mas não dá para você trabalhar uma coisa desligada da outra. Porque você tem que trabalhar a produção, a sustentabilidade, mas você tem que ter um dinheirinho. E o dinheiro não pode ser o primeiro pensamento, ou você não chega a lugar nenhum. O dinheiro tem que ser o meio, ele não pode ser o fim.

Desenvolvimento para o sustento

Uma das coisas que está muito clara para nós é que aqui não é lugar para produzirmos feijão, arroz e milho para vender. Nós produzimos para o sustento. E nós temos um potencial enorme que são as frutas tropicais, que se desenvolvem muito bem na nossa região, e nós temos demonstrado isso através de projetos. Claro que as pessoas pegam só uma parte do que a gente demonstra, mas o que importa é que as pessoas estão se desenvolvendo.

Produtos orgânicos

Outro trabalho do CAV é em relação aos produtos orgânicos. Estamos trabalhando sutilmente. Nós não podemos garantir que o produto do feirante é orgânico, mas o pessoal já não está mais usando adubo químico. Trabalhando em conjunto, estamos conseguindo comprar, e o CAV arrumou uma forma de auxiliar os produtores, que pagam depois para adquirir o esterco e a cama de frango, ou esterco de galinha, que tem todos os componentes para adubação. Estão usando em quase todos os plantios. Só para você ter uma ideia, nós começamos há três anos. O ano retrasado nós adquirimos 50 toneladas, foi um número bom. No ano passado, já foram 150 toneladas. Neste ano de 2011, que está findando agora, foram 350 toneladas de esterco.

Políticas de compensação / desenvolvimento

A gente lamenta muito as políticas públicas, e aí eu não vou tirar ninguém, vou começar desde o governo federal, o qual eu apoiei, e até o municipal. O que temos são políticas de compensação, e não políticas estruturantes. Pode até não haver problema com essa política de compensação, com bolsas, com cestas básicas. Por exemplo, um projeto do governo do estado que funcionou uma maravilha foi o Combate à Pobreza Rural, mas poderia ter trocado esse nome e poderia ser um trabalho para desenvolver o homem do campo, dar o suporte para esse desenvolvimento. Esse é o ponto mais importante do nosso trabalho no CAV. A gente não sabe muito, e é bom que não saiba, porque a gente aprende com o outro. Quando você já chega num lugar achando que você sabe tudo, você não tem paciência de ouvir, e acaba que você acha que sabe mais que o outro.

Construção de conhecimento

É preciso trabalhar para incentivar as pessoas a pensarem. O grande problema dos governos é que eles chegam achando que vão resolver o problema e querem pensar para as pessoas e não dão oportunidade para desenvolver o pensamento local. Você tem que ir junto com o povo, você não precisa ir à frente. Vamos ao lado. E o CAV tenta fazer isso de uma forma interessante, que funciona mais ou menos assim: todo mundo aderiu a alguma ideia nova? Não. A gente vai trabalhando com as pessoas que têm mais vocação e mais desenvoltura. Só que se você é curioso e eu começo a fazer uma coisa que está dando certo, você já fica olhando meio torto, e daí a pouco está fazendo também.

Não precisamos chegar tentando colocar algo para toda a comunidade, é uma fria esse negócio de comunidade. Cada um tem um jeito de pensar, então você trabalha com grupos. É uma estratégia complicada. Por exemplo, nós trabalhamos várias frentes. Agora, por exemplo, vamos discutir criação de abelhas. Se você quer discutir peixe e eu quero dis-

cutir abelha, nessa discussão não vai sair nada, porque não combina! Então vamos pegar o grupo que quer falar sobre abelha, por mais diferente que seja, mas vai falar da abelha sem problemas. Vamos falar de hortifrutigranjeiros. Ai quem é o técnico para dar aula para eles? Eles mesmos se ensinam. Então você vai juntando as pessoas por vocação. Isso é uma estratégia que o CAV desenvolveu e está trabalhando, só que as coisas vão ficando muito difíceis. Hoje as demandas vão aumentando, os recursos vão diminuindo e nós estamos com uma farsa de que o Brasil já está com tudo resolvido. Em parte está mesmo, graças a Deus, mas tem muita coisa que não chega.

Essa então é uma questão central: ouvir o povo. O que eu gostaria é que os órgãos fizessem isso. Tem um dinheiro para desenvolver uma atividade no Jequitinhonha? Vamos sentar. O dinheiro é só esse aqui? Não tem problema. Vamos conversar e decidir o que podemos fazer para aproveitar da melhor forma esse recurso. O que não devia acontecer: ocupação das chapadas com eucalipto e com multinacional. O povo foi ignorado. A construção da barragem de Irapé, sem ouvir o povo, sem levar em conta o povo. Não é dizer que não possa construir barragem, não é esse negócio de pode ou não pode. É de respeito com o povo, de sentar para conversar as necessidades e alternativas. É de construir uma relação de confiança.

Investimentos

Os investimentos estão diminuindo. Diminuíram muito. E os recursos do governo não chegam onde precisam chegar. Não chegam. Mas supostamente os recursos estão disponíveis. “Ah, sobraram tantos milhões.” Mas eles criam tanta burocracia que para as pessoas mais simples do Vale do Jequitinhonha não chegam. Eu costumo brincar que é igual pau de sebo, você já viu pau de sebo? Põe o dinheiro lá, mas para você chegar lá, não chega. O governo federal tem recurso, mas o recurso ou é difícil demais conseguir ou os recursos mais fáceis são de ente federativo para ente federativo. E me desculpe, não quero ofen-

der ninguém, mas, se você me perguntar qual é o maior entrave do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, eu digo, são os políticos. Com rara exceção. Tem gente boa em tudo quanto é setor, e tem gente ruim também em tudo que é setor. Mas aqui está quase acima da média, porque virou profissão. É profissão. O cara não quer saber se vai resolver, ele quer saber se vai ser reeleito na próxima eleição. Então você não vê gente pensando em resolver. Tem oito anos que está alocado um recurso para construir um entreposto de mel, um polo de mel do estado de Minas Gerais, e até hoje não foi entregue. A obra está construída, mas falta vontade.

Universidade

O papel do sindicato é defender o agricultor e orientar. O papel da assistência técnica e da pesquisa é das universidades e dos governos municipais. Foi nesse sentido que criamos uma ONG que faça parceria com as universidades. É interessante porque às vezes a gente tem o conhecimento, mas a gente não sabe traduzir essas palavras para o mundo, e a universidade tem esse tato, coloca num papel. Sabemos de determinadas coisas, mas alguém da universidade precisa colocar isso no papel e assinar, porque aí a gente cresce. Ganha respeito. Com a política eu ando desiludido, mas eu ainda acredito nas pesquisas, nas universidades que têm esse olhar, que fazem trabalhos que contribuem com todo mundo. Por isso agradeço a oportunidade que o CAV teve de ter parceria com a universidade. Não sou muito defensor da universidade não. Eu sou defensor das pessoas que estão lá, e isso é para todos os setores. A instituição por si só não significa muita coisa, mas sim as pessoas e o trabalho que elas desenvolvem, a partir do potencial da universidade.

Agricultor familiar e o Vale do Jequitinhonha

São pouquíssimas as pessoas que valorizam e respeitam o agricultor familiar como uma categoria que vive de uma forma específica e também é empreendedor. As pessoas olham para esse agricultor familiar como se ele fosse um coitadinho, igual o morador de rua, o cara da favela. Não, tem que olhar do jeito que nós somos e respeitar o jeito que nós somos. E para isso é preciso ouvir a gente. Nós também pagamos impostos, e eu acho que muita coisa melhorou no Vale do Jequitinhonha, mas tem muita coisa para melhorar. Quando a pessoa é cega, a pessoa não tem visão de nada. Mas quando você começa a ter uma visão, você começa a perceber as belezas e também as coisas que não são tão belas. Agora, eu fico muito agoniado, no primeiro ano de governo do Lula eu fui convidado pela TV Minas para poder participar de uma entrevista. A primeira coisa quando cheguei lá no estúdio que estava fazendo a entrevista foi ver uns menininhos bem sujinhos, com o narizinho sujo, e com uns jumentos tronchos. Eu falei: “Gente, por que não mostra as belezas que tem lá no Jequitinhonha?”. Então eu já fiquei agoniado. Não é que não pode mostrar isso. Mas por que não mostram as belezas também, as maravilhas?

Decanor Nunes dos Santos

Cáritas de Jequitinhonha

Decanor Nunes dos Santos é natural da cidade de Jequitinhonha. Nasceu em uma família humilde, em 1963. Atualmente, reside na sua cidade natal, à margem do rio do mesmo nome – Jequitinhonha. Completou o ensino médio na cidade de Pinheiral, no Rio de Janeiro, bem como a formação do curso técnico em Agropecuário pela Universidade Federal Fluminense, Escola Agrícola Nilo Peçanha.

Retorna à sua região em 1983 e, em 1986, ingressa na Cáritas Diocesana no Baixo Jequitinhonha, participando de diversas vivências, das quais projetos comunitários, dialogando com saberes e fazeres das lutas sociais e de resistência junto às populações camponesas de comunidades rurais. Um dos projetos desenvolvidos nessa região foi com a agricultura alternativa, hoje agroecologia, e a comunicação popular por meio do rádio.

Fez curso de especialização em Agroecologia na Universidade de Biskops Arno – Sweden, Estocolmo, em 1990, e curso de extensão acadêmica em Comunicação Social pela Universidade São Francisco (USF) em 1995/96. Fez o curso Licenciatura em Educação do Campo: Pedagogia da Terra pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o primeiro em Minas Gerais e no Brasil. Atualmente, ainda na Cáritas, contribui nos demais movimentos sociais organizados da região, como o Fórum das Entidades do Vale do Jequitinhonha, Via Campesina e Articulação do Semiárido Mineiro (ASA-MG).

Inserção nos movimentos sociais do Vale do Jequitinhonha

Em 1986 ingressei na Cáritas de Jequitinhonha e a partir daí comecei a conhecer de perto as iniciativas da própria Cáritas, que no meu entendimento é uma das mais fortes organizações ligadas aos movimentos sociais do Vale. Essa participação na Cáritas significou para mim não apenas uma inserção nos movimentos do Vale, mas também do

estado de Minas Gerais. A participação nos fóruns de ONGs (organizações não governamentais) e movimentos sociais do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, sobretudo em torno dos temas discutidos na Articulação do Semiárido mineiro (ASA/Minas), permite também uma inserção nos debates das questões mais gerais do semiárido brasileiro (ASA/Brasil).

Situação atual dos movimentos sociais do Vale

Os movimentos sociais do Vale do Jequitinhonha vivem os mesmos dilemas dos movimentos sociais do Brasil. Quando há uma “decadência” nas mobilizações maiores no Brasil, isso também ocorre na região, nas bases. Isso decorre em grande medida das políticas governamentais, tanto pelo que há de positivo nelas em termos de distribuição de benefícios sociais, quanto pelo que há de problemático, como a burocratização das políticas públicas e o aparelhamento de lideranças. Atualmente, os movimentos sociais do Vale têm uma iniciativa interessante, como a organização do fórum, que articula aproximadamente 70 entidades daqui do Vale. A gente se reúne de três em três meses numa cidade do Vale, alternando entre o Baixo, o Médio e o Alto Jequitinhonha. Atualmente, estamos debatendo as questões do desenvolvimento regional, mas um desenvolvimento pensado na nossa visão, a visão do povo do Vale. Todo esse debate sobre desenvolvimento exige que ele esteja pautado na sustentabilidade. No nosso caso, isso significa pensar uma agricultura mais ecológica e menos mercantil, a preservação dos recursos naturais e a garantia do acesso de todos à água.

Os dez anos da Articulação do Semiárido de Minas (ASA/Minas)

A ASA/Minas (Articulação do Semiárido Mineiro) é parte da ASA/Brasil (Articulação do Semiárido Brasileiro). A ASA/Minas articula os fóruns do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Desde 1991 esses fóruns se reúnem, ainda que, atualmente, estejam mais acanhados do

que no início da sua caminhada. Em decorrência dessa timidez das organizações, a fase atual que os movimentos do Vale vivem tem exigido muita reflexão. Claro que existem bons projetos, como os de captação de água da chuva, que têm ajudado a “reacender” a animação nas organizações. Então, a articulação desses movimentos na ASA em Minas tem sido uma oportunidade de juntar as forças, do Norte e do Vale, pela continuação da luta pelos ideais.

Mas é claro que temos muitos desafios! Ao mesmo tempo que a ASA nos permite debater um projeto político maior para o desenvolvimento da região, as soluções técnicas são submetidas a rigorosos procedimentos burocráticos que dificultam muito as ações. Ao mesmo tempo que precisamos de bons quadros, essa burocratização dificulta ações, como as iniciativas de formação para o trabalho e profissionalização. Ainda assim, o trabalho da ASA tem contribuído para gerar reflexões, graças à possibilidade de aproximar as organizações, até mesmo para debater de maneira mais clara na sociedade “o que é o semiárido”.

Dimensão técnica da atuação da ASA

Com relação à dimensão técnica, posso citar a questão do enfrentamento da escassez da água. A ASA hoje atua com projetos de captação de água da chuva para consumo doméstico e agora estamos desdobrando para a captação de água para a produção. No primeiro caso, temos o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) e agora isso se desdobrou no P1+2, que seria uma terra e duas águas, uma água para beber e cozinhar e outra para produzir. Esse projeto é realizado com recursos dos governos federal e estadual e tem sido amplamente avaliado como uma experiência muito positiva.

Dimensão política da atuação da ASA

De um ponto de vista mais geral, devo destacar que a ASA tem sido uma oportunidade de encontro, uma oportunidade de olharmos para nós mesmos e debater o que estamos fazendo, pois, quando nos juntamos para debater, nós fazemos isso para discutir um projeto de cidadania, um projeto de formação para a emancipação humana. A ASA se apresenta com um pensamento: “A nossa meta não é trazer água e colocar na cisterna, mas é trazer uma cisterna de conhecimentos em diversos pontos, como o político, econômico e social”. A ASA tem esse conhecimento e essa noção de querer debater os controles das políticas públicas, promover a emancipação das pessoas e lutar para a conquista de direitos que historicamente lhes foram negados nesse semiárido. Ainda que isso não esteja ocorrendo no nível desejado, há uma luta constante para que as pessoas se emancipem, conquistem direitos e possam caminhar com suas próprias pernas.

Movimentos sociais do Vale e o desenvolvimento sustentável

Muitos dos movimentos da região têm a clareza do que é o desenvolvimento sustentável, mas ainda há muito que se fazer na região. Pois sustentabilidade significa que todos os projetos precisam se autossustentar, e a gente sabe dos desafios de realizar políticas públicas. O desenvolvimento sustentável pressupõe a discussão de algumas questões da região, como a concentração de terra, o problema da exclusão social, a luta pela emancipação, a questão da educação no campo. Tomando a questão da educação, temos que hoje ela não é feita no nosso contexto de realidade, os setores educacionais não têm claro o que é semiárido e, mesmo aqueles que têm essa clareza, sabem das dificuldades de se mudar uma política de educação já consolidada. Uma coisa é ter clareza do que é desenvolvimento sustentável, outra é transformar isso em realidade.

Questões importantes apontadas pelos movimentos são: quem são os beneficiários dos projetos das grandes barragens? A quem serve a penetração do agronegócio com a monocultura do eucalipto? Quem lucra com a mineração que extrai demais nossos recursos naturais, deixando pouco retorno na região? O que dizer sobre as comunidades quilombolas, os novos assentamentos de atingidos por barragens, os parques criados sem a participação da comunidade?

A importância dos fóruns

Num dos fóruns recentemente realizado, em Jordânia, havia em torno de 15 organizações do Vale. No nosso entendimento, deveria ter no mínimo umas 30. Foi um momento de nos avaliarmos em 2010. E o resultado foi que, diante das temáticas, como a desenvolvimento sustentável, a gente chega à conclusão de que houve avanço em algumas questões e em outras ainda precisamos avançar, exatamente pela falta de participação de um maior número de organizações de movimentos sociais. Mas isso para nós foi muito rico! A nossa proposta agora é nos organizarmos para mobilizar outras organizações sobre a importância dos debates. Além dos fóruns como espaços de debate interno, valorizamos eventos como o Visões do Vale, que é uma oportunidade de descolonizar o saber, é uma oportunidade de se partilhar a nossa visão num lugar da produção do conhecimento, apresentar para outras organizações e universidade a nossa visão. Oportunidade de nos apresentarmos como sujeitos, coletivos e organizações sociais. Vimos lá como se deu o processo histórico, cultural e econômico do Vale, como aquilo se deu com a presença da Igreja e do colonizador. Então, a gente começa a ver isso com um olhar da “ciência”, do conhecimento elaborado. Foi um momento de troca, em que levamos os saberes populares aqui do Vale e buscamos esse conhecimento mais elaborado. Então, acho que o *Visões do Vale* foi essa oportunidade de compartilhar esses saberes e fazeres.

Geralda Chaves Soares

Movimento indígena

Geralda Chaves Soares é pedagoga, indigenista, historiadora, mas antes de tudo mulher apaixonada pela causa indígena. Mineira, natural de Santana de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, tem dedicado a sua vida à causa dos povos indígenas. Em seus dois livros publicados, *Os Borun do Watu* (1992) e *A Trilha Guerreira dos Borun* (2010), revela o seu conhecimento detalhado da história desses povos, graças a um trabalho meticuloso e paciente da etnóloga, que colecionou durante várias décadas fotos, documentos, relatos sobre os povos indígenas com quem convive.

Coolaboradora em várias publicações, como *Maxakali na Luta pela Vida* (cartilha-Cimi-Grequei-CPT, 1984), *A Luta dos índios pela terra em Minas Gerais* (Cedefes, 1987), *Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali* (Cimi-leste-Cedefes-DKA-Áustria, 1995), *Grupos Populacionais indígenas em busca da cidadania: Vale do Mucuri-Povo Indígena Mocuriñ* (Cedefes e Universidade de Granada, AIPPA, 2005). Participou das primeiras pesquisas e publicações sobre o povo indígena Kaxixó e Alto São Francisco (1987) e sobre o Povo Aranã Índio e Aranã Caboclo no Vale do Jequitinhonha (1998).

As populações indígenas no Vale

Sobre as populações indígenas no Vale do Jequitinhonha, existem várias situações. Por exemplo, o povo Aranã, que é originário daqui da região de Capelinha. Existem também dois grupos familiares que vivem aqui em Araçuaí e Coronel Murta. São os Pankararu e Pataxó da aldeia Cinta Vermelha Jundiba. E tem um grupo pequeno de Pankararu que da aldeia Apukaré. Cada um tem uma situação diferente. Tem gente que tem terra, mas a terra está degradada, não tem mata. Então, não tem mais essa ideia do índio que caça e pesca. Depois das roças, a terra está cansada. Também tem outras terras que não estão demarcadas. Existem

pessoas morando em pequenos pedaços de terras nas beiras dos rios. E o Jequitinhonha, pelo fato de ser uma região do semiárido, merece um cuidado especial.

E quando os indígenas começaram a voltar depois de 156 anos de ausência, em 1994, foi um grupo pequeno de Pankararu de Pernambuco casado com os Pataxó, que já vinham migrando devido a problemas também nas regiões de origem. E acabaram ficando em Carmésia sempre com o desejo de formar uma aldeia deles para manter a cultura, as danças, os costumes, a religião, os rituais. Em 2005, começa a aldeia Cinta Vermelha Jundiba, já com um projeto mais definido. Nesse meio tempo surgem os Aranã, que eram indígenas que viviam ali como trabalhadores rurais, não diziam que eram indígenas, não se assumiam como indígenas. O grupo dos Aranã Cabloco também. E em 2005 os Mocuriñ, no município de Campanário. Foi uma outra história muito longa também.

O preconceito contra os indígenas

Mas então vocês imaginam que até 1994 não se falava indígenas no Jequitinhonha. No máximo falavam assim: “Ih, lá no Mato Grosso, lá na Amazônia tem índio sim, mas graças a Deus que aqui não tem mais”. Isso dá a dimensão do quanto foi forte a resistência indígena nessas regiões. Ninguém queria nem pensar em indígena. Eles podem contar melhor do que eu o tanto que eles foram discriminados, o medo que o povo tinha dos Pankararu e dos Pataxó quando chegaram no Jequitinhonha. E com a presença deles as coisas estão mudando, porque é um pessoal de muita coragem, muita estratégia para vencer essas barreiras e mostrar que a vida continua de um jeito diferente. Hoje não tem mais a guerra, mas tem muita batalha para ser vencida, e vencida de uma forma diferente também.

A luta pela terra

Primeiro os Pankararu e Pataxó tentaram conseguir um território. Não conseguiram através do Estado. Aí eles lutaram... muita gente prometeu ajudar a comprar terra. Começaram a estudar um pedaço de terra aqui, um pedaço de terra ali. Acabaram conhecendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daqui de Araçuaí e o Programa do Crédito Fundiário. Fundaram uma associação, a AIPPA (Associação Indígena Pankararu Pataxó), e compraram a terra, são 68 hectares. Na verdade é uma terra muito pequena, não é um território, porque não chega a dar nem um módulo rural da reforma agrária para cada família.

Mas, mesmo tendo a terra diminuta e com mil problemas e desmatamento, eles fizeram uma coisa bonita. Então essa aldeia não é uma aldeia comum; é uma aldeia planejada. Eles estabeleceram que cada família seria responsável por uma área, porque a terra era muito devastada, era alugada para o gado pastar. Os donos da terra deixavam descansar um tempo, depois deixavam ali para o gado engordar. E quando eles vieram para cá não tinha nada, absolutamente. Tinha terra limpa. Aí começaram a fazer campanha, pedir ajuda. Eles mesmos foram comprando telha, montando a casa de cimento. Era muito perigoso o tipo de casa de enchimento, porque aqui dá muito inseto. Dá escorpião, barbeiro, bichinho por aí. Então eles planejaram essa aldeia, de forma a dar uma resposta para a realidade de meio ambiente que eles vivem, e foi feita toda uma discussão em torno dessa coisa do desenvolvimento.

A afirmação da identidade indígena

O grande esforço é para compartilhar as vivências, as descobertas, os conhecimentos. Começou toda uma recuperação da língua, o patiohã, que é a língua pataxó. E estão começando a pensar a língua Pankararu, que é considerada uma língua morta, que ninguém fala mais. Mas existem muitos registros dela, isso é uma boa coisa.

E plantar... mas plantar o quê? O pessoal Pataxó é da mata atlântica, da beira do mar, os Pankararu são lá da área da caatinga. Então começou toda uma exploração de saber o que a gente planta aqui: “Você vai ter que perguntar para o trabalhador, morador daqui, qual é o tempo de chuva, para se adaptar em um lugar diferente”.

Então, esse desenvolvimento que eu vejo acontecer aqui, essa discussão é o seguinte: “Nós queremos ter uma relação completa com a natureza e entre nós”. O fazendeiro aqui do lado tem uma mina de cristal e de vez em quando você vê as explosões, ele vem aqui, porque o veio de cristal passa por dentro da aldeia, e sugere: “Aqui tem cristal... era bom vocês explorarem aqui para ganharem dinheiro.” A resposta que damos é: “Mas nós não queremos explorar isso aqui assim. Nós vamos descansar essa terra, até agora era só o capim! Tem que dar um tempo”. Já faz cinco anos que não plantam nada, não mexem na área. Já tem uma mata toda recuperada. E o capim está morrendo, o capim africano que tinha para pastagem desses gados de aluguel.

A relação com os recursos naturais

Depois veio a questão da água. Vamos começar a pensar nessa coisa da água, hoje, quer dizer, a água foi muito sufoco, porque aqui a aldeia fica a 2 km do rio e não tinha água, nem tinha como jogar cá para cima, na aldeia. Fizeram várias experiências. Então pensaram nessa coisa da água, aqui falam muito em “curar as feridas da terra”. Eles olharam essa terra e pensaram: “Aqui é nosso mundo, mas está tudo devastado. E os bichos? A gente vai matar esses bichos que descem lá da chapada para beber água no rio? Não, não vamos fazer isso. Vamos parar de caçar. Aí temos que fazer os brincos, e aí? E a pena, como é que a gente vai conseguir? Não, nós vamos pintar. A gente sabe pintar. Não vamos matar os bichos. Vamos deixar eles viverem”.

Então foi toda uma estratégia, uma rede de coisas, e eles consideraram o seguinte: “A terra está sofrida, está queimada. Aqui ninguém queima nada, aqui não tem fogo. A terra está sofrendo, está

devastada, muito estragada. Então, o que nós vamos fazer com ela?”. São todos esses cuidados.

As parcerias

Os índios descobriram nos cursos do Centro de Cultura Popular e Desenvolvimento (CPCD), que atua aqui na região, essa coisa da permacultura, da agricultura permanente. Então, no dia em que o César [Pataxó] voltou do curso, ele falou: “Nós não podemos eliminar os conhecimentos dos antepassados, eles que viveram milhares de anos andando... forjando a medicina, o conhecimento da natureza. Agora, tem coisas de hoje que a gente tem que aprender. Vamos usar os conhecimentos que existem hoje para a gente poder cuidar bem da terra, sem esquecer... aí nós temos que pesquisar... como é que meu pai plantava? Lembrar. Fazer esforço com a memória. Como é que meu pai cuidava da terra? Como é que era isso?”.

E o outro lado, é essa coisa da economia de energia. A permacultura deu uma resposta ótima para isso, porque ajuda a planejar a vida da família, ali naquele pedaço de terra. O desenvolvimento que eu vejo na terra indígena é uma coisa que está nascendo da convivência, da discussão. Eles estão querendo criar uma forma de viver bem, de se sustentar. Mas não é só comer.

Educação e escola

“Nós queremos uma escola.” Como é que é essa escola? “Escola tem que ser diferenciada, que respeite os nossos costumes.” A escola tem que trazer essa convivência. Ela tem que comprovar essa convivência, das famílias na escola. Agora, as famílias têm um papel importantíssimo, porque os mais velhos sabem dessa coisa do artesanato, eles sabem centenas de coisas da história que os mais novos não sabem. Então eu acho que o desenvolvimento está sendo isto: uma proposta para as

comunidades. Eu já vi várias vezes alguém ver muito mato na terra indígena e vir querendo alugar o pasto. “A gente diz que não vai criar gado aqui, que aqui é muito pequeno”. É uma boa desculpa, mas na verdade eles estão pensando em como é que a terra vai se recuperar.

Além disso, da forma como está sendo proposta essa experiência, é uma resposta para muitos trabalhadores rurais que têm a terra, mas não sabem o que fazer dela. A caixa-d’água para coleta de água de chuva é uma coisa já comum com os projetos do governo e da Cáritas. Mas, quando eles fizeram a caixa-d’água, foi a questão para economizar água. Não falta água na terra indígena, qualquer hora que você chegar eles podem molhar as plantas. Então, eu acho bonita essa coisa de como é que eles estão construindo essa perspectiva do desenvolvimento.

Tudo isso vai confluindo para fortalecer essa ideia deles de como viver bem em um lugar como o Jequitinhonha, que é tido como um lugar seco, que não chove, que armazena pouca água. Muitas vezes eu falo com os Cinta Vermelha Jundiba que esse projeto de vida deles é uma coisa assim histórica. Numa região que passou por isso tudo, por essa devastação, ter dois povos que se juntam num lugar difícil de viver e falar: “Não, nós vamos ficar aqui, nós não vamos cortar cana lá em São Paulo, nós vamos morar aqui e vamos mostrar para o povo que é possível curar essas feridas da terra. A terra está magoada, está sofrendo, está devastada, está sem mata, mas nós temos uma proposta a fazer. Nós temos uma proposta para a educação de nossos filhos, de cuidar da terra, da água e do relacionamento com a sociedade do entorno”. Porque quem está fora nem sempre é inimigo. Quem está fora muitas vezes é esse pessoal que está também buscando um caminho, buscando uma alternativa para a sobrevivência nossa, de todos nós, que somos a humanidade nesse planeta. E a coisa está ameaçadora não só para os índios, está ameaçadora para todo mundo.

Entrevistadores

Erick Sanderson Miranda de Andrade
Daniel Reis Silva

Transcrição

Conrado Barbosa Moreira
Erick Sanderson Miranda de Andrade
Bruna Bezerra Lubambo Maia
Daniel Reis Silva

Edição

Isabela Naves Fernandes
Daniel Reis Silva
João Valdir Alvez de Souza



Impresso em papel Off Set 90g/m²
Imprensa Universitária da UFMG
Primavera de 2011